

EDUCAÇÃO NA CIDADE: REFLEXÕES, VIAGENS FORMATIVAS E ARTE

Organizadores:

Dilza Côco / Érika Sabino de Macêdo / Sandra Soares Della Fonte

Priscila de Souza Chisté / André Luiz Neves Jacintho



EDUCAÇÃO NA CIDADE: REFLEXÕES, VIAGENS FORMATIVAS E ARTE



Pedro & João
editores



Edifes
PARCERIA



Jadir José Pela
Reitor

Lodovico Ortlieb Faria
Pró-Reitor de Extensão

Adriana Pionttkovsky Barcellos
Pró-Reitora de Ensino

Lezi José Ferreira
Pró-Reitor de Administração

Luciano de Oliveira Toledo
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

IFES - CAMPUS VITÓRIA

Hudson Luiz Côgo
Diretor Geral

Luciano Lessa Lorenzoni
Diretor de Ensino

Telma Carolina Smith
Diretora de Extensão

Vitor Loyola Prest
Diretor de Administração

André Gustavo de Sousa Galdino
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Leonardo Bis dos Santos
Coordenador do Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades

Dilza Côco
Érika Sabino de Macêdo
Sandra Soares Della Fonte
Priscila de Souza Chisté
André Luiz Neves Jacintho

EDUCAÇÃO NA CIDADE: REFLEXÕES, VIAGENS FORMATIVAS E ARTE


Pedro & João
editores


Edifes
PARCERIA

Copyright © Autoras

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras.

Este livro foi avaliado e recomendado para publicação por pareceristas *ad hoc*.

Dilza Côco; Érika Sabino de Macêdo; Sandra Soares Della Fonte; Priscila de Souza Chisté; André Luiz Neves Jacintho [Orgs.]

Educação na cidade: reflexões, viagens formativas e arte. São Carlos: Pedro & João Editores e Edifes, 2022. 270p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0051-4 [Impresso]
978-65-265-0052-1 [Digital]**

DOI: 10.36524/9786526500521

1. Educação na cidade. 2. GEPECH. 3. Grupo de estudos. 4. Desigualdade social. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Imagem da capa: SAMÚ, Raphael. Sem título, 1986. Serigrafia sobre papel. Acervo pessoal do artista

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).

Conselho Editorial da Edifes:

Aldo Rezende; Aline Freitas da Silva de Carvalho; Aparecida de Fátima Madella de Oliveira; Felipe Zamborlini Saiter; Gabriel Domingos Carvalho; Jamille Locatelli; Marcio de Souza Bolzan; Mariella Berger Andrade; Ricardo Ramos Costa; Rosana Vilarim da Silva; Rossanna dos Santos Santana Rubim; Viviane Bessa Lopes Alvarenga.



Edifes



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 - São Carlos – SP

2022

Aos integrantes do Gepech pela parceria e por fazerem
parte de cada palavra que compõe este livro.

APRESENTAÇÃO

Em sua obra *Cidades Invisíveis*, Ítalo Calvino nos mostra em um de seus espaços imaginados, a cidade de Maurília, onde os espaços de encontros, de acolhimento e de trocas são substituídos pelas rodovias, viadutos e fluxos racionalizados. De maneira semelhante, Pechman (2014) em seu texto “Morte na cidade ou morte da cidade?”¹ nos alerta sobre o desaparecimento do espaço urbano como local de sociabilidade, de afetos, de subjetividades, de utopias e de desejos. De acordo com o autor, a cidade contemporânea é o *locus* do desencantamento e empobrecimento da imaginação, onde observamos o predomínio da funcionalidade, do trabalho e do consumo. Uma topografia deserta de experiências e destituída de sua vocação pedagógica e de produção de cidadania:

Tentando pensar a tarefa pedagógica da cidade e seus efeitos sobre a cidadania, Eduardo Portella sugere que não basta ensinar na cidade, mas é preciso ensinar a cidade. Correndo risco de perder a paixão, a cidade não pode ser pensada só como um sistema de produção e consumo, mas deve ser considerada também – segundo Portella – como lugar de trocas subjetivas, carente de investimentos afetivos. É preciso, então, aprender que a cidade tem que conciliar relações de produção com produção de

¹ KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

relações, abrindo espaço para que todos, absolutamente todos, possam trabalhar e desejar (PECHMAN, 2014, 215-216).

A *tarefa pedagógica da cidade* é o assunto predominante das pesquisas e publicações do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade de Humanidades (Gepech). O grupo busca em suas investigações teóricas, em suas análises de produções artísticas, na elaboração de seus materiais educativos e em suas viagens formativas *ensinar a cidade* de maneira aprofundada e reflexiva. Visando compartilhar essas investigações e ações do grupo, são elaboradas e editadas publicações das pesquisas produzidas. Os primeiros livros do Gepech apresentaram, em seus conteúdos, a proposta e as ações do grupo; as reflexões teóricas sobre o espaço urbano e a educação na cidade; os processos de produção dos materiais educativos, de formação de professores e elaboração de roteiros para viagens formativas no espaço urbano. Nas edições anteriores, o grupo buscou também relacionar o referencial teórico do grupo com produções artísticas, geralmente literárias, que abordam questões do espaço urbano.

Nesta terceira publicação do Gepech os eixos investigativos principais postulados pelo grupo permanecem. No capítulo I a publicação apresenta uma abordagem teórica que reforça as ideias com as quais os pesquisadores do grupo se alinham e, ao mesmo tempo, preparam o leitor para uma melhor compreensão das investigações que são apresentadas posteriormente. O capítulo II trata de reflexões históricas sobre espaços urbanos específicos que merecem o olhar atento e crítico do leitor. As viagens formativas, a formação de professores e as possibilidades de roteiros são as temáticas abordadas no capítulo III. Finalmente, o último capítulo desta publicação apresenta pesquisas relacionadas a uma das linhas investigativas do Gepech: o diálogo entre representações artísticas e a cidade. O diferencial desta publicação é a presença significativa da arte e a diversidade de propostas apresentadas abordando a literatura, o cinema e a música

As propostas apresentadas no capítulo I da terceira publicação do Gepech promovem um retorno e um aprofundamento dos conceitos fundamentais encontrados nas obras *O direito à cidade* e *A Revolução urbana* do pensador marxista Henri Lefebvre. O texto *Direito à cidade* de Priscila de Souza Chisté e Sandra Soares Della Fonte aponta que a ideia do urbano como espaço de uso, de apropriação, de criação e de

participação sofreu ao longo dos anos um esvaziamento de seu significado. Portanto, o objetivo do texto é retomar os aspectos fundamentais do *direito à cidade* a partir de Lefebvre e dos principais estudiosos do autor. O desenvolvimento do texto nos apresenta os conflitos e tensões gerados pelo capitalismo e seu processo de industrialização que ocasionou uma urbanização desorganizada e direcionada a interesses econômicos de uma classe dominante. Quando o espaço se torna mercadoria tem início um processo de segregação e remoção das classes trabalhadoras para a periferia. Nesse contexto, as autoras abordam a proposição principal do teórico francês: o direito à cidade, entendido não apenas como o direito à habitação em moradias precárias, suburbanas e segregadas, mas o direito a um habitar poético que permita ao sujeito uma participação ativa na vida social desse espaço, ou seja, o direito a centralidade urbana. A possibilidade de não ser segregado e desumanizado pela ausência de ofertas de uma formação humana e democrática em seu espaço urbano. O direito de não ser alienado do movimento orgânico da cidade com suas praças, praias, ruas, locais de encontros, serviços, monumentos e saneamento básico, dos quais esse sujeito participa com o seu trabalho na construção de uma cidade melhor, mas não usufrui dessas melhorias. Embora as proposições teóricas do autor sejam utópicas e pareçam distantes de uma realidade possível, as autoras apresentam algumas possibilidades pontuadas pelo autor para projetarmos esse cenário ideal: buscar na contemporaneidade brechas e lacunas nas cidades nas quais observamos o predomínio de espaços de uso para o bem comum e com propósitos sociais em detrimento de propósitos mercadológicos. As autoras terminam o texto com outra sugestão do autor: as produções artísticas como um recurso importante para compreender melhor o espaço urbano.

Prosseguindo nessa temática, o texto denominado *Cidade, Valor, Valor de uso e Valor de troca* nos apresenta inicialmente um percurso histórico da transformação das cidades de uma proposta coletiva para um modelo segregador na contemporaneidade, no qual predominam espaços delimitados simbolicamente, separados espacialmente e transformados em mercadorias ao acesso de poucos. As classes sociais possuem seus lugares designados previamente na cidade planejada e qualquer deslocamento para espaços que não sejam específicos de sua classe social, gera nos sujeitos estranhamentos em relação à sua própria cidade, visto que ela se apresenta fragmentada. Em seguida, o texto aborda sua proposta principal: compreender os conceitos de

Valor, Valor de uso e Valor de troca nas obras *Direito à Cidade* e *A Revolução urbana* de Henri Lefebvre. As autoras abordam historicamente os tipos de cidade apresentados pelo teórico francês. Compreendemos assim a transição de um modelo de cidade política com predomínio da agricultura, da posse da terra e de relações feudais, para uma cidade mercantil no final da Idade Média com o surgimento dos centros comerciais, locais de troca que estimulavam o desenvolvimento das cidades em seu entorno, com a construção de igrejas e centros administrativos. Já o terceiro tipo de cidade postulado por Lefebvre: a cidade industrial provoca uma ruptura com o campo e a implosão e explosão das cidades, ou seja, uma enorme concentração de pessoas, serviços e riquezas em seu centro e, conseqüentemente, uma expulsão dessas pessoas para espaços periféricos e subúrbios. O texto nos mostra assim a crise da cidade que, por meio de uma estratégia de classe, aliena o povo de sua própria criação: o espaço urbano por eles construído e para os quais não existe a possibilidade de usufruir dessa cidade-obra. Como sair desse impasse? Para o autor a solução está nas próprias contradições e tensões do contexto urbano atual, é nesse espaço de lutas que buscaremos novas formas de viver na cidade que possibilite seus usos, seus encontros com o diferente, suas trocas culturais e lúdicas.

Para compreendermos a abordagem desses conceitos teóricos de forma empírica, o segundo capítulo da publicação apresenta pesquisas que investigam e analisam espaços urbanos específicos a partir do arcabouço conceitual do teórico francês Henri Lefebvre desenvolvido nos capítulos iniciais. O texto *Morfologia, segregação e desigualdades urbanas: uma leitura do bairro Jardim Tropical, Serra/ES* de Cynara Ramos e Dilza Côco nos mostra as transformações de um local a partir da análise crítica de seu contexto social, de seus interesses econômicos, de suas contradições e de seus conflitos. O texto retoma as ideias contraditórias de valor de uso da cidade e do espaço urbano sujeito à lógica do mercado. As autoras buscam desvelar tanto os mecanismos de dominação das classes hegemônicas presentes na transformação do bairro investigado, quanto os espaços de resistência que compreendem a cidade como um local de encontro, de trocas e de interesse coletivo. O texto apresenta um rico panorama histórico da região e do bairro de Jardim Tropical nos mostrando sua vocação rural inicial sendo substituída nas décadas de 1960/70 para uma proposta industrial. Essa mudança provoca uma apropriação do espaço desordenada e segregadora do bairro, criando locais

privilegiados e locais abandonados pelo poder público. As autoras finalizam o texto enfatizando a importância do debate e da discussão sobre a cidade no âmbito educativo como uma importante possibilidade de refletirmos sobre formas mais igualitárias de nos apropriarmos do espaço urbano.

De maneira semelhante, o texto *Residencial Vila Velha e a cidade que o contém* de João Nolasco Ribeiro e Sandra Soares Della Fonte investiga um lugar específico do espaço urbano, no entanto o foco de interesse desse trabalho é a compreensão dos processos de implementação de um Projeto Habitacional de Interesse Social: o condomínio *Residencial Vila Velha* localizado em uma região do município denominada Terra Vermelha, região periférica da cidade que dá nome ao empreendimento imobiliário. O texto retoma os conceitos da obra *Direito à cidade* de Henri Lefebvre buscando enfatizar as desigualdades e as contradições observadas nos processos de ocupação do espaço urbano naquela localidade. Para tanto, os autores abordam os conceitos de *Habitat* - necessidade habitacional para sobrevivência - e o *Habitar* como uma maneira humanizada de apropriação do espaço habitado. Esses conceitos postulados pelo teórico francês permitiram que os autores investigassem o condomínio *Residencial Vila Velha*, em seus aspectos espaciais: infraestrutura, espaços comuns, espaços privados. E em seus aspectos sociais: formas encontradas para administração do espaço, perfil dos moradores, mudanças criativas elaboradas no condomínio e as diferentes relações dos sujeitos com suas moradias. Além disso, o texto nos mostra os aspectos históricos do processo de empreendimentos habitacionais de Vila Velha e sua relação com a construção do condomínio analisado. As análises apresentadas pelos autores pontuam as transformações da cidade alinhadas aos interesses do setor imobiliário que buscam sempre ocupar o espaço urbano de forma segmentada, fragmentada e desigual.

Como já apresentado nas primeiras publicações do Gepech, esse grupo de pesquisa possui três abordagens investigativas: processos históricos de transformação da cidade, estudos de representações artísticas como forma de compreensão da cidade e viagens formativas. Essa última linha de pesquisa é a temática do capítulo IV desta publicação. O primeiro texto denominado *A experiência de pensar a cidade em viagens formativas: professoras e professores da Rede Pública em curso de Extensão/PPGEH-IFES* das autoras Alessandra Loss Franzin, Maria Raquel Ardisson Passos, Samira Sanches, Eliana Kuster

e Sandra Soares Della Fonte apresenta relatos dos processos educativos implementados e desenvolvidos em um curso de extensão de formação de professores para rede pública e privada. O objetivo das pesquisadoras foi promover o reconhecimento, a sensibilidade e a percepção humanizada do espaço urbano da cidade de Vitória. A estrutura do curso foi organizada a partir de palestras, aulas, oficinas, análises de canções, textos literários e duas viagens formativas no Centro histórico da cidade. A primeira na Cidade Alta e no mercado da Vila Rubim e a segunda na prainha de Santo Antônio. Nesses momentos de trocas, lembranças e conhecimentos sobre os espaços visitados, o objetivo das pesquisadoras foi estimular a compreensão e o olhar apurado sobre as transformações ocasionadas pelo tempo e refletir sobre as contradições observadas naquele caminhar crítico e comprometido.

A proposta apresentada por Luciano Ribeiro e Priscila Chisté permanece com o enfoque nas viagens formativas e roteiros de análises do espaço urbano. O texto denominado *Mercado da Vila Rubim: uma possibilidade de viagem formativa* sugere um roteiro que envolve sete pontos de visita no entorno do tradicional Mercado da cidade de Vitória. Antes de aprofundar nessa proposta educativa, os autores definem o conceito de viagem formativa e apresentam uma explicação da localização do mercado, seu processo histórico de transformações, além de um rico acervo de imagens que possibilitam ao leitor uma compreensão das contradições existentes naquele local e em suas proximidades. A investigação dos modos de viver do espaço analisado apoia-se no conceito de tecido urbano defendido por Henri Lefebvre. O teórico aponta que essa concepção abrange aspectos que vão além da dimensão espacial, mas envolve o entendimento daquele espaço a partir da análise de seus objetos (água, eletricidade, serviços, carros etc) e de seus valores (lazer, costumes, cultura, segurança etc.). A compreensão desse conceito de uma forma estendida e aprofundada permitiu aos pesquisadores a observação e a análise crítica de espaços segregados, espaços históricos e espaços dominados pela lógica capitalista ao propor o roteiro de viagem formativa para o Mercado da Vila Rubim, observando assim as transformações e os ocultamentos existentes naquele local.

O texto de Swami Cordeiro Bérghamo e Sandra Soares Della Fonte também aborda a viagem formativa como forma de desvelamento das contradições presentes na cidade. Nele, o autor e a autora apontam as incongruências arquitetônicas presentes em duas cidades brasileiras:

Blumenau, em Santa Catarina e Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo. Com atenção especial à segunda, Swami e Sandra questionam a veracidade das formas emuladas pelas construções que adornam o centro dessa cidade capixaba. Nos prédios de maior destaque, apontam conflitos e contradições a respeito da real intenção do poder público ao incentivar e re-germanização e a re-pomeranização. Questionam também quanto a valorização das casas feitas pelos imigrantes pobres que ocuparam a região e precisam muito mais do poder público, mas não o encontram com as mãos estendidas como os comerciantes do centro urbano.

O último capítulo da publicação apresenta uma série de textos que buscam, em diferentes representações artísticas, formas de ampliar e desvelar os conflitos existentes no espaço urbano. O texto poético *Tem criança na cidade* de autoria de Priscila de Souza Chisté oferece ao leitor um percurso imaginário por palavras e imagens que nos mostram realidades diversas do universo infantil no espaço urbano: o contexto de uma criança pertencente a uma classe social desfavorecida e a outra que habita uma parte da cidade privilegiada. Em ambos os ambientes a autora aponta, de forma poética, as faltas e os excessos: a falta de comida e o excesso de ausência ou a falta de conforto e o excesso de muros. As situações, embora contraditórias, apresentam aspectos positivos e negativos das vivências das crianças no espaço urbano e em situações de aprendizagem. As fotografias que acompanham a proposta literária complementam as imagens mentais que são provocadas no desenvolvimento do texto. É importante enfatizar que a produção literária apresentada, embora não tenha uma proposta teórica, provoca no leitor a reflexão sobre a cidade. A narrativa configura-se a partir da vivência, do olhar atento e da bagagem teórica da autora em relação ao espaço urbano. Dessa mistura surge um texto provocativo e poético que, além de mostrar dois olhares opostos sobre a cidade, aponta um terceiro: o olhar da cidade sobre aqueles sujeitos em formação.

Essa reflexão sobre a cidade a partir da literatura e da produção textual é justamente o assunto abordado pelo texto *A cidade e as leituras na formação docente* de autoria de André Luiz Neves Jacintho e Letícia Queiroz de Carvalho. Os autores apresentam uma proposta de pesquisa que busca investigar como a cidade, a literatura e a literatura acadêmica geram transformações na prática docente. Cientes da importância do contato e da compreensão com textos literários, os pesquisadores apresentam um projeto de pesquisa que terá como objeto de investigação

as narrativas produzidas por docentes a partir de suas experiências com o espaço urbano e com a escrita. Apoiados no conceito de *Ato responsável* de Mikhail Bakhtin que defende a singularidade e a alteridade das diferentes vozes e a impossibilidade dos sujeitos serem substituíveis, os autores propõem um resgate da experiência de ouvir e falar sobre as diferentes vivências na cidade como exercício de memória, de formação e de conhecimento sobre si mesmo. Os pesquisadores têm uma expectativa de que nesse processo os docentes ressignifiquem suas formas de pensar e agir em sua prática docente.

Na busca de compreender a cidade a partir de produções cinematográficas, o texto *A imagem da periferia nos filmes Cidade de Deus e Banlieusards*, de autoria de Érika Sabino de Macêdo busca compreender, a partir do conceito de gênero discursivo do teórico Mikhail Bakhtin, como é o processo de construção da imagem da periferia nas duas produções. Para orientar essa análise, a autora propõe a investigação dos seguintes aspectos: as relações de espaço e de tempo no filme; os recursos e efeitos de sentido gerados pelas cenas de abertura do filme; a representação da distância espacial e estética entre o centro e a periferia; a relação com a polícia; as aproximações observadas entre os dois filmes. O texto apresenta inicialmente alguns aspectos da linguagem cinematográfica e um breve percurso analítico por filmes produzidos na França e no Brasil que abordaram, de diferentes maneiras, o espaço urbano, suas transformações e suas contradições. As duas produções, embora retratem contextos sociais diferentes, provocam reflexões semelhantes sobre a questão habitacional e seus equívocos: como as escolhas por determinadas políticas públicas de habitação geram segregação, criminalidade e ausência do habitar humanizado.

Após percorrer a literatura e o cinema, o leitor terminará a leitura dessa publicação do Gepech explorando o universo musical em diálogo com a cidade. A proposta de Marco Antônio Reis, Dilza Côco e Priscila Chisté denominada *Ouvindo "Sampa no walkman" em Cachu, no Spotify: a arte como ferramenta desveladora das contradições da cidade* mostra como as canções podem desvelar ou ocultar os conflitos e as contradições do espaço urbano. Para tanto, os autores abordam inicialmente a relação polêmica entre Arte e política, nos mostrando a capacidade e a eficiência das produções artísticas quando possuem o objetivo de mobilizar e formar um pensamento ou como forma de controle e manutenção de uma situação social defendida pelas classes hegemônicas. Abordando a questão da Indústria cultural, o texto discute o conceito de alienação a partir de Adorno e Horkheimer para

compreender os locais de espetacularização na sociedade contemporânea com suas redes sociais, com seus *influencers* e suas performances no *Tik Tok*. Após a abordagem dessas reflexões, os autores analisam diferentes canções com propostas nacionalistas e sentimentalistas que camuflam as contradições presentes na sociedade ou músicas de ostentação que se alinham a uma postura neoliberal. Em contraponto a essas canções, o texto analisa as letras reflexivas e críticas das canções *Sampa* de Caetano Veloso e *Sampa no walkman* de Humberto Gessinger que expõem de forma poética a cidade e suas trágicas contradições.

Sendo assim, percebemos que os artigos apresentados nessa terceira publicação do Gepech nos convidam a percorrer o espaço urbano de forma reflexiva, crítica, histórica e poética. As abordagens apresentadas estão em consonância com os caminhos definidos pelo grupo de estudos no momento de sua formação e elencados em sua primeira publicação. Dessa forma, a obra “Educação na Cidade: reflexões, viagens formativas e arte” buscou estimular e provocar um olhar atento ao discurso da cidade e atendendo a vocação primordial do Gepech: promover o conhecimento e a compreensão das contradições existentes no espaço urbano como forma de pensar e projetar as possíveis transformações no futuro.

Os organizadores

PREFÁCIO

A Educação da e na Cidade como prática teórica (de criação) permanente

Este é um livro de um grupo de pesquisa de educadores que vem construindo um modo especial de pensar a cidade e o urbano através das possibilidades postas pela educação. É preciso ressaltar a importância do grupo, da pesquisa e da educação, uma articulação necessária de uma construção de conhecimento em conjunto feita por educadores(as) com grande experiência nas salas de aula do Ensino Fundamental e Médio e também universitário. Um grupo de pesquisa é, antes de tudo, um grupo de estudos e é, sobretudo, um lugar de encontro ou de encontros. No caso do Gepech, os(as) pesquisadores(as), que são professores e pesquisadores, vindos de diferentes áreas do conhecimento, desenvolvem suas pesquisas individuais a partir, em grande parte, de sua prática pedagógica, no lugar em que trabalham como professores(as), ou a partir de uma questão que os(as) inquietam especialmente. Todas essas pesquisas e preocupações individuais estão reunidas, se encontram, num contínuo debate de anos no Mestrado de Ensino de Humanidades do IFES-Vitória, que tem por finalidade o

desvendamento dos conteúdos do espaço urbano e da urbanização contemporâneos e a reflexão sobre as formas de trabalhar esses conteúdos na escola. Esse esforço coletivo já apresenta um expressivo acervo de trabalhos de pesquisa de dissertações de mestrado e de materiais didáticos produzidos pelos professores e pelos mestrandos, que também são professores. Este livro é o resultado desse esforço, reunindo várias das pesquisas realizadas e defendidas como dissertações de mestrado no IFES.

Os textos do livro revelam uma orientação teórica importantíssima para a pesquisa sobre o espaço urbano: a obra do filósofo Henri Lefebvre, assim como de continuadores da obra lefebvriana, se sobressaindo as contribuições da geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos. Lefebvre foi um dos filósofos que mais se aprofundou na radicalidade da obra de Karl Marx, e seus livros sobre a cidade e o urbano são obras fundamentais para a construção de um pensamento crítico sobre a realidade urbana que vivemos hoje, atravessada pela lógica da mercadoria, mas cuja compreensão (das contradições) permite vislumbrar possibilidades de superação em direção a um espaço de apropriação. Apropriando-se dessa obra, o Gepech busca construir um pensamento em movimento, para compreender o movimento da realidade de modo aberto e com o rigor da crítica radical que compreende as barreiras para a emancipação social, apontando as possibilidades de superação dessas barreiras.

Nessa orientação teórica a própria educação é um ato criativo, de descoberta, tanto do(a) professor(a) quanto dos(as) alunos(as). Nesse sentido, em qualquer nível de ensino, a educação se constitui como uma ação de sujeitos criadores que, no ato de conhecer, constroem uma crítica radical da realidade existente. O sentido de radical aqui é o de buscar a raiz dos fenômenos, os fundamentos dos processos que geram a realidade tal como a conhecemos e a vivemos. A crítica tem dois movimentos: um que é a compreensão dos conteúdos reais (os fundamentos) e outro que é a elaboração de possibilidades de superação das contradições que interditam a emancipação da sociedade.

A perspectiva de Educação na Cidade posta neste livro concebe a educação como um processo necessariamente de desalienação, de construção de conscientização dos educandos (e aqui poderíamos unir professores e alunos nesse conjunto dos educandos), onde eles se situam concretamente no movimento da realidade de que fazem parte. Dessa forma, a pesquisa é parte inerente do processo de ensino-aprendizagem, assim como o cotidiano e o espaço vivido dos pesquisadores/educandos/professores é objeto privilegiado de preocupação nessa proposta de educação aberta para a realidade, para a prática socioespacial. Trata-se, assim, da busca pela construção de uma educação concreta, necessariamente revolucionária, enquanto possibilidade para a formação de sujeitos que se colocam ativamente na sociedade e na realidade em que vivem como cidadãos concretos.

O livro revela a construção de um projeto de um grupo de pesquisadores que é um projeto de educação que carrega em si um projeto de uma nova sociedade possível, de uma outra cidade, de um novo espaço a ser pensado e produzido, voltado para a apropriação de seus moradores, para a reprodução plena da vida de toda a sociedade no espaço urbano. Nesse momento que no Brasil vemos defensores de direitos humanos sendo barbaramente assassinados na Amazônia, que a pobreza e a miséria, junto com a fome, aumentam, sobretudo nas cidades, que o autoritarismo e os retrocessos de direitos avançam, o projeto político-teórico-prático do Gepech se coloca como resistência e ação no questionamento radical dos pressupostos da produção dessa realidade. E avança na proposição de perspectivas possíveis para a superação desse momento em que temos elementos evidentes de barbárie na realidade brasileira para vislumbrarmos uma sociedade que se compreenda a si mesma e se aproprie conscientemente das possibilidades de superação das contradições a partir do vivido nos lugares da cidade, a partir da compreensão da realidade do lugar, articulando-a ao movimento do mundo. A Educação na Cidade proposta pelo grupo é uma das formas de enfrentar esse desafio.

Uma ideia que devemos lembrar também ao lermos os textos do livro é a de formação continuada do(a) professor(a), lembrando que a formação é um processo que começa e não termina nunca. Um cidadão concreto é um indivíduo em permanente formação crítica, que se questiona e que questiona a realidade em que vive, se colocando ativamente nessa realidade, buscando os seus significados possíveis, buscando transformá-la. O sentido da educação nessa perspectiva é carregado de utopia e é um movimento contínuo, que nunca se fecha. É também um desafio permanente, porque a realidade se transforma e as compreensões possíveis e os projetos de sociedade têm que se transformar também, necessariamente.

A proposta de Educação na Cidade, a partir de uma perspectiva crítica, coloca a necessidade, e os textos do livro evidenciam isso de maneira reveladora, de fazer uma crítica permanente de si mesma, como uma exigência de criação de possibilidades integradoras do ato de conhecer com a vida cotidiana, da cidade com a escola, da reflexão científica com os atos banais da vida, da compreensão com a transformação da cidade. Ao trazer a reflexão da Educação para o pensamento crítico sobre a cidade, o desafio se torna um caminho sem volta no sentido da construção de um conhecimento que se implica permanentemente no movimento da realidade e não se fecha numa preocupação restrita com o próprio conhecimento por ele mesmo. A reflexão sobre a educação se torna a reflexão sobre a cidade, na cidade, junto com os moradores da cidade. Essa característica atravessa todo o livro, que nos transporta para as ruas das cidades capixabas, ao centro de Vitória, à periferia de Vila Velha, à cidade de Serra, ao debate com a arte, a música, a literatura, o cinema, demonstrando que as possibilidades de construção de uma educação concreta e que forme sujeitos concretos, cidadãos, é feita com liberdade e muita criatividade e imaginação, além de uma busca por um rigor teórico, que pensa a prática em ato e contribui para a sua transformação.

Rafael Faleiros de Padua
Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

Capítulo I – Pensar a cidade: reflexões teóricas	23
Direito à cidade	25
Priscila de Souza Chisté	
Sandra Soares Della Fonte	
Cidade, valor, valor de uso e valor de troca	45
Tamiris Carvalho Marchiori	
Priscila de Souza Chisté	
Capítulo II – Ver a cidade: reflexões sobre espaços urbanos	65
Morfologia, segregação e desigualdades urbanas: uma leitura do bairro Jardim Tropical, Serra/ES	67
Cynara Ramos Siqueira	
Dilza Côco	
O Residencial Vila Velha e a cidade que o contém	89
João Nolasco Ribeiro	
Sandra Soares Della Fonte	
Capítulo III – Percursos pela cidade: Viagens Formativas	105
A experiência de pensar a cidade em viagens formativas: professoras e professores da rede pública em curso de Extensão/PPGEH-IFES	107
Sandra Soares Della Fonte	
Alexsandra Loss Franzin	
Eliana Kuster	
Maria Raquel Ardisson Passos	
Samira Sanches	

Mercado da Vila Rubim: uma possibilidade de viagem formativa Luciano Ribeiro Priscila de Souza Chisté	123
Arquitetura pomerana como estereótipo: uma viagem formativa desvelando a identidade de “fachada” Swami Cordeiro Bérghamo Sandra Soares Della Fonte	153
Capítulo IV – A arte desvela a cidade: literatura, cinema e música	183
A cidade e as leituras na formação docente: uma proposta de pesquisa André Luiz Neves Jacintho Letícia Queiroz de Carvalho	185
Capítulo V – A arte desvela a cidade: prosa poética, cinema e música	201
Tem criança na cidade Priscila de Souza Chisté	203
A imagem da periferia nos filmes Cidade de Deus e Banlieusards Érika Sabino de Macêdo	211
Ouvindo “Sampa no walkman” em Cachu, no Spotify: a arte como ferramenta desveladora das contradições da cidade Marco Antônio Reis Dilza Côco Priscila de Souza Chisté	245
Autoras e autores	265



CAPÍTULO I

PENSAR A CIDADE: REFLEXÕES TEÓRICAS



DIREITO À CIDADE

Priscila de Souza Chisté
Sandra Soares Della Fonte

Nos direitos fundamentais que precisam ser assegurados, estão os direitos à moradia, ao vestuário, à instrução, à saúde, à liberdade individual, ao amparo da justiça pública, à crença, ao lazer, à arte e à literatura. Entre eles, podemos elencar também o direito à cidade. Para Lefebvre (2016), este não é um direito no sentido jurídico do termo,

[...] mas um direito semelhante aos que encontraram estipulados na célebre Declaração dos Direitos do Homem, constitutiva da democracia. Esses direitos jamais são literalmente cumpridos, mas a eles sempre nos referimos para definir a situação da sociedade. A declaração dos Direitos do Homem foi completada pelos direitos da mulher, da criança etc. Propus acrescentar a essa lista “o direito à cidade”, assim como o “direito à diferença”, pensando nas diferentes etnias e nos diferentes povos que constituem, no espaço, as sociedades modernas e a sociedade à escala planetária (LEFEBVRE, 2016, p. 136).

Esse conceito foi sistematizado por Henri Lefebvre no livro “O direito à cidade”, escrito em 1967 e publicado em 1968.¹ Neste ano, em diversas partes do mundo, ocorriam diferentes movimentos contra a guerra e a ditadura, em favor da liberdade e da democracia. O movimento estudantil francês de 1968, do qual Lefebvre foi apoiador, também compôs esse quadro, bem como outros eventos, como greves operárias convocadas por sindicatos na França e na Itália.

Em 1968, a classe operária francesa quase chegou às extremas possibilidades objetivas e subjetivas. Afirmando-se como sujeito social e político, ela abalou (por um momento) o Sistema, tanto quanto ele havia conseguido estabelecer; ela o deixou fraturado, esborado em subsistemas que se reajustavam mal. Por quê? A ação dos estudantes não pôde intervir senão como catalisador, de analisador-revelador. A classe operária não protestava contra disposições e dispositivos espaciais que se estabeleciam? Contra manipulações? Essa é uma hipótese, que reaproximaria, teórica e politicamente, acontecimentos separados por um século (LEFEBVRE, 2016, p. 160).

De acordo com Tavolari (2016), no Brasil, o conceito de direito à cidade chegou nos anos de 1970. Nessa ocasião, o sociólogo José de Souza Martins promoveu estudos sobre pensamento marxista, seguido por outros professores da Universidade de São Paulo (USP) em diferentes departamentos dessa instituição. Os estudos sobre a produção de Marx facilitaram a entrada de Lefebvre no contexto brasileiro, tendo em vista a ligação desse autor com a tradição marxista.

Tavolari (2016) explica que, devido à grande utilização do conceito de direito à cidade no meio acadêmico e em diferentes movimentos sociais, ocorreu um certo esvaziamento do seu significado, tornando-o, em muitos casos, apenas um “chavão” que, de tão polissêmico, acabou tornando-se vazio de significado. Como modo de superar esse problema, Tavolari (2016) sugere que retomemos aos textos lefebvrianos para compreendermos o que o próprio autor explica sobre tal conceito.

Diante desse chamado, neste texto, apresentaremos apontamentos de leitura sobre o conceito de direito à cidade em Henri Lefebvre, a partir dele próprio e de seus comentadores. Este sociólogo

¹ Conforme aponta Harvey (2014), o livro “O direito à cidade” foi escrito na ocasião do centenário da publicação do volume I d’*O Capital* e publicado meses antes da irrupção de maio de 1968.

francês nos ajuda a pensar sobre a cidade ao tomá-la como espaço concebido por meio de uma estratégia de classe e planejado para determinadas finalidades; como espaço onde se vive de modo criativo ou, por vezes, de forma alienada; e também como espaço experienciado pelo corpo por meio de todos os sentidos humanos, desenvolvendo-os ou embrutecendo-os (LEFEBVRE, 2013).

Lefebvre viveu as transformações que o processo de modernização operou sobre a cidade. Como sociólogo, estudou o capitalismo observando seu desenvolvimento a partir do século XX, momento em que a produção de mercadorias simples (cadeiras, roupas etc.) dá lugar a um novo modo de produzir, agora por meio do espaço. Dito de outro modo: o foco central do processo de acumulação capitalista passa da produção de mercadorias clássicas para a produção do espaço. O conceito de produção em Lefebvre (1973) tem um duplo sentido: *stricto sensu*, referente à produção de mercadorias e *lato sensu* referente à produção do homem. No sentido filosófico (*lato sensu*), o ato de produção produz o homem, ou seja, para além do homem objetivar-se nos produtos, ele se objetiva no mundo que ele produziu. O mundo construído tem sentido do humano, mas, ao mesmo tempo, produz mercadorias, produz “o mundo da mercadoria”. Esse processo quantitativo de acumulação de mercadoria é considerado por Lefebvre como o momento em que a industrialização gerou a urbanização.

Lefebvre (1973, 2013) observa que a urbanização passa a ser um momento de ruptura da história pela via da acumulação, impactando o social, o desenvolvimento das forças produtivas, permitindo a reprodução do capitalismo. Assim, como dissemos, a problemática urbana passa a situar-se no movimento de reprodução do capital e não mais no movimento de produção da mercadoria, como ocorria durante o processo industrial. Nesse processo, a urbanização ganha outro ritmo, ela transforma as formas de vida. Ela produz uma nova cidade, tal como explica Harvey (2014, p. 20):

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas.

Nesse sentido, o espaço-mercadoria é fragmentado, por exemplo, pelo setor imobiliário que vende parcelas da cidade por meio do marketing e até mesmo a cidade como um todo, por meio do planejamento estratégico. O processo de reprodução do espaço aparece como estratégia que contribui para a realização do capital financeiro, pois este passa a investir na produção imobiliária, comprando e vendendo parcelas da cidade que foram valorizadas pelas grandes obras promovidas pelo Estado e pagas por todos os contribuintes (CARLOS, 2020).

O solo valorizado expulsa das áreas de interesse dos investidores os mais pobres, produzindo favelas, “[...] acentuando a segregação, a atomização das pessoas pela desagregação da vida” (CARLOS, 2020, p. 359). Nas palavras de Carlos,

[...] a cidade, aonde se desenrola a vida real, tem se transformado em fonte de lucro e disputa de poder pela coação do uso. De forma mais clara, o uso coloca como questão central o acesso à moradia para, em seguida, desdobrar-se no problema da mobilidade na cidade (tanto em relação ao tempo do deslocamento quanto ao seu custo). Isto porque a cidade – sob a lógica da acumulação capitalista – produz-se separando o lugar de moradia, àquele do trabalho, dos serviços e dos lazeres, obrigando grandes deslocamentos (CARLOS, 2020, p. 356).

Segregado pela cidade fragmentada, o sujeito é apartado do espaço. Lefebvre (2008) chama esse processo de “alienação urbana”, ou seja, o sujeito é separado dos bens que foram produzidos por meio de seu trabalho e que trouxeram benefícios para a cidade. Ele não participa da centralidade urbana, não tem direito a ela. Está segregado em relação ao conjunto social da cidade. A cidade passa a ser estranha a ele e, por conseguinte, o sujeito sente-se perdido geograficamente, não se encontra e nem se reconhece como parte do meio urbano. Nesse sentido,

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Os limites da propriedade marcam os limites dos usos (e de seus modos) na cidade, fazendo com que a vida cotidiana desenvolva-se nos estritos limites dos espaços privados (e vigiados como é o caso em condomínios fechados, ruas muradas, praias privatizadas) dos espaços públicos normatizados e pelo poder crescente das milícias, organizando a vida (não só na periferia) com a subjugação e imposição no ato de ir e vir definidos segundo uma lógica que esvazia a democracia (CARLOS, 2020, p. 364).

Cabe ressaltar que, inicialmente, a acumulação primitiva exigiu a propriedade, a concentração de renda e as classes sociais diferenciadas. Esses elementos repõem-se diferencialmente no mundo moderno. Aproveitando-se disso, o capitalismo tomou essa propriedade histórica e a transformou em propriedade privada. É na condição de propriedade privada que a propriedade se torna capitalista. Nessa condição, a propriedade permite expulsar as pessoas da terra, das ocupações (como vemos na atualidade), porque elas não detêm a propriedade privada.

Na nossa sociedade como um todo, a reprodução social está voltada para o processo de acumulação, para o processo de valorização. Lefebvre (2013) observou que, no século XX, a produção do espaço torna-se uma chave da economia capitalista. Não que o espaço não fosse produzido socialmente antes desse período, mas, a partir deste momento, para que o capitalismo se desenvolvesse, a produção do espaço tornou-se fundamental. Para que as relações de produção presentes na fábrica se delineassem também no conjunto da vida, foi necessário produzir um novo espaço. Este, no século XX, foi moldado, por exemplo, no plano da concepção, no plano da arquitetura. Um dos movimentos que operou a partir dessa lógica foi o Modernismo que, no campo da Arquitetura, visou, sobretudo, a funcionalidade. O Modernismo proposto por Le Corbusier dividiu a cidade em partes: o centro público, o centro comercial, as residências de maior padrão, as residências de menor padrão, o lugar do lazer, o lugar da escola, o lugar do hospital etc. Conforme explica Alvarez (2011, p. 67-68),

A construção de cidades novas, planejadas e submetidas ao controle estatal (ainda que em graus diferenciados) talvez sintetize o esforço desse planejamento funcionalista e o domínio estatal na produção de um espaço que pudesse mascarar as contradições nela presentes, como se fosse possível dissociá-la dos processos e dinâmicas econômicas e sociais.

Essa funcionalização intensificou-se durante o século XX, e sua lógica previu a captura dos tempos e espaços da vida. Além da carga horária de trabalho, perde-se tempo também com o deslocamento entre a casa e o local de trabalho, o que acarreta, por conseguinte, a perda do tempo de lazer. A circulação torna-se um elemento fundamental já que, no capitalismo, quanto maior e mais rápida a circulação, maior é a valorização do capital. Nesse contexto, o espaço ganha destaque no processo de reprodução capitalista. Ele é produzido como mercadoria,

que não satisfaz as necessidades sociais, os desejos da vida humana, mas está focado na venda, na garantia da acumulação.

O espaço para os menos abastados, sobretudo o espaço onde ocorre a vida privada, como o da casa, é valor² de uso. É onde se realiza a vida, mas, de modo contraditório, ele também é um valor de troca, quando, por exemplo, o imóvel passa a ter valor. Já para as construtoras e incorporadoras o espaço é mercadoria e, como tal, só terá acesso a ele quem puder pagar. Esse movimento promove a segregação socioespacial pois, como foi dito, só tem acesso ao espaço quem pode

² Conforme sistematizado por Marx (2017) e explicado por Carcanholo (2005), o valor das coisas percorreu o curso da história, mas na sociedade capitalista ele se generalizou, já que quase tudo que tem valor de uso, passa a ter valor. O valor de uma mercadoria não está na sua natureza, no seu valor de uso, mas no seu poder de ser trocada por outra mercadoria. Nesse sentido, o valor de troca de uma determinada mercadoria é a proporção de troca que ela realmente estabelece com outra mercadoria qualquer. Assim, ela não possui somente um valor de troca, mas tantos valores de troca quantas são as demais mercadorias existentes na sociedade. Já o preço de uma mercadoria é o valor de troca da mercadoria quando a outra é a mercadoria dinheiro. O conceito de valor refere-se a uma característica intrínseca a cada mercadoria, propriedade essa que é social (não natural) e que consiste no “poder de compra”, no poder de atração que possui essa mercadoria sobre as demais e que permite que ela tenha aqueles valores de troca determinados e não outros menores ou maiores. Esse poder de compra está relacionado à riqueza mercantil que a sociedade conhece na sua existência (a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la). É aí que fica determinado que a magnitude do valor é a magnitude da riqueza mercantil que foi produzida pelo trabalho social, pelo esforço produtivo da sociedade desviado eventualmente de outros fins. A quantidade de trabalho socialmente necessário determina a magnitude do valor, refere-se à sua dimensão quantitativa, à sua grandeza, mas não à sua natureza. No entanto, Carcanholo (2005) alerta que o valor não é trabalho, embora encontre nele o seu fundamento. Valor é uma propriedade social das mercadorias que consiste em um certo poder de compra, de magnitude aproximadamente determinada que ocorre durante um tempo, um período, uma época. É uma qualidade das mercadorias, um adjetivo atribuído socialmente a elas. Enquanto o valor é uma propriedade social inerente, interior à mercadoria, expressão nela das particulares relações sociais existentes e, portanto, uma categoria da essência da sociedade capitalista, o valor de troca é sua forma de manifestação e aparece na superfície dos fenômenos; por isso, diretamente observável. O valor de troca está para a aparência da mercadoria e o valor está para a sua essência. A essência precisa explicar por que uma mercadoria é assim e porque sua aparência faz com que pensemos que a sua essência diverge do que ela efetivamente é. A essência de uma mercadoria contém dentro de si uma explicação do porquê a aparência mostra que ela é outra coisa. Então, o valor (que é descoberto e identificado como poder de compra) constitui, na verdade, através de sua grandeza, a magnitude da riqueza social produzida. No entanto, o real poder de compra de uma mercadoria é variável e determinado pelo jogo da oferta e da demanda. Assim, os valores de troca e, em particular, o preço de uma mercadoria determina-se pela oferta e pela demanda.

pagar por ele. Essa estratégia do capital expressa um conflito³: o sistema precisa dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, não se preocupa com as condições de moradia deles. Sabe que eles precisam morar para ter onde descansar, mas o empregador não se importa com isso. Desse conflito emergem tensões que ganham materialidade, por exemplo, nas ocupações organizadas por movimentos populares. A ocupação, portanto, é expressão da contradição entre os que detêm a propriedade e os despossuídos dela.

Nesse sentido, a contradição entre a apropriação social e a propriedade privada se revela no conflito, no movimento de luta pela moradia ou pelo movimento de ocupação do espaço. A relação apropriação social/propriedade é contraditória porque nega a propriedade privada, muito embora o próprio movimento social, num primeiro momento, não se dê conta de que esse movimento é uma negação da propriedade privada. Mas, ao mesmo tempo, esse movimento social reitera a propriedade privada, porque o pedido deles é por moradia, uma moradia como propriedade privada e não moradia coletiva ou moradia social. Do mesmo modo que nega a propriedade privada a reitera, pois a moradia que se quer é a moradia individual. No entanto, pode ser que a apreensão e a consciência desse processo não ocorram por parte dos integrantes desse movimento social (ALVAREZ, 2011).

Nesse processo, em que as contradições afloram via conflito, pode ser também que os integrantes do movimento social alcancem certo grau de desalienação em relação a essa produção da cidade. Contudo, é muito comum ver lideranças de movimentos sociais que, quando começam a conhecer a centralidade da cidade, ver seus jardins e parques, por exemplo, ficam admirados, encantados por saber que a cidade também é

³ Para Marx (2000), a relação existente entre as classes sociais é uma relação de conflito, de luta, disputa, oposição, na qual um poder tenta se sobrepor ao outro, enquanto este, por sua vez, resiste. Nessas relações ocorrem confronto e incompatibilidade, já que para que uma classe possa se desenvolver, a outra precisa ser subjugada. Conforme Cury (2000), a contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real. Essa relação se dá na definição de um elemento pelo que ele não é. É um mesmo aspecto (de um dado fenômeno) que possui qualidades que se anulam entre si. Assim, cada coisa exige a existência do seu contrário, como determinante e negação do outro. A contradição, portanto, revela o que está por trás do conflito, o que está escondido, explicando o conflito. Nesse sentido, para apreender o conflito é preciso realizar um exercício do pensamento. Não que a contradição se dê no plano do pensamento, mas para captar a essência do conflito é necessário desvelar as contradições que se expressam no plano do vivido, por meio de um exercício do pensamento.

isso. Essas pessoas que estavam confinadas na periferia começam a perceber a riqueza da cidade, já que para eles a vida coagida da periferia se resume a um espaço precário (ALVAREZ, 2011).

Por conseguinte, os conflitos acabam revelando as contradições, e estas também são reais. Um olhar apressado pode desconsiderar as tensões que impulsionaram tais conflitos. É necessário, então, analisá-los profundamente, desvelando as ações e interesses implícitos que se manifestaram em vários momentos do processo e que acarretaram a negação do direito à cidade, ou seja, que negaram às pessoas o direito de viver a/na cidade.

Conforme defende Lefebvre (1973), enquanto não desvendarmos o sentido da propriedade privada, não conseguiremos vislumbrar o futuro dessa sociedade através da transformação da cidade, não será possível discutir as mudanças do mundo sob o capitalismo. O direito à cidade é um dos elementos que estão sendo postos como estratégia para mudar o mundo.

Assim, o debate sobre o “direito à cidade” torna-se fundamental, já que aparece como horizonte de luta no seio dos movimentos sociais, a partir do questionamento sobre o modo como se realiza a vida urbana. Para Carlos (2020), as ações dos movimentos sociais são fundamentais, pois elas funcionam com expressão das urgências das pessoas que, por exemplo, não possuem moradia digna ou emprego que possibilite seu sustento. Os movimentos sociais podem questionar as políticas públicas, revelando a quem, de fato, elas beneficiam, conclamando o acesso aos direitos que deveriam ser assegurados, uma vez que, no caso brasileiro, estão previstos pela Constituição Federal. Contudo, cabe lembrar que, como alertou Tavolari (2016), o conceito de direito à cidade, em muitos casos, tem sido utilizado pelos movimentos sociais e em algumas pesquisas acadêmicas sem recorrer à sua origem, cabendo-nos buscar um retorno a ela na tentativa de explicar o seu fundamento.

Lefebvre (1991) aponta que o direito à cidade se refere ao direito à vida urbana, condição para a formação humana e para a garantia da democracia. Para Lefebvre (1991) a vida urbana ultrapassa o imaginário construído socialmente, voltado para consumo de mercadorias, incluindo a moradia, o saneamento básico, os serviços urbanos em geral, ou seja, àquilo que deveria ser para todos, mas que se torna um negócio que beneficia a poucos. Mesmo no campo, ainda que a paisagem esteja ligada à natureza ou à produção agrária, a vida urbana se faz presente, sobretudo a partir de desejos de consumo reforçados pela mídia, pelo

convívio com os que foram viver na cidade, pelos que transitam em diferentes espaços etc. Além disso, a ideia de sair do campo e adentrar a vida urbana constitui-se como um modo de mudar de vida, seja por meio do trabalho afastado do campo, seja pelo estudo. O acesso a diferentes bens e serviços que a cidade oferece são aspectos que enaltecem a vida urbana em detrimento do campo. Ao mesmo tempo, o medo da cidade pela violência, pela correria, pela poluição reforça a apologia ao campo e a negação da vida urbana.

Como contraponto a esse imaginário social, Lefebvre (1991) considera que a vida urbana integra um projeto a ser construído, um projeto virtual possível que ainda não está posto, mas que precisa ser elaborado pela sociedade. Para tanto, é necessário construir um novo humanismo que uniria o individual (o singular), o particular (os grupos), o geral (o mundial), o universal (o sentido da história que favoreceria a construção desse novo humano, um humano não mais alienado, nem fragmentado). Aqui se vislumbra a potência de pensar um projeto possível, mas que também carregue consigo uma utopia, uma impossibilidade. Esse projeto possível/impossível estaria baseado na *poiética*, relacionado à comunicação, ao amor, à participação, ao conhecimento, ao jogo. Tal projeto comporta a plena condição de vida, fundamentado naquilo que Lefebvre chamou de uso, de apropriação, momento da criação contra a alienação e a fragmentação. Este projeto do possível/impossível mobilizaria os recursos do imaginário da arte, do recurso da ciência e do pensamento político. Um pensamento não como um fim, mas como negativo do cientificismo, do pragmatismo, como uma via que se impõe por meio de uma totalidade aberta, uma totalidade que não está dada, mas em movimento.

No campo teórico, a totalidade é um quadro de referência. Sem a totalidade, a realidade se fragmenta e só vemos os seus pedaços. Em Lefebvre, a totalidade também é tomada como horizonte, como um caminho que se nega a cair em uma ideologia (simplificação do mundo e sua automização). Já no campo da prática, a totalidade tem uso prático na vida e se torna cotidiano. Vejamos um exemplo que Lefebvre (citado por VOLOCHKO, 2019, p. 510) apresenta ao analisar um fato cotidiano, aparentemente banal:

Assim, eu observo uma mulher que compra açúcar, e/ou um homem em um café. Para compreendê-los, eu chego em toda a sociedade atual, em toda sua história. Eu descubro um emaranhado de causas e de efeitos, de

ações recíprocas, de “esferas”, de essências escondidas: a vida deste homem ou desta mulher, seus ofícios, suas famílias, seus níveis sociais, suas classes, suas biografias, etc. e portanto, também, a “estrutura global” do capitalismo. Mas o pequeno fato inicial aparece ainda mais rico e mais complexo em sua humildade do que as essências, as leis e as profundidades implicadas. A análise econômico-social alcança determinações essenciais, mas não a esgota.

Nesse exemplo, percebemos que a totalidade está relacionada tanto à compreensão da essência de um determinado fato (para além de sua aparência), quanto à oposição à fragmentação, na busca por compreender o todo, analisando dialeticamente sua relação com as partes por meio da apreensão das mediações que atravessam o fenômeno.

Em Lefebvre, a noção de totalidade está voltada para a criação de uma cidade concentrada no bem comum, uma cidade que se constrói a partir dos desejos e das necessidades sociais. Uma totalidade que superaria as cisões do homem, valorizando a práxis, o conhecimento, refutando as separações e as fragmentações. Como nos explica Volochko (2019, p. 519), pensar a totalidade do humano e o humano como totalidade íntegra

[...] um projeto de reapropriação do espaço urbano pela sociedade urbana, uma vez que ela se mundializa e se torna tendência totalizante, a direção, o horizonte. Essa reapropriação – é central dizer que não se trata de um projeto restaurador, mas de superação e recriação de uma nova apropriação – passa pela remoção radical daquilo que bloqueia a apropriação: o Estado, a propriedade privada da terra, o capitalismo. Trata-se do projeto de reapropriação cotidiana do espaço-tempo pelo uso, pelo corpo humano, que revela a totalidade dos sentidos. Não estamos falando de outra coisa senão da ideia de homem total, aquele que se realiza plenamente pelos sentidos do corpo, consciente de si mesmo e do seu mundo, o homem não fragmentado em uma ou algumas de suas dimensões.

O direito à cidade seria um modo de reivindicar essa totalidade. Ele manifesta-se “[...] como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)” (LEFEBVRE, 1991, p. 135). Nas palavras de Lefebvre (2016, p. 33-34),

[...] não se trata de um direito natural, decerto, nem contratual. Em termos tão positivos quanto possível, o mesmo significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes de circuitos de comunicação, de informação e de trocas.

Esse direito não pode ser assegurado se afastado da totalidade, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem o encontro de todos objetos e sujeitos. O direito à cidade recusa a organização discriminatória e segregadora. Além de recusar, critica os centros estabelecidos sobre a segregação. Como dissemos, o conceito de segregação é visto por Lefebvre como uma negação teórica e prática do urbano que lança para o espaço periférico todos os que não participam de privilégios políticos e não detém a propriedade privada.

Para promover o direito à cidade, Lefebvre (1991) acredita ser necessário fomentar o direito de encontro, de reunião. Nesse sentido, lugares e objetos devem responder a certas necessidades, à necessidade da vida social e de um centro, à necessidade e às funções lúdicas e simbólicas do espaço.

O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar da fragmentação. Ele não elimina os confrontos e as lutas. Ao contrário! Essa unidade poderia ser nomeada segundo ideologias: o sujeito (individual ou coletivo) numa morfologia externa que lhe permita afirmar sua interioridade – a realização (de si, do “ser”) – a vida – o par “segurança-felicidade”, já definido por Aristóteles como a finalidade da vida na pólis (LEFEBVRE, 2016, p. 34).

Como modo de investigar o contexto citadino, Lefebvre (1991) analisa o processo de industrialização que assolou pequenas cidades, traçando, para tanto, certa historiografia da cidade. Ele considera que, processualmente, as “[...] concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo, muitos núcleos urbanos explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas” (LEFEBVRE, 1991, p. 10). Esse processo é chamado por Lefebvre de implosão-explosão da cidade.

Para exemplificar a luta de classes que ocorre na cidade, Lefebvre (1991) analisa as mudanças realizadas por Haussmann⁴ em Paris, refletindo de modo aprofundado sobre estratégias desenvolvidas na França, no século XIX, após a Comuna de Paris (1871), considerada como o primeiro governo operário ocorrido após a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana em 1870. Uma das propostas da Comuna era desenvolver uma democracia urbana. Como isso afetaria diretamente os privilégios burgueses, foi necessário que essa classe empreendesse, ao menos, três ações na tentativa de frear este movimento: substituir as tortuosas por longas avenidas e os bairros sórdidos por bairros aburguesados; criar os subúrbios afastando o proletariado da cidade e contribuindo para a perda da consciência urbana (alienação urbana); e construir os conjuntos habitacionais. Observemos como essa estratégia é atual e ainda utilizada na contemporaneidade.

Os estudos que Lefebvre (2011) fez sobre a Comuna de Paris, publicados 1965, três anos antes do “O Direito à cidade”, o ajudaram a entender que os movimentos revolucionários assumem uma dimensão urbana (HARVEY, 2014). As ideias dos Situacionistas, grupo de artistas e intelectuais que defendiam um outro modo de fazer revolução, agora por meio de ações espontaneístas e intervenções artísticas, também influenciaram Lefebvre a assumir uma nova perspectiva:

Isso o colocou imediatamente em conflito com o Partido Comunista, que sustentava que o proletariado fabril era a força de vanguarda para a transformação revolucionária. Ao comemorar o centenário da publicação d’O Capital de Marx com um apêndice a O direito à cidade, Lefebvre claramente faz uma provocação ao pensamento marxista convencional, que nunca concedera ao urbano grande importância na estratégia revolucionária, ainda que mitologizasse a Comuna de Paris como acontecimento central em sua história. [...] Lefebvre estava sugerindo que a classe trabalhadora revolucionária era formada por trabalhadores urbanos, e não exclusivamente por operários fabris (HARVEY, 2014, p. 16).

Ao analisar tais estratégias e também a ideia de que a mudança urbanística é única resposta possível às demandas do cotidiano e às

⁴ As mudanças urbanísticas ocorridas na França, a partir de 1848, com a ascensão de Napoleão Bonaparte, foram intensificadas na administração do barão de Haussmann, nomeado pelo imperador para cuidar das obras públicas entre 1853 e 1870. Tais transformações serviram como modelo para outros governos, tanto na Europa quanto nas Américas.

emergências da vida, Lefebvre (1991) reflete sobre o movimento de tensão entre o habitar e o habitat, mediado pelo acesso à propriedade privada. Para ele, o habitar refere-se à participação na vida social e na comunidade; e o habitat, à condição precária de moradia suburbana nos conjuntos habitacionais coletivos (contexto parisiense), a uma vida limitada por uma estratégia de classe. Sobre essa nova condição de moradia, o estudioso francês aponta: “Toda a realidade urbana desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros” (LEFEBVRE, 1991, p. 20). Contudo, de modo contraditório o desejo pela propriedade privada reforçou a aceitabilidade dos moradores que, mesmo segregados, mostravam-se satisfeitos, pois alcançaram a moradia própria, a propriedade privada.

Lefebvre (1991) faz duras críticas aos urbanistas (Le Corbusier principalmente) que racionalizaram o espaço, voltados apenas para a sua função, reduzindo a solução dos problemas sociais aos modos efetivos de organização do espaço. Sobre o assunto, afirma:

Do lado da habitação, a decupagem e a disposição da vida cotidiana, o uso maciço do automóvel (meio de transporte “privado”), a mobilidade (aliás freada e insuficiente), a influência do mass-media separaram do lugar e do território os indivíduos e os grupos (famílias, corpos organizados). A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os “habitantes”) se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não têm mais importância (LEFEBVRE, 1991, p. 77).

Para esse autor, seria mais interessante morar na cidade e trabalhar no subúrbio. Isso possibilitaria aproveitar os espaços e tempos citadinos: “Não seria mais coerente, mais racional e mais agradável ir trabalhar no subúrbio e morar na cidade do que ir trabalhar na cidade e morar num subúrbio pouco habitável?” (LEFEBVRE, 1991, p. 78). O conceito de direito à cidade refere-se, portanto, ao direito à centralidade urbana.

[...] significa o direito dos cidadãos/citadinos e de grupos que eles constituem (sobre a base de relações sociais) a figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação de informação, de trocas. O que não depende nem de uma ideologia urbanística, nem de uma intervenção arquitetônica, mas de uma qualidade ou propriedade essencial do espaço urbano: a centralidade (LEFEBVRE, 2016, p. 33).

De acordo com Carlos (2020), essa centralidade nega a segregação e o espaço homogêneo imposto pela lógica capitalista (vide *shopping centers*, condomínios-clubes e conjuntos habitacionais). É preciso sair do programado, do geométrico, do quantificado e visar o habitar poético que pressupõe pensar outro modelo social. Nas palavras de Carlos (2020, p. 367):

[...] esta realização não se fará nem pela empresa, nem pelo Estado, mas no movimento da prática social. Assim, a cidade está indissociavelmente ligada a vida do homem, bem como do seu futuro – aqui talvez, como sua própria negação, isto é, o urbano como o fim da cidade.

Lefebvre (2008) coloca a necessidade de pensarmos um novo projeto de cidade nomeado de Sociedade Urbana. Para ele, a sociedade atual não permite o direito à cidade:

[...] só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (no modo de produção), pode permitir a entrada, na prática do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem. Um tal desenvolvimento supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua “finalidade”, nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas serviria a “fins superiores” (LEFEBVRE, 2016, p. 36).

A sociedade urbana, nesse sentido, é um objeto virtual possível, um horizonte. É uma utopia que envolve o rompimento com o capitalismo em direção a um projeto de um novo humanismo. “Um outro mundo possível depende do conteúdo de subversão-negação da ordem vigente, dos valores desta sociedade, rechaçando a lógica de uma integração ao capitalismo, em sua razão desumanizadora” (CARLOS, 2020, p. 366).

Para tanto, Lefebvre (2008) considera necessário realizar uma Revolução Urbana. Um conjunto de transformações que a sociedade contemporânea precisa atravessar para passar do período em que predominam as questões de crescimento e industrialização “[...] ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará a primeiro plano” (LEFEBVRE, 2008, p. 17).

Para iniciar esse processo, Lefebvre (1991, 2008) sugere partirmos dos lugares que já existem e que superem a ideia de que a cidade é uma mercadoria a ser consumida pelas classes abastadas, segregando os mais

pobres e conduzindo-os para os subúrbios. Para ele, existem fissuras, brechas, lacunas, possibilidades em meio à cidade atual:

Entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios (coação, terror, persuasão ideológica) existem buracos, às vezes abismos. Esses vazios não provêm do acaso. São também os lugares do possível. Contêm os elementos deste possível, elementos flutuantes ou dispersos, mas não a força capaz de nos reunir. Mas ainda: as ações e a simples presença de semelhante força. As instâncias do possível só podem ser realizadas no decorrer de uma metamorfose radical. [...] Apenas a força social capaz de se investir a si mesma no urbano, no decorrer de uma longa experiência política, pode se encarregar da realização do programa referente à sociedade urbana (LEVEBVRE, 1991, p. 114).

No contexto do final da década de 1960, Lefebvre observa que a idealização da cidade, outrora elaborada pela Filosofia, foi assumida pela ficção científica:

Atualmente, se se desejar uma representação da cidade “ideal” e das suas relações com o universo, não é entre os filósofos que se deve procurar essa imagem, e menos ainda na visão analítica que decupa a realidade urbana em facções, entre setores, em relações, em correlações. São os autores de ficção científica que trazem essa imagem. Nos romances de ficção científica foram orientadas todas as variantes possíveis e impossíveis da futura realidade urbana (LEFEBVRE, 1991, p. 119).

Para Lefebvre, embora criem versões intermediárias, os visionários literários oscilam entre dois extremos: ora apresentam antigos núcleos urbanos agonizantes, em declínio, onde “[...] vivem ou vegetam fracassados, artistas, intelectuais, gangster” (LEFEBVRE, 1991, p. 119); ora reconstituem cidades colossais que conduziram o ser humano para o reino de suas finalidades. Como exemplo dessa última tendência, Lefebvre apresenta a saga “A fundação”, escrita por Isaac Asimov e ganhadora do prêmio Victor Hugo, como melhor texto de ficção científica e fantasia em 1968. Nessa trama, Hari Seldon é um matemático e psicólogo que cria uma ciência chamada de Psico-história, capaz de realizar previsões. Ele estima que o Império Galáctico entrará em colapso em um prazo de 300 anos e que, após esse período, a Galáxia viveria cerca de 30 mil anos de barbárie. A ciência criada por ele poderia reduzir esse período para mil anos, por meio de um grupo de cientistas chamado de “A Fundação”.

A alusão direta a Asimov por Lefebvre não é ocasional. O literato pertence à geração de maturidade e consolidação do gênero ficção científica (cf. ROBERTS, 2018). Ademais, sua produção, em especial A fundação, estabelece uma relação estreita entre esse gênero e as questões fundamentais da sociedade: “Essa fé na ciência social preditiva [presente em A fundação] levou não apenas Asimov, mas também vários outros escritores a começar a considerar a dinâmica social mais seriamente, escrevendo histórias que enfatizavam política, religião e outras atividades coletivas. O resultado foi uma forma mais rica de ficção do que as aventuras da superciência das décadas anteriores” (ATTEBERY, 2003, p. 39).

Lefebvre reconhece que esse movimento da ficção científica conserva o futuro como sua temporalidade preferencial, mas seus pés permanecem fincados no presente social. Dessa maneira, os romances de ficção tornam-se um “[...] experimento com idéias (thought-experiment), a serviço muito mais de uma descrição de aspectos do presente (mesmo se este aparecer disfarçado de futuro) do que de uma autêntica predição [...]” (CARDOSO, 2006, p. 20).

Em direção semelhante, Lefebvre (1991, p. 120) observa: “A Cidade ideal, a Nova Atenas já se perfila entre nossos olhos”. Sob esse aspecto, o futurismo dos romances de ficção científica oferece elementos para a crítica da sociedade presente. Mais precisamente, romances dessa natureza estão povoados por utopias tecnológicas concernentes ao espaço, em termos arquiteturais, urbanísticos, planejados, tendo em vista o modo de produção existente (LEFEBVRE, 2013). A obra de arte literária torna-se, dessa maneira, fonte relevante para a compreensão e a crítica do espaço social regido pelo capital. Mas não apenas isso. Lefebvre (1991, p. 133) também considera que a arte pode contribuir para uma nova forma de apropriação do espaço e do tempo no sentido de “pôr a arte a serviço do urbano”. Ressalta que não se trata de enfeitar o espaço urbano com obras de arte, mas tê-las como fonte e modelo de apropriação do espaço e do tempo: “A arte traz casos e exemplos de ‘tópicos’ apropriados: de qualidades temporais inscritas em espaços” (LEFEBVRE, 1991, p. 134).

Esse exemplo nos direciona a pensar que a literatura pode abrir novas portas para o leitor compreender a cidade e a aspirar novos rumos para ela, vislumbrando o horizonte da Sociedade Urbana.

Sob essa névoa de possibilidades, finalizemos este texto com um trecho do livro “As cidades invisíveis”, de Italo Calvino (cf. CHISTÉ, 2021)

na esperança de, em breve, podermos vislumbrar uma cidade justa que, por certo, nascerá do gérmen contido na cidade que vivemos:

Em vez de falar de Berenice, cidade injusta, que coroa com tríglifos ábacos métopes as engrenagens de suas máquinas de triturar carne (os funcionários responsáveis pela limpeza, quando levantam a cabeça acima dos balaústres e contemplam os átrios, as escadarias, os pronaus, sentem-se ainda mais enclausurados e baixos de estatura), eu deveria falar da Berenice oculta, a cidade dos justos, atarefados com materiais de fortuna à sombra de almoxarifados e vãos de escada, atando uma rede de fios e tubos e roldanas e bielas e contrapesos, que se infiltra como uma trepadeira entre as grandes rodas dentadas (quando estas se entravarem, um surdo tique-taque anunciará que um novo mecanismo preciso governa a cidade); em vez de representar as piscinas perfumadas das termas em cujas bordas se estendem os injustos de Berenice enquanto tecem as suas intrigas com redonda eloquência e observam com olhar dominador as carnes redondas das odaliscas que se banham, deveria falar de como os justos, sempre prudentes em evitar as delações dos sicofantas e as armadilhas dos janízaros, reconhecem-se pelo modo de falar, especialmente pela pronúncia das vírgulas e dos parênteses; dos costumes que parecem austeros e inocentes eludindo os estados de ânimo complicados e sombrios; da cozinha sóbria mas saborosa que reevoca uma antiga idade de ouro: sopa de arroz e aipo, favas cozidas, flores de abobrinha fritas.

A partir destes dados é possível inferir uma imagem da futura Berenice, que estará mais próxima do conhecimento da verdade do que qualquer notícia sobre o atual estado da cidade. Contanto que se tenha em mente o que estou para dizer: na origem da cidade dos justos que está oculta, por sua vez, uma semente maligna; a certeza e o orgulho de serem justos — e de sê-lo mais do que tantos outros que dizem ser mais justos do que os justos —, fermentando rancores, rivalidades, teimosias, e o natural desejo de represália contra os injustos se contamina pelo anseio de estar em seu lugar e fazer o mesmo que eles. Uma outra cidade injusta, portanto, apesar de diferente da anterior, está cavando o seu espaço dentro do duplo invólucro das Berenices justa e injusta.

Dito isto, se não desejo que o seu olhar colha uma imagem deformada, devo atrair a sua atenção para uma qualidade intrínseca dessa cidade injusta que germina em segredo na secreta cidade justa: trata-se do possível despertar — como um violento abrir de janelas — de um amor latente pela justiça, ainda não submetido a regras, capaz de compor uma cidade ainda mais justa do que era antes de se tornar recipiente de

injustiça. Mas, se se perscruta ulteriormente no interior deste novo germe de justiça, descobre-se uma manchinha que se dilata na forma de crescente inclinação a impor o justo por meio do injusto, e talvez seja o germe de uma imensa metrópole...

Pelo meu discurso, pode-se tirar a conclusão de que a verdadeira Berenice é uma sucessão no tempo de cidades diferentes, alternadamente justas e injustas. Mas o que eu queria observar é outra coisa: que todas as futuras Berenices já estão presentes neste instante, contidas uma dentro da outra, apertadas espremidas inseparáveis (CALVINO, 1990, p. 146-147).

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. **Revista Cidades**, v. 9, n. 6, p. 62-85, 2011.
- ATTEBERY, Brian. The magazine era: 1926-1960. In: JAMES, Edward; MENDLESOHN, Farah (org.). **The Cambridge Companion to Science Fiction**. London: Cambridge University Press, 2003, p. 32-47. Disponível em: <https://mlinden.home.xs4all.nl/CambridgeCompaniontoScienceFiction.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras: 1990a.
- CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. Elementos básicos da teoria marxista del valor. **Anales del V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos**, México, 2005. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/934139/mod_resource/content/1/elementos%20básicos2.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.
- CARDOSO, C. F. **Ficção científica, percepção e ontologia: e se o mundo não passasse de algo simulado?** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13 (suplemento), p. 17-37, out. 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, 2020, p.349-369.
- CHISTÉ, Priscila de Souza. **Entre o direito à literatura e à cidade: mediações das “Cidade Invisíveis” para a formação do leitor responsivo**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 2000.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o Direito à cidade II**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. A importância e significado da Comuna. In: VIANA, Nildo (org.). **Escritos Revolucionários Sobre a Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2000.

ROBERTS, Adam. **A verdadeira história da ficção científica: do preconceito à conquista das massas**. São Paulo: Seoman, 2018.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 93-109, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 19 Mar. 2021.

VOLOCHKO, D. Henri Lefebvre: totalidade, radicalidade e dialética espacial. **Geosp - Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 506-524, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/162821>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

CIDADE, VALOR, VALOR DE USO E VALOR DE TROCA

Tamiris Carvalho Marchiori
Priscila de Souza Chisté

INTRODUÇÃO

Este texto é parte de pesquisa desenvolvida no Mestrado em Ensino de Humanidades no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) entre os anos de 2019 e 2021. A pesquisa intitulada “Educação na Cidade: conflitos e contradições na Avenida Beira Rio, na Ilha da Luz e na Avenida Carlos Lindenberg em Cachoeiro de Itapemirim-ES” teve como objetivo desvelar os conflitos e as contradições que se materializam nos espaços de segregação socioespacial em Cachoeiro de Itapemirim, particularmente nos lados A e B do Rio Itapemirim, a fim de elaborar material educativo a ser compartilhado com professores, com vistas a proporcionar o entendimento crítico desses espaços.

A dissertação foi dividida em seis seções, além da introdução e das considerações finais: o primeiro capítulo exhibe diálogos com pesquisas que contribuíram com a investigação; o capítulo segundo discorre sobre conceitos e categorias de análises; o terceiro descreve a metodologia de pesquisa utilizada; o quarto capítulo apresenta os espaços elencados como lócus de pesquisa; o quinto capítulo apresenta

entrevistas realizadas que ajudaram a entender os conflitos e as contradições presentes nos espaços investigados; o sexto capítulo explica como o material educativo foi elaborado, encerrando o relatório da pesquisa com as considerações finais.

O texto que apresentaremos, a seguir, integra o capítulo destinado ao referencial teórico adotado pela pesquisa.

O QUE É CIDADE?

Para definir o que é cidade, Rolnik (1995) enfatiza as maneiras pelas quais diferentes povos se organizaram para criá-la. Nesse sentido, busca destacar a relação entre os seres humanos e a natureza no processo de transformação desta em espaços artificiais.

A autora aproxima a produção das cidades com a própria produção da escrita, delimitando uma espécie de cidade-escrita. Considera, nesse sentido, a cidade como registro, memória da humanidade. “Na história, os dois fenômenos – escrita e cidade – ocorrem quase que simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo” (ROLNIK, 1995, p. 16).

Ao analisar a cidade em sua forma política, exemplifica tal forma urbana através da *pólis* na Grécia Antiga. De acordo com a autora, é na *pólis* que a comunidade exerce uma prática política de fato, pois para ser cidadão não bastava ao indivíduo ocupar o seu espaço, mas participar da vida política. “Assim, escravos, estrangeiros e mulheres, apesar de habitantes de cidade, não participavam das decisões a respeito de seu destino” (ROLNIK, 1995, p. 24). Quanto à cidade em sua forma comercial, inserida no sistema capitalista de produção e divisão do trabalho, a autora remonta à centralização das atividades mercantis que ocorriam no *fórum* da Roma Antiga. Segundo Rolnik (1995, p. 30), no *fórum* “[...] se reuniam diariamente centenas de pessoas para fazer compras, cultuar os deuses, conversar, participar como atores ou espectadores dos negócios públicos ou processos privados”.

Em suas considerações sobre a cidade como expressão do capital, Rolnik (1995) analisa as transformações ocorridas na cidade medieval e o processo de transição desta para um novo sistema de organização social e econômico decorrente das novas descobertas comerciais do século XVI. A autora enfatiza que tais mudanças acarretaram a crise do feudalismo e o surgimento das monarquias absolutas na Europa, e que

esse fato determinou a organização da cidade-capital, pois “[...] a própria existência de uma cidade no comando das principais rotas comerciais e militares contribuía poderosamente para o fortalecimento e unificação do Estado” (ROLNIK, 1995, p. 42). Dessa forma, a cidade do medievo torna-se a cidade-capital do Estado moderno, representante de “[...] um poder de novo tipo, que interfere diretamente na condução do destino da vida cotidiana dos cidadãos” (ROLNIK, 1995, p. 44). A partir de então, a autora considera os reflexos dessas transformações nas cidades contemporâneas demonstrando como essas cidades foram organizadas de forma segregacionista, onde a terra, antes comunal, coletiva, assume o caráter de mercadoria.

Para examinar a questão da segregação das cidades hoje, Rolnik menciona a sua manifestação na existência dos condomínios fechados, murados, vigiados, nos transportes coletivos lotados, no trânsito engarrafado e nos bairros-dormitórios, para citar alguns exemplos. “É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais” (ROLNIK, 1995, p. 45). Ocorre, portanto, o que a autora chama de luta pelo espaço urbano.

No processo de segregação na cidade, Rolnik (1995) aponta duas bases que o sustentam: uma econômica e outra política. A primeira consiste na mercantilização dos setores essenciais à vida, como o acesso à moradia, onde os que têm mais dinheiro ocupam as áreas mais privilegiadas, enquanto os que têm menos poder aquisitivo, se veem obrigados a dividir espaços precários com outros que se encontram na mesma condição. Na base política, a autora destaca a segregação como sendo, ao mesmo tempo, finalidade do conflito social. Nesse sentido, aponta que a segregação ocorre “[...] porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto” (ROLNIK, 1995, p. 58).

Todas as relações que ocorrem na cidade, segundo a autora, possuem a interferência do Estado. Para corroborar tal afirmação, ela utiliza o exemplo das cidades utópicas pensadas pelos renascentistas do século XVI, como Leonardo Da Vinci e Thomas Morus. Em comum, esses pensadores desprezaram as cidades como produtos de planos arquitetônicos, mecânicos, matematicamente calculados, racionalizados, estavam pensando a cidade da era moderna. Dispensaram, portanto, as diferenças, as singularidades e subjetividades que as cidades carregam intrinsecamente. Nesse sentido, a produção desses espaços se dá de forma utópica, situação

que confere ao Estado o poder de controlá-los através dos planos. São as cidades coloniais espanholas da época moderna, de acordo com Rolnik (1995), as que melhor expressam o que representou o poder do Estado sobre as cidades planejadas, a exemplo de Lima e da Cidade do México. Também as próprias cidades barrocas europeias determinam os planos de cidade e a intervenção do Estado em suas constituições. Daí o destaque à disposição dos símbolos nas cidades, como os edifícios, avenidas e monumentos. Eles representam o ideal da cidade planejada, são os códigos que permeiam o imaginário que a classe dominante pretende disseminar e que delimitam os espaços entre as áreas periféricas e os centros de habitação e lazer dos mais abastados. “Nestes espaços o Estado investe em infraestrutura com o que há de melhor, na época, em matéria de limpeza, iluminação, pavimentação” (ROLNIK, p. 66, 1995).

O planejamento e dominação da cidade pelo Estado promove a segregação espacial, pois, à medida em que se constroem áreas destinadas às classes que possuem maior poder aquisitivo, também são edificados os locais que os marginalizados devem ocupar. Os asilos, hospícios e as prisões são as instituições públicas criadas pelo Estado para onde se destinam aqueles que são afastados do convívio social e da vida na cidade. Da mesma forma, as favelas criam realidades paralelas ao que é vivido nos centros das cidades.

Do ponto de vista do capital, a favela ou cortiço, contradição do sistema que a reproduz e rejeita, é território inimigo, que deve ser eliminado. É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil penetrar; dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam os parasitas que se reproduzem nos esgotos a céu aberto (ROLNIK, 1995, p. 75-76).

Os indesejáveis, que ocupam as favelas e bairros mais humildes, são absorvidos pelo mercado, em empregos com baixa remuneração. Nesse contexto, mal remunerados e vivendo em condições precárias, clamam pela intervenção estatal. Esta, por sua vez, se dá de forma homogeneizadora, pois busca padronizar a realidade dessas populações através de projetos e programas sociais. “Dessa forma, é uma ação que vai no sentido da homogeneização, da conversão de um certo espaço singular, da reprodução do modelo ‘normal’ da casa e da cidade” (ROLNIK, 1995, p. 76). Essa prática estatal, segundo Rolnik (1995), reforça o controle do poder urbano sobre a população, tanto as

mais carentes quanto as mais abastadas, pois ao mesmo tempo em que produz as contradições do capital, também intervém nos conflitos e contradições da cidade.

Ao analisar a cidade originada da industrialização, Rolnik (1995) atribui à produção industrial a força que movimenta a engrenagem do sistema capitalista, produtor e reproduzidor das contradições e da segregação socioespacial. Desse modo, a cidade surgida da industrialização substitui a manufatura pelo trabalho das máquinas e do trabalho parcelado, num fenômeno claramente urbano (ROLNIK, 1995). Em seu caráter contraditório, explica Rolnik (1995) que a violência urbana em suas diversas formas, seja pelos crimes e mortes, pelos acidentes automobilísticos, pela destruição da natureza, pela debilidade das habitações ou pela explosão de movimentos sociais de contestação, é o que configura os seus elementos caracterizantes. Em seu processo de desenvolvimento, “[...] a indústria colocou para a cidade questões novas – ela é ao mesmo tempo seu espetáculo e seu inferno” (ROLNIK, p. 89, 1995).

Rolnik (1995) aponta um duplo movimento da industrialização. Primeiro, a possibilidade de criação da própria indústria, que possibilita a diversidade de produtos e a heterogeneidade das populações. Segundo, a destruição das noções de tempo e espaço. De tempo, devido ao advento da eletricidade, que “[...] elimina a diferença entre o dia e a noite; a climatização do ambiente supera as estações do ano; há relógios digitais em todas as esquinas” (ROLNIK, p. 90, 1995). De espaço, em virtude da evolução da informatização. Esses produtos da industrialização, segundo a pesquisadora, se distanciam dos ritmos da natureza. Nesse sentido, tempo e espaço são redefinidos na cidade que alguns estudiosos chamam de pós-industrial.

Nela não existe mais a necessidade de concentração, uma vez que sob o paradigma eletrônico-nuclear os terminais e bancos de dados podem estar dispersos pelo território. Por isso a cidade pode, pela primeira vez em sua história, não ser mais ímã, rompendo seu impulso originário (ROLNIK, 1995, p. 91).

A primeira edição de *O que é cidade* (1995), de Raquel Rolnik, foi publicada em 1988. De lá para cá, a tecnologia se expandiu, diminuindo ainda mais a distância entre as pessoas, que não mais precisam estar juntas fisicamente para se encontrar, mas, ao mesmo tempo, permanecem apartadas de si.

A CATEGORIA DE VALOR

Após analisarmos o conceito de cidade e seus processos de formação através da obra de Rolnik (1995), buscaremos nas obras “O Direito à Cidade” (2001) e “A Revolução Urbana” (2008), de Henri Lefebvre, as aplicações e referências aos conceitos marxianos de valor de uso e valor de troca. Contudo, gostaríamos de fazer um parêntese para explicar o conceito da categoria de valor a partir da visão do professor Reinaldo Carcanholo (2005).

Carcanholo (2005) anuncia cinco elementos básicos para a compreensão da teoria do valor. O primeiro consiste em afirmar que a teoria do valor não é uma teoria dos preços, mas sim da origem da riqueza do sistema capitalista. No segundo, define valor e valor de troca como conceitos diferentes. O terceiro sinaliza que o valor atribuído a uma mercadoria não é o mesmo que quantidade socialmente necessária para a produzir, não sendo, portanto, algo definível. No quarto elemento o autor indica que o valor tem vida própria. Por último, destaca que o valor não é proporcional aos preços das mercadorias nem à quantidade de trabalho, mas sim, que o valor é determinado pela oferta e pela procura.

Para Carcanholo (2005), a teoria do valor é uma teoria sobre a natureza da riqueza do sistema capitalista, mais particularmente sobre a produção dessa riqueza. Sobre esse aspecto, já sinalizava Marx no primeiro capítulo de O Capital. Nas palavras de Carcanholo (2005, p. 4),

[...] o valor de troca de uma determinada mercadoria é a proporção de troca que ela realmente estabelece com outra mercadoria qualquer. Assim, ela não possui somente um valor de troca, mas tantos valores de troca quantas são as demais mercadorias existentes na sociedade. O preço, ao contrário de certas interpretações equivocadas, é simplesmente o valor de troca da mercadoria quando a outra é a mercadoria dinheiro.

Dito isto, podemos entender que o conceito de valor, em um primeiro momento, como aponta Carcanholo (2005), trata-se de uma característica inerente a cada tipo de mercadoria, propriedade que é social e não natural.

O valor de troca está ligado à riqueza que cada sociedade produziu, cada uma em seu tempo e espaço, ou seja, está relacionado ao que as sociedades determinaram como riqueza e o que não. Por isso,

“[...] a magnitude do valor é a magnitude da *riqueza* mercantil que foi *produzida* pelo trabalho social, pelo esforço produtivo da sociedade” (CARCANHOLO, 2005, p. 4). Valor, portanto, não é trabalho, mas qualidade da mercadoria, adjetivo, essência, não se separa da mercadoria e não pode ser definido; enquanto o valor de troca é a forma de representação da mercadoria, a sua aparência observável. Cada sociedade determinará, cada qual a seu tempo, o que utilizar como valor de troca para as mercadorias que produzir (CARCANHOLO, 2005). Na sociedade capitalista, o capital teria se apropriado de tal modo do valor, que teriam se tornado um só elemento. Para Carcanholo (2005, p. 8), o valor “[...] não é mais uma simples propriedade social ou simples adjetivo da mercadoria [...] ele adquiriu vida própria”.

VALOR DE USO E VALOR DE TROCA

Após compreendermos o conceito de valor na visão de Carcanholo (2005), partiremos para a análise das apropriações feitas por Lefebvre dos conceitos marxianos de valor de troca e valor de uso em suas obras, “O Direito à Cidade” (2001) e “A Revolução Urbana” (2008).

Começamos destacando que, em “O Direito à Cidade”, Lefebvre (2001, p. 11) afirma que “[...] a cidade preexiste à industrialização”. O que significa dizer que, antes do desenvolvimento do sistema de produção capitalista, as cidades já existiam sob diferentes sistemas de produção. Partindo dessa afirmação, buscamos traçar, a seguir, uma análise diacrônica da escala de urbanização das cidades pontuadas por Lefebvre em “A Revolução Urbana”.

A princípio, percebemos que a *cidade política* corresponde ao primeiro tipo de cidade existente de acordo com o autor. A cidade política acompanha a agricultura e a aldeia, é composta socialmente por escribas, artesãos, nobres e chefes militares, por exemplo. “É certo que ela se apoia sobretudo nas análises e documentos relativos ao ‘modo de produção asiático’, às antigas civilizações criadoras, ao mesmo tempo, de vida urbana e de vida agrária (Mesopotâmia, Egito etc.)” (LEFEBVRE, 2008, p. 19).

O próprio autor admite arriscar-se aproximar a *cidade política* da origem das cidades no eixo espaço-tempo. Mesmo assim, demarca-a como princípio de sua análise diacrônica. Sobre suas características territoriais e administrativas, comenta que, a *cidade política*,

[...] administra, protege, explora um território frequentemente vasto, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamentos etc. Ela reina sobre um determinado número de aldeias. Aí, a propriedade do solo torna-se propriedade eminente do monarca, símbolo da ordem e da ação. Entretanto, os camponeses e as comunidades conservam a posse efetiva mediante o pagamento dos tributos (LEFEBVRE, 2008, p. 19).

No final da Idade Média, com a expansão das trocas comerciais, as cidades passam à categoria de *cidades mercantis*. As trocas levam à movimentação de mercadorias e de pessoas. Logo, suscitam a própria movimentação das riquezas monetárias, ou seja, do dinheiro. “A cidade política resiste com toda a sua força [...]; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade” (LEFEBVRE, 2008, p. 20). Para exemplificar essa transformação, Lefebvre sinaliza que foi nos centros das antigas cidades gregas e romanas, principalmente nos espaços públicos da Ágora grega e do Fórum romano, que os mercadores se estabeleceram para realizar tais trocas e fortalecer a *cidade comercial*. Nesse sentido, as cidades antigas, redutos da *cidade política*, ainda com traços das cidades medievais, serviram de palco para a luta de classes entre os mercadores “[...] um pouco guerreiros, um pouco saqueadores” (LEFEBVRE, 2008, p. 20), contra os senhores da terra.

Essa passagem da *cidade política* para a *cidade comercial ou mercantil* teria modificado não só os aspectos econômicos e sociais, mas havia transformado o ambiente central das cidades. Os espaços públicos, de encontros e reuniões, representados pela Ágora ateniense e pelo Fórum romano, por exemplo, tornaram-se centros comerciais. Ao redor deles, construíram-se igrejas e órgãos administrativos, como a prefeitura. A respeito disso, Lefebvre (2008) atenta para a configuração de uma nova arquitetura que acompanha a formação dos novos centros. Sendo assim, o espaço público vai, aos poucos, deixando de ser o lugar da reunião entre as pessoas e “[...] torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca” (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

A cada ponto de interseção entre uma espécie e outra de configuração das cidades, subsiste aspectos daquela que a precedeu. Há sempre a resistência da que está sendo dominada, em posição de submissão, enquanto aquela que domina, insiste no êxito em se manter, se fortalecer, se consolidar dominante.

Na passagem da *cidade mercantil* para a *cidade industrial*, Lefebvre (2008) descreve uma inversão, ao qual ele deu bastante destaque, entre o papel do campo e da cidade. Até aqui, antes dessa virada nos sentidos, o campo conservava certa vantagem sobre a cidade. A cidade mantinha, com relação ao campo, um caráter heterotópico, ou seja, o campo ainda prevalecia de forma territorial, quanto à produção (agricultura) e à riqueza imobiliária. Contudo, nesse processo de inversão, os valores citadinos ultrapassam os camponeses, de modo que o campo passa a ficar à margem das cidades, enquanto estas, por sua vez, se consolidam. Há, nesse processo, um afastamento dos indivíduos da natureza. “Entre eles e a natureza, entre seu centro e núcleo (de pensamento, de existência) e o mundo, instala-se a mediação essencial: a realidade urbana”¹ (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

Para melhor nos situarmos, o autor data essa grande mudança dos sentidos entre os séculos XVI e XVII, no Ocidente europeu. Aparecem aqui, no nascimento da *cidade industrial*, os planos de cidades.

Combinação entre a visão e a concepção, obras de arte e de ciência, os planos mostram a cidade a partir do alto e de longe, em perspectiva, ao mesmo tempo pintada, representada, descrita geometricamente. Um olhar, ao mesmo tempo ideal e realista – do pensamento do poder –, situa-se na dimensão vertical, a do conhecimento e da razão, para dominar e constituir uma totalidade: a cidade (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

Nesse processo de inclinação de uma realidade social rural para a industrial, Lefebvre (2008) descreve tal processo como associado ao crescimento do capital comercial e da existência do mercado. “É a cidade comercial, implantada na cidade política, mas prosseguindo sua marcha ascendente, que a explica” (LEFEBVRE, 2008, p. 23). Nesse sentido, para a concretização da *cidade industrial*, foi preciso o movimento da *não-cidade* e da *anticidade*. A *não-cidade* representa a ausência da realidade urbana, na qual, a princípio, ocorreu a instalação das primeiras indústrias, que por sua vez, se implantavam próximas ao que necessitavam para produzir: aos recursos naturais, às fontes de energia, às matérias-primas e à mão de obra para o trabalho. Já a

¹ Cabe ressaltar que o conceito de realidade urbana em Lefebvre é duplo. Por vezes aparece como característica da sociedade industrial e pós-industrial e em outras passagens pode ser considerada como o devir, ligado a sociedade urbana como uma utopia, mas que se projeta para um futuro possível, uma alternativa que aponta para melhores condições de vida (LEFEBVRE, 2008, p. 13-14).

anticidade corresponde à resistência do conjunto entre *cidade política* e *cidade comercial* contra o domínio da indústria que nascia. Nesse sentido, *não-cidade* e *anticidade*, dialeticamente, “[...] vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as reminiscências da cidade anterior à indústria” (LEFEBVRE, 2008, p. 23).

Lefebvre (2008) utiliza-se de metáfora baseada na física nuclear para explicar o processo de implosão-explosão das cidades:

[...] a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc.) (LEFEBVRE, 2008, p. 24).

À medida que vai se consolidando, a *cidade industrial* precede e anuncia o que Lefebvre (2008) chama de *zona crítica*. A consequência de todo esse processo resulta na realidade urbana.

Pode-se definir a realidade urbana [...] como uma modesta realidade, marginal à relação produtiva? Como uma modesta realidade, marginal em relação à produção? Não! A realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las (LEFEBVRE, 2008, p. 24).

Uma vez determinados os três tipos de cidade anunciados por Lefebvre, a política, a comercial e a industrial, o autor chama atenção para a problemática urbana e o fenômeno urbano que surgem a partir do êxito da *cidade industrial* e do surgimento da zona crítica. Não vamos aqui adentrar na discussão que envolve a problemática e o fenômeno urbano desenvolvida pelo autor. Partiremos agora, após termos delimitado os tipos de cidade diacronicamente, para explorar os valores de uso e de troca presentes em “O Direito à Cidade”.

Para Lefebvre (2001), as cidades medievais guardavam uma espécie de valor de uso associado às cidades políticas. Contudo, de modo contraditório, à medida que a cidade comercial se fortalecia, surgiam também as redes de trocas mercantis e a mobilidade das

riquezas em dinheiro.² Nessas cidades medievais, os grupos dirigentes investiam nos territórios que dominavam através da construção de igrejas e do fortalecimento de suas muralhas, por exemplo. Tais investimentos são características da produção de riqueza improdutiva, ou seja, realizadas sem a intenção de obter lucro em riqueza monetária. Estariam associados, então, ao valor de uso como o atribuído, em tese, às obras de arte, essencialmente voltado para o prazer, para o prestígio e para a *Festa* (LEFEBVRE, 2001, p. 12). A Festa, nesse caso, grafada pelo autor com letra maiúscula (como nome próprio), adquire significado diferente de festa, com grafia em letra minúscula. Festa está relacionada ao aproveitamento da cidade com proximidade do valor de uso de seus espaços. Enquanto festa indica propriamente eventos destinados à aquisição de riquezas materiais.

Lefebvre (2001) também diferencia Cidade e cidade. Supomos que a Cidade, com grafia maiúscula, é o refúgio do valor de uso, é o urbano que preexistiu à industrialização, além de representar a utopia urbana, o devir. O autor considera que, ao estudarmos a cidade política e a comercial, por exemplo, é possível vislumbrarmos traços que destacam o uso da cidade e, de certo modo, pensar uma outra cidade, a sociedade urbana.

A partir da industrialização, a essência do urbano como utopia, em seu valor de uso, teria se perdido. Nesse sentido, o autor afirma que,

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2011, p. 14).

² Em Bottomore (1988, p.176-177), “[...] o dinheiro é uma forma equivalente geral do valor, na qual o valor das mercadorias aparece como puro valor de troca. [...] O dinheiro é um equivalente geral *socialmente aceito*, uma mercadoria específica que surge na realidade social para desempenhar o papel de equivalente geral e exclui desse papel todas as outras mercadorias. Qualquer mercadoria produzida poderia, em princípio, servir de dinheiro; Marx refere-se habitualmente à mercadoria-dinheiro como ouro, e argumenta que as propriedades naturais do ouro, sua durabilidade, uniformidade e divisibilidade, o tornam particularmente adequado a funcionar como a medida do valor de troca puro”.

O que se formou da união conflituosa das cidades política e comercial, fez-se resistente à investida da cidade industrial, segundo Lefebvre (2001). Esse fenômeno dialético e representante da luta entre as classes se materializa no entendimento de como as corporações medievais resistiram à industrialização da modernidade. Para Lefebvre (2001), onde as corporações se consolidaram “[...] houve atraso do capitalismo e da industrialização: na Alemanha, na Itália. Atraso cheio de consequências”³ (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

O autor analisa o processo de formação da sociedade industrial sob duas categorias: a de elementos de indução e a de efeitos induzidos. Com relação à indução, no papel de agente indutor, Lefebvre aponta o processo de industrialização, a produção econômica. Os efeitos induzidos refletem na produção da urbanização, da realidade social. Mais uma vez, apresenta-se uma relação dialética. Esses dois elementos, apesar de conflitantes, são indissociáveis. Lefebvre exemplifica tal conflito quando destaca haver na França e em países da América do Sul e da África, uma grande urbanização, porém acompanhada de pouco desenvolvimento industrial, onde predominam as favelas (LEFEBVRE, 2001, p. 17).

À medida que analisa o desenvolvimento da sociedade industrial, Lefebvre destaca a composição do *tecido urbano*,⁴ produto induzido da implosão-explosão das cidades industrializadas.

Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou

³ Alemanha e Itália consolidaram-se como estados nacionais tardiamente comparados aos demais países europeus como França e Inglaterra, por exemplo. Isso levou a um “atraso”, também, na corrida imperialista que se delineava no final do século XIX e início do XX. Consequentemente, os dois países, reivindicaram maiores participações no domínio das regiões conquistadas e repartidas. Os desentendimentos decorridos dessas disputas deram origem ao conflito da Primeira Guerra Mundial, deflagrada em 1914.

⁴ Para Lefebvre (2001, p. 18), “Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras”. Nesse sentido, tecido urbano representa o modo de viver, ou como diz o autor, o ecossistema, da sociedade que se formou a partir do processo de industrialização das cidades.

produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos (LEFEBVRE, 2008, p. 18).

É nesse tecido urbano que se projeta o modo de viver da sociedade industrial.

Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás [butano nos campos] que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

Segundo o autor, nesses tecidos urbanos sobrevivem “ilhas” de ruralidade, locais onde ainda se encontram elementos da vida nos campos. As “ilhas de ruralidade” estão, portanto, inseridas no tecido urbano. Nele, as disputas e os conflitos se intensificam, é onde o lugar de consumo e o consumo do lugar se manifestam. Nas palavras de Lefebvre, esses centros urbanos,

Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano, torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar (LEFEBVRE, 2001, p. 20).

Os centros urbanos, portanto, se tornam centros de consumo na medida em que se mercantilizam. Os antigos centros, que reuniam aspectos dos valores de uso da cidade, agora dão espaço para a criação de novos centros, dessa vez, direcionados à manifestação de determinada hegemonia e dominação. Para Lefebvre (2001), significa o direcionamento para uma nova centralidade, a do poder. Para desenvolver essa ideia, o autor discorre sobre a crise da cidade. Para tanto, elenca a relação entre três termos que se opõem, mas não se esgotam em suas oposições: a ruralidade, a urbanidade (a sociedade

urbana e o tecido urbano que a compreende) e a centralidade das cidades antigas. Os três termos estão em conflito e resultarão em uma estratégia global sobre o urbano.

Para exemplificar seu raciocínio quanto às transformações ocorridas a partir dos conflitos entre esses termos, Lefebvre cita a tomada pela burguesia do Marais, em Paris, um bairro aristocrático antes da Revolução Francesa.

A feiura burguesa, a aspereza em relação ao ganho, visível e legível, nas ruas instalam-se no lugar da beleza um pouco fria e do luxo aristocrático. Nos muros do Marais lê-se a luta de classes, o ódio entre as classes, a mesquinha vitória. [...] A burguesia “progressista” que toma a seu cargo o crescimento econômico, dotada de instrumentos ideológicos adequados a esse crescimento racional, que caminha na direção da democracia e que substitui a opressão pela exploração, esta classe enquanto tal não mais cria; substitui a obra pelo produto [...]. Quanto aos opressores, aos senhores das sociedades anteriores à democracia burguesa [...] estes tiveram o sentido e o gosto da *obra*, em particular no setor arquitetônico e urbanístico. Com efeito, a obra depende mais do valor de uso do que do valor de troca (LEFEBVRE, 2001, p. 22).

Nessa passagem, o autor admite que, mesmo em se tratando de uma sociedade aristocrática e opressora, os reis, príncipes e imperadores franceses, experimentaram valores de uso em suas épocas. Enquanto a burguesia, que se pretendia revolucionária, nada mais fez do que atribuir valor de troca às obras das quais se apropriou.

A partir da tomada de poder pela burguesia, após a Revolução Francesa, ocorre o que Lefebvre chama de *estratégia de classe*. Ou seja, a burguesia estrategista passa a criar uma nova forma de vida nas cidades. Lefebvre afirma que antes da ascensão comercial burguesa, o grupo social hegemônico da sociedade anterior, representado pelos senhores feudais, príncipes e reis, conectou-se com o “[...] sentido e o gosto da *obra*, em particular no setor arquitetônico e urbanístico. Com efeito, a obra depende mais do valor de uso do que do valor de troca” (LEFEBVRE, 2001, p. 22). Para Lefebvre (2001), a cidade, como refúgio do valor de uso, guarda aproximações com a *obra*, a própria obra de arte. Nesse sentido, a própria cidade é uma obra, criação humana. Nesse ponto o filósofo francês se refere à *Cidade*, com grafia em maiúsculo. A Cidade, portanto, adquire o sentido de Cidade-obra. Nessa Cidade-obra os cidadãos vivem a cidade, ocupam e se apropriam de seus espaços. “A vida urbana pressupõe encontros, confronto das

diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 22). A vida urbana pregada por Lefebvre, portanto, contém o valor de uso das cidades. No sentido de destruir essa urbanidade, promove-se a expulsão do proletariado dos centros urbanos. Ou seja, alienando o povo, criador da obra cidade, de sua criação, a própria cidade. Para exemplificar essa ideia, Lefebvre (2001) descreve três atos que promoveram a desurbanização. O primeiro, está relacionado ao barão de Haussmann e sua estratégia dos vazios urbanos na França de meados do século XIX. “Os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode desenrolar” (LEFEBVRE, 2001, p. 23). O segundo, que Lefebvre (2001) situa durante a III República na França, envolve a lógica do *habitat*⁵ com a criação dos conjuntos e pavilhões. O terceiro ato, Lefebvre (2001) situa após a Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, o filósofo destaca o agravamento da crise habitacional, que segundo ele, é resolvido pelo Estado através da construção de novas habitações. “Começa o período dos ‘novos conjuntos’ e das ‘novas cidades’” (LEFEBVRE, 2001, p. 25). Com efeito,

Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará de esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 2001, p. 25).

Acreditamos que, nesse sentido, à medida que o proletariado é forçado a se distanciar da cidade, de sua própria criação, também se afastam dele os valores de uso inerentes às obras criadas na cidade. Ao invés de usufruir do que foi socialmente produzido, ou seja, da própria cidade, são direcionados a uma realidade que os impõe uma vida segregada, pautada em valores pecuniários responsáveis por ditar as relações e reproduzir as desigualdades socioespaciais na cidade.

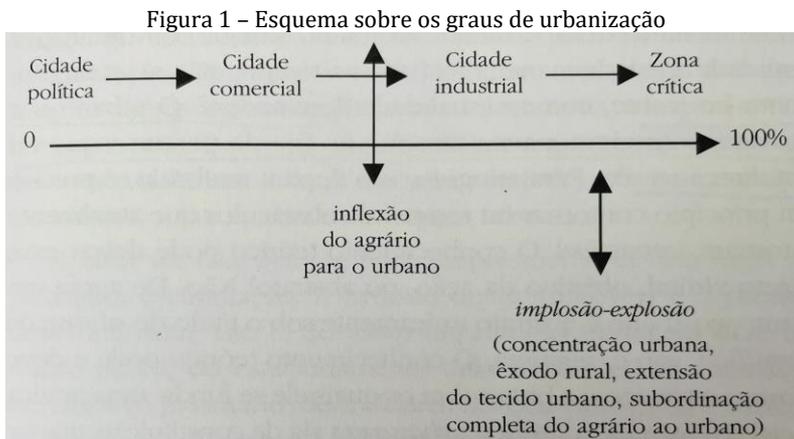
Lefebvre (2001) considera o campo um lugar de produção e de obras. Nele, a própria paisagem é uma obra. Contudo, a vida urbana da cidade “[...] penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos [...]” (LEFEBVRE, 2001, p. 74). Nesse sentido, os

⁵ Falaremos do conceito de habitat em Lefebvre (2001) na seção seguinte.

termos *ruralidade*, *tecido urbano* e *centralidade* entram em oposição e expressam a relação conflituosa entre a cidade e o campo. Segundo Lefebvre (2001, p. 74),

Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o.

A respeito dessa tensão existente entre urbanidade e ruralidade, Lefebvre (2001, p. 75) propõe uma indagação: “A que formas sociais e políticas, a que teoria vai-se confiar a realização, na prática, de uma centralidade e de um tecido renovados, libertados de suas degradações?”. Na direção de entender isso que ele chama de problemática urbana, o filósofo francês cria um esquema no qual traça eixos que vão do zero ao cem por cento, onde o eixo inicial representa o nível zero de urbanização, a inexistência da cidade e a predominância do campo. Já o eixo cem por cento, demarca a “[...] absorção do campo pela cidade, predominância completa da produção industrial até mesmo na agricultura” (LEFEBVRE, 2001, p. 77). Do zero ao cem, em ordem da esquerda para a direita, estão a cidade política, em seguida a cidade comercial, depois a cidade industrial e, por fim, o ponto crítico. Este é o ponto onde Lefebvre (2001) aponta que se situa a problemática urbana.



Fonte: Lefebvre (2001).

No ponto crítico ocorre o processo de *socialização da sociedade*, ou a *urbanização da sociedade* “Essa formulação insiste nas trocas e nos locais de troca; põe em evidência a quantidade das trocas econômicas e deixa de lado a qualidade, a diferença essencial entre valor de uso e valor de troca” (LEFEBVRE, 2001, p. 78-79). Para superar essa realidade crítica onde o valor de troca supera o valor de uso, Lefebvre (2001) propõe de onde se deve partir a prática para modificar as atuais estruturas: a sociedade urbana, ou, a cidade como valor de uso. Nesse sentido, segundo o autor, a razão suprema do urbano, a sua forma urbana, reside na simultaneidade, na heterogeneidade, no encontro (LEFEBVRE, 2001). De forma complementar, também é o lugar da “[...] convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2001, p. 85).

A respeito do fenômeno da socialização da sociedade, Lefebvre (2001, p. 86) pontua:

A “socialização da sociedade”, mal compreendida pelos reformistas, barrou o caminho para a transformação urbana (na, pela, para a cidade). Não se compreendeu que essa socialização contém por essência a urbanização. O que é que foi “socializado”? Os signos, ao entregá-los ao consumo: os signos da cidade, do urbano, da vida urbana, bem como os signos da natureza e do campo, os da alegria e da felicidade, sem que uma prática social efetiva faça com que o “urbano” entre para o cotidiano. A vida urbana só entra nas necessidades de marcha à ré, através da pobreza das necessidades sociais da “sociedade socializada”, através do consumo cotidiano e de seus próprios signos na publicidade, na moda, no estetismo.

Conforme apresentamos, Lefebvre (2001) não nos deixa dúvidas de que a sociedade urbana se realizará numa cidade renovada, distante dos valores de troca do sistema capitalista, distante da mercantilização da vida em todos os seus sentidos; sua realização se dará através de uma *práxis* renovada, da formação de um novo humanismo, de novas formas de existir na cidade. Contudo, para Lefebvre, a sociedade urbana nasce do gérmen da sociedade atual, emerge de suas entranhas, de suas brechas, diante de suas tensões, de seus conflitos e contradições.

A cidade renovada é aquela que serve aos usuários, a que guarda valores de uso puros, que atrai encontros, diferenças, intercâmbio

cultural, Festa, apropriação da História, arte e ludicidade. É uma cidade utópica e real associada a um projeto que busca alcançar um “horizonte possível-impossível” (LEFEBVRE, 2001, p. 141).

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. **Elementos básicos da teoria marxista del valor**. In: V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos, 2005, México. Anales del V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos, 2005.

LEFEBVRE, HENRI. **O direito à cidade**. 5 ed. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

LEFEBVRE, HENRI. **Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

MARX, Karl. **O Capital. Vol. I**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995



CAPÍTULO II

VER A CIDADE: REFLEXÕES SOBRE ESPAÇOS URBANOS



MORFOLOGIA, SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADES URBANAS: UMA LEITURA DO BAIRRO JARDIM TROPICAL, SERRA/ES

Cynara Ramos Siqueira
Dilza Côco

INTRODUÇÃO

O espaço urbano se transforma constantemente e modifica a forma e a aparência da cidade, imprimindo novas dinâmicas de funcionamento conforme as necessidades de cada tempo. Tais mudanças são processuais e revelam alterações morfológicas na cidade, marcadas por interesses de grupos que explicitam conflitos, contradições, avanços, recuos e articulações. Além disso, estão intrinsecamente relacionadas às condições econômicas, políticas e sociais desenvolvidas na sociedade.

Destaca-se que, no contexto do modo de produção capitalista, a questão do espaço supera a noção de valor de uso e produz no cidadão o desejo intenso de propriedade, traduzido pelo “sonho da casa própria”. Nesse caso, o uso e o domínio do espaço entra para a esfera do conceito de mercadoria, sendo o valor da terra gerenciado pela lógica da produção e acumulação de capitais, especialmente com

atuação da indústria imobiliária. A partir dessa concepção, definem-se os modos de viver, especialmente na cidade, com padronização das formas arquitetônicas, engessamento de trajetos, e reserva de espaços privilegiados para serem destinados a quem pode pagar pelo valor da terra. Outros espaços urbanos podem ser segregados e ou discriminados, sendo massiva a presença da classe popular, que luta por melhores condições de moradia.

Nesse sentido, como aponta Carlos (2018), o uso do solo urbano se dá mediante disputa pela necessidade do uso ou pela utilização da terra como reserva de valor, gerando conflitos entre indivíduos de classes sociais distintas, privilegiando aqueles de maior poder aquisitivo.

Embora esse intenso e complexo processo de produção do espaço seja permeado por conflitos de interesses opostos, vale ressaltar que esse mesmo espaço resiste por meio dos pontos de encontro, da interação entre os moradores e da coletividade, mesmo que enclausurado nesse sistema consumista.

Com base nessas proposições teóricas, nesse texto buscamos apresentar elementos que integram a materialidade urbana do bairro Jardim Tropical, localizado no município de Serra-ES, com o intuito de realizar uma leitura crítica a fim de suscitar a “[...] compreensão das forças que se manifestam na formação da cidade, entendida como espaço de disputa entre os atores hegemônicos, que assumem o território como um negócio, e a população que a habita” (IMBRONITO, 2020, p. 3).

Nessa direção, Chisté (2021) contribui com nosso intento quando explica que

[...] se pensarmos que, em um bairro regido pela lógica do capital (investimentos imobiliários, valorização da propriedade privada etc.), ainda existem traços do encontro, da festa, do uso, como as feiras livres, as festas da comunidade, e os encontros na praça, perceberemos que este espaço expressa contradições (CHISTÉ, 2021, p.81).

O bairro é a expressão do que foi e daquilo que pode vir a ser; as suas marcas e cicatrizes apontam para o seu processo de constituição, não só pelo seu desenvolvimento, mas também pelas suas relações sociais. É o local onde as pessoas se reúnem, se encontram e não pode ser explicado sem relacioná-lo à cidade como um todo. Jacobs (2011, p. 96) explica essa afirmativa quando aponta que “[...] os primeiros relacionamentos que se formam em áreas urbanas, desde que haja uma

estabilidade populacional nos bairros, são os que ocorrem na vizinhança e entre as pessoas que têm alguma coisa em comum”.

Imbronito (2020, p. 6), ao escrever sobre proposições de Jacobs (2011), registra que a vida urbana se torna possível a partir da combinação e da “[...] interrelação entre a vizinhança, a infraestrutura e os negócios” e da compreensão da “[...] cidade como uma coisa viva, complexa, maravilhosa e autorregulada”. Com base nesses argumentos, contemplamos nesse texto discussões sobre o bairro Jardim Tropical, oriundas de investigação teórica empírica realizada no período entre 2019 a 2021. Nessa investigação, desenvolvemos um olhar atencioso para diferentes aspectos desse fragmento que integra o tecido urbano da cidade de Serra-ES. Entendemos que para alcançar uma compreensão crítica desse lugar/região torna-se necessário tecer relações entre aspectos de natureza local, regional, nacional e global, buscando conexões e influências.

Para tanto, nossa âncora para refletir sobre essa temática se firma no conceito de *direito à cidade* proposto por Henri Lefebvre, que parte de um direito utópico de cunho revolucionário que visa incluir todos os cidadãos, bem como os diálogos com as proposições sobre *educação na cidade*, desenvolvidas pelo Grupo de Estudos sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech/Ifes), que discute as relações entre a cidade e a educação, com um propósito aprofundado de entender os espaços da cidade engendrados na lógica capitalista.

Paralelo a esta proposta, os estudos de Lefebvre nos direcionam para uma leitura da cidade, no sentido de compreender a lógica das forças que atuam na sociedade com ênfase no capital, tentando trazer à tona fenômenos discriminatórios outrora velados e banalizados por essa engrenagem.

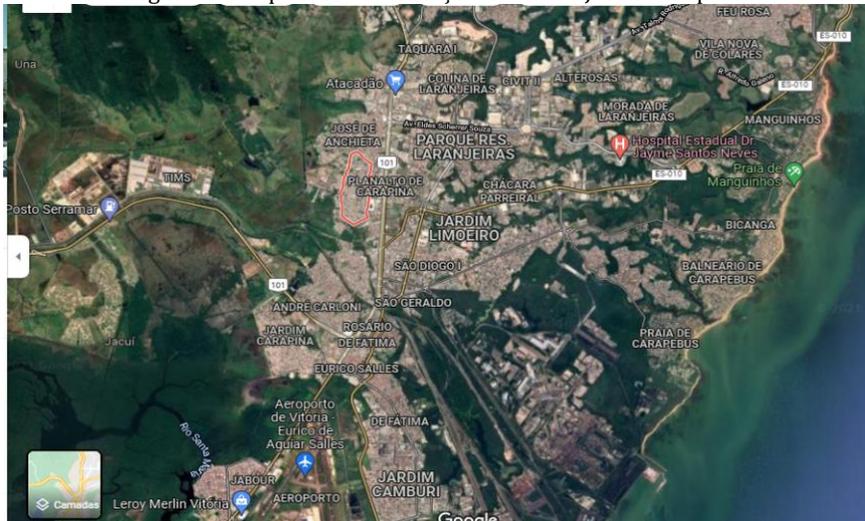
Nessa direção, propor o estudo do bairro nessa perspectiva permite-nos perceber a realidade social de modo a desvelar os mecanismos de dominação do espaço pelo poder econômico, e também, notar os traços de resistência por meio dos pontos de encontro dos moradores, os locais frequentados por todos, independentemente da condição social.

O BAIRRO JARDIM TROPICAL

Iniciamos a abordagem do bairro Jardim Tropical a partir de uma visão panorâmica, recorrendo a fonte cartográfica para mostrar a região

do bairro (área com contorno vermelho) e seu entorno. No mapa (Figura 1) percebe-se a proximidade da localização do bairro com a principal rodovia federal que atravessa o Espírito Santo, a BR 101.

Figura 1 – Mapa com a localização do bairro Jardim Tropical



Fonte: Google Maps, 2021.

Nota-se ainda que no mapa (Figura 1) o tecido urbano está mais desenvolvido na direção leste do município. Nessa região existe uma gama de empresas comerciais e de serviços e uma rede viária que interliga o fluxo de ônibus entre os terminais de transporte público à rodovia BR 101 e à região litorânea. Nessa parte territorial (sul/leste) do município de Serra também existem duas grandes indústrias da área de mineração, implantadas no período do governo militar entre os anos de 1960-1970 (FROIS, 2018).

Essas características mostram que o tecido urbano nessa parte leste se encontra em um estágio de desenvolvimento avançado, tendo presença também de grandes empreendimentos imobiliários, imprimindo mudanças nas características do estilo de morar com tendência à verticalização.

Observa-se ainda que a localização do bairro Jardim Tropical está à margem Oeste da rodovia BR 101, e possui características de infraestrutura bem distintas em relação a parte leste. É importante destacar que, embora ocorra proximidade geográfica entre os dois lados da rodovia (Leste/Oeste), os bairros do lado Oeste têm presença

marcante de residências populares e pequenos comércios que atendem demandas locais. No lado oeste da rodovia BR 101 também está localizado o mais importante monumento natural do município de Serra, o morro Mestre Álvaro, com 833 metros de altitude, com fauna e flora da mata atlântica de encosta.

A partir da década de 2010, o poder público (municipal, estadual e federal) atuou/atua em parceria para a criação de um novo eixo rodoviário nessa parte do município, concebido como rodovia contorno do Mestre Álvaro. Essa rodovia, com obras em andamento pelo Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), promete desafogar o fluxo de veículos da região de Laranjeiras/Carapina, especialmente o fluxo de veículos de carga, e estimular o desenvolvimento econômico dessa parte territorial.

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Município (2017), o projeto da construção dessa rodovia além de dinamizar a mobilidade urbana tem como propósito incentivar a instalação de empresas e promover o desenvolvimento econômico do município de Serra. Com esses dados, evidenciamos que o eixo rodoviário constitui um fator de influência importante para a compreensão do bairro Jardim Tropical e do seu entorno.

Assim, podemos entrever que a região do bairro Jardim Tropical estabelece relações diretas com a parte leste da rodovia BR 101 devido à necessidade de acesso à transporte, a comércio e a outros atrativos. Além disso, projeta possibilidades futuras para a direção oposta, especialmente pela criação da nova rodovia e tudo que ela pode atrair. Essas possibilidades ainda não estão concretizadas nessa outra fronteira, mas anunciam um novo estágio de desenvolvimento do tecido urbano que certamente irá provocar repercussões no bairro. Situadas essas condições do entorno, passamos a detalhar dados específicos sobre o bairro Jardim Tropical.

Para isso, temos que retomar a influência da rodovia BR 101. É a partir dela que encontramos o principal acesso ao bairro investigado, que ocorre pela Avenida Dido Fontes. Essa avenida é plana, ampla, pavimentada, sinalizada, com fluxo intenso de veículos leves e pesados, como caminhões caçamba e tratores da empresa de terraplanagem que se localiza na região de Furnas Centrais Elétricas, na planície aos pés do Mestre Álvaro. Na extensão dessa avenida há ocorrência de comércio variado, serviços e pontos de ônibus que atraem a circulação constante de pessoas, além de intensa movimentação de veículos.

Essa região inicial do bairro está nivelada com a BR-101 e, com o passar do tempo, foi se expandindo em direção ao Mestre Álvaro, formando um grande aglomerado urbano. Suas origens estão registradas em movimentos de lutas coletivas por moradia e ocupação da área de um loteamento com 60 quadras e 1.100 lotes, distribuídas em 800 mil metros quadrados com grandes áreas verdes. O loteamento foi aprovado em 24 de março de 1955, conforme Decreto Nº 109/55, em nome de Antônio Arthur Teixeira, empreendedor mineiro, com intuito de ser vendido para uma população que acreditava que era uma região praiana. No entanto, muitos desses compradores desistiram do negócio ao constatar que a proximidade com o mar não era a esperada.

O fato da desistência de muitos compradores e abandono dos lotes contribuiu posteriormente para que o loteamento fosse palco de uma disputa de propriedade. A ocupação se deu em sua grande parte por migrantes humildes oriundos da Bahia e de outras regiões, atraídos pelo mito do “sonho dourado” e alimentado pela promessa do progresso, advindo da expansão das indústrias que chegavam ao Espírito Santo. Com o tempo a ocupação do bairro se expandiu para além dos limites do loteamento.

Quando buscamos os relatos dos primeiros moradores, observamos que antes era tudo muito diferente. No início das primeiras décadas dos anos de 1900, a paisagem nessa região era predominantemente rural. Era uma fazenda, cujo dono chamava-se José Milton Varejão, e mais tarde foi transformada em um loteamento regulamentado em 1955.

Figura 2 – Entrevista feita pelo Jornal “A Tribuna” a um antigo morador do bairro



Fonte: Arquivo IJSN, 2006.

Essa predominância de vestígios rurais no contexto das primeiras décadas de 1900, também ocorreu em todo município serrano que, segundo Schaeffer (2013), era predominantemente rural na época em que desenvolvia seu comércio por meio do transporte fluvial, pelo Rio Santa Maria, onde embarcava a produção de café e outras mercadorias.

Em 1929, com a construção da estrada de ferro Vitória-Minas que corta o município, a navegação fluvial não foi mais necessária. Outra via de circulação, a estrada rodoviária Serra x Vitória, foi iniciada em 1922 e inaugurada em 1923. Segundo Barros (2002), o trajeto original passava pelos atuais bairros Boa Vista, Carapina Grande, Jardim Tropical, José de Anchieta e Laranjeiras Velha, praticamente de forma paralela à atual estrada. Isso até a década de 1950, quando foi retirada para dar suporte a então BR-101.

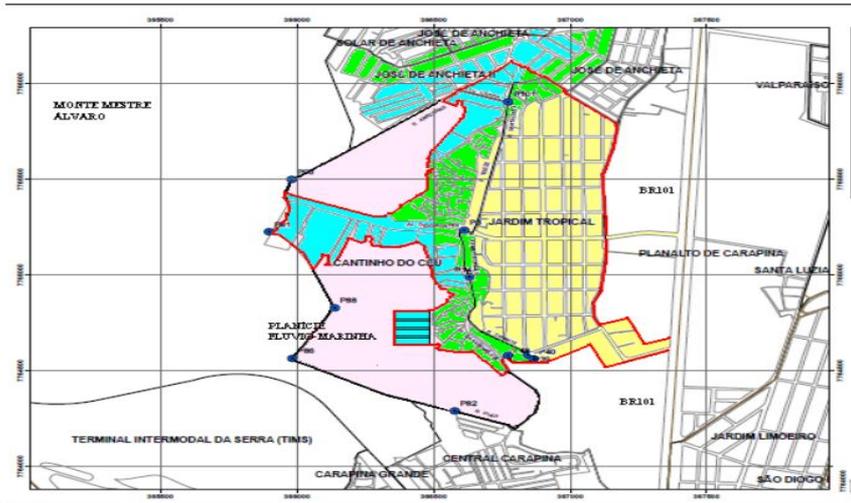
Nas décadas de 60 e 70, o Município de Serra foi impactado pela instalação dos Grandes Projetos Industriais, a saber, parte do complexo da CVRD (Vale), cuja maior parcela encontra-se no município de Vitória, a CST (Arcelor Mittal), o Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT), setores I e II e ainda na década de 90 o TIMS (Terminal Industrial e Multimodal da Serra). Tais empreendimentos ocuparam áreas geográficas próximas à região do bairro Jardim Tropical, desencadeando uma aglomeração urbana advindo da migração da população rural, em sua maioria. Esse conjunto de ações evidenciam a lógica da atuação do Estado, com destaque para investimentos públicos em infraestrutura de circulação, visando favorecer o processo de expansão da industrialização no país, e em especial no cenário capixaba.

Essas iniciativas estimularam o processo de expansão do tecido urbano de forma acelerada na região de Laranjeiras/Carapina e mostraram que a implantação dos Grandes Projetos Industriais, desencadeia a construção de vários conjuntos habitacionais e o surgimento de novos bairros. Nesse contexto histórico de atuação articulada do governo federal, governo estadual e municipal, surgiu o bairro Jardim Tropical.

A partir dessas considerações preliminares, o bairro Jardim Tropical pode ser entendido como região marcada por conflitos, disputas e desigualdades materializadas no espaço urbano, pois trata-se de uma região que possui três camadas distintas de ocupação.

Em um primeiro plano podemos visualizar a região que é formada pelo antigo loteamento (região amarela - platô) mais central nivelado com a BR-101, conforme podemos verificar no mapa (Figura 3).

Figura 3 – Mapa com os limites do bairro Jardim Tropical



Fonte: Saraiva, 2010.

No mapa (Figura 3) percebemos um traçado vermelho que se refere à compreensão do espaço percebido (LEFEBVRE, 2013, p. 15) pelos moradores para o bairro Jardim Tropical. Tal percepção se distingue do espaço normatizado (LEFEBVRE, 2013, p. 15) pelo poder político municipal que define Jardim Tropical apenas a região amarela do mapa. Nessa região, as quadras possuem um traçado regular, geometrizado. As ruas em sua maioria são amplas, pavimentadas, e existem alguns becos (Figura 4). Os lotes são ocupados por muitas edificações de um andar, dois andares ou mais, com ocorrências em muitos casos de quintais. As casas, em geral, têm muros baixos e apresentam grades de ferro nas portas e janelas.

Figura 4 – Cruzamento da Avenida Dido Fonte e Avenida Central – parte plana



Fonte: Siqueira, 2020.

Além dessa parte do platô, existe uma região de encosta, seguida de um terceiro setor, uma planície que se estende ao encontro do Morro Mestre Álvaro, (Figura 5).

Figura 5 – Imagens da região de encosta e região de planície



Fonte: Siqueira, 2020.

A Prefeitura Municipal de Serra procedeu um novo zoneamento da região e institucionalmente passou a considerar o bairro apenas a parte amarela do mapa da Figura 3 (platô). Essa regulamentação aconteceu 1º

de março em 2016, por meio da Lei nº 4.465. A principal característica dessa divisão foi a separação das comunidades que se formaram no entorno de Jardim Tropical, nas áreas de encosta e planície.

Atualmente, o bairro limita-se ao norte com o bairro José de Anchieta por meio da rua Landerico Laporti e Beco Linhares, a leste limita-se com Planalto de Carapina e BR-101 pela Avenida Coronel Manoel Nunes, a oeste limita-se com o bairro Cantinho do Céu e José de Anchieta 2 pela Rua Ramilo Borges (Sete Bicas) e Rua Linha de Força e ao sul limita-se com a empresa de energia elétrica EDP (Energia de Portugal) pela Rua Oriente, porém antes da regulamentação da lei toda a região era considerada como um bloco único.

Figura 6 – Atual divisão territorial do bairro



Fonte: SEDUR/PMS.

Os espaços foram separados por meio de atos legislativos, porém a infraestrutura de equipamentos públicos continua sendo única para atender as demandas das três regiões, como é o caso dos serviços de saúde e de assistência social. Essa nova normatização do espaço geográfico formaliza institucionalmente a segregação e distinção de certos grupos sociais que ocupam a região. Em visita de campo realizada em agosto de 2020, identificamos que as novas fronteiras do bairro indicam não apenas marcos de diferenças morfológicas. Diferenças que colocam em realce desigualdades sociais e econômicas que comprometem a ideia de direito à cidade. A Figura 7 apresenta

uma importante região de fronteira entre o bairro Jardim Tropical (região do platô) e o bairro denominado Cantinho do Céu (região de encosta). O terreno vazio que separa as duas regiões assume um valor de uso de natureza coletiva, pois é utilizado pelos moradores de Cantinho do Céu como lugar de estacionamento de veículos e como espaço de lazer para crianças e jovens.

Figura 7 – Área localizada entre Jardim Tropical e rua de Cantinho do Céu



Fonte: Siqueira, 2020.

Esses elementos morfológicos apontam que a ocupação do espaço se apresenta de modo desigual. O traçado das ruas, a dimensão dos terrenos, a posição geográfica das casas, os tipos de construções, revelam desigualdades internas das regiões de platô e encosta. Desigualdades que deixam à vista o comprometimento das condições de moradia, pois ficam marcadas restrições à circulação, a espaços de lazer, assim como os demais serviços públicos, como já mencionado.

Outro aspecto a ser destacado refere-se ao desconhecimento, por grande parte dos moradores, das interferências do poder público nas denominações e desmembramentos da região (Jardim Tropical, Cantinho do Céu, José de Anchieta 2).

O espaço normatizado pelos novos marcos legais não são reconhecidos pelos moradores das diferentes regiões, embora vivenciem outras situações de discriminação a partir do lugar onde moram, conforme explicita relato de um morador do bairro.

Até então tinha um nome, era tudo Jardim Tropical, aqui em cima, lá na Sete Bicas, lá na Furnas [...] então quer dizer, no papel lá na câmara: Ah, nós fizemos uma pracinha em Jardim Tropical, eles não querem saber se é Sete Bicas ou se é aqui em cima, foi feito em Jardim Tropical, tá entendendo? [...] quando foi em 2008, [...] o Ceí, que Deus o tenha, ele foi e desmembrou [...], tanto é que na época eu falei com ele: a pior coisa que você fez na sua vida foi isso aí [...], você está desfavorecendo o pessoal que mora lá embaixo, você está discriminando o pessoal que mora lá embaixo e não deu outra, o pessoal começou a reclamar (por que o pessoal que mora em cima é melhor do que aqui? [...]) Lá na Sete Bicas é uma classe muito desfavorecida pelo poder público [...] poder público vem cá em cima do morro pra cá, procura fazer alguma coisa aqui, é colégio, é praça, é isso, é aquilo, é aquilo outro, mas lá embaixo... [...] Você vê que na época de eleição dificilmente um candidato a prefeito desce lá pra baixo, difícil. Esse ano que nós conseguimos levar o Vidigal [candidato à prefeito em 2020] lá na área verde, porque nem lá eles iam (RELATO DE MORADOR, 2021).

A partir desses enunciados é possível inferir que os conflitos que denotam processos de diferenciação pela condição econômica, pelo tipo de habitação, embora toda a região seja fruto de ocupação. Nesse sentido, o bairro se materializa como produto da engrenagem capitalista de onde emana uma efetivação de uma condição desigual entre os grupos sociais. Tais condições são reproduzidas e ampliadas no contexto da produção do espaço. Nesse sentido, o bairro se constituiu a partir da segregação pautada pelos ditames da ordem econômica.

Figura 8 – Camadas sociais da região



Fonte: Siqueira, 2021.

A divisão das camadas sociais pode ser verificada nas imagens da figura 8, quando visualizamos a região de baixo para cima. Na base, vemos a região de planície que se entende até a região do Mestre Álvaro. Nessa área notamos vestígios do rural, pela presença de animal pastando. Na parte superior da imagem, avistamos a região de encosta, composta em grande parte por casas de alvenaria, muitas delas sem acabamento. Na sequência identificamos a região de platô, nivelada com a BR-101, onde se destaca a torre do condomínio Vivenda Tropical, empreendimento imobiliário em construção.

Nessa região de planície a condição sócio econômica da população é em sua maioria de baixa renda, as casas são de madeira ou alvenaria, por vezes sem acabamento. Trata-se da região que foi ocupada mais recentemente e a que mais sofre com a falta dos aparatos do Estado, como escolas, unidade de saúde e rede de saneamento básico.

Em síntese, o bairro denominado de Jardim Tropical (região de platô), no aspecto de infraestrutura, é fruto de muitas lutas coletivas que buscaram junto ao poder público a melhoria de condições básicas para viver no local, usufruindo atualmente dos aparatos públicos e privados, sem a necessidade de buscar esses recursos em outros lugares mais distantes, o que não acontece da mesma forma nas demais regiões (encosta e planície).

Contudo, os conflitos e disputas na região do bairro Jardim Tropical assumem outras feições no atual estágio de desenvolvimento do tecido urbano. A proximidade com a região de Laranjeiras e sua

projeção para a nova rodovia em construção, contorno do Mestre Álvaro, revelam atrativos para o mercado imobiliário imprimir novos padrões de comércio e de moradia.

O condomínio Clube Vivenda Tropical, idealizado e desenvolvido pela construtora Pinheiro de Sá, é um empreendimento diferenciado em termos de escala para a região, pois tem projeção de 18 pavimentos. Sua forma, composta por 02 torres de apartamentos sob uma área comercial que promete a oferta de um conjunto de produtos e serviços tendo como atrativo anunciado uma vista privilegiada para o morro Mestre Álvaro e proximidade com a próspera região de Laranjeiras.

Em uma caminhada pelo bairro, observamos a primeira torre do empreendimento erguida na Avenida Central do bairro, uma rua privilegiada onde localizam-se a maioria dos comércios, escola, praça, circulação de transporte entre outros.

Figura 9 – Projeto gráfico do térreo do Ed. Clube Vivenda Tropical



Fonte: <https://www.pinheirodesa.com/vivenda-tropical/>. Acesso em: 4 out. 2021.

A propaganda exposta no local e anúncios de venda online, reiteram essas vantagens para os possíveis compradores, além de realçar a proximidade com a região de Laranjeiras em termos de comércio, transporte, áreas de lazer e outros aspectos. Ao mesmo tempo esconde/invisibiliza toda a realidade de desigualdades e conflitos que estão presentes na região.

Figura 10 – Avenida Central e propaganda do Vivenda Tropical



Fonte: Siqueira (2020).

Atentando para a morfologia do lugar, as diferenças se revelam entre as casas mais simples, de pequeno porte, e a torre, símbolo do capital que entra na disputa pela ocupação do espaço e estabelece um novo modelo e estilo de habitar.

Nesses termos, Lefebvre (2001, p. 130), realiza uma crítica ao modelo de sociedade capitalista que se apropria de uma parcela do espaço urbano e determina quem são os moradores que devem ocupar um ou outro lugar, ampliando as desigualdades sociais através do espaço urbano.

Por meio do conceito de heterotopia proposto por Lefebvre (2002, p. 45), quando se refere ao outro lugar que se caracteriza por situar-se às margens do lugar inicialmente considerado, podemos dimensionar essa relação hetero e contraditória da compreensão do espaço nas suas diferenças. Para Lefebvre (2002, p. 45), esse conceito pode ir até o contraste fortemente caracterizado, e mesmo até o conflito. Conflito que se materializa quando o mercado imobiliário chega para explorar a região e dominar o espaço, em detrimento dos outros moradores que já moravam nessa região há décadas.

Simultaneamente, outro conflito se apresentará quando os futuros moradores do condomínio tiverem a legitimação da posse por meio da escritura do imóvel, enquanto a maioria dos moradores da região travam uma luta antiga para legalizar a situação dos terrenos outrora ocupados de forma não legítima no aspecto jurídico.

Moradores mais antigos relatam que existiu uma mobilização da população local, representados pela associação e políticos serranos, no sentido de instituir projetos com o objetivo da regularização fundiária dos territórios urbanos ocupados de maneira irregular, como é o caso do bairro Jardim Tropical. Esse movimento colaborou para a elaboração do Projeto “Serra, Meu Lar”, implantado em 2013, e o Projeto “Portas Abertas”, todos na gestão do prefeito Audifax Barcelos, realizado pela Prefeitura Municipal da Serra, regulamentado pela Lei Municipal Nº 4.769 de 06 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana (REURB).

De acordo com informações disponíveis no site da PMS, os programas têm como objetivo desenvolver um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam a regularização de imóveis e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia. A lei se aplica às características do bairro, podendo ser definido pela mesma como núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município.

Embora tenha havido a promessa da inclusão do bairro Jardim Tropical nesses projetos elaborados pela PMS desde 2013, a concretização dessa legalização ainda não aconteceu. O poder público alega a impossibilidade de realizar o intento, devido à situação dos lotes já estarem registrados em nome de terceiros, no caso, Antônio Arthur Teixeira. Somente os moradores que conseguiram negociar com o dono do loteamento obtiveram sua escritura, como é o caso dos futuros proprietários do condomínio Vivenda Tropical.

Nesse sentido, Cardoso e D’Ottaviano (2021, p. 30), corroboram essa afirmativa quando explicam que as (in)formalidades ou (i)legalidades da ocupação do espaço “[...] revelam arranjos e negociações ligadas à produção da cidade e aos interesses e prioridades em questão”, estabelecendo “[...] correspondência com as relações sociais e econômicas, com as medidas jurídico-institucionais e com as decisões políticas”.

Podemos observar diante do contexto exposto que, ao ocupar os terrenos com o intuito de estabelecer uma condição mínima de moradia para seu uso, os moradores se uniram para reivindicar melhorias para o bairro. Nesse ponto se firma a realização da vida humana, das relações sociais, das relações de vizinhança, da busca de

direitos para o interesse coletivo. Aos poucos, as melhorias foram realizadas e os terrenos da região central começaram a ficar mais valorizados, atraindo investimentos do setor imobiliário.

A partir da valorização do espaço, o solo, além de ser valor de uso, torna-se produto passível de troca, conseqüentemente, a cidade (o bairro) se consolida como extensão da produção capitalista de ordem industrial.

Nesse sentido reafirmam-se a posse e a propriedade. Assim, a contradição está posta na medida em que os moradores se organizam para reivindicar na coletividade o direito individual da propriedade privada, reproduzindo a lógica do capital por meio da dominação do espaço.

Desse modo, a regularização fundiária é vista pelos moradores como se fosse a solução do problema da moradia no bairro. À primeira vista pode-se pensar que seria bom para os moradores obter a escritura dos seus imóveis, porém compreendemos que a partir dessa normatização pode advir outros problemas como a reafirmação da segregação. A Prefeitura poderá cobrar os devidos impostos sobre os terrenos regularizados e o cidadão que não tiver condições de fazê-lo não conseguirá permanecer no lugar.

Nessa direção, é preciso descortinar as reais intenções dos agentes dominantes que agem pelos ditames do capitalismo. Pelo prisma das contradições, a regularização fundiária pode ser compreendida como uma ação social com o objetivo de minimizar a desigualdade, porém, ao mesmo tempo, pode desencadear outros processos genuinamente desiguais.

Embora a regularização fundiária seja uma política pública que busca incluir a população de baixa renda ao acesso à cidade, se faz necessário pensar em uma nova maneira de se apropriar dos espaços da cidade de forma igualitária, uma forma de transformação do pensamento humano no sentido de incluir todas as pessoas. Nas palavras de Lefebvre:

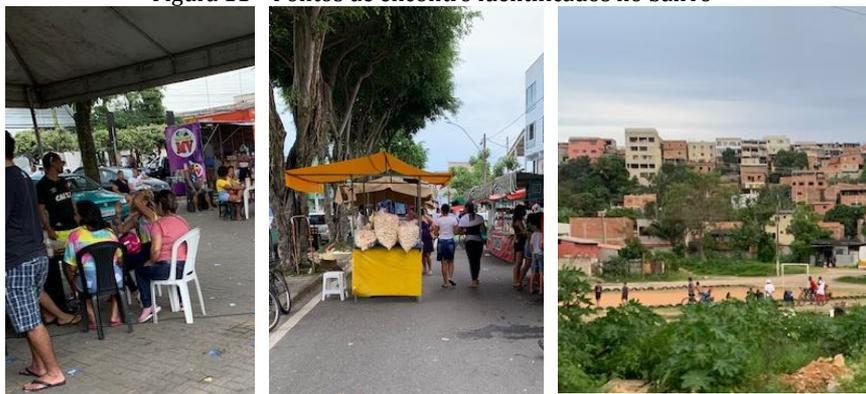
O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Lefebvre aponta para um movimento utópico firmado na mudança significativa nas relações sociais e na apropriação do espaço. Um projeto de reflexão e crítica ao acesso à cidade fundamentada na propriedade privada e na dominação do espaço.

Para tanto, ao propor esse novo horizonte, Lefebvre abre uma discussão no sentido de compreender os modos de produção do espaço urbano e sua reprodução no mundo contemporâneo, como explica Ribeiro (2012).

Nesse sentido, no espaço urbano aqui representado pelo bairro, podemos observar tais mudanças proporcionadas pela dinâmica capitalista, porém também ressaltamos os pontos frequentados por todos os moradores (parte central, encosta e planície), como a praça, o comércio de rua, a feira, o uso das calçadas como troca cultural, como ponto de encontro e conversa, os pontos de ônibus, onde as pessoas interagem entre si no movimento de circulação diária.

Figura 11 – Pontos de encontro identificados no bairro



Fonte: Siqueira (2021).

Esses elementos apontam para uma centelha em busca de uma utopia, uma forma de resistência com intuito de unir onde se quer separar, como propõe Lefebvre quando defende a apropriação dos espaços da cidade de forma igualitária, no sentido de incluir todos os indivíduos.

Para tanto, consideramos a discussão das proposições sobre a problemática urbana por meio de processos formativos pautados nos pressupostos da Educação na cidade como um movimento inicial para trilhar um caminho em busca de uma utopia a partir da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o processo de disputa pelo espaço é continuamente atualizado no espaço do bairro. Inicialmente a constituição de Jardim Tropical ocorreu em meio a situações de conflitos e disputas registradas no período de transição do município das características rurais para a processo de industrialização.

Com o passar do tempo ocorreram várias mudanças no espaço e na vida dos moradores. As ocupações no bairro foram se ampliando em direção ao Mestre Álvaro (principal paisagem turística do município), rompendo os limites do loteamento planejado anteriormente, formando novos aglomerados (encosta e planície) e novos desafios urbanos. A região foi dividida em três grupos (platô, encosta e planície) desencadeando um processo de segregação interna da área.

A partir da efetivação das melhorias na infraestrutura da parte central do bairro (platô) o espaço ganha valorização, atraindo novos investimentos que imprimem novos estilos nos modos de viver e de morar no bairro, como o modelo de condomínio fechado e vertical.

Nessa direção, Jacobs (2011) aponta que o espaço capitalizado acaba distanciando as pessoas, criando ambientes engessados precários de vida coletiva. Ao mesmo tempo que o formato de moradia em condomínios pode remeter à coletividade por concentrar um grande número de pessoas em um só lugar, pode maximizar uma cultura individualista e elitista, criando pequenas ilhas de concreto.

A partir desse contexto, concordamos com Carlos (2018), quando diz que o espaço não se (re) produz sem conflitos e as contradições inerentes em uma sociedade de classes, e é na vida cotidiana que as contradições aparecem como um todo.

Na relação dessas forças distintas, a dialética entre lugar privilegiado e periferia pode ser registrado por meio das caminhadas, das conversas com a comunidade, do nome das ruas, das formas e tipos de construções, das histórias de vida contadas. Enfim, uma tarefa que não se esgota na sua dinâmica, por não se tratar de algo estático e imutável, mas sim, uma produção humana em movimento constante. Produção que embora seja marcada por conflitos, desafios, disputas, imprevisibilidades, pode também ser pensada a partir das brechas e ou resistências que carregam o germe para desencadear possibilidades que vislumbrem um horizonte com outros modo vida urbana.

Arrematando as últimas reflexões, partimos da premissa que a produção do espaço urbano de ordem capitalista se efetiva sob a égide da terra como mercadoria e que nesse percurso os processos de desigualdade social se intensificam, principalmente por meio da separação dos espaços da realização da vida cotidiana.

Nesse sentido, conforme Carlos (2020, p. 418), “[...] a segregação, como forma da desigualdade inerente à produção do espaço urbano, está na base do conflito da cidade”. O bairro, como fragmento da cidade, captura essa afirmativa por meio dos elementos que o constituem.

Nessa direção, o que nos cabe aqui, na limitação deste texto, é proporcionar uma reflexão sobre o direito à cidade, na medida em que questionamos o modelo de sociedade submissa à ordem econômica e política e dessa forma, aspirar por um direito à cidade que vá na contramão de uma prática socioespacial elitizada e que leve em consideração o espaço para todos sem distinção.

Enfim, propor interlocuções sobre o direito à cidade onde, nas palavras de Carlos (2020), o mercado não se sobreponha à vida e que aponte para a negação de um modelo de felicidade forjado na posse de bens. Esse é o desafio que enfrentamos, mas entendemos que um caminho de superação se inicia nas práticas formativas para uma consciência de outra qualidade sobre a vida urbana.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Clério José. **História da Serra**. Serra: Editora CTC, 2008.
- CARDOSO, Aduino L.; D'OTTAVIANO, Camila. **Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra capital: Observatório das Metrópoles, 2021.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019, ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revista.usp.br/geosp/article/view/163371>.doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.163371>.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020, ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revista.usp.br/geosp/article/view/177180>.doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.177180>.
- CHISTÉ, Priscila de Souza. EDUCAÇÃO NA CIDADE: POSSIBILIDADES CONTRA-HEGEMÔNICAS DE ATUAÇÃO DE PROFESSORES, MEDIADORES DE ESPAÇOS CULTURAIS E EDUCADORES SOCIAIS. **Revista de Pedagogia Social UFF**, [S.I.], v. 3, n. 1, sep. 2017. ISSN 2527-0974. Disponível em: <<http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/64>>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- CÔCO, Dilza; CHISTÉ, Priscila de Souza; DELLA FONTE, Sandra Soares. *Educação na cidade e humanidades*: abordagens metodológicas utilizadas no Gepech. In: SANTOS, Leonardo Bis dos; CARVALHO, Letícia Queiroz de . (org.). **Metodologias alternativas no ensino de letras e Humanidades**. 1 ed. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, 2019.
- CÔCO, Dilza; CHISTÉ, Priscila de Souza, DELLA FONTE, Sandra Soares; MACÊDO, Érika Sabino. **Educação na cidade: diálogos e caminhos do Gepech**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.
- CÔCO, Dilza *et al.* **Educação na Cidade; conceitos , reflexões e diálogos**. 2018. Vitória: Edifes, 2018.

FROIS, Israel David de Oliveira. **O entorno da Vale S.A. na perspectiva da cidade educativa: da miopia verde à catarse do pó preto**. 2018. 215 f. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de Humanidades) - Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018 Disponível em: <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000013/00001340.pdf>. Acesso em: maio de 2019.

GONÇALVES, Thalissmar Matias. **Novas estratégias da produção imobiliária na Grande Vitória: um estudo sobre as recentes transformações do espaço urbano de Serra-ES** / Thalissmar Matias Gonçalves, 2010. 177 p.

IMBRONITO, Maria Isabel. Teoria e resistência em Jane Jacobs. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, Belo Horizonte, v. 09, n. 1, p. 1-16, jan./mar. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**: tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O Pensamento marxista e a cidade**. Portugal: Ulisseia, 1972.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. **A luta pelo espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo**. 2012. 349 f. Tese – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHAEFFER, Luciana. **O processo de produção da cidade a partir das intervenções urbanas : o caso do “Projeto Lerner” para Serra-ES** / Luciana Schaeffer. – 2013. 154 f.

O RESIDENCIAL VILA VELHA E A CIDADE QUE O CONTÉM

João Nolasco Ribeiro
Sandra Soares Della Fonte

INTRODUÇÃO

A prática espacial da habitação na cidade transborda a necessidade de compreensão de sua dinâmica, dos atores envolvidos e suas relações com as demandas de habitação.

A opção por esse tema se faz no horizonte político-pedagógico de “Educação na Cidade”, assumido pelo Grupo de Estudos sobre Educação na Cidade e Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Gepech/Ifes) que, desde 2016, tem como uma de suas inspirações a defesa do “direito à cidade” feita por Henri Lefebvre.

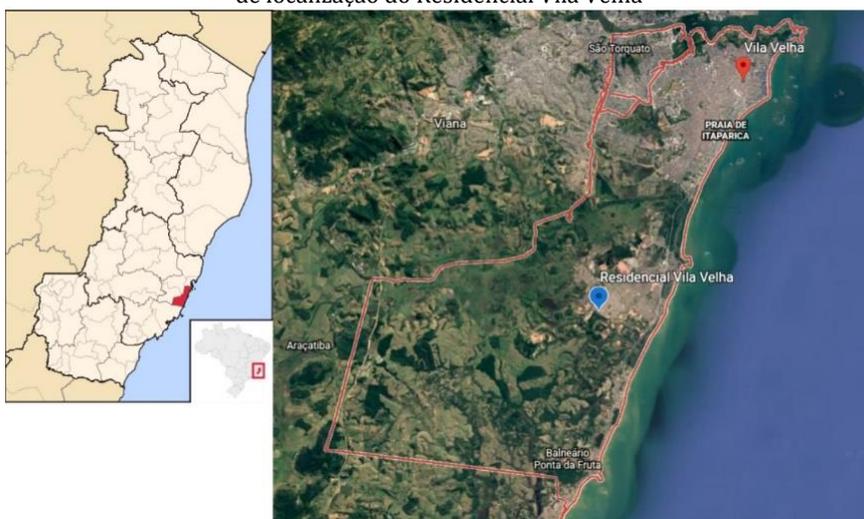
Verificamos durante a pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH/IFES) que a dinâmica urbana tem como base a apropriação privada da renda sobre o solo da cidade, fazendo com que agentes e segmentos hegemônicos desfrutem de maior estágio de bem-estar e riqueza acumulada, na forma de um patrimônio imobiliário de alto valor.

Em contraposição, grande parte da população fica subjugada espacialmente em relação à moradia e aos serviços básicos coletivos. Tais fatos resultam no aumento das desigualdades sócioespaciais, cristalizadas na ocupação dos espaços da cidade.

Esse processo de reprodução do espaço urbano elenca diferenciações, tanto no que diz respeito à forma urbana quanto à organização dos grupos sociais e das atividades que promovem a funcionalidade interna da cidade, dependendo da ótica que se pretende analisar. A fim de trazer essa discussão à baila, optamos por estudar o condomínio Residencial Vila Velha (RVV), localizado município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. Esse conjunto habitacional está inserido na região da Grande Terra Vermelha, dentro da região administrativa número 5 (Grande Jucu), no bairro Jabaeté (Figuras 1). Um bairro que se formou exatamente a partir de projetos habitacionais para famílias de baixa renda, reivindicados por movimentos sociais de luta por moradia, sendo utilizado pelo poder público com este fim.

Esse condomínio assume um lugar de destaque no bairro Jabaeté, pois conta com 1488 apartamentos, organizado em 3 etapas, com um total estimado de 5.950 moradores.

Figura 1 – Mapa do Estado do Espírito Santo e do município de Vila Velha. Referência de localização do Residencial Vila Velha



Fonte: Google Maps. Elaborado pelo autor.

Segundo Ronchi (2014, p. 45), “[...] a idealização do empreendimento ocorreu em função da disponibilidade e dimensão do

terreno que comportava um projeto habitacional de grandes proporções”. Conforme informações da Subsecretaria de Habitação de Vila Velha, o terreno foi adquirido pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) em 2010 para a implementação de projetos habitacionais de interesse social. Esse empreendimento vinculou-se ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de âmbito federal e lançado em 2009, sendo responsável pela construção de grandes conjuntos habitacionais com linhas de financiamento bancário para famílias de baixa renda.

O conjunto habitacional do Residencial Vila Velha fica localizado na periferia do município de Vila Velha, em um bairro considerado de “risco social”. Os espaços comuns entre os moradores são restritos, assim como os próprios apartamentos, construídos com materiais baratos e sem refino no acabamento. Isso significa que, ao estar submetida à lógica do valor, essa moradia do PMCMV na forma condominial expressa a segregação da cidade e de seus espaços.

Sob esse aspecto, podemos sintonizar, portanto, o fragmentado cenário imobiliário urbano de Vila Velha com uma precisa colocação de Lefebvre (1967, p. 174): “A cidade, crescendo desmedidamente, projeta para longe, fragmentos e destroços. [...] Durante esse tempo, o coração da cidade se deteriora, se burocratiza, ou simplesmente apodrece”.

Na Foto 1, a seguir, é possível dimensionar a grandiosidade do terreno dessa edificação inserida em um bairro em que as habitações térreas predominam.

Foto 1 – Panorâmica do Residencial Vila Velha em 2013



Foto: Rodnei Braun (2013, apud RONCHI, 2014).

Diante dessa panorâmica, caminhamos em direção similar às problematizações levantadas pelo geógrafo Milton Santos ao questionarmos em que medida a organização do espaço construído dentro do conjunto residencial torna-se instrumento de agravamento das condições criadas pelo mercado imobiliário e de condução a um processo de alienação socioespacial?

O sociólogo francês Henri Lefebvre se utiliza das noções de Habitar e Habitat como modo de lançar luz sobre os conteúdos da vida urbana e revelar suas contradições. Essas noções afirmam a necessidade radical de apropriação do espaço para a reprodução da vida e é pensada como elemento fundamental da produção filosófica do homem. Ele acredita que o habitat se trata do suprimento da necessidade de habitação do indivíduo para sua sobrevivência, enquanto o habitar constitui a apropriação, no plano individual, da habitação. No contexto de superação da lógica capitalista, em que o espaço se torna mercadoria e objeto de estratégias econômicas, o desafio prático e teórico é reavivar a possibilidade utópica do habitar em contraste com a ideologia racionalizada do habitat.

Os conflitos que atravessam a cidade de Vila Velha ganham visibilidade nessa moradia organizada na forma de condomínio. Por isso, torna-se imprescindível abordar a dinâmica que se materializa espacialmente com a construção desse conjunto habitacional. Ao voltar o olhar sobre o bairro e sobre o entorno do condomínio, sobre aspectos históricos de sua construção, sobre a organização de seus espaços comuns e dos espaços privativos dos apartamentos, de sua gestão administrativa e do perfil de seus moradores, buscamos realçar as contradições sociais que se produzem e reproduzem a partir das noções Henri Lefebvre, para quem o direito à cidade coloca-se na perspectiva de que o espaço urbano pode ser apropriado de forma humanizada, plena e com equidade.

O MUNICÍPIO DE VILA VELHA

O município de Vila Velha registra uma associação direta dos processos de fragmentação e hierarquização espacial, ao compor uma ampla expansão de áreas periféricas por conjuntos habitacionais, por sua extensão de espaços vazios, e também por ser um dos principais centros de atração migratória na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Os agentes envolvidos vêm produzindo e reproduzindo um espaço onde a geração e a captação da renda fundiária e imobiliária orientam o crescimento urbano, protagonizado por proprietários fundiários, promotores imobiliários bem como o Estado.

Conforme dados do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (SINDUSCON-ES), entre os anos de 2002 a 2014, é possível constatar que as unidades em construção em Vila Velha representavam quase 50% do total da Grande Vitória, concentradas nos bairros costeiros da Praia da Costa, Itapuã e Itaparica. Bairros que começaram a receber empreendimentos com maior intensidade a partir da década de 1990, quando o mercado imobiliário para as classes de alta renda expandiu das áreas litorâneas de Vitória para Vila Velha. Com a construção de grandes edifícios residenciais bem como investimentos em edifícios comerciais, shopping centers e loteamentos fechados, parte da população pobre residente nestas áreas foi realocada para regiões mais periféricas e precárias da região metropolitana. O município de Vila Velha ilustra como as empresas do setor imobiliário vêm assumindo a direção do processo urbano e da construção da cidade (MARICATO, 2012).

O Residencial Vila Velha situa-se no município que, ao longo de sua história, assumiu uma função específica em relação ao centro (a capital, Vitória): ser cidade dormitório.

O espaço urbano mais adensado acumula uma valorização superior à verificada no mercado imobiliário em localidades mais afastadas do centro. Conforme a demanda por espaço e oferta de crédito oferecida por programas estatais, do monopólio de algumas incorporadoras e da fragmentação ulterior, altera-se o sentido das demandas por habitação e por espaço.

Uma maior compreensão do processo de segregação no município pode ser obtida a partir da contextualização do processo de formação da área denominada de Grande Terra Vermelha (GTV), onde desde meados da década de 1970 registra-se a concepção intensificada de loteamentos, muitos deles clandestinos, junto a ocupações irregulares e precarizadas.

A Região da Grande Terra Vermelha e o bairro Jabaeté

A Região de Terra Vermelha é composta por 11 bairros¹ localizados mais ao sul do município de Vila Velha, a aproximadamente 12 km do centro, ao longo da Rodovia do Sol (ES-060) e faz parte da Região 5.

Conforme Sartório (2012), desde a década de 1950, a região é alvo de loteamentos, que se intensificaram na década de 1970. Em 1974, com a inauguração da Rodovia do Sol, um novo vetor de expansão urbana foi iniciado, incorporando a faixa litorânea sul de Vila Velha ao uso e ocupação do solo.

No entanto, somente no final da década de 1980, houve o início das ocupações, quando o então governador Max Mauro (1987 a 1991) entregou as primeiras habitações de interesse social no bairro Terra Vermelha, estimulando a produção imobiliária. Houve, também, estímulo por parte da administração municipal para a ocupação da área por famílias de baixa renda.

Siqueira (2019, p. 209) pontua que:

[...] as habitações precárias, que se estabeleciam neste território, passaram a abrigar famílias com total desamparo social, constituídas inicialmente por grupos carentes vindos de outras periferias de Vila Velha e da Grande Vitória e migrantes vindos do interior capixaba, do norte de Minas Gerais, de regiões periféricas do Rio de Janeiro, do norte deste mesmo estado e do sul da Bahia. Uma população constituída por uma grande maioria de famílias jovens, com baixo nível de escolaridade e sem formação profissional.

Ao grande contingente de desempregados, trabalhadores autônomos informais e empregados de baixo salário restou ocupar principalmente as áreas afastadas do centro de Vila Velha e/ou aquelas impróprias para morar por serem consideradas de risco ou de preservação ambiental, áreas essas em geral desprovidas de equipamentos e serviços urbanos básicos, sem contar com a baixa qualidade estrutural das casas.

¹ De acordo com o estudo sobre o Aglomerado de Terra Vermelha, do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Conteudo/Digital/20120823_1032_ijsn_relatorio_terra_vermelha.pdf

A continuidade da lógica de fragmentação urbana fica evidente no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir de 2009. Com a diferença de produzir em alguns bairros do município de Vila Velha uma reconfiguração urbana, ao levar a construção de conjuntos habitacionais de apartamentos para bairros que antes predominavam a autoconstrução de casas. Abriu-se, assim, novos eixos de valorização imobiliária materializadas em regiões de menor poder aquisitivo.

É neste contexto de grandes transformações urbanas ocorridas no município de Vila Velha, marcado por segregações socioespaciais, que verificamos como a produção de moradias e de conjuntos habitacionais foram determinantes na configuração deste espaço urbano. Essas iniciativas foram tomadas dentro de um projeto urbanístico do Estado em convergência com interesses privados.

As chamadas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) se configuraram nas áreas com prioridade no atendimento de melhorias habitacionais e, portanto, com prioridade nos programas de habitação. Por estar completamente inserido em uma ZEIS, o bairro Residencial Jabaeté é fruto da gestão intencional dos órgãos públicos em concentrar nesse bairro grande parte do contingente que compunha o déficit habitacional de Vila Velha. O bairro, portanto, já chama o olhar para pesquisa sobre segregação, pois está localizado em uma região afastada do centro da cidade de Vila Velha, dentro da Região 5 (Grande Jucu), denominada por muitos vilavelhenses como “anexo” de Vila Velha, com tendências pejorativas.

O termo “anexo” escancara a dificuldade de reconhecimento da alteridade espacial. Significa dizer que as valorizadas áreas centrais de Vila Velha demonstram relações de habitação conectadas aos interesses especulativos e a interesses políticos específicos, reprodutores da valorização imobiliária e do imaginário de qualidade de vida habitacional, em detrimento das áreas periféricas.

Ou seja, vilavelhenses que nunca frequentam a Grande Terra Vermelha e o RVV contrastam hierarquicamente com um outro estereótipo de moradores da cidade, associado aos modos de vida elitistas, tal como o esplendor das áreas mais centrais e ligadas à orla, mais valorizadas por atributos especulativos, estruturais, históricos e de padrão social monetariamente elevado. Nesta direção, Carlos (2003, s.p.) diz que:

[...] as formas urbanas guardadas na memória articulam espaço e tempo, construídas a partir de uma experiência vivida num determinado lugar.

Nesse sentido a construção do lugar se revela, fundamentalmente, enquanto construção de uma identidade.

Na Câmara Municipal de Vila Velha em 2014, um vereador chegou a levantar uma proposta de emancipação para a Região da Grande Terra Vermelha. A proposta não teve seguimento na Câmara e nem adesão das representações de moradores. Entretanto, o fato de a discussão da emancipação ter sido levantada já é revelador e nos permite problematizar o alcance da fragmentação que as desigualdades espaciais geram, ao ponto da possibilidade de ruptura burocrática da municipalidade.

Nessa perspectiva, a cidade de Vila Velha também expressa materialmente as desigualdades sociais. Isso implica construções de identidades e memórias diametralmente distantes, impostas pelos limites de uso, que dificultam o entrelace das relações espaço-temporais. Daí pode-se afirmar que o espaço urbano não se reproduz sem conflitos e contradições, inerentes à própria lógica capitalista e à reprodução de uma sociedade fragmentada. Processo que se reflete na propagação de novos habitats urbanos em formato de condomínio e que podemos associar à implementação do Residencial Vila Velha, na Região 5.

O processo de desapropriação do terreno onde o bairro Jabaeté fica localizado é fruto das pressões de movimentos sociais sobre a área denominada “Boca do Mato”, efetivada em 1992, durante a administração estadual de Albuíno Cunha de Azeredo (1991-1995), em continuidade à política de promoção de assentamentos urbanizados e legalizados para fins de moradias de populações de baixa renda, implementada durante a gestão do ex-governador Max Mauro (1987-1991). O terreno foi adquirido pela Companhia de Habitação do Espírito Santo (COHAB- ES).

Figura 2 – Localização do Bairro Residencial Jabaeté e do Residencial Vila Velha



Fonte: Google Earth (2013), elaborado por Ronchi (2014).

Na Figura 2, podemos observar o quanto o Residencial Vila Velha se destaca na paisagem do bairro, também sob esta perspectiva aérea. A única obra de todo o bairro construída em formato de prédio. Os 93 edifícios preenchem a paisagem, adicionam diversidade de vidas e movimentam o bairro.

Por dentro do Residencial Vila Velha

O Residencial Vila Velha faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), carreado pelo Governo Federal. Para participar PMCMV é preciso que o candidato atenda a uma série de critérios. É preciso ter, obrigatoriamente, renda familiar de até R\$ 1.600,00.

O Empreendimento é dividido em 3 Etapas de Construção, constando diferentes empresas construtoras para cada etapa, totalizando 1488 moradias, representando o maior empreendimento do PMCMV para pessoas de baixa renda do Estado do Espírito Santo. Os 12 “predinhos” (essa é a forma que os próprios moradores e a vizinhança se referem ao condomínio) enfileirados ao longo de aproximadamente 400 metros da Avenida França, surgem como ponto de referência em função da sua dimensão e distinção vertical na paisagem, onde predominam as construções horizontais.

Foto 2 – Vista do condomínio Residencial Vila Velha



Foto: Edson Chagas.

São 93 edifícios com quatro pavimentos cada um. Cada edifício contém 16 apartamentos. O conjunto habitacional é dividido em três segmentos, cada um deles formado por 31 edifícios, o que totaliza 496 apartamentos por segmento.

No Condomínio, cada etapa possui: área de lazer descoberta (parque/quadra); área de lazer coberta (quiosque de 40m²); área de passeio (via de uso comum) e 273 vagas de estacionamento. Os espaços entre os edifícios são cobertos por grama contendo uma faixa de passeio.

A estimativa, segundo as construtoras, é de que cada segmento tenha uma população de 1.984 habitantes. Considerando os três segmentos, seriam 5.952 moradores, ou seja, representa uma densidade habitacional de 4 pessoas por domicílio. O Programa prevê que 3% das unidades sejam destinadas a idosos ou a Pessoas Com Deficiência (PCD). No Residencial Vila Velha, 78 unidades foram adaptadas para esse público, todas localizadas no primeiro piso, de forma a facilitar o acesso para essas pessoas.

O Residencial possui apartamentos compostos por sala de estar, 2 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, medindo 43,54 m². Com essa estrutura os apartamentos foram entregues. Conforme o senhor P., morador da 1ª etapa: “[...] o apartamento estava prontinho, com pia, piso, torneiras e até as lâmpadas. Entramos e moramos”.

Diga onde moras e teu lar dirá quem és?

Os apartamentos padronizados originalmente não tinham nada de particular, eram homogêneos em sua estrutura. Mas, depois de ocupados, em cada lar, as pessoas tornaram próprios os seus espaços, constituíram sua habitação.

A sala é o maior cômodo do apartamento. “Cabe um sofá e a TV bem encaixadinhos, só fica difícil quando chega mais gente aqui, mas dá pra ficar bem confortável. Ali do lado ainda cabe uma mesinha de estudos”, relata a moradora N., da 2ª etapa.

A fala do Sr. P., morador da 1ª etapa, anuncia um novo momento em sua vida: “[...] logo que minha companheira recebeu a chave do apartamento, no 4º andar, nós nos mudamos [...] Eu saí do sufoco, morava nos fundos da casa dos meus sogros”.

Relatos como esses demonstram a satisfação por realizarem o sonho da habitação. Sonho embutido em toda a complexidade que a casa própria representa. Assim, antecipamos que, nas relações de apropriação, o uso preenche o que antes era vazio, constrói um conteúdo diante da precariedade e persiste na realização afetiva com a moradia. O que corrobora o registro de Pádua (2019, p. 480):

[...] É ao mesmo tempo o espaço empobrecido, pequeno, apertado, mas também o espaço da vida, da conquista da casa, que imporá novos problemas cotidianos: o acesso à cidade, a distância ao trabalho, a falta de espaço, a distância aos comércios maiores etc.

Ao nos referirmos a qualquer espaço de moradia, pertencente a qualquer pessoa e relativo a qualquer lugar, devemos cuidar para que nossas colocações se pautem também em aspectos afetivos, além da mera descrição sobre a estrutura.

Henri Lefebvre acrescenta que:

[...] Só o confronto entre dados sensíveis tal como os percebe o sociólogo e como procura compô-los como conjunto, de um lado, e, de outro, os lugares, os tempos e as coisas percebidas pelas partes interessadas permite um conhecimento. [...] O sistema de objetos permite identificar e analisar o sistema das significações verbais, e reciprocamente (Lefebvre, 1965, p. 13).

Essa nova configuração de moradia em Jabaeté suscita mediação, pois os conflitos de convivência são eminentes e a resolução deles não

vai mais ser tratada somente dentro dos limites da individualidade de cada lar. Morar em condomínio requer o entendimento de que outro também está contido ali. O muro e a guarita simbolizam a contenção do “outro”.

Morar onde contém o outro significa enveredar-se em um constante movimento de mediação dos conflitos de uma moradia montada dentro da racionalidade urbanística: um empreendimento realizado e concretizado do gabinete à obra, sem a participação efetiva daqueles que seriam moradores, tratados como passivos diante das intencionalidades planejadas, distantes literalmente da “mão na massa” da obra.

Administrar com o outro, na coletividade que um condomínio pressupõe, é uma novidade a ser mediada no RVV. Nesse fluxo novo de habitação, compartilha-se a entrada e a saída, contém-se o morador e contém-se o visitante. É onde contém a prestação de serviço, a zeladoria, o cuidado. E onde também se contém o “outro”, desconhecido.

Na articulação inseparável de produção e reprodução da vida, entendido aqui como necessidade radical do ser humano, sempre é possível encontrar alguns indícios de apropriação. Dessa forma, “[...] há a necessária aproximação com a vida concreta e suas necessidades e desejos, propriamente humanos, o que remete à noção de apropriação” (PÁDUA, 2019, p. 483).

Ou seja, o que foi concebido para os moradores dos “predinhos” tenta resumir o cotidiano à funcionalidade daquele espaço de moradia. Mas, em movimento contrário e também contraditório, os resíduos encontrados nas modificações personalizadas dos espaços interiores dos apartamentos e sobretudo nos espaços comuns, sinalizam a potência do vivido rumo a apropriação. Por isso,

[...] o habitar não pode ser reduzido a cálculos, às prescrições exatas dos planejadores, porque se coloca como produção propriamente humana, a partir das necessidades do homem em seu processo de humanização e não a partir de concepções apriorísticas do que deve ser o morar, o habitat (PÁDUA, 2019, p. 481).

Vale destacar que não há profissionais de zeladoria contratados. Portanto, toda a manutenção dos corredores e dos jardins é feita espontaneamente e necessariamente por moradores. Para não recairmos em hipocrisias, é preciso deixar claro que há moradores

isentos de qualquer participação ou cuidado coletivo. Mas sustentamos que a permanente mediação desses cuidados se reflete em práticas conectadas ao horizonte do habitar lefebvreano, mesmo diante das dificuldades financeiras que vários moradores vivenciam.

Justamente por esses motivos, realçamos que destacar os resíduos de apropriação não constitui uma maneira hipócrita de clarear o que sobra dos processos e atividades sociais, mas sim, um modo de clarear os caminhos valiosos para outra organização social. Tal como faíscas de luz que acendem rotas de escape da lógica imperante.

Assim, junto a uma racionalidade homogeneizante, existem também indícios de apropriação que revelam o caminho do possível, registrados nas criativas modificações dos espaços comuns do residencial, tal como registrado nas fotos 3 e 4.

Foto 3 – Jardim entre os blocos da 2ª etapa do RVV



Foto: Autor (2020)

Sem estarem somente arrebatados pelos fins de valorização para revenda, mesmo entre as diferentes Etapas do RVV, os blocos que contém os moradores mais envolvidos com seus espaços de moradia expressam esteticamente os cuidados gerados numa clara conexão com o valor de uso, próprias do Habitar. É evidente que tais modificações estéticas, de tão positivas que são, acabam gerando maior

valor de troca também. Fatos reveladores da permanente tensão entre valor de uso e valor de troca como produtora do espaço social de usos.

Os desejos personalizados nos espaços de moradia ressaltam possibilidades e formas de resistência e reação às forças homogeneizantes. Desejos materiais, sim. Longe da negação da materialidade do mundo. A diferença é que ao expressá-los dialeticamente, tais desejos forçam o surgimento de questionamentos. Talvez um esboço, um borrão de utopia social, a partir do significativo coletivo de habitação, capaz de alcançar tanto o local quanto o global, que inspire a criação de espaços comuns onde se reivindique um poder de responsabilização sobre as decisões e promova ações que sejam críticas ao sistema capitalista. Possibilidades que conduzam à emancipação.

Foto 4 – Jardim na entrada do escritório da administração condominial da 2ª etapa do RVV



Foto: Autor (2020)

Nosso pensamento sobre a prática socioespacial no Residencial Vila Velha se debruça sobre o estudo do espaço. Da reprodução econômica e política, do espaço concebido, homogêneo, esvaziado. Mas também sobre o espaço vivido, da reprodução da vida das pessoas nesse recente habitat, que impõe novos desafios cotidianos, como o acesso ao centro de serviços da cidade, o percurso até o trabalho, a relação com a falta de espaço, a distância dos amigos e vizinhos antigos, os novos encontros e desencontros. Portanto é necessário que haja

uma relação mediada, agora consciente, entre os habitantes do RVV e a cidade que os contém, para que se perceba que a apropriação aflora na prática, mesmo em meio à dominação e à racionalidade técnica.

Alguns moradores não hesitam em tornar público o seu lugar de moradia, como a moradora E., da 2ª etapa do RVV, que posta em suas redes sociais várias fotos que têm o residencial como seu “palco” vivido, como seu espaço de representação, expondo um certo ar de orgulho e satisfação.

Foto 5 – Moradora E., da 2ª etapa do RVV



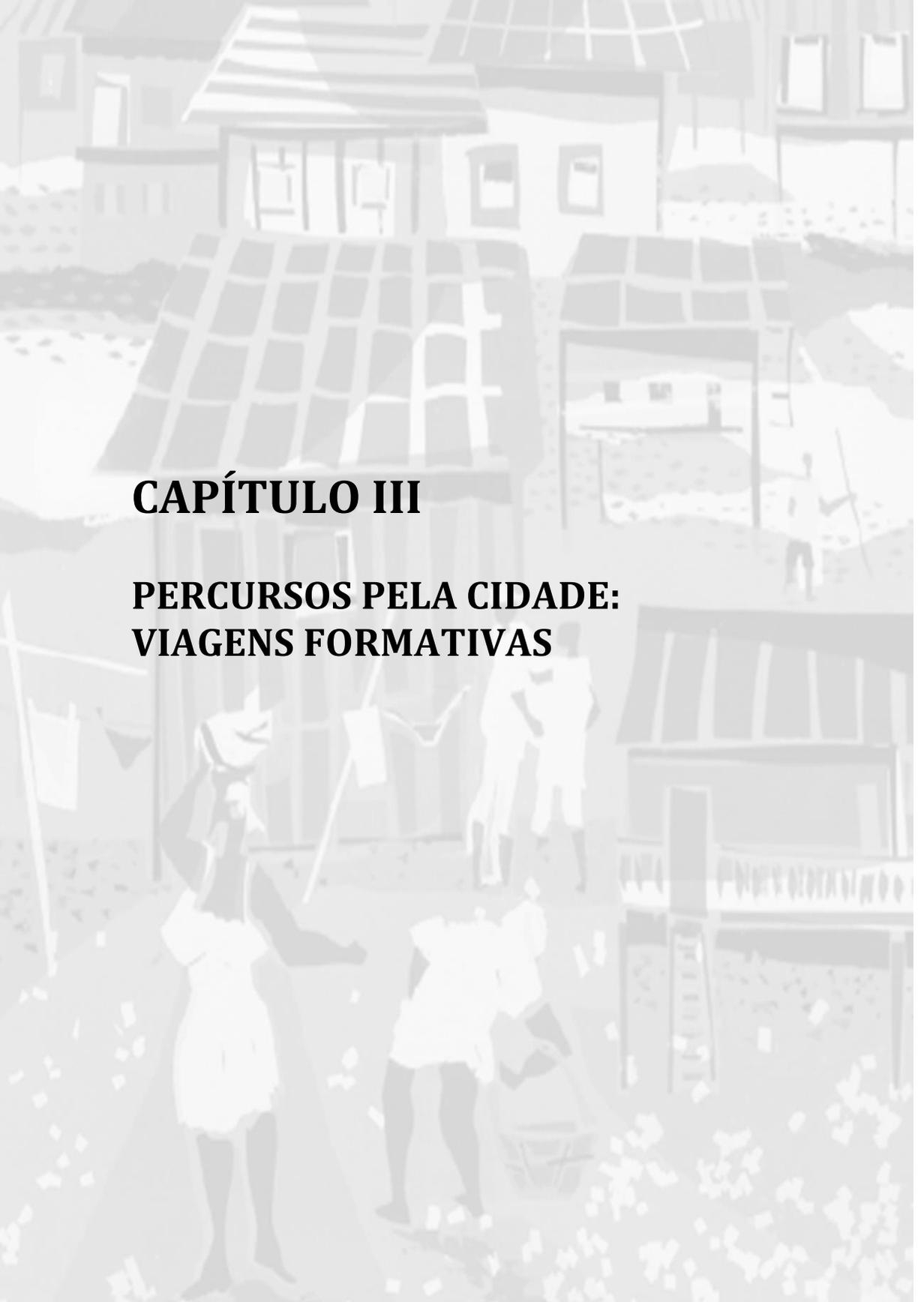
Foto: cedida pela moradora E., a partir de suas redes sociais (2020)

Henri Lefebvre apresenta um projeto rumo ao urbano, em permanente construção, pois trabalha com o presente, mas também com o futuro, o virtual. Projeto que está acontecendo ao mesmo tempo da dominação, rumo à novas possibilidades que alimentam a potência de uma outra sociedade, de outros espaços, outras práticas, na direção do habitar.

Para isso, é preciso reconsiderar o sentido da obra e substituir o domínio pela apropriação, fazer com que o impossível de hoje seja o possível de amanhã. É preciso pensar o urbano para além dos modelos do Estado e da empresa capitalista.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A. A questão da habitação na metrópole de São Paulo. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. VII, nº 1461, agosto de 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro. DP&A 2001. 2ª edição.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, (1970) 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983[1980]. 277p.
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 2001.
- PÁDUA, R. F. O habitar como horizonte utópico. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 478-493, dez. 2019, ISSN 2179-0892.
- RONCHI, Pedro. **Expansão urbana e o Programa Minha Casa, Minha Vida na região metropolitana da Grande Vitória**. UFES, 2014. Dissertação.
- SARTÓRIO, Fernando Domingos Vieira. **Uma geopolítica do urbano: grande Terra Vermelha, região metropolitana da Grande Vitória-ES**. UFES, 2012. Monografia.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Aglomerados periféricos: a expressão da tradicional pobreza e da segregação nas cidades brasileiras. **Fronteiras: Revista de História**, vol. 21, núm. 38, p. 198-222. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.



CAPÍTULO III

PERCURSOS PELA CIDADE: VIAGENS FORMATIVAS



A EXPERIÊNCIA DE PENSAR A CIDADE EM VIAGENS FORMATIVAS: PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA EM CURSO DE EXTENSÃO/PPGEH-IFES

Sandra Soares Della Fonte
Alexsandra Loss Franzin
Eliana Kuster
Maria Raquel Ardisson Passos
Samira Sanches

INTRODUÇÃO

Este relato vem contar a respeito da união de três trabalhos acadêmicos das mestrandas, Alexsandra Franzin, Raquel Passos e Samira Sanches, do curso de Ensino em Humanidades realizado no Ifes-Vitória/ES, na linha de pesquisa em formação de professores. O objetivo deste artigo é compartilhar as experiências vividas e, assim, cooperar com a possibilidade de novos trabalhos a serem desenvolvidos em parceria na área de formação de professores. Esses trabalhos têm em comum a cidade de Vitória. As dissertações aqui

mencionadas já se encontram disponíveis no repositório do Ifes¹: Percepção da cidade e o potencial educativo do mercado popular da Vila Rubim em Vitória, ES (SANCHES, 2020), Marcovaldo e os doze passeios em Vitória: construindo aprendizados a várias mãos sobre educação na cidade (FRANZIN, 2020); Conflitos e contradições sobre a cidade de Vitória em canções de compositores/as capixabas (PASSOS, 2020).

A aproximação desses trabalhos com vistas à produção de um curso de formação de professores surgiu diretamente ao fato das três abordagens estarem voltadas para a região da cidade de Vitória e seus arredores, sintonizados com as temáticas da percepção, contradições e sensibilidade. Podemos compreender, a princípio, que a cidade é aquilo que vivenciamos dia a dia dentro do nosso cotidiano. Porém, quando aprofundamos a análise desse objeto vivo, passamos a perceber que podemos encontrar diferentes significados para cidade, dependendo da perspectiva na qual olhamos. Será que quando estamos em sala de aula estimulamos nossos alunos, que são urbanos, a observarem e interpretar os elementos que compõem o espaço da cidade e a simbolizar o que é e do que pode ser viver numa cidade?

Dessa forma, o curso buscou contribuir para a formação continuada dos professores da rede pública e privada de Vitória por meio da (re)descoberta e (re)conhecimento dos espaços da cidade de Vitória, de importância histórica e cultural, tais como a Cidade Alta, o mercado da Vila Rubim e a Prainha de Santo Antônio. Para isso, utilizamos abordagens com aulas expositivas, oficinas literárias, atividades musicais e aulas de campo como veremos a seguir.

DESENVOLVIMENTO

O Curso de Humanidades foi implantado no Ifes no ano de 2016, conforme resolução do Conselho Superior. As primeiras defesas iniciaram a partir do ano de 2017 e as mestrandas acima citadas fizeram parte da terceira turma desse curso, na linha de pesquisa: formação de professores. Devido a uma aproximação das mestrandas tanto nas aulas do Programa de Pós-Graduação Ensino em Humanidades (PPGEH) quanto nos encontros do Grupo de Estudos sobre Educação na Cidade (Gepech), foi construída uma parceria,

¹ Os trabalhos estão disponíveis em: <https://Gepech.wordpress.com/dissertacoes-e-materiais-educativos/>

fortalecida pelas leituras e referências estudadas. Essa parceria resultou no desenvolvimento de um curso de formação de professores na modalidade extensão que foi denominado *Educação na cidade: percepção, contradições e sensibilidade na cidade de Vitória*.

O curso teve por objetivo geral propor o desenvolvimento da percepção da cidade como ferramenta de ensino, na medida em que contribuiu para uma leitura de mundo humanizada, colaborativa e coletiva, a partir das diferentes visões de mundo que existem dentro da comunidade escolar.

Para tentar cumprir essa proposta, pudemos contar com as abordagens investigativas estudadas no grupo Gepech que são:

1) abordagem que fomenta o diálogo entre diferentes espaços da cidade por meio de visitas (viagens formativas) e de estudos sobre esses locais;

2) abordagem que promove o estudo sobre a cidade, estimulando a compreensão de diferentes versões sobre o seu processo histórico de transformação, inferindo sobre os aspectos ideológicos de cada uma delas;

3) abordagem que contempla o estudo das diferentes representações criadas e inspiradas pela vida na cidade, tais como pinturas, filmes, propagandas, músicas, poesias, romances etc., pois a partir de diferentes obras de arte é possível revelar modos de compreensão da cidade, sejam eles hegemônicos ou contra hegemônicos.

Uma abordagem não exclui a outra. Ao contrário, elas podem potencializar e estimular estudos multifacetados.

As principais tarefas do grupo de formação foram: organizar o calendário e as etapas para a realização do curso, elaboração de edital para formalmente divulgar o curso, assim como o convite para professores da educação básica realizarem a inscrição para concorrer a uma vaga, visitação dos locais onde aconteceriam parte das viagens formativas, planejamento do espaço físico onde o curso seria realizado, observar os espaços físicos de estudo para conferir a estrutura e agendamento de onde aconteceriam os encontros presenciais, preparação da plataforma virtual/ AVA, planejamento do itinerário das viagens formativas (cuidados quanto à segurança ao caminhar pelas ruas da cidade, alimentação e registros de imagens, etc), aula inaugural e sarau.

Ressaltamos que durante todo o processo de elaboração do projeto para a realização da formação de professores, especialmente as orientadoras Eliana Kuster e Sandra Soares Della Fonte

acompanharam passo-a-passo a construção, sempre ajudando a iluminar o caminho.

Nesse processo de organização contamos com o apoio do Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância do Ifes (CEFOR/Ifes) para realização do sorteio do curso e para receber as aulas presenciais, bem como os estudos à distância. Desenvolvemos o convite para divulgação do curso entre os professores através do órgão responsável de formação continuada de professores que existe nas prefeituras de Serra, Vitória e Cariacica.

Para a realização da formação continuada foram disponibilizadas 30 vagas conforme edital. Inscreveram-se 176 professores para participarem do sorteio eletrônico para acesso às vagas. Foram disponibilizadas 10 vagas para suplência que passariam a ser contadas posteriormente as trinta vagas ofertadas conforme o sorteio realizado.

O curso foi organizado com uma carga horária de 80h, sendo 40h à distância, 32h presenciais e 08h de viagens formativas I e II. O período para a realização do curso foi de agosto a outubro/2019, como mostra o quadro 01, que também aponta o conteúdo programático e os locais onde ocorreram as intervenções via viagens formativas e sarau.

Quadro 01 – conteúdo programático do curso de extensão/formação de professores

Conteúdo Programático	
1ª aula 20/08 (terça-feira) Local: Miniauditório Ifes/Campus Vitória	Aula Inaugural. Apresentação do curso e palestras ministradas pelos professores doutores Dilza Côco, Sandra Della Fonte e Antônio Donizetti Sgarbi: Educação na cidade e formação docente; Cidade, trabalho e memória; Cidade educativa: reflexões em busca da humanização dos sujeitos.
2ª aula 28/08 (quarta-feira) Local: 2ª Cefor	Detalhamento do cronograma e início do Módulo I com a apresentação da palestra da professora doutora Eliana Kuster: Vitória: História, imaginário e devires
3ª aula 04/09 (quarta-feira) Local: Cefor	Um outro olhar sobre espaços na cidade: Potencial educativo do mercado da Vila Rubim. História, contradições e possibilidades.
4ª aula 11/09 (quarta-feira) Local: Cefor	Marcovaldo e os doze passeios em Vitória: construindo aprendizado à várias mãos sobre educação na cidade

7ª aula 21/09 (sábado) Local: Centro Histórico de Vitória	Viagem formativa 2: Prainha de Santo Antônio: a cidade e sua relação com o mar
8ª aula 25/09 (quarta-feira) Local: Cefor	Oficina em grupos: Todo espaço da cidade tem potencial educativo?
9ª aula 02/10 (quarta-feira) Local: cantina Ifes/Vitória	Sarau Cultural: Que cidade é essa? A cidade que temos e a cidade que queremos entre cantos e poesias.
10ª aula 09/10 (quarta-feira) Local: Cefor	Entrega dos trabalhos finais e avaliação da proposta do curso

Fonte: material incluído nas dissertações (FRANZIN, 2020; SANCHES, 2020; PASSOS, 2020).

Dois momentos da formação valem ser destacados, devido a sua relevância em função da interação entre cursistas, pessoas convidadas e a presença de familiares: as viagens formativas e o sarau. As viagens formativas foram divididas em duas agendas, uma pelo centro de Vitória e a outra na prainha de Santo Antônio. Em relação ao sarau, entendemos que ele se fez fruto do próprio PPGEH, através do calendário do Fórum de Humanidades, do qual o Ifes é organizador. O Sarau contou com apresentações de artistas e contribuições poéticas de professores do Ifes, cursistas, familiares e amigas/os de cursistas e professores.

Percepção da cidade e o potencial educativo da Vila Rubim

Este tema, fruto da pesquisa de Samira Sanches, marcou o início das exposições das propostas de ensino das pesquisadoras previstas no roteiro do curso. Na cena inicial buscamos introduzir a percepção como instrumento de ensino sobre a cidade, dialogando sobre os desdobramentos pedagógicos no desvelamento dos espaços da cidade e na possibilidade de desenvolver formas de expressão desse olhar através da literatura e da música. Foram discutidos os principais conceitos que embasaram o curso de formação, como percepção da cidade, topofilia, direito à cidade e viagem formativa.

O roteiro percorrido pelo caderno de possibilidades pedagógicas “Vamos ao Mercado?” (Sanches, 2020) foi indicado a partir da apresentação do sumário do mesmo, inspirado em frases da letra do samba-enredo da escola Unidos da Piedade, de 2016, que teve o Mercado Popular da Vila Rubim como tema do desfile. Sob inspiração

do título desse samba-enredo “Vamos ao mercado?”, os temas desenvolvidos e discutidos no material são um resumo das abordagens desenvolvidas na pesquisa.

Apresentamos alguns vídeos das cenas históricas mencionadas na letra da música, como o incêndio de 1994 e também abordamos a construção do mural do projeto Cidade Quintal. No decorrer da exposição, foram constantes as participações dos cursistas, compartilhando memórias sobre a cidade de Vitória e a Vila Rubim. No final dessa cena que se desdobrou em muitos diálogos, cantamos juntos o samba-enredo para aglutinar as diversas abordagens que fizemos durante as discussões.

Um dos desdobramentos mencionados foram os comentários dos professores cursistas sobre a dificuldade de conseguir autorização para circular com os alunos nos espaços da cidade, principalmente os menores. Essa reflexão sobre a realidade da escola e a falta de estrutura para aulas de campo gerou uma discussão sobre os limites do trabalho pedagógico e as possibilidades de estratégias alternativas de ensino.

Uma alternativa discutida para desenvolver a percepção como estratégia foi o uso de material audiovisual e jornalístico para retratar os temas e os lugares da cidade. Nesse ponto do diálogo, discutimos a importância do trabalho mediador do professor diante das representações sociais e a necessidade de criticidade no uso desses materiais.

A Cidade sempre tem algo a nos ensinar. Vamos lá?!

Esse foi o título dado para a produção do material educativo da mestrandia Alexandra Franzin (2020), apresentado no curso de formação de professores como protótipo em construção e teve seu contorno final definido coletivamente com os professores participantes da formação, em concordância com a metodologia adotada conforme o pensamento de FREIRE (2018, p. 89) de que “[...] o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos por uma realidade, portanto, na intercomunicação”. O objetivo da pesquisa era promover um (re)conhecimento da cidade de Vitória com um olhar sensível por meio da obra “Marcovaldo e os doze passeios em Vitória”, gerando um estímulo às percepções sobre a realidade social e cultural urbana e

buscando desenvolver possibilidades de diálogos e reflexões com os professores da educação básica.

No intuito de promover maior proximidade do professor em formação com a percepção da cidade foi feito uso das viagens formativas. As experiências vivenciadas durante a viagem formativa pelo centro de Vitória como também no bairro Santo Antônio nos mostraram a importância de momentos como esses de reflexão e diálogos no entorno do tema cidade. Através de autores como Yi Fu Tuan, Calvino, entre outros, podemos pensar mais a respeito da cidade dentro das relações com o outro. Podemos entender que a cidade de pedra, prédios, calçadas e ruas não tem o mesmo significado que a cidade preenchida da presença humana. Para que a “vida” da cidade componha-se é preciso sua parte material tanto quanto a imaterial.

Este trabalho traz em destaque esses vínculos que nos constroem no decorrer do tempo em que nos fazemos no espaço da cidade e que se transformam em nosso lugar, um lugar de memórias. A conversa em torno dos vínculos que criamos com a cidade foi decorrente de uma discussão a respeito dos conceitos sobre espaço e lugar ficando clara a importância de tomar consciência quanto a produção desses vínculos ao entender que assim teremos um reflexo na relação com o outro e com o meio natural em que vivemos. Dessa forma, como nos aponta Calvino, “[...] a cidade deixa de ser um conceito geográfico e passa a se tornar um símbolo complexo e inesgotável da existência humana”. (1990, 4ª capa)

Foi feito então, o exercício de caminharmos, formadores e formandos, pelas ruas da cidade de Vitória na primeira viagem formativa desse estudo. Observando o que víamos, esse trilhar aconteceu pelas ruas da Cidade Alta, no centro histórico de Vitória, chegando ao mercado da Vila Rubim. Ao parar para visualizar a cidade que se apresentava perante nossos olhos, começamos a resgatar as histórias e memórias construídas no tempo e as consequências decorridas desse tempo em camadas que se sobrepõem. O movimento atual da sociedade também não nos escapou, pois ele compõe a história que estamos construindo. Outro olhar que nos atravessou foram as possibilidades que a arte nos oferece ao retratar o que vê de uma forma peculiar.

Dito tudo isso, fica claro que podemos significar cidade em variadas perspectivas. Porém, a cidade que este trabalho destaca se baseia na importância que a arte tem, em especial a literatura, de agir como elemento instigador na compreensão do nosso olhar sobre o que

vemos. Sendo assim, a obra "Marcovaldo e os doze passeios em Vitória" nos ajuda a entender que cidade se faz no encontro, de preferência sem muros, e nos momentos nos quais nos sentimos acolhidos como sendo parte dela. Ensina-nos também a ter outros olhares sobre a paisagem.

Finalizamos esse relato deixando uma pergunta, assim como foi deixado aos professores cursistas ao fim da nossa viagem formativa: será que temos deixado escapar aos nossos olhos algumas percepções que compõem diariamente as ruas da cidade?

Viagem formativa "Cidade Alta e o Mercado Popular da Vila Rubim para além dos monumentos"

O trajeto dessa viagem formativa foi definido com base nos episódios expositivos das pesquisadoras Samira Sanches e Alessandra Loss e planejado levando em conta os objetivos das duas abordagens de ensino. No caso de Alessandra, foram selecionados alguns pontos importantes na Cidade Alta retratados pela obra "Marcovaldo e os doze passeios em Vitória". No caso de Samira, a pesquisa foi desenvolvida tendo a percepção da cidade como foco, com a prioridade de exercitar esta ferramenta no espaço para compreender as marcas deixadas pelo tempo e pelos diferentes atores na cidade, tendo como destino final o mercado da Vila Rubim.

Nosso trajeto foi dividido em dois trechos: Cidade Alta e "Cidade Baixa". Preparamos um panorama com os mapas do trajeto e algumas informações sobre o diário de percurso que foi entregue no momento da aula. Um dos objetivos desse percurso foi observar os lugares que sempre enxergamos de forma desfocada como espaços de passagem e não de paragem na cidade.

Durante o percurso, nos preocupamos em observar e vivenciar os conceitos e diálogos teóricos e históricos dos episódios anteriores, apoiados sobre aspectos diferentes do Centro Histórico que expressa hoje marcas de tempos diferentes e das formas como o espaço foi sendo produzido ao longo da história. Durante o trajeto, fizemos provocações para potencializar esse olhar, chamando a atenção para os contrastes entre o antigo e o novo nos prédios do nosso entorno, as pichações e grafites que se manifestam no seu questionamento e efemeridade e as mudanças de funcionalidade nas construções do bairro.

Assim, iniciamos dialogando sobre esse cenário que, para muitos de nós, era apenas um lugar de passagem para a Cidade Alta. Discutimos sobre as pichações nos muros da igreja, a constante passagem de carros em todos os sentidos no entorno da praça. Também chamou a atenção os prédios com histórico de ocupação social entre os edifícios observados.

O último ponto de parada do percurso estabelecido foi o Mercado Municipal da Vila Rubim. Em meio ao trânsito intenso da região e o movimento do comércio local, fomos ao encontro da realidade previamente discutida e apresentada em sala de aula. A mistura de cheiros nas proximidades do mercado – comida, ervas, fumaça do trânsito – foi um dos destaques do grupo na percepção imediata daquele espaço.

Se durante o curso, falamos da importância do caminho e do caminhar, foi na Vila Rubim que o grupo expressou sua vontade de caminhar livremente pelo mercado em busca das imagens e cenas discutidas em sala de aula. Nesse sentido, acabamos por romper com a ideia do roteiro pré-estabelecido no interior do mercado.

Epílogo: Após reflexão posterior sobre esse movimento que ocorreu de forma espontânea, entendemos tratar-se de uma *deriva*. Este conceito topofílico por definição nos auxilia a desenvolver na metodologia de ensino de formação de professores um “caminhar” na cidade que não pressuponha uma tutela dos olhares e percepções dos sujeitos da formação.

Os cantos da cidade de Vitória e a cidade de Vitória em seus cantos

Como a canção pode colaborar em estudo sobre conflitos e contradições sobre a cidade? Neste relato, expomos um pouco do processo de trabalho na pesquisa de Raquel Passos, que busca a partilha da temática cidade, educação e música, objeto que se faz fruto de discussões realizadas no Gepech, grupo que trabalha e defende, a partir de Lefebvre (2001), o direito à cidade.

Ao expressar-se através dos instrumentos musicais ou com a própria voz, o ser humano cria música como uma forma de expressão de seu viver, como uma ação que transforma a sonoridade natural em um universo musical próprio (música como trabalho) e como manifestação cultural construída historicamente (música como

resultado do trabalho). Em relação à capital capixaba, aspectos da história de Vitória, de seus conflitos e de suas lutas percorrem suas ladeiras. Nas relações com municípios vizinhos, a capital capixaba também manifesta relações de poder. O desafio do estudo trilhado na formação de professores residiu em evidenciar como a música poderia ser uma fonte na contribuição para desvendar conflitos dessa natureza. A música nasce da cidade e, com uma linguagem própria, reproduz e recria essa cidade, e a ela pode se destinar.

O resultado da pesquisa sobre cidade, educação e música compõem a confecção do material educativo e-book *Cidade, educação e música: uma proposta de viagem formativa através de canções capixabas*, arquivo que integrou a temática refletida junto as/os cursistas, quando foram apresentadas as análises iniciais das três canções selecionadas para o estudo: Catraieiro (Edivan Freitas), Dia C (Patrícia Pavesi) e Luzir (Cláudio Vereza e Ebenézer Martins), agenda entremeada de diálogos nos quais as/os participantes lançavam dúvidas, comentários, recordações musicais, observações e compartilhavam impressões acerca das canções.

Para a Viagem Formativa II, intencionamos uma viagem musical. A concepção de viagem formativa que aqui trilhamos trata-se de reflexão percorrida pelo Gepech, proveniente de pesquisa a respeito do termo alemão “Bildung”. Dentre os vários significados, o Gepech prioriza que Bildung refere-se à formação (CÔCO, CHISTÉ; DELLA FONTE, 2019, P. 72). Uma viagem com caráter de formação torna-se um trilhar comprometido, compreendendo-se que a formação requer estudo, registro, diálogo, colaboração, para além de um passeio. Quando vamos viajar nos preparamos, arrumamos a bagagem, organizamos os registros que faremos durante a viagem e esperamos, ao adquirir novos aprendizados com a viagem, compartilhar no local em que atuamos.

A cidade é a concentração da beleza da criatividade humana e das contradições desse lugar. Nosso trajeto privilegiou um olhar da cidade de Vitória para o município de Cariacica, por isso escolhemos realizar uma visita à Prainha de Santo Antônio, olhar para além das aparências. Foram pontos de visita: a) Praça da Bandeira; b) Cais do Hidroavião; c) O cais das barcas; d) Caminho dos pescadores; e) rampa dos barcos e a casa de Artes Emparede.

As canções estudadas materializam o entrelaçamento entre a vida singular dos compositores e o contexto histórico do momento. As canções cantam a cidade e, por seu turno, os conflitos da cidade nelas

se fazem. As músicas analisadas chamam atenção para aspectos da mobilidade urbana entre Vitória e seus municípios vizinhos, a condição ainda existente de “cidade dormitório”, os movimentos migratórios do campo para os espaços urbanos, a ocupação à beira da maré, assim como a esperança por mudanças sociais e políticas.

Relato da Coordenação do curso, por Eliana Kuster

Desenvolver qualquer relato que destacasse o papel da coordenação na elaboração e desenvolvimento do curso de formação de professores seria diminuir o protagonismo das verdadeiras autoras: Alessandra, Raquel e Samira. As pesquisadoras efetivamente criaram o curso e se deixaram ser criadas por ele, no sentido que os atravessamentos causados pelo processo de planejamento e pela experiência de execução das atividades passaram a constituí-las e às suas pesquisas, no mais puro sentido freireano do processo de ensino-aprendizagem.

À medida em que as atividades iam sendo planejadas eram perceptíveis os movimentos de crescimento e apropriação das pesquisadoras: em um primeiro momento, do próprio curso. A constituição das dinâmicas, a definição dos temas de cada aula e dos processos a serem utilizados foi um rico momento de exercício profissional colaborativo que atravessou todas as etapas de planejamento de uma atividade desse tipo.

Um pouco depois, veio a apropriação mais profunda dos próprios objetos de cada pesquisa, já que a dinâmica de as explicar para um público pouco familiarizado aos temas, forçosamente as obrigou à constituição de uma abordagem clara, concisa e - acima de tudo - afetuosa de cada questão. No final do processo, cada uma delas parecia ter encontrado dentro de si a resposta àquela pergunta que tanto assombra pesquisadores iniciantes: mas, afinal, porque você pesquisa esse assunto? Essa resposta é sempre individual e, quando a encontra dentro de si, o pesquisador parece atingir outro nível de elaboração sobre o seu objeto de pesquisa e sobre a sua atividade de ensino aprendizagem.

Por fim, e não menos importante, veio um movimento de apropriação do tema que as uniu desde o princípio: a cidade. À medida que as discussões avançavam e as ideias eram compartilhadas - no

início entre elas e posteriormente com os professores cursistas - foi perceptível a densificação que o significado de viver em uma cidade e partilhar a experiência da dinâmica urbana foi tomando para elas - e para todos os participantes do curso. Nesse sentido, o curso que se pretendia ser de formação de professores, parece ter tomado outro significado, o de formação de cidadãos, já que dele resultaram relatos e tomadas de consciência a respeito do que significa habitar uma cidade e construir nos espaços urbanos a história de cada um de nós.

Chegamos todos, ao final das aulas, profundamente emocionados pela forma como a experiência se constituiu e nos atravessou, a todos, professores e alunos, e com a grata sensação de que aprendemos mais do que ensinamos com toda a experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso trilhado junto a professores da educação básica durante o curso de extensão sobre Educação na cidade, esperamos ter contribuído para o processo de formulação de conhecimento sobre a cidade e seu potencial educativo, na colaboração para que as/os cursistas pudessem se apropriar do seu espaço e levar para sua prática um novo olhar - crítico e dialógico - sobre o tema em suas potencialidades. Adotou-se a perspectiva de que a percepção da cidade, a literatura e a música favorecem uma leitura de mundo humanizada, colaborativa e coletiva, a partir das diferentes visões de mundo que existem dentro da comunidade escolar. Por meio do curso, as mestrandas trabalharam na busca por validar o material educativo de cada pesquisa, exigência do mestrado profissional, junto ao público-alvo para o qual foram elaborados: professores e professoras da educação básica e pessoas interessadas. Após a sondagem investigativa do conhecimento já adquirido pelos professores e professoras da educação básica acerca do tema educação na cidade, as abordagens investigativas do Gepech já destacadas acima, foram de grande contribuição para o desenvolvimento das pesquisas e experimentações pela cidade na companhia dos cursistas.

O caráter colaborativo foi atitude que favoreceu na condução para o trabalho em equipe, de modo que foi construído um planejamento de todo o processo e o grupo avançou junto. A empolgação e envolvimento das/os cursistas, nos momentos de estudos presenciais, como também

nas viagens formativas foi notório e muito nos surpreendeu, assim como a presença marcante de familiares e amigos nas aulas de campo.

Além das viagens formativas, realizar um sarau tecido a muitas mãos, no Campus Vitória do Ifes, foi uma oportunidade de, no encontro com colegas e artistas presentes, poetizar anseios e esperanças na luta pela cidade, pelos direitos e pela vida. Nas palavras proferidas pelo professor Donizetti Sgarbi “[...] estamos na contramão do nosso tempo onde falar de democracia e emancipação acaba sendo uma subversão. Desta forma, para encerrar pensamos que também é adequado buscar na poesia uma forma de resistência” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019, p. 50).

Esse trilhar pautou-se no pressuposto de que processos educativos emancipatórios e críticos podem contribuir para a construção de uma nova cidade que, além de passagem, seja lugar de encontro, de luta por dias melhores, na promoção de um ser humano pleno com respeito a si e à sua casa comum – a cidade.

REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das letras. 1990. Disponível em:< <http://lelivros.love/book/baixar-livro-as-cidades-invisiveis-italo-calvino-em-pdf-epub-e-mobi/>> Acesso em 25.02.2020.

CÔCO, D.; DELLA FONTE, S. S. LEITE, P. de S. C. **Educação na cidade e humanidades**: abordagens metodológicas utilizadas pelo Gepech. In: SANTOS, L. B.; CARVALHO, L. Q. (Org.). Metodologias alternativas no ensino de letras e humanidades. Vitória: Edifes Acadêmico, 2019.

FRANZIN, A. L.; KUSTER, E. **Marcovaldo e os doze passeios em Vitória: construindo aprendizados à várias mãos sobre a educação na cidade**. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1026>. Acesso em 15.09.2021.

FRANZIN, A.L.; KUSTER, E. **A cidade sempre tem algo a nos ensinar. Vamos lá!** [recurso eletrônico]: Marcovaldo e os doze passeios em Vitória: construindo aprendizados à várias mãos sobre educação na cidade. caderno de possibilidades pedagógicas para professores do ensino básico. Série: Educação na Cidade e Humanidades. v 9. 1. ed. - Vitória : Instituto Federal do Espírito Santo, 2020. Disponível em <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1026>. Acesso em: 15.09.2021

FREIRE, P. (1921 – 1997). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 66ª ed. 2018.

LEFEBVRE, H. (1901-1991). **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro. 2001.

PASSOS, M. R. A.; DELLA FONTE, S. S. **Cidade, educação e música: conflitos e contradições sobre a cidade de Vitória em canções capixabas**. 2020. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.ifes.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00001c/00001c5e.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PASSOS, M. R. A.; DELLA FONTE, S. S. **Cidade, educação e música: uma proposta de Viagem Formativa através de canções capixabas**. [recurso

eletrônico]: Cidade, educação e música: conflitos e contradições sobre a cidade de Vitória em canções capixabas: caderno de possibilidades pedagógicas para professores do ensino básico. Série: Educação na Cidade e Humanidades. v.8. 1. ed. - Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1144>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

SANCHES, S.; KUSTER, E. **Percepção da cidade e o potencial educativo do Mercado Popular da Vila Rubim**. 2020. 144f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/658>. Acesso em: 21 de Setembro de 2021.

SANCHES, S.; KUSTER, E. **Vamos ao mercado?** [recurso eletrônico]: percepção da cidade e o mercado popular da Vila Rubim em Vitória, ES : caderno de possibilidades pedagógicas para professores do ensino básico. 1 ed. - Vitória : Instituto Federal do Espírito Santo, 2020. Disponível em <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/658>. Acesso em: 21 de Setembro de 2021.

MERCADO DA VILA RUBIM: UMA POSSIBILIDADE DE VIAGEM FORMATIVA

Luciano Ribeiro
Priscila de Souza Chisté

Apresentamos, neste texto, uma possibilidade de colocar em evidência o uso dos espaços educativos da cidade. O texto é um recorte de pesquisa no Mestrado em Ensino de Humanidades do Ifes e tem como objetivo apresentar uma proposta de roteiro de viagem formativa ao Mercado da Vila Rubim, tendo em vista o que constatamos, por meio de pesquisa bibliográfica. Destacamos nessa pesquisa as dinâmicas de transformação da cidade de Vitória, que se apresentam no Mercado da Vila Rubim, a partir da perspectiva da Educação na cidade, Direito à Cidade e por meio da análise da Segregação socioespacial que ocorre nesse local.

Côco, Della Fonte e Leite (2019) apontam que o objetivo de uma Viagem Formativa não é somente o de realizar uma “caminhada” olhando a parte física e estética, mas também observar as modificações existentes nos espaços da cidade e suas concepções.

Trazemos uma proposta de Viagem Formativa pensada e desenvolvida por nós no caminhar pelo Mercado e por suas ruas. Um caminhar marcado por uma mistura de sentidos (sons, cheiros, sabores e texturas), um caminhar sinestésico, porém muito atento às camadas

submersas e ocultas nesse espaço da cidade. Um olhar crítico que busca trazer a contrapelo a essência das relações ali estabelecidas, para além da aparência, mas na busca por revelar os conflitos e contradições presentes no Mercado da Vila Rubim.

O objetivo da viagem formativa que apresentaremos é mediar o encontro de educadores com a cidade, capaz de promover a superação da percepção imediata da realidade, a fim de multiplicar as possibilidades educativas na cidade de Vitória, sobretudo, a compreensão dos conflitos e das contradições que permeiam o processo de formação do Mercado da Vila Rubim e as transformações sofridas por esse espaço da cidade de Vitória, a partir dos conceitos de direito à cidade, de Educação na Cidade e de Segregação socioespacial.

Portanto, pensando no sentido de viagem formativa abordado, adotamos esta concepção baseada nos seguintes esclarecimentos:

Quando afirmamos que as visitas mediadas se situam em um contexto maior de uma “viagem formativa”, não indicamos apenas que fomentaremos um caminhar na cidade, um passeio intencionalmente organizado em alguns lugares citadinos. A viagem possui uma nuance metafórica de evocar a saída do familiar, da vida cotidiana e ordinária, para visitar o extraordinário. [...] Em outros termos, ao experimentar o diverso de si, esse “lugar” distante do que lhe é mais habitual, o viajante tem a chance de retornar e compreender-se melhor, de modo mais enriquecido: formação e autoformação se dão as mãos (CÔCO, DELLA FONTE E LEITE, 2019, p. 72-73).

Assim, os espaços da cidade no sentido de “Viagem Formativa” são de grande relevância para o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo nas pesquisas realizadas pelo Gepech.

O MERCADO DA VILA RUBIM

De acordo com os dados do site da Prefeitura Municipal de Vitória, o Mercado da Vila Rubim localiza-se na rua Jaír Andrade, nº 38, Bairro Vila Rubim, local de entroncamento entre as Avenidas Duarte Lemos, Pedro Nolasco e Elias Miguel. Inserido na porção Sul da Cidade de Vitória, a Vila Rubim faz parte de uma das 9 regiões administrativas (Figura 1) de Vitória (Centro, Santo Antônio, Jucutuquara, Maruípe, Praia do Canto, Goiabeiras, São Pedro, Maruípe e Jardim da Penha): ela integra a Região do Centro Histórico de Vitória, composta por outros 7

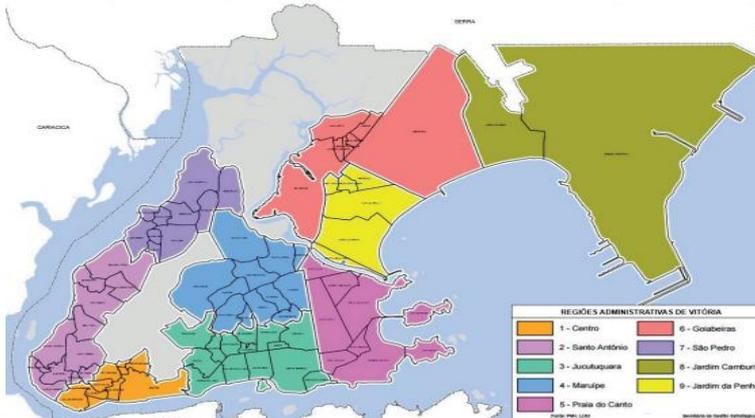
bairros (Centro, Fonte Grande, Piedade, Morro do Moscoso, Parque Moscoso, Santa Clara e Ilha do Príncipe) (Figura 02).

Figura 1 – Regiões administrativas da Cidade de Vitória



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória – 2014.

Figura 2 – Região 1 - Região do Centro Histórico de Vitória



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória.

Existe um aspecto contraditório que envolve a própria definição endereço do Mercado da Vila Rubim, que como vimos, para a Prefeitura Municipal de Vitória, sua localização é na rua Jaír Andrade. Porém, para alguns moradores, frequentadores antigos e pessoas que circulam pelas vias que atravessam a região, ao serem perguntados sobre a

localização e o território do Mercado, esses destacam que a área do Mercado é mais extensa, incluindo como pertencentes ao Mercado da Vila Rubim, espaços segregados ao longo das últimas décadas. Essa dualidade contraditória, presente na forma de localizar e dimensionar o território do Mercado da Vila Rubim, relaciona-se às mudanças sofridas pelo Mercado em sua localização (Figura 3, 4 e 5), quadro arquitetônico (Figura 6), dimensões e extensão territorial (ampliação ou redução do espaço e mudança em suas dimensões), usos, funções, produtos e no próprio perfil dos frequentadores.

Figura 3 – Mercado da Vila Rubim Hoje– Localização: Jaír Andrade, 2018



Fonte: <https://gshow.globo.com/TV-Gazeta-ES/Em-Movimento>.

Figura 4 – Galpões do Mercado da Vila Rubim construídos em 1969 após aterros, s/d



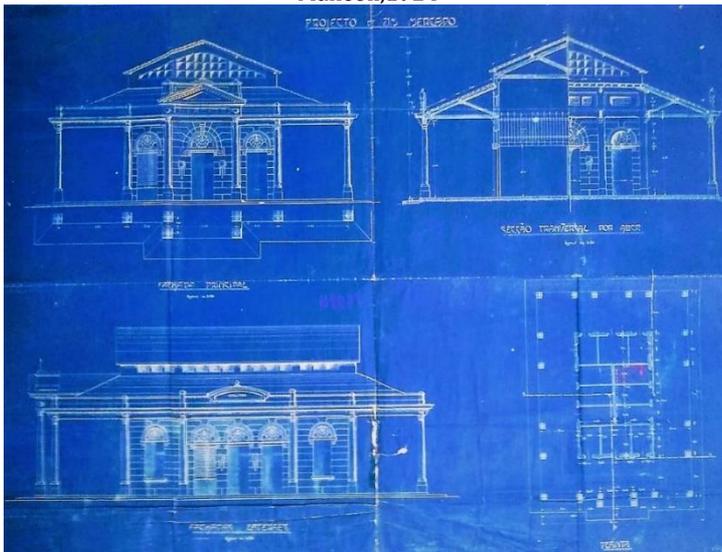
Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves.

Figura 5 – Mercado da Vila Rubim inaugurado em 1928- localizado na Avenida Duarte Lemos, s/d



Fonte: Biblioteca da UFES.

Figura 6 – Projeto arquitetônico do Mercado da Vila Rubim, Escala 1:100, Eng. Miguel Maneoli, 1924



Fonte: Arquivo Municipal de Vitória.

A dificuldade em definir a localização do Mercado e sua área territorial, relaciona-se com a rapidez com que tais mudanças ocorrem

A atual área do Mercado Municipal da Vila Rubim é apresentada pela Figura 8, através dos galpões 1, 2 e 3. Os espaços desses galpões estão sob a administração da antiga Associação dos Comerciantes do Mercado da Vila Rubim, atualmente registrada como Organização Social do Centro Histórico de Vitória. A área correspondente aos galpões 2 e 3 representam o espaço do Mercado reconstruído após um incêndio de grandes proporções que atingiu o Mercado no ano de 1994, uma das maiores tragédias já ocorridas no Estado do Espírito Santo (Figura 9). Já o galpão 1, que é dividido em 1:E e 1:F, no ano de 2010 teve sua parte “F” (conhecida como Galpão F), atingida também por um incêndio (Figura 10), fato ocasionou a demolição do “Galpão F”. As áreas em cinza na figura 8, extrapolam os limites e endereço estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Vitória, representando aqueles espaços, que mesmo não sendo reconhecidos como pertencentes ao Mercado da Vila Rubim, para grande parte dos capixabas, jamais deixaram de fazer parte do Mercado, mesmo que nos atuais documentos e registros esses já não façam mais parte.

Figura 9 – Incêndio de 1994



Fonte: Jornal A Gazeta.

Figura 10 – Incêndio do Galpão F, 2010



Fonte: Jornal A Gazeta.

Sendo assim, é como se existissem dois Mercados da Vila Rubim. Um institucionalizado, submetido a lógica de reprodução capitalista (Figuras 11 e 12) e outro que está em segundo plano, marcado por processos de segregação socioespacial e negação de suas potencialidades culturais, econômicas sociais, onde seus saberes populares e identidades são negados e invisibilizados, através da imposição dos interesses dos grupos hegemônicos e do próprio poder estatal, ao submeter-se à lógica do capital. Isso causa processos de hierarquização, fragmentação e descentralização desses espaços segregados.

Figura 11 – Parte interna do Mercado da Vila Rubim, 2021



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 12 – Parte superior do Mercado Municipal



Fonte: Arquivo Pessoal.

Essas “periferias” constituídas no espaço que circundam o Mercado da Vila Rubim institucionalizado, como vimos, são marcadas pela segregação socioespacial. Carlos (2013), afirma que a geração desses espaços, decorre do processo em que a cidade passa a ter sentido de mercadoria. Apresentamos como exemplos de espaços excluídos no âmbito socioespacial, as Peixarias (ou Mercado de Peixes) (Figura 13), o Aviário, os “tabuleiros da travessa A” (barracas de

temperos, hortaliças e legumes) (Figura 14), a Praça Manoel Rosindo (“praça da feirinha”) e a Praça do Palmito (Figura 15). Esses são exemplos de espaços marcados pelo processo de segregação socioespacial, hierarquização e fragmentação. Sobre esse processo de segregação socioespacial, Carlos (2013, p. 97) destaca:

Assim, a segregação é expressão do desdobramento da contradição que produz o espaço urbano (decorrente da dupla determinação do trabalho de gerar valor e de satisfazer uma necessidade) que é, ao mesmo tempo e dialeticamente, valor de uso (condição necessária à realização da vida) e valor de troca (mercadoria cujo uso está submetido ao mercado imobiliário visando à produção do valor). Com isso quero dizer que se a segregação está posta como fenômeno urbano que acompanha a criação das cidades em vários momentos de sua história, sob o capitalismo ela ganha outra forma: a produção do espaço – mercadoria como momento de realização do processo de acumulação.

Figura 13 – Mercado de Peixes da Vila Rubim, 2021



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 14 – Tabuleiros da “Travessa A”



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 15 – Lojas da Praça do Palmito



Fonte: Arquivo Pessoal.

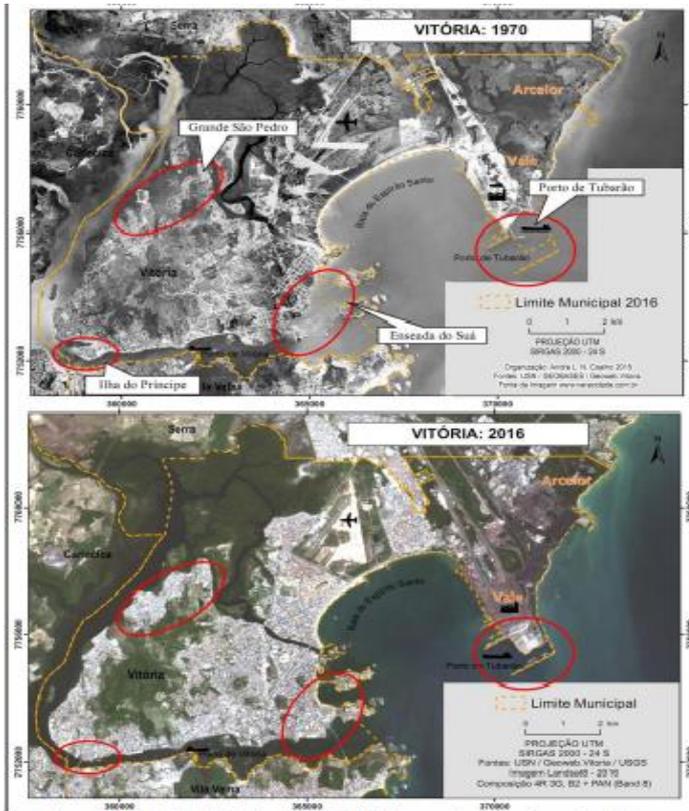
A morfologia segregada presente no Mercado Municipal da Vila Rubim e seu entorno, além de ser influenciada pelos contextos relacionados aos processos de produção espacial atravessados pelo bairro Vila Rubim e pelo Município de Vitória, evidencia-se ainda mais,

quando pensamos nesse espaço como parte constituinte do tecido urbano da cidade e Vitória (Figura 16) e da Região Metropolitana de Vitória. Sobre a análise do tecido urbano e compreensão da morfologia no estudo do espaço, Lefebvre (2016, p. 19) infere:

O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de ecossistemas, unidade coerente construída ao longo de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. Semelhante descrição corre o risco de deixar escapar o essencial. Com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é um suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana. Na base da economia do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butanos nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios plásticos, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção de modos que vêm da cidade. E às preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro. Geralmente, grupo etário, contribui rapidamente para essa rápida assimilação das coisas e das representações oriundas da cidade.

Apoiamo-nos em Lefebvre (2016) e na defesa de que o tecido urbano vai além de sua dimensão física/material. Ele é composto por um conjunto de relações estabelecidas pelos sujeitos, cotidianamente, em suas relações sociais, culturais e políticas, em seu modo de viver, comportando o que Lefebvre (2016) chama de “sistemas de objetos” e “sistemas de valores”. Com isso o Mercado da Vila Rubim, se insere em um espaço, composto por elementos materiais e imateriais, que formam a sua infraestrutura e representam o modo de viver daqueles que residem, trabalham, compram, buscam serviços ou transitam por esse espaço.

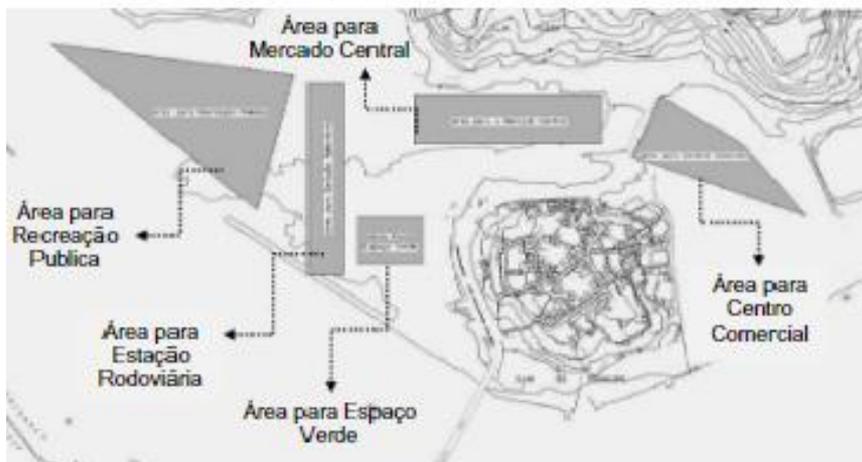
Figura 16 – Tecido urbano de Vitória e os efeitos dos aterros, comparação entre 1970 e 2016



Fonte: Departamento de Geografia - Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias – UFES.

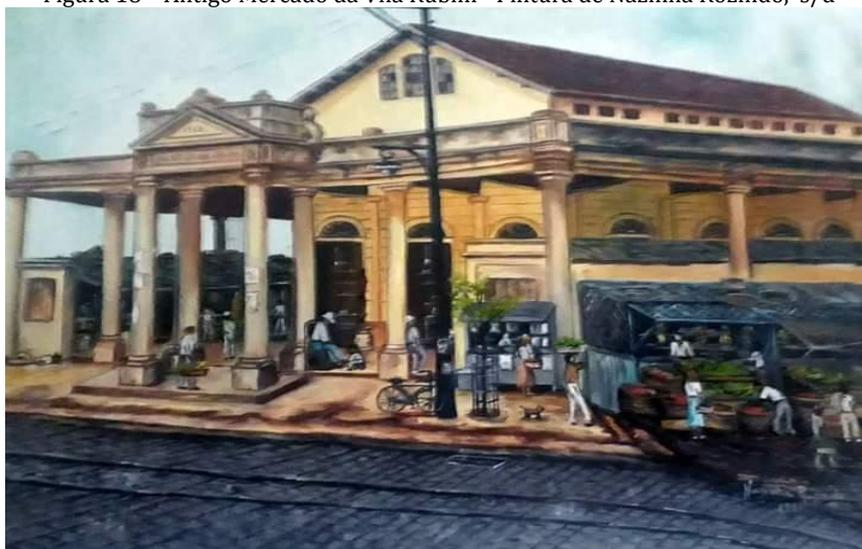
Apesar da figura 16 representar os processos de aterro entre o período das décadas de 1970 e 2016, nos bairros próximos ao Mercado da Vila Rubim, esse processo de aterros se faz presente desde a década de 1950 e 1960 (Figura 17), fato que garantiu a ocupação da região em que o Mercado está instalado até os dias de hoje, com a construção e inauguração de três galpões em 1969 e demolição do prédio do primeiro Mercado inaugurado em 1928, que se localizava onde hoje se encontra a praça Manoel Rosindo.

Figura 17 – Região do aterro da Vila Rubim e Ilha do Príncipe e marcação de proposta Aldina Mera



Fonte: Prefeitura de Vitória.

Figura 18 – Antigo Mercado da Vila Rubim - Pintura de Nazinha Rozindo, s/d



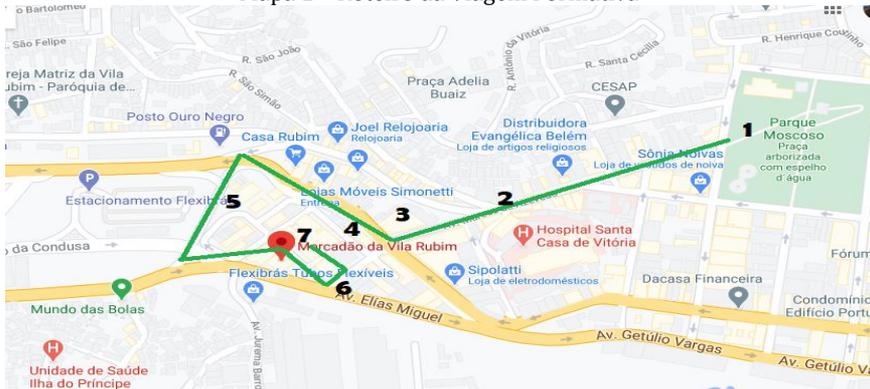
Fonte: Memória Capixaba/Facebook.

Após esta apresentação do Mercado da Vila Rubim, na próxima seção, discorreremos sobre nossa proposta de viagem formativa e esse espaço da cidade de Vitória.

NOSSA PROPOSTA DE VIAGEM FORMATIVA

No mapa 1, exibimos uma possibilidade de roteiro, dividida em sete pontos de parada a serem percorridos na região da Vila Rubim. Apresentaremos, a seguir, cada um desses pontos.

Mapa 1 – Roteiro da Viagem Formativa



Fonte: Google Maps. Fonte: Elaborado pelo autor.

PONTO 1: PARQUE MOSCOSO

Propomos que a viagem formativa comece pelo Parque Moscoso. Parque público, localizado no Centro de Vitória, capital do Espírito Santo, o espaço é uma área protegida que pertence ao sistema nacional de unidades de conservação.

Inaugurado em 1912, é o mais antigo parque municipal da cidade. Com aproximadamente 24 mil metros quadrados de área, é considerado um ambiente de tranquilidade em meio à correria do centro da metrópole (Figura 19).

Figura 19 – Parque Moscoso 2018



Fonte: Acervo pessoal.

Além de podermos, durante o percurso, dar destaque a importância histórico-cultural do Parque Moscoso, é possível fazer observações e análises das casas e dos prédios antigos que abrigavam as classes mais abastadas no período de modernização da cidade de Vitória.

Com o deslocamento pela Avenida Duarte Lemos é possível avistar o prédio da Santa Casa de Misericórdia, localizado em um ponto em que o Bairro do Moscoso faz limites com a Vila Rubim.

Nessa região de encontro entre o bairro da Vila Rubim e o Parque Moscoso, é possível destacar as principais diferenças socioeconômicas existentes entre os dois bairros, presentes tanto nas moradias como no modo de vida de seus moradores.

PONTO 2: CAFÉ E BAR SANTOS

Assim como a Confeitaria Colombo, no Rio de Janeiro, que resiste veterana de século graças à continuidade do trabalho dos descendentes daqueles que a fundaram, o Bar e Café Santos (Figura 20), fundado em 1927, carrega consigo parte da história contemporânea de Vitória.

Figura 20 – Café e Bar Santos, s/d



Fonte: Instituto Jones Dos Santos Neves.

Em 1945, o bilhar virou um café-bar que marcou época por décadas na cidade, caracterizando-se como um local visitado por artistas capixabas, jornalistas e políticos. Essas pessoas, além de encontrarem um cardápio característico do estabelecimento, tinham no local a possibilidade de conversar sobre cultura, política e assuntos mais variados relacionados ao cotidiano da cidade e acontecimentos que marcavam o Brasil e o mundo.

Pelo Café e Bar Santos circularam celebridades do mundo artístico nacional, pois o espaço tornou-se parada obrigatória para aqueles que visitavam a capital ou vinham se apresentar no Teatro Carlos Gomes, teatro tradicional de Vitória. Entre as celebridades artísticas, por ali passaram os cantores João Bosco e Maysa.

Já no âmbito da política nacional, o Café e Bar Santos contou com as ilustres presenças de lideranças políticas nacionais, tais como os presidentes João Batista Figueiredo (1979 a 1985), último presidente militar, e Tancredo de Almeida Neves, presidente eleito de maneira indireta no processo de redemocratização do Brasil.

Ao visitarmos o Café e Bar Santos, podemos observar os registros fotográficos em seu interior, fato que proporciona ao observador o acesso às memórias de diversos momentos de sua história. Sob um olhar crítico é possível perceber que o público que frequentava o Café e Bar Santos era mais elitizado, com características bem distantes dos grupos sociais residentes na Vila Rubim e em bairros próximos do Mercado e dos atuais frequentadores.

PONTO 3: PRAÇA MANOEL ROSINDO – “PRACINHA DA FEIRA”

O local em que hoje se localiza a Praça Manoel Rosindo (Figura 3) abrigou, de 1928 a 1970, o primeiro Mercado da Vila Rubim. Antes dos primeiros processos de aterro, os fundos do “Mercado antigo” (local em que foi aberta a Avenida Pedro Nolasco), foram ocupados por vários comerciantes ambulantes.

Com a demolição do Mercado antigo, que levou à transferência do Mercado da Vila Rubim para os novos galpões (1969), aos poucos o Mercado deixou de ter a função exclusiva de venda de alimentos, passando a apresentar o monopólio de suas atividades que tradicionalmente eram ligadas à alimentação, nas mãos de poucos proprietários (300 boxes nas mãos de 83 proprietários) que em sua maioria comercializavam roupas, calçados e bijuterias.

Figura 21 – Praça Manoel Rosindo – “Novo Normal”, 2021



Fonte: Arquivo Pessoal.

Com a transferência da Ceasa para o município de Cariacica e com a manutenção do monopólio das “atividades não tradicionais”, por parte da Associação dos Comerciantes do Mercado da Vila Rubim, vários trabalhadores foram transferidos para a praça Manoel Rosindo. Esse deslocamento se tornou ainda maior com o surgimento dos “Kilões”, supermercados, hipermercados e devido ao incêndio de 1994 que ocorreu na região do mercado da Vila Rubim.

Com isso, temos a praça Manuel Rosindo sendo ocupada por aqueles que foram excluídos do espaço do Mercado institucionalizado, marcado historicamente por processo de segregação presente até os dias de hoje, seja nas mudanças em sua morfologia ou na manutenção de um conjunto de regras que “determinam” quem compra, quem vende e quem circula em seu interior.

A Praça Manoel Rosindo cobra o direito de pertencer ao Mercado. Direito esse que é negado pela Associação dos Comerciantes do Mercado da Vila Rubim que, quando foi criada, abarcava todos os comerciantes do entorno que quisessem ser associados. Com a reconstrução do Mercado, após os incêndios, a distância e a reconstrução dos galpões 1 (A, B); 2 (C, D) acarretou que os comerciantes e estabelecimentos comerciais do entorno ficassem ainda mais esquecidos, quase invisibilizados pelo poder público e pela Associação do Mercado.

É um local que reina a falta de investimentos públicos, onde é negado o direito à segurança pública, à infraestrutura e o direito à salubridade, não chegando a esses espaços a limpeza pública que, quando oferecida, chega de forma precária.

A Praça Manoel Rosindo se destaca pela diversidade de produtos e preços populares. Nela, é possível visualizar o Mercado em sua forma original, mesmo sendo alvo de projetos e tentativas de descaracterização e padronização, tanto na sua forma quanto em seus métodos e estratégias de venda e de sobrevivência. Assim, em um mundo em que comprar deixou de ser um momento de encontro e de troca, os saberes que envolvem os produtos são pouco valorizados. A embalagem, a aparência e sua forma de exposição nas prateleiras ou a marca que o produto carrega, valem mais do que o produto em si.

Além disso, a praça Manuel Rosindo é palco de intervenções urbanas de coletivos que muitas vezes não encontram outros espaços da cidade para apresentar a sua arte, ligada às histórias de lutas e à resistência (Figura 22), assim como a história dos moradores da antiga cidade de Palha e os comerciantes que “vendem os produtos a baciada”. Alguns desses produtos só são encontrados nesse espaço do Mercado da Vila Rubim, mesmo que para alguns nem seja um espaço reconhecido como pertencente ao Mercado.

Figura 22 – Homenagem a Lula Rocha - Ativista do Movimento Negro e Direitos Humanos no Espírito Santo. Obra do artista Luhan Amorim dos Reis, conhecido como Luhan Gaba, 2021



Fonte: www.agazeta.com.br.

PONTO 4 – LOJA DE ERVAS MEDICINAIS – ENTORNO DO MERCADO

Em um mundo marcado por processos alienantes, em que os espaços-tempos se confundem, o real e o virtual se entrelaçam e absorvem a essência humana. Cada vez mais os sujeitos citadinos adoecem, sendo acometidos por problemas resultantes desses processos que lhes invadem a alma e adoecem o corpo. Abscessos, tumores, dores físicas e psicológicas, são resultados da busca do que jamais será alcançado.

Doenças que degradam e destroem a saúde daqueles que se submetem aos ritmos intensos das metrópoles. Ganância, acumulação, consumo e produção de capital, busca por resultados cada vez mais imediatos. Controle dos corpos e almas que habitam os espaços da cidade.

A atual sociedade capitalista, vive num ciclo incessante, em que adoecer por conta do trabalho precarizado e da superexploração já está banalizado. Todos os problemas e enfermidades são solucionados como num passe de mágica. Consultas médicas, receitas, prescrição de fórmulas. Laboratórios e remédios manipulados. E no mesmo ritmo que são empregadas as linhas de produção, os farmacológicos, são fabricados, prescritos e consumidos. Um ritmo em que os indivíduos adoecem por conta do trabalho. O trabalho e os ritmos são

intensificados com o propósito de pagar as despesas mensais com os mesmos produtos farmacológicos.

A crítica que aqui fazemos, não é uma negação à ciência, pois essa carrega consigo os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade. Defendemos sim, o Direito e acesso a todos os conhecimentos e à quebra de patentes de medicamentos, permitindo democratizar o acesso a medicamentos a preços mais populares.

Não estamos pondo em xeque o importante papel da medicina moderna, sua eficácia, seus métodos, programas e avanços científicos que possibilitaram a produção de vacinas, a erradicação de doenças, conhecimentos científicos nas mais diversas áreas e dimensões. Nos pautamos na ideia de que além de contar com a medicina, podemos extrair da natureza a prevenção para a manutenção de uma vida mais saudável, além do auxílio da fitoterapia como forma de tratamento de doenças que há muito tempo eram tratadas por nossos ancestrais de maneira simples, sem a busca por obtenção de lucro como o primeiro objetivo do tratamento por parte daqueles que detêm tais conhecimentos.

É a oportunidade de aguçar os sentidos e sentir os cheiros, os aromas de um tempo que parece não existir mais, é uma maneira de sentir as texturas dos fitoterápicos, provar dos gostos e dos sabores de um passado em que os tempos eram mais lentos, a vida era muito mais vivida do que perdida nos deslocamentos nos trânsitos intensos das cidades.

Na figura 23, podemos observar uma famosa farmácia natural localizada no Mercado Municipal.

Figura 23 – Farmácia de Ervas Naturais, 2021



Fonte: Arquivo Pessoal.

Conhecer as lojas de ervas é fazer uma viagem no tempo, indo em direção à Cidade de Palha e a sua simplicidade. É como retornar ao ano

de 1928, ainda na gênese do antigo Mercado, é ir contra as tentativas de negar um passado simples, onde os grupos hegemônicos, assim como hoje, buscavam dominar e controlar os conhecimentos, como forma de dominar e gerar a dependência dos grupos mais frágeis. Conhecer as lojas de Ervas Medicinais do entorno, é possibilitar direito e acesso aos conhecimentos produzidos por nossa ancestralidade. É a possibilidade de se autoconhecer.

PONTO 5: PONTE FLORENTINO AVIDOS

Em 1927, foi inaugurada a Ponte Florentino Avidos, formada por um conjunto de segmentos modulares em estrutura metálica, apoiado sobre pilares de concreto, definida por dois vãos de transposição das águas da baía de Vitória. Um vão menor formado por um único segmento modular, colocado entre a Ilha de Vitória e a Ilha do Príncipe, e outro maior formado por cinco módulos, completando a ligação ao continente, razão pela qual passou a ser conhecida popularmente como Cinco Pontes.

Os aterros sucessivos realizados naquela região, principalmente aqueles iniciados no início da década de 70 resultaram no afastamento do mar acabando com o cais que havia na Vila e que servia ao transporte de cargas e de passageiros. Ao mesmo tempo, estas obras promoveram a expansão da área urbanizada da cidade e a valorização imobiliária da região. O vão isolado da Ponte Florentino Avidos, que se encontrava nesta parte afetada pelo aterro, permanece até hoje e é denominado de Ponte Seca (Figura 24), pois já não transpõe mais nenhum espaço banhado pelo mar.

Figura 24 – Ponte Florentino Avidos – Ponte Seca, 2019



Fonte: Acervo pessoal.

A Ponte Seca cumpre atualmente um papel de agregar fluxos de volume e intensidade menores como pedestres e ciclistas, mas não restringe a passagem de veículos maiores. Ela oferece a possibilidade de retorno para os veículos que se dirigem no sentido Vila Velha - Vitória e opção de contorno do mercado da Vila Rubim. Assume, no entanto, um papel cultural e histórico mais importante e relevante para o contexto local do que a própria função de equipamento de transposição viária. Apresenta-se como marco visual local e ponto de referência geográfica.

O deslocamento sobre o vão da Ponte Florentino Ávidos, conhecido como Ponte Seca, permitirá observar os limites entre os municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica. Além disso é possível observar as obras do Portal do Príncipe e os fluxos intensos de caminhões pesados que entram e saem do Porto de Vitória carregados de produtos, afetando os fluxos de veículos menores, adaptando a vida na cidade ao ritmo e aos interesses das atividades portuárias. Além disso, podemos observar também as áreas que antes dos aterros eram utilizadas pelos remadores do Clube de Regatas Alvares Cabral e que com os processos de aterro deixaram de existir.

Sobre a ponte é possível observar a peixaria, o aviário, e as barracas de temperos, legumes hortaliças. Esses locais tradicionais do Mercado, assim como a Praça Manoel Rosindo, estão localizados na periferia do Mercado. Sendo assim, não são reconhecidos como pertencentes a área do Mercado, por parte da Associação dos

Comerciantes do mercado da Vila Rubim, atual Organização Social do Centro Histórico da Vila Rubim.

PONTO 6: GALPÃO F – ESPAÇO “REVITALIZADO”

Figura 25 – Vista de cima do Galpão F



Fonte: Site cidade quintal.

O deslocamento do ponto 5 (Ponte Seca), em direção ao ponto 6 (Galpão F), permite perceber as diferenças morfológicas das lojas que circundam o “Mercado Revitalizado”. Além disso, é possível perceber os principais produtos vendidos nesses espaços e como esses são expostos e acondicionados. Ao chegar no “Galpão F”, é possível observar as intervenções realizadas em 2018, pelo grupo Cidade Quintal. Na observação dos painéis é possível identificar os produtos e tradições encontradas no Mercado. Já no piso do galpão, verifica-se a representação do mapa da região em que está inserido o Mercado.

Na rua lateral ao Galpão F, encontram-se as barracas dos comerciantes da Praça do Palmito. Local que recebe esse nome em referência aos palmitos que ali eram vendidos na Semana Santa, para compor a receita tradicional da Torta Capixaba. Hoje, esses comerciantes são representados por uma associação composta por 27 associados. Na década de 80, essa associação chegou a contar com 65 barraqueiros. Na Praça do Palmito é possível encontrar tapetes artesanais, colchas, bolsas de couro, acessórios, correias de sandália,

objetos de decoração, artesanatos, além de oferecerem serviço de costureiras, sapateiros, amolador de faca, barbeiro etc.

Ao analisar a morfologia e o material com que as barracas foram construídas, fica claro que esse espaço é marcado pela precariedade, falta de espaço para circulação entre as barracas, corredores estreitos e pouco iluminados. Os produtos ficam pendurados no teto ou presos nas paredes. Muitos desses produtos são fabricados artesanalmente, ali no próprio espaço da praça. Assim como a Praça Manuel Rosindo, a Praça do Palmito também é vista como “Lado B” do Mercado, marcada pela falta de reconhecimento e incentivo por parte do poder público. Atualmente, o poder público move na justiça uma ação para a retirada dos trabalhadores da praça, mas por conta da pandemia do Covid-19 tal ação ainda não foi executada.

PONTO 7: VISITA AO INTERIOR DO “MERCADO REVITALIZADO”

A Circulação no interior do Mercado, permite conhecer os principais produtos ali vendidos. Além disso, é possível observar a limpeza e os cuidados com seu espaço, além dos corredores largos que permitem a livre circulação dos seus frequentadores. O estabelecimento de normas dentro de seu interior, tais como: proibir deitar-se nos bancos, restringir a utilização dos banheiros somente a lojistas e a clientes, cobrança de uma taxa para aqueles que não consumiram nada no mercado, além das placas estimulando as pessoas a não dar esmolas no espaço do Mercado, reduz a entrada de pedintes e de pessoas em situação de rua.

Figura 26 – Manhã de sábado no Mercado.



Fonte: Acervo Pessoal.

No andar superior, é possível conhecer o espaço cultural criado para realização de exposições e oficinas. Além de funcionar como espaço cultural, esse andar abriga a OSCHV (Organização Social do Centro Histórico de Vitória), entidade criada em 2018, ano em que a Associação dos Comerciantes do Mercado da Vila Rubim passa a apresentar outro registro, ganhando um status de organização não governamental na busca por ampliar suas ações.

Desde 1994, a frente da gestão desse espaço público da Cidade de Vitória, a associação, que conta com o mesmo corpo diretório desde sua origem, passou a atuar em vários projetos sociais, alguns desses, em parceria com moradores do entorno, entidades confessionais e profissionais ligados à música, à pintura e a outras manifestações culturais bastante próximas a cultura popular presente na Vila Rubim e em seu entorno.

Dentre os projetos desenvolvidos pela OSHVC, estão: o “Tocando na Vila”, em que os alunos aprendem música popular (Samba, Chorinho e MPB), o “Pintando na Vila”, onde os alunos participam de oficinas de pintura, bordado e crochê, e o “Alimentando Vidas”, desenvolvido em parceria com a Santa Casa de Misericórdia, em que todas as quintas-feiras a associação ajuda na captação de leite materno para abastecer o banco de leite da Santa Casa de Misericórdia.

Ao descer do segundo andar e retornar ao primeiro piso, temos a possibilidade de percorrer e conhecer um pouco mais dos cheiros, sabores, texturas e cores típicos desse espaço. Além disso, é possível conhecer a mística e a religiosidade do local, em que várias religiões habitam harmoniosamente o mesmo espaço. Em uma mesma loja é possível ver, em uma única prateleira, imagens do Cristo Redentor, ao lado de Orixás e entidades das mais variadas religiões de matrizes afro-brasileiras. É possível também avistar a imagem de Nossa Senhora da Penha (padroeira do Espírito Santo) ao lado de Buda e outras imagens e símbolos de religiões orientais.

Para conhecer os 38 estabelecimentos comerciais existentes nos galpões 1 (A, B) e 2 (C, D), é necessário caminhar na parte externa, pois algumas das lojas apresentam suas portas voltadas para rua. Nesse deslocamento para área externa é possível perceber diferenciações entre as lojas que ocupam a parte interna e externa. Isso corre até mesmo com lojas que trabalham no mesmo ramo, vendendo produtos semelhantes.

Tais diferenças podem ser manifestadas no espaço interno das lojas, na variedade de produtos que uma loja de maior porte pode

apresentar, na maneira com que os produtos são expostos e acondicionados. Um exemplo disso, é o que ocorre com algumas lojas de condimentos e de “produtos naturais”. Em algumas lojas ainda predomina a venda de produtos *in natura*. Em outras lojas do mesmo ramo, o produto é vendido de forma processada e embalado em sacolas plásticas ou frascos. Até os potes e recipientes em que os produtos são acondicionados são escolhidos para chamarem a atenção, apresentando-se claramente como mais uma estratégia para agregar valor financeiro aos produtos.

Outro fator que chama bastante a atenção em relação às lojas e funções do Mercado da Vila Rubim, relaciona-se com a presença de lojas de presentes e de objetos para o lar industrializados. Há também uma farmácia dentro da área do Mercado, uma casa lotérica e uma agência do “Pague Fácil” e caixas eletrônicos. Além disso, o Mercado que foi perdendo a sua função de venda de frutas, verduras e legumes desde a década de 80. Hoje abre suas portas aos sábados para uma feirinha de produtos orgânicos.

Na feira de orgânicos, já não encontramos mais a alegria e os encontros típicos das feiras livres. Seu público também não é mais um público popular, produtos tipicamente nacionais como como as abóboras que nascem naturalmente nos subúrbios e em periferias, tem seu peso comercializado a 8 reais, enquanto nos arredores do Mercado apresentam produtos similares a um quarto desse valor.

A crítica aqui realizada, não é em relação aos alimentos orgânicos, mas sim a negação do direito à alimentação de qualidade para toda a população. Criticamos também a “exploração do termo orgânico”, como forma de “gourmetizar” e trabalhar com o marketing do produto natural em busca da obtenção cada vez maior de lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos um roteiro de visita (viagem formativa), no qual os pontos sugeridos podem colaborar para apropriação de novos conhecimentos e, a partir disso, ampliar o entendimento acerca dos espaços da cidade, em especial a Vila Rubim.

Espera-se que os professores tenham esse roteiro como ponto de partida para reflexões críticas sobre o uso da cidade e suas potencialidades, como intuito de pensar em como as relações entre a

cidade e a escola podem contribuir para sua aprendizagem e para a valorização do patrimônio cultural da cidade em que reside.

Esperamos que esse material enriqueça as abordagens e mediações dos professores em sua prática pedagógica. São sugestões de trabalho para o professor, ficando livre o aprofundamento e a mudança do percurso sugerido, visando a ampliação do repertório de experiências educativas mediadas junto aos estudantes.

REFERÊNCIAS

CÔCO, Dilza. DELLA FONTE, Sandra Soares. LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Educação na cidade e humanidades: abordagens metodológicas utilizadas pelo Gepech.** p. 53- 89. In. CARVALHO, Letícia Queiroz de. SANTOS, Leonardo Bis dos. (Organizadores). **Metodologias alternativas no ensino de Letras e Humanidades.** 1. ed. - Vitória : Instituto Federal do Espírito Santo, Edifes, 2019, 113 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano.** São Paulo: Editora contexto, 2013

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 2016.

ARQUITETURA POMERANA COMO ESTEREÓTIPO: uma viagem formativa desvelando a identidade de “fachada”

Swami Cordeiro Bérghamo
Sandra Soares Della Fonte

INTRODUÇÃO

O município de Santa Maria de Jetibá está localizado na região central serrana do Espírito Santo (ES). Caracteriza-se pela presença de descendentes de imigrantes pomeranos,¹ que chegaram nesse território em 1859,² mantendo viva a língua pomerana³ (sobretudo o

¹ O termo *pomeranos* é usado aqui para identificar o grupo de imigrantes europeus, falantes da língua pomerana, que veio para o Brasil a partir do séc. XIX. Já *descendentes de pomeranos* refere-se às pessoas de hoje, com ancestralidade pomerana e que nasceram no Brasil. O termo *povo tradicional pomerano* ou *povo pomerano* é utilizado para se referir aos descendentes de pomeranos como grupo, conforme reconhecimento a partir dos Decretos Presidenciais nº 6.040/2007 e nº 8.750/2016 (BÉRGAMO, 2018, p. 17).

² “A Província Prussiana da Pomerânia surgiu em 1817. [...] situava-se nas costas do mar Báltico, entre as atuais Alemanha e Polônia e os países escandinavos” (TRESSMANN, 2006, p. 365).

³ O Pomerano é uma língua da família Germânica Ocidental, subfamília Baixo-Saxão (Oriental) (TRESSMANN, 2006, p.76).

bilinguismo pomerano/português) e, desde o final do século XX, desenvolvendo a sua escrita. Com predomínio da agricultura familiar, atualmente destaca-se na oferta de hortaliças (métodos convencional e orgânico) e, via capital privado e cooperado locais, como o maior produtor de ovos do Brasil, valendo-se de tecnologia de ponta no setor (BÉRGAMO, 2018).

Tais elementos são atrativos pujantes para um leque de investigações científicas, que, de fato, já existe, sobretudo nos campos educacional e cultural. No debate sobre a formação da identidade pomerana, há possibilidades que indicam que não se pode abstrair da referência de classes sociais⁴ e dos conflitos dentro do que hoje se chama de povo pomerano.

Assim, constituído a partir da dissertação *Identidade Pomerana: uma viagem formativa desvelando conflitos soterrados* (BÉRGAMO, 2018), este texto versa sobre os conflitos que se colocam na construção da atual identidade do povo pomerano na cidade de Santa Maria de Jetibá (ES) e em que alcance esses conflitos se encontram em evidência ou soterrados na configuração arquitetônica local. Busca-se refletir sobre o uso da arquitetura como instrumento da construção de uma identidade mercadorizada, que serve a interesses turísticos comerciais e político-ideológicos em nome de uma suposta valorização cultural. Dessa problematização, valendo-se dos pressupostos da Educação na Cidade,⁵ pretende-se também oferecer um roteiro para uma viagem

⁴ A compreensão de classe adotada referencia-se na tradição marxista inaugurada a partir das obras de Marx e Engels. Seu uso neste trabalho remete à sociedade capitalista ocidental, especialmente do século XIX em diante. Vale-se da concepção básica da divisão social em dois grupos principais de interesses antagônicos: a) os proprietários dos meios de produção e do capital (classe burguesa e os donos de terras); e b) os não detentores de tais meios e possuidores apenas da força de trabalho (classe trabalhadora operária e camponesa). A tradição marxista, embora tenha um complexo debate sobre esta questão, também reconhece outras gradações na estrutura de classes da sociedade burguesa, camadas intermediárias ou de transição, amplas e diversas, como a classe média e o campesinato (BOTTOMORE, 1988).

⁵ “Tal perspectiva se materializa quando a Educação é entendida como atividade na qual educadores e educandos, mediatizados pela realidade, aprendem e extraem dela o conteúdo da aprendizagem, atingindo um nível de consciência elevado, capaz de impulsioná-los a atuar na realidade visando à transformação social” (CHISTÉ; SGARBI, 2015, s.p.). “[...] o educador deve contemplar a cidade, pensar a cidade, extrair de cada espaço dela as lições que possam dar mais vida às pessoas, humanizar os cidadãos. Essas são algumas chaves de leitura da cidade e de seus espaços” (ibid., p. 105).

formativa⁶ contra-hegemônica na cidade de Santa Maria de Jetibá (ES), contrapondo-se aos estereótipos que camuflam os conflitos e lutas do povo pomerano e que engessam ou homogeneizam a identidade desse grupo étnico-cultural.

BAÚ DE VIAGEM: O MÉTODO E OS DIÁLOGOS TEÓRICOS

Para analisar as edificações em estudo, foram feitas visitas *in loco* com registro fotográfico e anotações. Além da produção bibliográfica acadêmica e não acadêmica, recorre-se a fontes diversas: fotos, sites da Prefeitura e da Cooperativa Agropecuária Centro-Serrana (COOPEAVI), jornais, material publicitário, leis, atas e outras documentações oficiais.

O referencial teórico ampara-se na concepção contra-hegemônica, materialista-histórica e dialética. Assim, usa-se os preceitos da Educação na Cidade dispostos em Chisté e Sgarbi (2015); Vasconcelos e Chisté (2018); Martinelli Filho, Côco, Chisté e Della Fonte (2018). Sobre cultura e identidade,⁷ fundamenta-se em Marx (1987); Marx e Engels (2007) Wood (1996); Wood e Foster (1999); Ahmad (1999); Della Fonte e Loureiro (2016). Na problematização sobre as edificações, cria-se um diálogo teórico com estudos sobre a arquitetura neo-enxaimel em Santa Catarina, sobretudo em Gislou (2013) e Veiga (2013). Sobre o povo pomerano, buscou-se suporte nas pesquisas de Tressmann (2005), Thum (2009), Corona (2012), Schmidt (2015), Bergamin (2015) e Buss (2018).

⁶ Trata-se da viagem formativa na visão da *Bildung*. “A *Bildung*, como apropriação subjetiva da cultura, [...] só se legitima como exercício crítico e autocrítico, de caráter emancipador, indo além da semiformação” (ADORNO, 1996 apud MANFRÉ, 2009). “A ‘grande viagem’ que caracteriza a *Bildung* não consiste em ir a um lugar qualquer, não importa aonde, mas, sim, lá onde nós possamos formar e educar” (SUAREZ, 2005, p. 195).

⁷ “O mundo humano ou cultural consiste no conjunto das produções materiais e simbólicas criadas pelo ser humano em decorrência do seu trabalho. Nesse caso, o ser humano se coloca naquilo que ele produz, isto é, ele se objetiva, coloca o seu ser no produto. Portanto, toda produção cultural traz a marca do humano, materializa o nosso modo de existir em um determinado momento, o que produzimos e como produzimos nossa vida” (DELLA FONTE, 2018, p. 49).

A RE-GERMANIZAÇÃO E A RE-POMERANIZAÇÃO

A presente viagem formativa, ao percorrer a cidade de Santa Maria de Jetibá, atenta às potencialidades educativas que essa oferece. Ao olhar para suas edificações, vivenciam-se dois processos históricos intrínsecos e latentes em suas paredes: a re-germanização e a re-pomeranização. Desse modo, é preciso apropriar-se da compreensão dessas categorias, tendo como ponto de diálogo os estudos de Veiga (2013) sobre a arquitetura de Santa Catarina, em especial a cidade de Blumenau. Assim, entende-se a **re-germanização** como

[...] uma política cultural revivalista que traz determinadas características estéticas de uma ideia de germanidade ao presente. Todavia, esta política acabou transmitindo uma falsa ideia de germanidade, geralmente reduzindo-a à cultura alemã ou teuto-brasileira, criando uma imagem estereotipada (*Kitsch*) da imigração alemã movida fundamentalmente por interesses econômicos e políticos (BÉRGAMO, 2018, p. 82).

Observando a re-germanização em Blumenau e a ocorrência de processo semelhante em Santa Maria de Jetibá, fez-se necessário a formulação original do conceito de **re-pomeranização**.

Em síntese, a re-pomeranização é um movimento semelhante à re-germanização voltado para cultura pomerana, tendo seu auge nas duas primeiras décadas do século XXI em Santa Maria de Jetibá. [...] pode se constituir, dialeticamente, como: a) política de reinvenção do passado (notadamente quando reiterada, conduzida ou instituída pelo poder público); e/ou b) possibilidade de (re)descobrir historicamente este passado, compreendendo-o criticamente (BÉRGAMO, 2018, p. 97-98).

A re-germanização, presente em Blumenau e em Santa Maria de Jetibá, e a re-pomeranização, identificada no caso capixaba,⁸ manifestam-se em tempos, modos e intensidades próprias, conforme suas peculiaridades regionais e trajetórias históricas, por vezes com pontos de contato. Observa-se que esses processos estão impressos nas edificações dessas cidades, bem como em legislações, eventos e ações de iniciativa privada e do poder público.

⁸ Referente ao Estado do Espírito Santo (CAPIXABA, 2022).

O enxaimel e o neo-enxaimel

Para decifrar esse processo de reinvenção da cultura germânica por meio da arquitetura, é relevante saber sobre o enxaimel e o neo-enxaimel. “O método construtivo enxaimel é a denominação dada à estrutura de madeira que articulada horizontal, vertical e inclinada formam um conjunto rígido e acabado através do encaixe dos caibros de madeira” (WITTMANN, 2016). Erroneamente, é comum tratar essa técnica construtiva como um estilo, associada sobretudo à cultura germânica, gerando expressões como “estilo alemão” ou “estilo germânico” (como na Lei n.º 270/1995, de Santa Maria de Jetibá). No Brasil, esta relação deve-se ao fato de que essa técnica veio com os imigrantes (especialmente alemães), desde o século XIX.

O enxaimel teve sistemas distintos conforme a região europeia. Considerando os estudos de Weimer (2005 apud VEIGA, 2013), cabe aqui destacar dois:

- a) **baixo-saxão (*Niedersächsisch*)**, ao norte [...]: provavelmente o mais antigo e o mais simples dos três sistemas, caracterizado por usar vários esteios, uns próximos dos outros, sendo as portas e janelas inseridas exatamente no espaço entre estes esteios, tendo pouca ou nenhuma escora (peças diagonais), de forma que o desenho na fachada da casa lembra, às vezes, um tabuleiro de xadrez;
- b) **alemânico (*Alemannisch*)**, no sudeste da atual Alemanha, especialmente na Baviera [...]: caracterizado pelo grande afastamento dos esteios principais (peças verticais), exigindo peças horizontais mais robustas e grande quantidade de escoras, formando desenhos variados com peças inclinadas [...], como a Cruz de Santo André, a “mulher suaba” (*Schwäbisches Weibel*) e o “homem selvagem” (*Wilder Mann*) (BÉRGAMO, 2018, p. 76-77);

As figuras 1, 2 e 3 favorecem a percepção visual das características do enxaimel baixo-saxão e do enxaimel alemânico. Adiante, tais elementos irão subsidiar as observações e análises sobre a arquitetura presente nas cidades de Blumenau e Santa Maria de Jetibá, principalmente quanto ao uso do neo-enxaimel.

Figura 1 – Sistema construtivo baixo-saxão e seu uso em casas na cidade de Goslar (Alemanha)



Fonte: a) Weimer (1994 apud VEIGA, 2013); b) Veiga (2013).

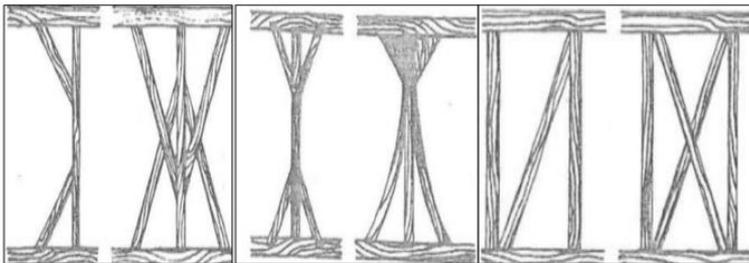
Figura 2 – Sistema construtivo alemânico e seu uso em cidades do sul da Alemanha



Fonte: Weimer (1994 apud VEIGA, 2013); Veiga (2013).

Figura 3 – Elementos do sistema construtivo enxaimel

(a) Contravento e homem selvagem (b) Mulher suaba e homem (c) Escora e Cruz-de-Santo-André



Fonte: Weimer (2005 apud GISLON, 2013).

No contexto de re-germanização, o neo-enxaimel apresenta-se como uma arquitetura artificial, pois imita as formas do antigo enxaimel, mimetizando sua aparência, com pouco ou nenhum compromisso com a fidelidade histórica. Recria apenas o resultado visual do que seria a aplicação do enxaimel, sem qualquer efeito estrutural. Em muitas

e Chisté (2018, p. 50), na proposta da Educação na Cidade deve ater-se preliminarmente a algumas questões, como segue:

- Qual potencial transformador tem a cidade?
- Que locais podem problematizar o que está posto?
- Que estratégias podem ser pensadas nesses espaços que contribuam com a problematização da realidade?
- Como pode a cidade contribuir com o processo de humanização dos sujeitos?
- Que lugares da cidade podem contribuir com o processo de humanização?
- Como planejar a visita a esses espaços?
- Como dar continuidade as reflexões iniciadas na visita no espaço escolar?

Assim, apresenta-se o desafio de revelar o potencial educativo da cidade. “Portanto, trata-se de ver e extrair tudo o que for capaz de instigar percepções e inspirar transformações” (BÉRGAMO, 2018, p.70).

UMA VIAGEM FORMATIVA DESVELANDO A IDENTIDADE DE “FACHADA”

Nesse percurso urbano, constata-se que é na segunda gestão do município (1993-1996) de Santa Maria de Jetibá que se inicia a adoção da política da re-germanização local que, mais à frente, seguirá com a re-pomeranização. Esse marco evidencia-se por uma série de atos.⁹ A Mensagem nº 056/95 do Executivo, por exemplo, que encaminha para a Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 055/95 (isenção de IPTU de imóveis em “estilo germânico”) revela nitidamente a intenção de constituir uma identidade cultural no presente a partir da arquitetura:

O Município de Santa Maria de Jetibá, **busca a sua identidade cultural, de origem e colonização germânica**, incentivando a construção e a reforma de prédios, com projetos arquitetônicos, em estilo germânico nas suas fachadas, esquadrias e telhados (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 1995b, grifo nosso).

⁹ Criação da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (Lei nº 217/1994), separando-a da pasta da Educação; criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Fundo Municipal de Turismo (Lei nº 221/1995); incentivo ao uso do dito “estilo germânico” nas edificações (Lei n.º 270/1995); obra em neo-enxaimel na então nova sede da Prefeitura (antigo Hotel Kerckhoff); e, obra em neo-enxaimel da então Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo (BÉRGAMO, 2018, p.101).

Afinal, qual cultura germânica¹⁰ pretende-se evidenciar e como será feito? A resposta materializa-se nas edificações e legislações locais.

O antigo Centro de Informações Turísticas/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Fotografia 1), o primeiro local a ser implementado o neo-enxaimel na cidade, situado no núcleo comercial, apesar de sua estética se aproximar do enxaimel baixo-saxão, muito empregado na região de origem da maioria dos imigrantes do município, possui arcos da fachada, partes com a simulação de tijolos e janelas de metal com grades que denunciam a adaptação realizada no local. Assim como em Santa Catarina, a primazia foi simular o efeito visual que lembre as origens europeias dos primeiros imigrantes. Todavia, pelo observado, há carência de uma investigação mais profunda sobre a história arquitetônica constituída originalmente na região.

Fotografia 1 - Antiga Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Santa Maria de Jetibá



Fonte: IBGE ([19--]).¹¹

¹⁰ “A partir da segunda metade da década de 1840 começaram a se estabelecer no Espírito Santo imigrantes de procedência germânica, das regiões que atualmente correspondem à Alemanha, Polônia, Áustria, Suíça, Holanda (zelandeses), Luxemburgo e Bélgica. Esses povos formavam um grupo cultural e linguístico heterogêneo” (TRESSMAN, 2015, p. 62).

¹¹ Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo: Santa Maria de Jetibá, ES. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=438594&view=detalhes>>. Acesso em 17 jul. 2018.

Outra edificação adaptada ao neo- enxaimel foi, na ocasião, a nova sede da Prefeitura (Figura 5). “Procurou-se dar ao antigo prédio um aspecto de estilo germânico enxaimel com pintura azul e branco, as cores tradicionais da Pomerania” (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 1995c, p. 5). A Prefeitura sediou este imóvel até 2008, quando foi transferida para a sede atual.

Figura 5 - Prefeitura de Santa Maria de Jetibá (1995)



Fonte: Santa Maria de Jetibá (1995c).

Apesar do discurso oficial remeter a alguns signos da cultura pomerana, é possível notar o uso da Cruz de Santo André e sua caracterização *Kitsch*, com a repetição da pintura em “X”, na aplicação do neo- enxaimel. Tais itens, como já tratado, distanciam-se do enxaimel baixo-saxão. Assim, percebe-se que iniciar o uso do neo- enxaimel nesses imóveis não foi aleatório. Trata-se, afinal, da representação material da concepção política vigente, conduzida pela Secretaria que integrava as pastas de Cultura e Turismo, coirmãs de um mesmo projeto. Ao ganhar um *status* de Secretaria, as ações voltadas para o turismo adquirem mais autonomia e força enquanto projeto político. Mesmo quando a cultura (alemã ou pomerana) é abordada, essa mantém um vínculo com o interesse turístico.

Há uma naturalização da mercadorização das manifestações culturais, assim recriadas ou reduzidas a estereótipos palatáveis ao consumo. Wood (1996, p.126) alerta especialmente para a percepção de que “[...] o capitalismo está se tornando tão universal, tão garantido, que passa a ser invisível”.

No trajeto por Santa Maria de Jetibá, destaca-se um conjunto de edifícios privados localizados na avenida Frederico Grulke (n.º 477 a 517). Nessa composição (Figura 6), adaptada no período inicial da re-germanização, os edifícios acompanham a caracterização do telhado do Pommerhaus Hotel, favorecendo a impressão de unidade estética. Tendo paredes geminadas, reproduzem o efeito das vilas medievais europeias. Assim, embora apenas o hotel tenha empregado o neo-enxaimel em sua fachada por completo, em um olhar desatento, passa a sensação de que as demais seguem a mesma estética.

Figura 6 - Edificações re-germanizadas na entrada de Santa Maria de Jetibá (2018)



Foto: Swami C. Bérqamo, 2018.

O Pommerhaus Hotel (Fotografia 2) foi o primeiro comércio com vínculo direto com turismo a aderir ao neo-enxaimel em Santa Maria de Jetibá. É recorrente o uso de sua imagem para a divulgação da cidade ou em registros pessoais de turistas. Observa-se uma preocupação com a qualidade estética, tendo optado pela madeira em várias partes de sua confecção, interna e externamente. Entretanto, do ponto de vista arquitetônico, percebe-se a influência da re-germanização do sul do país presente, por exemplo, no uso da Cruz de Santo André estilizada, a sacada nos quartos e alguns detalhes imitando tijolos expostos. Características que certamente agradam aos hóspedes e cumprem o seu papel dentro do contexto da re-germanização voltada para os interesses do turismo. Porém, afasta-se do enxaimel baixo-saxão e aproxima-se do enxaimel alemânico, muito presente na Baviera. Um sistema de enxaimel inexistente originalmente na região de Santa Maria de Jetibá, especialmente ausente na casa pomerana.

Fotografia 2- Pommerhaus Hotel (2018)



Foto: Swami C. Bérigamo, 2018.

Embora o nome do hotel faça referência aos pomeranos, este é escrito em alemão e em caligrafia gótica (alegorias a um passado teuto medieval). Trata-se do projeto político vigente para a cidade nesse período: a visão arquitetônica-urbanística da re-germanização. Ou seja, Santa Maria de Jetibá reinventava-se como cidade germânica para o turismo.

Nesse passo, a implantação do neo-enxaimel em Santa Maria de Jetibá também segue como a construção de uma identidade de “fachada”, dispondo-se ao espetáculo estético até onde a vista alcança. Assim como ocorreu em Blumenau (SC), em alguns casos a aplicação do neo-enxaimel limitou-se a ser instalado na fachada voltada para rua principal, onde é visível aos turistas, para formar a melhor visão fotográfica, junto de outras edificações em neo-enxaimel. Nas laterais, contudo, não há as tábuas ornamentais, revelando um prédio comum, em formato de caixa como qualquer outro desse tipo (VEIGA, 2013, p. 137). Isso só demonstra o intuito do efeito estético para fins turísticos ou valorização imobiliária com o mínimo de custo possível. Em Santa Maria de Jetibá, a edificação (Fotografia 3) situada na avenida Frederico Grulke, a principal da cidade, próxima da antiga sede da Secretaria de Cultura e Turismo (atual Destacamento de Polícia Militar - DPM), é um caso assim.

Fotografia 3 – Edificação da família Berger (2018)



Fonte: Foto Swami C. Bérghamo, 2018.

É possível identificar ainda edificações com a arquitetura *Kitsch* no uso do neo-enchaimel. Veiga (2013) cita vários casos da cidade de Blumenau. Em Santa Maria de Jetibá, vale trazer o exemplo do edifício (Figura 7.a) localizado à rua dos Imigrantes, de propriedade da família Bergamaschi, que adotou o neo-enchaimel logo no início da re-germanização. Esse traz um uso muito peculiar do dito “estilo germânico”: um edifício moderno adornado em suas laterais com linhas inclinadas marrons em ziguezague que, supostamente, teriam a intenção de simular um efeito causado pelo enchaimel. O telhado é uma tentativa de imitação do “estilo germânico”. Nessa linha da arquitetura *Kitsch*, com o uso aleatório e exagerado de elementos visuais do enchaimel, há ainda o prédio situado na avenida Frederico Grulke, parte da loja de Material de Construção Sperandio (Figura 7.b). A obra mescla enormes janelas de vidro com a aplicação de tábuas formando linhas em ziguezague e letras “M” ou “W”, incompatíveis com o efeito estético do enchaimel. Ambas as obras representam a banalização do neo-enchaimel.

Figura 7 - Arquitetura *Kitsch* neo-enxaimel em Santa Maria de Jetibá



Fonte: Foto Swami C. Bérghamo, 2018.

Outra evidência da carência de pesquisa histórica da arquitetura dos imigrantes europeus instalados na região, notadamente os pomeranos, é o uso do neo-enxaimel com revestimento que imita tijolos aparentes, simulando o preenchimento dos tramos. A utilização de tijolos dessa forma (sem reboco) é um atributo muito presente em Santa Catarina (VEIGA, 2013, p. 98). Porém, no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo sobressaiu o uso do barro¹² ou do tijolo de barro cru (adobe) no preenchimento dos espaços do enxaimel, com reboco da parede e uso da cal (Fotografia 4), sendo branca (CORONA, 2012; VEIGA, 2013; BUSS, 2018).

¹² Na Casa Pomerana, para preencher os tramos de madeira usava-se a técnica de pau-a-pique do tipo sopapo, também conhecida como taipa de mão. Consiste em uma estrutura de varas de madeira entremeadas na forma de grade, amarradas entre si por cipós, preenchidas com barro atirado com a mão, formando assim paredes leves, com cerca de quinze centímetros de espessura (CORONA, 2012, p. 59; BUSS, 2018, p. 45).

Fotografia 4 - Detalhe de Casa Pomerana (Família Schmidt)



Foto: Swami C. Bér gamo, 2016.

A residência em obra (Fotografia 5), situada à rua Dr. Martinho Lutero, Centro de Santa Maria de Jetibá, traz o detalhe que revela a superficialidade das aplicações de peças de fachada que caracteriza o neo-enxaimel (nesse caso, com a imitação da madeira e dos tijolos). Tais elementos contribuem para compor na memória coletiva uma falsa história sobre a realidade vivenciada pelos imigrantes que constituíram este município.

Fotografia 5 – Desvelando a arquitetura de fachada



Foto: Swami C. Bér gamo, 2018.

Uma outra edificação que também utiliza o efeito dos tijolos visíveis em parte de sua fachada é a sede administrativa da Cooperativa

Agropecuária Centro-Serrana (COOPEAVI) (Fotografia 6), que ocupa um local de destaque muito maior no núcleo comercial da cidade, na avenida Francisco Schwartz. Em 2009, foi realizada uma reforma nesse prédio, introduzindo o neo-enxaimel em suas características. Ressalta-se que a reforma ocorre no período de pleno processo de re-pomeranização da cidade de Santa Maria de Jetibá, quando se comemoravam os 150 anos de imigração pomerana no Espírito Santo.

Fotografia 6 – Sede da COOPEAVI em Santa Maria de Jetibá



Foto: Swami C. Bérghamo, 2018.

Apesar do uso dos tijolos e a dimensão espetacular do prédio, o posicionamento das tábuas aproxima-se do sistema *baixo-saxão*, utilizando vários esteios, uns próximos dos outros. Em um enxaimel original, as portas e janelas deveriam ser inseridas exatamente no espaço entre esses esteios. Embora isso não ocorra perfeitamente no edifício da COOPEAVI, é perceptível essa aproximação na adaptação realizada sobre o antigo prédio. Certamente uma tentativa coerente com a visão da re-pomeranização, onde a inspiração não é mais o modelo da Baviera ou das cidades re-germanizadas do sul do país, mas sim a região da antiga Pomerânia e a Casa Pomerana existente no próprio município. Porém, olhando atentamente, na outra lateral do prédio, há muitos elementos diagonais, o que não é tão presente no sistema *baixo-saxão*. Esse descompasso estético, pode aproximar esta arquitetura do *pastiche*.

Próximo à sede da COOPEAVI, seguindo o trajeto formativo pela cidade, mais adiante depara-se com opulentos edifícios públicos em neo-enxaimel. São as novas sedes administrativas da Prefeitura (Figura

8) e da Câmara Municipal (Figura 9) de Santa Maria de Jetibá, ambas compreendidas no que ficou denominado “Praça dos Três Poderes”, por congregar as edificações do Executivo, Legislativo e do Judiciário. Esses prédios foram construídos em momentos próximos, em um contexto econômico de prosperidade e em inteira intensidade do movimento de re-pomeranização (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2012). De fato, tais edificações inspiraram-se na arquitetura da casa pomerana (*Pomerisch Huus*, em pomerano), com características próximas do enxaimel *baixo-saxão*. Avultam as cores azul e branco presentes nas casas pomeranas e na bandeira do município. Esses edifícios ostentam ainda o brasão municipal em pontos de destaque. A presença desses elementos visa potencializar simbolismos identitários, compatíveis à elaboração da narrativa política de enaltecimento da cultura pomerana.

Figura 8 – Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá – ES (fundos e frente)



Fonte: Foto frente: Swami C. Bérغامo (2016); e, b) Foto fundos: Swami C. Bérغامo (2018).

Figura 9 – Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá – ES (fundos e frente)

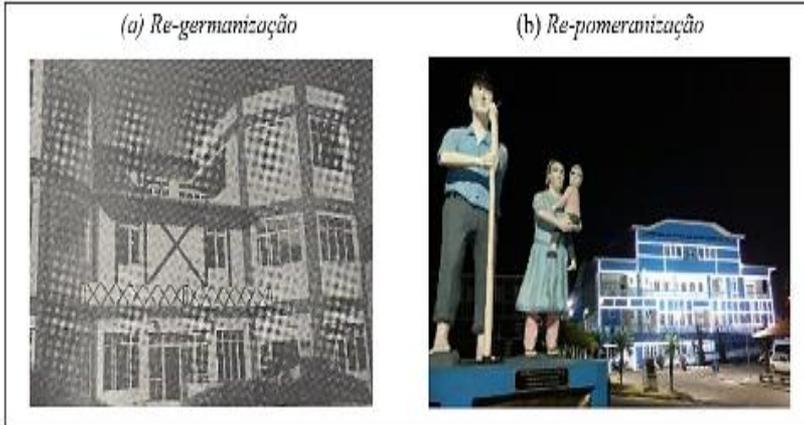


Fonte: a) Foto fundos: Swami C. Bérghamo (2016); e, b) Foto frente: Swami C. Bérghamo (2018).

Nessas obras, não há os exageros de elementos estéticos presentes na arquitetura neo-enxaimel de algumas cidades de Santa Catarina, com o uso excessivo da Cruz de Santo André ou os tijolos visíveis, exceto em uma parte da fachada da PMSMJ (Figura 8.b). Também se diferenciam de alguns exemplares do neo-enxaimel da própria cidade de Santa Maria de Jetibá, como anteriormente apresentados. Entretanto, é notório a espetacularização da cultura por meio da arquitetura. Considerando as dimensões desses imóveis e o cenário arquitetônico na ampla área em que estão inseridos, é possível ter essa percepção. Como em outros imóveis já descritos, há ainda a problemática do fenômeno *Kitsch*. Por exemplo, as disposições das faixas brancas da Prefeitura não compõem com coerência uma imitação da função estrutural do enxaimel. As janelas da Prefeitura e os balaústres de ambas edificações também se distanciam das características de várias casas pomeranas da região.

A observação das imagens da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá (antiga e atual), em momentos históricos distintos, é um revelador exercício para perceber o uso do neo-enxaimel nos períodos da re-germanização e re-pomeranização. Em comum, há uma composição *Kitsch* em ambas (Figura 10).

Figura 10 - Sedes da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá (antiga e atual)



Fonte: a) Santa Maria de Jetibá (1995c); e, b) Foto: Swami C. Bér gamo (2018).

Essa estética neo-enzaimel nas sedes dos Poderes municipais não é uma exclusividade de Santa Maria de Jetibá. Desde 1982, Blumenau já tinha adotado o neo-enzaimel na arquitetura da nova Prefeitura (Fotografia 7), em igual formato “caixotão”.

Fotografia 7 – Prefeitura Municipal de Blumenau – SC (2011)



Fonte: Veiga (2013).

Segundo Veiga (2013, p. 134), o prefeito de Blumenau, em entrevista ao jornal *A Notícia*, em 1982, traz “[...] em seu discurso a reprodução da visão romantizada da colonização, enaltecendo o mito fundacional da cidade, para que se justificasse a implantação da nova

arquitetura”. É o que ocorre também em Santa Maria de Jetibá, seja na re-germanização ou na re-pomeranização.

O monumento (Fotografia 8) representando a família pomerana, circunscrito no conjunto arquitetônico dos Poderes nesse município, consagra a materialização e o simbolismo do processo de re-pomeranização em seu auge. Em 2009, esse foi inaugurado dentre as atividades comemorativas dos 150 anos da imigração pomerana no Espírito Santo. Em sua base, registra-se em alto-relevo algumas cenas da trajetória das famílias dos imigrantes, narrando sua partida da Europa, chegada no Espírito Santo, abertura da primeira estrada (organização coletiva para a sobrevivência e instalação), a sede da primeira cooperativa e o brasão do município.

Fotografia 8 – Monumento em Homenagem aos 150 anos da Imigração Pomerana no ES



Foto: Swami C. Bérغامo, 2018.

Esse monumento também traz outro atributo da re-pomeranização. Diferente de tempos anteriores, o simbólico dessa escultura oficial remete a uma imagem coletiva e impessoal, não focalizando em personalidades notórias.¹³ Muito além de simular os primeiros imigrantes colonos, essa obra pode aproximar-se da realidade do pomerano mais humilde, em sua simplicidade autêntica,

¹³ Na re-pomeranização, a promoção de “personalidades notórias” (autoridades, políticos, empresários etc.) não se apresenta na obra em si, mas nos discursos públicos (inaugurações, cerimônias, festas, entrevistas etc.), em impressos ou em faixas e placas de agradecimentos. Em geral, a construção dessa narrativa (cautelosa ou envolvente), traz alguns ingredientes: humildade, deferência a Deus, alusão a elementos coletivos e a exaltação do povo pomerano e sua cultura.

com sua família. O homem, um agricultor, pés descalços, de chapéu para proteger do sol, mangas e calças arregaçadas, com sua ferramenta de trabalho. A mulher, uma agricultora e trabalhadora do lar, de chinelo, calça em baixo do vestido (proteção do frio e dos mosquitos), lenço na cabeça e o filho no colo, em segundo plano, atrás do marido.

Certamente uma construção que reproduz e enaltece o signo do patriarcalismo, secundarizando o protagonismo da mulher na história e na cultura pomerana. A opção em materializar essa cena, corrobora em manter essa constatação crítica imperceptível ao senso comum. De fato, na perspectiva do observador alheio, a obra ganha vida. É como se essas “pessoas” representadas no monumento parassem por um instante suas tarefas cotidianas para contemplar tudo o que foi construído pela força de seu trabalho e dedicação, ao mesmo tempo em que sabem que há muito serviço pela frente. Sob os seus pés, a base de sua história.

Embora a simbologia possa trazer um certo romantismo, uma narrativa épica que a data comemorativa tende a construir, essa família pomerana, tal qual a estátua apresenta, existe ainda em Santa Maria de Jetibá, especialmente no campo, com o seu modo de vida rural.¹⁴ Assim, trata-se de um símbolo que estabelece uma simpatia muito forte com a maioria da população local, fortalecendo uma imagem auto afirmativa da cultura e história do povo pomerano. Por outro lado, tal sentimento pode ser usado como uma poderosa ferramenta política¹⁵ ou ideológica, para ocultar ou soterrar conflitos presentes nesse processo histórico.

De fato, ao chegarem no território onde é a atual Santa Maria de Jetibá, as famílias de imigrantes eram, em geral, como são representadas pelo monumento. Pertenciam à mesma classe social,

¹⁴ “A cultura pomerana, baseada na organização da vida diária familiar e no trabalho na lavoura, pouco mudou desde a chegada dos primeiros imigrantes europeus. É alto o grau de permanência de tradições e valores originais, mantendo o espírito de família, a religiosidade, a língua e o comunitarismo de uma forma que já praticamente não existe mais na Europa” (COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2016a).

¹⁵ O conteúdo e o próprio impresso intitulado “O Progresso em Revista” (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2012), como síntese publicitária dos mandatos subsequentes da mesma gestão municipal (2005-2008 e 2009-2012), são exemplos da apropriação política dos signos presentes na re-pomeranização.

sendo predominantemente agricultores.¹⁶ No Espírito Santo, os imigrantes pomeranos estavam sujeitos a condições adversas, em situação de penúria. Com o passar dos anos, essa igualdade social não está dada mais. Os laços identitários de outrora não são mais os mesmos, pois há diferenças advindas do processo histórico, sobretudo pela diversificação nas suas atividades produtivas (BERGAMIN, 2015) e, por conseguinte, pelo posicionamento enquanto classe social.

Schmidt (2015, p. 39) diz que “[...] a identidade pomerana é um processo de permanente construção e não pode ser percebida como algo imutável e acabado [...]”. Tressmann (2005), criticando a visão de que a cultura é inabalável, apresenta o aspecto dinâmico da cultura pomerana e sua relação de continuidade:

[...] a cultura é um processo dinâmico produzido no tempo histórico, de acordo com uma situação social. Esta é construída, reinventada e recriada a todo o momento; trata-se mais de um processo de interação do que de isolamento. [...]

[...] As transformações que se deram entre os pomeranos guardam, assim, uma relação de continuidade com as práticas culturais da época anterior à imigração; o passado e o presente estão relacionados (TRESSMANN, 2005, p. 164).

Desse modo, manter a crença em uma identidade estática, como o Monumento em Homenagem aos 150 anos da Imigração Pomerana, comum a todos, pode construir a ideia ilusória que há entre o povo pomerano uma unidade entre iguais. De fato, o desafio de discutir a identidade pomerana na atualidade é perceber que se, por um lado, algumas marcas culturais se mantiveram e ainda dão coesão a esse grupo, por outro, a identidade de classe foi alterada. Para construir essa reflexão, longe de toda uma tradição que define a identidade de modo estático e apriorístico, sugere-se pensar a identidade de um grupo humano a partir de algumas contribuições marxistas.

Nas *Teses contra Feuerbach*, Marx considera que a essência humana não é abstrata nem está no indivíduo único. Nas suas palavras, “Em sua efetividade é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1987, p. 162). Com essa afirmação, Marx demarca que o ser do humano não é dado antes do seu viver.

¹⁶ “No contrato firmado entre o governo provincial e as empresas, estavam destacados alguns pré-requisitos. Entre eles, que os imigrantes fossem agricultores (tolerava-se apenas 10% de não-agricultores)” (THUM, 2009, p. 123).

O modo como os seres humanos produzem as condições e os meios de existência não pode ser visto apenas como reprodução da sua existência física, mas como manifestação de suas vidas e, portanto, do que eles são em um dado momento:

Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

O processo de produzir e reproduzir a sua vida e, assim, criar a sua identidade pessoal e coletiva tem como centro o trabalho, ação tipicamente humana. Nesse sentido, a identidade humana é dada por uma diversidade de modos de se tornar humano. Em outros termos, a identidade é o que traz a singularidade de um grupo, em um determinado momento, ao produzir a vida (o modo de produção da vida), se relacionando com a universalidade da humanidade em seu conjunto.

O mundo humano ou cultural consiste no conjunto das produções materiais e simbólicas criadas pelo ser humano em decorrência do seu trabalho. Nesse caso, o ser humano se coloca naquilo que ele produz, isto é, ele se objetiva, coloca o seu ser no produto. Portanto, toda produção cultural traz a marca do humano, materializa o nosso modo de existir em um determinado momento, o que produzimos e como produzimos nossa vida (DELLA FONTE, 2018, p. 49).

A possibilidade de fazer essa análise pela arquitetura pomerana parte do suposto de que, como produtos do trabalho humano, essas construções trazem a marca identitária do viver do povo pomerano em determinados momentos em seus conflitos. Assim, a arquitetura da cidade expressa seus signos identitários, que podem ocultar conflitos soterrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o roteiro urbano dessa viagem formativa em Santa Maria de Jetibá, percebe-se que as edificações abordadas nesse breve trajeto, de alguma forma, refletem elaborações históricas inconsistentes, repletas de superficialidades nos signos culturais da

reprodução da vida, de reinvenções espetaculosas da memória (tradições inventadas)¹⁷ e de construções de identidades de “fachadas”. A arquitetura materializada, seja pela re-germanização ou pela re-pomeranização, são marcas dos diversos tempos presentes simultaneamente por toda a cidade.

Fotografia 9 - Antiga casa pomerana na propriedade rural da família Schmidt (Alto Santa Maria)



Foto: Swami C. Bérqamo, 2016

Igualmente, é importante perceber que nenhuma das leis de Santa Maria de Jetibá, aqui abordadas, contemplam os proprietários das casas tradicionais pomeranas com qualquer benefício, especialmente as localizadas no campo (Fotografia 9), onde prevalece a presença da classe trabalhadora rural que sobrevive por meio da agricultura familiar.¹⁸ Esse fato só fortalece a tese de que tal legislação seguiu um padrão adotado por cidades turísticas do sul do Brasil, calcado

¹⁷ “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza simbólica, visam estabelecer certos valores e comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado” (HOBBSAWN, 1997, p.9).

¹⁸ Compõe o campesinato, que seria “o conjunto daqueles que trabalham na terra e possuem seus meios de produção: ferramentas e a própria terra” (DORE, 1988, p. 76). Embora detentor dos meios de produção, dentro das relações classistas, possui um papel político e um modo de vida diferenciados nas relações sociais de produção (BOTTOMORE, 1988).

predominantemente na re-germanização (mais *teuta* e menos *pomer*) via a adoção do neo-enxaimel como expressão dessa dita valorização cultural, atendendo aos interesses econômicos da classe burguesa urbana, notadamente vinculada ao setor de serviços.

Desse modo, essa política privilegia a constituição mercadorizada de um padrão estético estereotipado na recriação de uma memória coletiva como “típica” da cultura germânica local, em detrimento da valorização e preservação de uma arquitetura original ou mais próxima da originalmente utilizada pelos pomeranos que chegaram na região da atual Santa Maria de Jetibá, que compartilharam formas solidárias de convivência para superar a penúria e constituir seu modo de vida. Portanto, em termos de legislação, essa é uma condição que ainda não foi observada e persiste até os dias atuais. A casa tradicional pomerana continua desprotegida, sem qualquer política pública específica que a reconheça como um patrimônio histórico e/ou que venha permitir a sua existência, com a devida integridade.

Sobre a identidade pomerana há muito ainda a ser discutido, problematizado e aprofundado. Certamente, após o término dessa viagem, muitas outras podem ser planejadas. Por hora, espera-se que esse estudo tenha proporcionado uma viagem plena, um processo educativo como a *Bildung*, omnilateral, histórico-crítico, não conformista e que continue provocando inquietações. Deseja-se que esse possa ser ferramenta de inspiração aos atores sociais e, em especial, da comunidade pomerana, inclusive para a formulação e implementação de políticas públicas, visando à emancipação crítica de cada sujeito histórico.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. Teoria da semicultura. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira; Bruno Pucci; Cláudia B. M. Abreu. **Educação e sociedade**, nº 56, Campinas, São Paulo: Papyrus, p.388-441, dez. 1996.

AHMAD, Aijaz. Problemas de classe e cultura. In: WOOD, Ellen M.; FOSTER, John B (Orgs.) **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

BÉRGAMO, Swami Cordeiro; DELLA FONTE, Sandra Soares. **Identidade pomerana: uma viagem formativa desvelando conflitos soterrados**. 1. ed. Vitória: Edifes, 2018. 102p.

BÉRGAMO, Swami Cordeiro. **Identidade Pomerana: uma viagem formativa desvelando conflitos soterrados**. Orientador: Sandra Soares Della Fonte. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BUSS, Lucilene. **Centro de informação da cultura e arte pomerana: a arquitetura na preservação da cultura de um povo**. 2018. 132 f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Vila Velha, ES. Universidade Vila Velha (UVV), Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

CAPIXABA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/capixaba/>. Acesso em: 20/05/2022.

CHISTÉ, Priscila de Souza; SGARBI, Antonio Donizetti. Cidade educativa: reflexões sobre a educação, a cidadania, a escola e a formação humana. **Revista Debates em Educação Científica e Tecnológica**, Vitória, v. 5, n. 4, p. 84-114, dez. 2015. Disponível em: <<http://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/viewFile/416/356>>. Acesso em: 18 de mar, 2017.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Portal Ypadê. **Pomeranos: características**. [s.l.], 2016a. Disponível em: <<http://portalypade.mma.gov.br/pomeranos-caracteristicas>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

CORONA, Bianca Aparecida. **Pomerisch Huss: a casa pomerana no Espírito Santo**. Vitória. ES: GM 2012. 158p.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio no Estado do Espírito Santo: algumas decisões teóricas. In: VENTORIM, Silvana; FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SANTOS, Wagner dos (Org.). **Escritas de formação docente: experiência do Programa de Formação de Professores de Pedagogos do Ensino Médio (PNEM) no Espírito Santo**. Curitiba: Appris, 2018. p. 47-53.

DELLA FONTE, Sandra Soares; LOUREIRO, Robson. **Educação escolar e o multiculturalismo intercultural: Crítica A Partir de Simone de Beauvoir Pro-Posições**, Campinas, v.22, n. 3, p.177-196, dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2016.

DORE, Elizabeth. **Campesinato**. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GISLON, Jacinta Milanez. **A invenção da cidade Germânica: Tradição memória e Identidade na arquitetura contemporânea de Forquilha SC**. (Dissertação de mestrado). Florianópolis, SC. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnólogo, 2013.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MANFRÉ, Ademir Henrique. **As novas tecnologias e os limites da formação: uma abordagem a partir da Teoria Crítica**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/92269>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

MARTINELLI FILHO, N.; CÔCO, D.; CHISTÉ, P. S.; DELLA FONTE, S. S. (Org.). **Educação na cidade: conceitos, reflexões e diálogos**. Vitória: Edifes, 2018, 354p.

MARX, Karl. **Teses contra Feuerbach**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. v. 1. p. 159-163. (Coleção os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do**

socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Prefeitura Municipal. **Mensagem nº 056/95**. Encaminha Projeto de Lei que concede isenção de IPTU para novas construções e reformas em estilo germânico. [S. l.], 24 nov. 1995b.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Prefeitura Municipal. **O Progresso em Revista: Administração Municipal 2005/2012**. Santa Maria de Jetibá: Quatro Irmãos, 2012. 32 p.

SANTA MARIA DE JETIBÁ. Prefeitura Municipal. **Santa Maria de Jetibá em Revista: Administração Municipal 93/96**. Santa Maria de Jetibá: COMTURP, 1995c. 23 p.

SCHMIDT, Adrielle. **A Comida na Cultura Pomerana: Simbolismo, Identidade e Sociabilidade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, 2015. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6327/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SUAREZ, Rosana. Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural). **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, p. 191-198, 2005.

TRESSMANN, Ismael. **Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do Estado do Espírito Santo**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

TRESSMANN, Ismael. **Dicionário Enciclopédico: Pomerano e Português**. Santa Maria de Jetibá: SEC, 2006.

THUM, Carmo. **Educação, História e Memória: silêncio e reinvenções pomeranas na Terra dos Tapes**, 2009. 374 p. Tese (doutorado) - curso de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

VASCONCELOS, S. O. T. de, CHISTÉ, P. S. Reflexões sobre cidade educativa, cidade educadora, município que educa e educação na cidade. In: MARTINELLI FILHO, N.; CÔCO, D.; CHISTÉ, P. S.; DELLA FONTE, S. S. (Org.). **Educação na cidade: conceitos, reflexões e diálogos**. Vitória: Edifes, 2018, p. 35-60.

VEIGA, Mauricio Biscaia. **A arquitetura neo- enxaimel em Santa Catarina: a tradição de uma invenção Estética.** 2013. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 2013.

WITTMANN, Angelina. Fachwerk, a técnica construtiva enxaimel. **Projetos**, São Paulo, ano 16, n. 187.02, Vitruvius, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/16.187/6131>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

WOOD, Ellen Meiksins. Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.118-127. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo262Art1.8.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

WOOD, Ellen M. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen M.; FOSTER, John B. (Orgs.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.



CAPÍTULO IV

CIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: DIÁLOGOS COM OS PROFESSORES



A CIDADE E AS LEITURAS NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA PROPOSTA DE PESQUISA

André Luiz Neves Jacintho
Letícia Queiroz de Carvalho

INTRODUÇÃO

A conclusão do curso de pós-graduação stricto sensu em Ensino de Humanidades, no IFES-Vitória, em 2018 não ensejou o fim do processo de formação docente pelo qual temos passado, pelo contrário, com o fim do curso, iniciou-se uma nova fase de desenvolvimento profissional e pessoal.

A publicação do produto educacional (critério para a conclusão do mestrado) pareceu-nos não alcançar, da maneira como esperávamos, os professores da educação básica. Essa constatação fez-nos refletir sobre a abrangência desses produtos e o alcance de tais produções. Pensando nisso, percebemos a importância de continuar propondo os encontros docentes e a reflexão acerca da formação continuada.

Nesse sentido, o mestrado e a linha de pesquisa formação de professores foram e ainda são fundamentais. Nele, pudemos explorar e discutir diversas obras e autores com outros profissionais, pensar maneiras interdisciplinares de trabalhar a história, a cidade e a literatura brasileira nos escritos de diversos autores.

Assim, durante o mestrado, traçamos como objeto da pesquisa, a partir da prática docente e em diálogos com outros professores de língua portuguesa e de outras disciplinas, a produção do material educativo que auxiliasse o trabalho com a literatura local e sua relação com a cidade. Esse trabalho foi publicado com o título: O barqueiro e o poeta.

Percebemos, durante a construção do material didático, que essa produção não seria útil apenas para o trabalho com a leitura literária em sala de aula, seria importante também na formação de professores. A partir dos diálogos que tínhamos, íamos formando e transformando a nossa práxis pedagógica; e isso de maneira interdisciplinar.

Foi a partir daí que percebemos a importância do diálogo entre o corpo docente, mediado pela leitura literária e por outra literatura, que chamaremos aqui de acadêmica¹, na formação continuada do professor. Essas três vozes equipolentes nos ajudam a compreender como literatura, cidade e escola são parte de um todo complexo e que se não mostra em sua essência, mas tão só, em sua aparência.

Por isso consideramos continuar com a pesquisa em outros níveis de formação docente, buscando levá-la a cabo em um futuro doutorado ou em encontros formativos com docentes da rede pública de ensino.

Assim, descrevemos a seguir o que pretendemos com a continuidade da pesquisa que começara no mestrado e que vai nos animando continuamente.

JUSTIFICATIVA PARA UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Quando professores se reúnem para ler, estudar, narrar experiências e planejar cria-se um ambiente de aprendizado, de formação, pois cada um aborda, a partir de suas leituras e seu discurso, uma série de conhecimentos que os outros, por vezes, não possuem. Nesses períodos, que muitas vezes são desvalorizados, há um enorme potencial de ensino e aprendizagem.

Assim, nos vimos diante da possibilidade de defender, mais uma vez, o encontro, palavra tão cheia de significados, principalmente no contexto de pandemia que vivemos desde 2020. A oportunidade de abordar a importância do encontro e da leitura literária anima este

¹ O que chamamos aqui de literatura acadêmica são as leituras teóricas acerca da cidade e da própria literatura, diferenciando-as assim daquilo que Candido (2004) tratou por literatura.

artigo, mas não o fazemos como quem defende uma tese, que parece-nos tão rígido, tão exata, tão racional, que lembramos do *Homem subterrâneo* de Dostoievski em seu *Memórias do subsolo*:

[...] a razão, meus senhores, é coisa boa, não há dúvida, mas razão é só razão e satisfaz apenas a capacidade racional do homem, enquanto o ato de querer constituir a manifestação de toda a vida, isto é, de toda a vida humana, com a razão e com todo o coçar-se. E, embora a nossa vida, nessa manifestação, resulte muitas vezes em algo bem ignóbil, é sempre a vida e não apenas a extração de uma raiz quadrada (DOSTOIEVSKI, 2009, p. 31).

E por isso “[...] estou adiando o momento de escrever. A perspectiva me assusta. Gostaria de estar inspirado” (DOSTOIEVSKI, 2009, p. 186) para fazer desse texto um sorriso, como disse Fernando Sabino, n’A última crônica. Mas entre as exigências da escrita acadêmica está a delimitação de um tema. A nosso ver, o tema seria a vida do professor que foi inundada pela presença da literatura e da cidade, mas a vida é coisa complicada, como disse o Riobaldo de Guimarães Rosa:

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre ainda no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito – por coragem (ROSA, 1994, p. 448).

É essa coragem que vai nos ajudando a escrever. Coragem que só vem por que a literatura um dia entrou em nossas vidas. E é a partir dela que vamos tecendo memórias e narrativas. Sem ela o que fica, o que sobra? Sobra a existência, ou melhor, uma subsistência, pois foi com e na literatura que nossas experiências foram se desvelando a nós mesmos.

Foi lendo e escrevendo que conseguimos dar forma às experiências que marcaram a nossa existência. Estar nesse momento diante de um computador tecendo escritos sobre a importância da literatura e da cidade na vida parece-nos com a experiência do caminhante mineiro diante da “máquina do mundo” (DRUMMOND, 2013, p. 177):

E como eu palmilhasse vagamente
 uma estrada de Minas, pedregosa,
 e no fecho da tarde um sino rouco
 se misturasse ao som de meus sapatos
 que era pausado e seco; e aves pairassem
 no céu de chumbo, e suas formas pretas
 lentamente se fossem diluindo
 na escuridão maior, vinda dos montes
 e de meu próprio ser desenganado,
 a máquina do mundo se entreabriu
 para quem de a romper já se esquivava
 e só de o ter pensado se carpia.
 Abriu-se majestosa e circumspecta,
 sem emitir um som que fosse impuro
 nem um clarão maior que o tolerável

Dela queremos nos esquivar, mas, ao mesmo tempo, a olhamos de soslaio, pois temos muito o que descobrir e talvez a Universidade ainda seja o melhor lugar para a pesquisa, pois é um dos lugares onde a literatura ainda é valorizada como fonte de conhecimento.

Desse modo, entendemos que falar e ouvir sobre cidade e literatura na formação dos professores é necessário pois coloca os indivíduos em encontro e este se dá em um terreno determinado, uma vez que “[...] o intercâmbio verbal só é possível nesse terreno determinado” (VOLÓCHINOV, 2018, p.145). Esse encontro de dois sujeitos mediado pela literatura, é o encontro de singularidades e é necessário, pois, como afirma Ponzio (2010, p. 40), “[...] eles são dois centros de valor, o do eu e o do outro, [...] por isso que interessa o ponto de vista temporal e axiológico. É necessário que não ocorra entre eles a representação da relação sujeito-objeto com o consequente abuso do sujeito que reduz o outro a objeto”.

A pergunta que tentaremos responder com essa pesquisa é: **Como a cidade, a literatura e a literatura acadêmica transformam a práxis pedagógica?**

Essa pergunta surgiu após a leitura do livro *As últimas testemunhas*, de Svetlana Aleksievitch. Nele a autora reproduz os depoimentos de pessoas que foram testemunhas da Segunda Guerra Mundial. Esses testemunhos são carregados de emoções. Essas lembranças contadas por homens e mulheres, que eram crianças à época da II Guerra Mundial, surgem para nos lembrar que o passado e

o vivido estão presentes em todos os cantos de nossa vida. Por que seria diferente com a cidade e a literatura?

No primeiro relato que a autora transcreve, uma menina de seis anos, narra a partida do pai para a guerra:

O sol batia no meu rosto. Tão quente... Mesmo agora não consigo acreditar que naquela manhã meu pai foi para a guerra. Na época eu era bem pequena, mas acho que tinha consciência de que eu o estava vendo pela última vez. Nunca mais me encontraria com ele. Eu era muito... muito pequena...

Foi assim que ficou associado na minha memória – guerra é quando o meu pai não está... (ALEKSIÉVITCH, 2018, p. 14)

Assim como a partida do pai criou uma associação em sua memória, cremos que as experiências na cidade e com a literatura também criam imagens que não se dissipam com o tempo. Podem até se modificar, ganhar outros relevos, mas elas permanecem lá. O poeta e tradutor Marco Lucchesi, por exemplo, narra a história de seu pai, que mesmo afetado pelos efeitos devastadores do *Alzheimer*, declamava de cabeça passagens d'*A divina comédia*, de Dante Alighieri. Esta, segundo Lucchesi (2021), era uma das poucas formas de comunicação com o pai diante do profundo quadro da doença.

Um dos trechos de *On the Road*, de Jack Kerouac, teve e ainda tem um grande efeito em nossa história. Nele o personagem encontra-se no meio da estrada, perdido, mas a sensação é de liberdade, liberdade essa que nunca tivemos coragem de experimentar, mas que por meio da literatura é possível compreender, ou pelo menos chegar mais próximo de uma compreensão.

Acordei com o sol rubro do fim de tarde; foi um dos momentos mais impressionantes de minha vida, o mais bizarro, pois simplesmente já não sabia mais quem era — estava a milhares de quilômetros de minha casa, temeroso e desgastado pela viagem, num quarto de hotel barato nunca antes avistado, ouvindo o silvo das locomotivas e o ranger das velhas madeiras do hotel, e passos anônimos que ressoavam no andar de cima, e todos aqueles sons melancólicos, e por quinze misteriosos segundos realmente já não sabia quem era. Não me apavorei; simplesmente eu me sentia como se fosse outra pessoa, um estranho a mim mesmo, e toda a minha existência fora apenas uma vida mal-assombrada, a vida vazia de um fantasma. Eu estava no coração da América, meio caminho andado entre o leste da minha mocidade e o oeste de meus sonhos futuristas, e é

provável que tenha sido exatamente por isso que tudo se passou assim, naquele entardecer dourado e insólito (KEROUAC, 2006, p. 20).

Essa experiência de Sal Paradise marcou-nos profundamente. Pois foi a partir dela que as experiências nas cidades por onde passamos e as leituras que fizemos se aproximaram da ideia de viagem. Roger Chartier (1999, p. 91), acerca dessas experiências afirma:

As experiências individuais são sempre inscritas no interior de modelos e de normas compartilhadas. Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular. Mas esta singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz com que este leitor seja [de algum modo] semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade.

Assim acreditamos que os sujeitos que se identificam como docentes têm tido experiências parecidas em seus momentos de leitura e reflexão, por isso defendemos que as vivências com as leituras afetam profundamente a práxis docente.

A partir dessas experiências, podemos promover diálogos e propor narrativas com a intenção de que os docentes possam, como propõem Morais, Bragança e Prado (2021, p. 14):

[...] refletir acerca dos diferentes acontecimentos que se processaram em sua existência, o que vem na memória são aqueles acontecimentos que mais produziram um significado e implicação em si, como marcas deixadas que vão o acompanhando em momentos que passam a praticar a reflexividade em função do que está envolvido na dinâmica de pensar o vivido/praticado/experenciado.

Esse diálogo, que é inescapável, na perspectiva bakhtiniana, promove “[...] o excedente de minha visão, com relação ao outro, instaura uma esfera particular da minha atividade, isto é, um conjunto de atos internos ou externos que só eu posso pré-formar a respeito desse outro e que o completam justamente onde ele não pode completar-se (BAKHTIN, 2011, p. 23) ”.

Esse excedente de visão permite refletir e refratar sobre como a docência tornou-se nossa profissão e a de outros que compartilham conosco as experiências cidadinas e as leituras literárias.

Assim, entendemos que a produção de narrativas de professores sobre a vida na cidade e as leituras de literatura que influenciaram e continuam influenciando na docência podem ser materiais de grande

importância na formação, não só do docente que as produz como daqueles que têm contato com elas.

Apesar da delimitação de um gênero textual, esse mesmo gênero não pretende ser uma fortaleza, uma prisão, como o Forte de Dino Buzzati (2018). Aquele Forte, que pode ser alegoria para a vida, é segundo Candido (2010, p. 149) “[...] um modo de ser e de viver, que prende os que têm a natureza idealista e ansiosa de Drogo [protagonista do romance]; os que traduzem a própria situação como longa espera do momento glorioso e único onde tudo se justifica e o tempo é redimido”. A produção de narrativas não tem, para nós, esse fim glorioso que justifica todo o sofrimento. Ela faz parte

[...] de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir. Tal pensamento, enquanto ato, forma um todo integral: tanto o seu conteúdo-sentido quanto o fato de sua presença em minha consciência real de um ser humano singular, precisamente determinado e em condições determinadas – ou seja, toda a historicidade concreta de sua realização (BAKHTIN, 2010, p. 40).

Por isso essa produção de narrativas pode ser viagem que “não começa quando se percorrem distâncias, mas quando se atravessam as nossas fronteiras interiores” (COUTO, 2006, p. 65). Esperamos que ela seja mais que palavras escritas, pois estas não enchem apenas folhas, preenchem o proprietário de cada coisa descrita (COUTO, 2006, p.160).

A leitura das narrativas produzidas pelos docentes quando realizada a partir dos fundamentos do *círculo hermenêutico da narratividade e temporalidade*, de Paul Ricoeur (2010) pode nos legar um vasto material de pesquisa. A partir dos escritos do filósofo francês podemos situar as experiências de leitura no universo simbólico-existencial que faz parte da formação (entendida aqui como movimento inacabado) dos docentes.

Assim quando nos propomos a falar e ouvir as experiências docentes com a cidade e a leitura literária, chorar-rir com elas, como o Vô Vicêncio de Ponciá; deixa-las invadir-nos como o “cheiro de café fresco e broa de fubá, feitos pela mãe” de Ponciá (2018, p. 47), personagem que dá nome ao romance de Conceição Evaristo; compartilhar o quanto a cidade e a leitura literária foi determinante,

ou não, na opção pela carreira docente; queremos lê-las como o jovem Cem queria escutar as histórias do mestre cavador de poços Mahmut, ou rever a encantadora mulher ruiva que dá nome ao romance de Orhan Pamuk; escrevê-las também, na perspectiva da Metodologia Narrativa de Pesquisa em Educação (PRADO; SERODIO; PROENÇA; RODRIGUES, 2015); e compreender (na leitura das narrativas) como se constituíram as aprendizagens e os afetos, na perspectiva aristotélica, na formação docente a partir dessas leituras.

A leitura dessas narrativas assume uma postura “interessada”, não imparcial. Reconhecer-nos enquanto leitores e conhecer quem são os profissionais que estão ao nosso redor nos interessa, saber de onde nós e eles falamos é importante. Podemos resgatar dessa troca, através de narrativas, orais e escritas, as relações que os docentes tiveram ou têm com a leitura de literatura. Os escritos produzidos por nós documentam a prática docente. Tomando as produções como atos de responsabilidade dos sujeitos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A defesa dessa produção e compartilhamento de narrativas docentes considera o projeto que Bakhtin delineou nos anos 1920, como “filosofia do ato”. Pois busca-se nesse compartilhamento a irrepetibilidade da palavra, sua singularidade, sua interpretação. Procuramos a “[...] alteridade como relação de diferença não-indiferente” (PONZIO, 2010, p. 32).

A produção e a leitura de narrativas docentes procuram despertar em nós o entusiasmo do Marco Polo de Calvino, em *Cidades invisíveis*. Não esperamos encontrar respostas prontas nessas narrativas, até por que o encontro com elas se dá como o encontro com a cidade de Irene. O encontro com uma cidade que para “[...] quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma cidade é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar” (CALVINO, 2004, p. 115). Assim, quando essas narrativas são compartilhadas deve-se olhar para elas com o olhar de estrangeiro e que nossos companheiros de viagem também se espantem com o caminho.

Como cada sujeito ocupa um lugar singular, irrepetível, impenetrável, sua produção centra-se no encontro desses sujeitos. Encontrar o sujeito como quem “[...] encontra uma estrela”

(COUTO,2006, p.11). O encontro não homogêneo, não pacificador, mas o encontro do não-lugar, o encontro de alteridades que falam longe do lugar comum, fora da responsabilidade da verdade, da certeza. Quando esses encontros acontecem devem supor a não posse da verdade. Nem o escritor, tampouco o leitor a possuem. Exatamente o contrário. Pois se alguém possui a verdade, se coloca em um lugar irretocável, inatingível, o lugar de deus. Não se deve buscar o discurso ordinário, o lugar comum, o padrão; busca-se o original, não no sentido de inédito, mas como único, dissidente.

Estamos diante então de um tempo único, mas “[...] a sombra do futuro, a sobra do passado, assombra a paisagem” (LENINE, 2008), seus atores, seus anseios e desejos. Trata-se de um encontro sem álibis, sem máscaras, por se tratar de um não-lugar. Não é um encontro interesseiro, mas interessado. Interessado no outro, na alteridade, na voz do outro. Um encontro onde não há abrigo para a palavra viva, por isso um encontro sem álibi, por isso um encontro onde não se pôde apreender o outro, mas relacionar-se com ele, com seu próprio existir em relação ao eu-outro. Encontro como o que Pin esperava, com “[...] um amigo, um verdadeiro amigo, que compreenda e que ele possa compreender, e então para ele, só para ele, Pin mostrará o lugar das tocas das aranhas” (CALVINO, 2004, p. 49).

Por isso, não falamos em lugar do outro, falar-se-á do lugar único. Pois, como afirma Ponzio (2010, p. 33) “[...] o eu de cada um, como eu não teórico, é o existir em maneira não-substituível e não intercambiável em relação ao outro”.

Então como será possível a palavra do outro? Por meio da dialogicidade, por meio do encontro. A palavra alude sempre à palavra do outro, mesmo que contra a sua vontade. Por isso, ela nos é importante, essencial. Ela só se dá no encontro. “É o encontro que faz existir a palavra como uma outra palavra” (PONZIO, 2010, p. 39). Nosso amigo não é como Belonísia, no início de *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, que precisa de Bibiana para falar por ela. Ele tem sua própria língua e suas próprias vivências.

Isso não significa a liberdade de palavra, pois como nos alerta Ponzio (2010), essa escuta não implica aceitação, concordância com a palavra “do outro”, pois ninguém é “dono da palavra”. Essa escuta ativa aponta a nossa não indiferença, ou seja, o outro é essencial em sua singularidade, que conflita com as demais por ser irrepetível. É nesse sentido que propomos o encontro, a fim de perceber o que é singular em cada encontro com a palavra do outro e do eu-outro.

Quando esses encontros são possíveis é preciso, no entanto, para que haja rigor em seus registros certos “procedimentos” que, por sua vez, possuem caráter provisório, pois, a qualquer tempo, “uma pedra no meio do caminho” pode se tornar um “acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas”, como diria Drummond (2013).

Os registros desses encontros, para atender as formalidades das pesquisas em Ciências Humanas, precisam contar com alguns roteiros, como por exemplo: a apresentação do gênero narrativa docente, seus objetivos, sua metodologia e a opção de aceitar o desafio da escrita. Em seguida, com aqueles que decidem pela participação, a proposição da narração de suas experiências com a leitura de literatura antes de se tornarem docentes, essas primeiras aproximações podem ser semiestruturadas. Essas respostas podem ser dadas de maneira oral ou escrita.

Após esses primeiros momentos de reflexão sobre a formação leitora e a vida na cidade, o professor pode ser instado a produzir narrativas na tentativa de lembrar-se de seus primeiros contatos com a leitura de literatura e suas primeiras impressões sobre a cidade. Reforçando a ideia de que “[...] lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa. O verbo ‘lembrar-se’ faz par com o substantivo ‘lembrança’. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é ‘exercitada”. (RICOEUR, 2007, p.71).

Essa lembrança não cobra exatidão, pois tal qual Ariel o sujeito tem o direito de não ter “[...] certeza de mais nada. Nem mesmo, por mais absurdo que isso possa parecer, do [...] próprio nome” (DUARTE, 2004, p.18). Lembramos também a advertência de Nietzsche (2008, p. 61) sobre a boa memória: “Alguns não se tornam pensadores porque sua memória é boa demais”.

A escrita dessas memórias pode gerar, como afirma Moraes, Bragança e Prado (2021, p.11) a compreensão do sujeito “[...] acerca de si mesmo (subjetividade), articulando-se com suas compreensões acerca do que está fazendo (experiência) e o que vem construindo desse processo dialógico (construção de conhecimentos), e que pode ressignificar o seu saber, fazer e pensar (aprendizagem)”. Essa reflexão/refração sobre quais leituras foram importantes na formação docente de cada um permite-nos apontar mudanças sociais e culturais que a literatura promove. Essas mudanças ocorrem, pois segundo Barthes (1977, p. 18-19):

A literatura assume muitos saberes. Num romance como *Robinson Crusoé*, há um saber histórico, geográfico, social (colonial), técnico, botânico, antropológico (*Robinson* passa da natureza à cultura). Se, por não sei que excesso de socialismo ou barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que deveria ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário. [...] a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por um lado, ela permite designar saberes possíveis – insuspeitos, irrealizados: a literatura trabalha nos interstícios da ciência: está sempre atrasada ou adiantada com relação a esta [...]. A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa. Por outro lado, o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro; a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens.

É justamente esse “muito sobre os homens” que nos interessa. A produção desses textos pode ser de grande importância, se pensarmos na perspectiva dialética de Bakhtin, Amorim (2002, p. 8) afirma que:

O texto interessa-me como lugar de produção e de circulação de conhecimentos, porque penso que a escrita de pesquisa não se reduz a uma simples transcrição de conhecimentos produzidos em situação de campo. Pode-se desse modo interrogar o texto em relação a várias questões, das quais uma, em particular, parece-me importante: a alteridade ou, dito de outra maneira, a relação entre o pesquisador e seu outro, ou melhor, seus outros.

A leitura dos textos produzidos pelos professores, entre outras formas de abordagem, pode ser realizada na perspectiva da Metodologia Narrativa de Pesquisa em Educação (PRADO; SERODIO; PROENÇA; RODRIGUES, 2015). Nessa perspectiva, as produções dos textos escritos são consideradas como dados de pesquisa, pois as produções docentes são relevantes para a construção do conhecimento sobre a sua própria atividade, formação e também para a produção de conhecimentos sobre o ensino e a aprendizagem. Essas “Narrativas Pedagógicas” carregam em si parte das experiências, das vivências, da reflexão, da atuação desses profissionais envolvidos no ato educacional. Para nós, importa a “presença” dos sujeitos no texto, não a superficialidade, mas, ao contrário, a “profundidade do conhecimento”; interessam-

nos os aspectos “quase biológicos das individualidades” (BAKHTIN, 2010, p. 266). Por isso pensamos que na metodologia narrativa de pesquisa, pois esta “parte das relações reais para produzir a concretude de seus enunciados” (SERODIO, PRADO, 2015, p. 100).

Em conjunto com a Metodologia Narrativa, esses encontros podem ser transcritos em notas de campo, conforme as propostas por Bogdan e Biklen (1994, p. 150-172) que, mais tarde, poderão ser textualizadas, buscando “[...] dar forma e conteúdo ao acontecimento vivido no campo da pesquisa” e “[...] criar zonas provisoriamente estáveis de pensamento sobre uma dada realidade” (SOUZA; ALBUQUERQUE 2012, p. 116). Nosso intento, porém, não é fazer dessas anotações um tesouro, um troféu como o fez o cientista Augustine com seus escritos, no romance *O céu da meia-noite*, de Lily Brooks-Dalton. Esse personagem, ao nosso ver, encarna a figura do acadêmico solitário e preocupado com suas descobertas sobre o espaço. Porém, quando se vê diante de um evento catastrófico mundial, passa a não ter com quem compartilhar tudo aquilo que descobriu. Com esses escritos queremos propor mais encontros.

Outro recurso que pode ser utilizado durante o processo de produção dessas narrativas são as entrevistas semiestruturadas com os docentes a fim de ouvir suas vozes. Essas entrevistas podem ter, conforme Lüdke e André, (1986, p. 33) “[...] caráter de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”, podendo também haver conflitos e discordâncias e “abalo de nossas certezas” (SOUZA; ALBUQUERQUE 2012, p. 110). Esse movimento dialógico não pode ser previsto, engessado, segundo Bakhtin (2010, p. 378): “O sujeito da compreensão não pode excluir a possibilidade de mudança e até de renúncia aos seus pontos de vista e posições já prontos. No ato de compreensão desenvolve-se uma luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento”.

Interessam-nos as vozes por se tratar de uma pesquisa na perspectiva bakhtiniana, pois quando se pretende construir um texto polifônico em que as vozes de nossos pares sejam ouvidas, sua subjetividade não pode ser relevada. Entendemos que, quando se trata de pesquisa com sujeitos, o objeto nunca é fechado, nunca está acabado, não há uma verdade inequívoca, há sempre, como afirma Amorim (2002, p. 11), “[...] uma espessura e uma instabilidade que se devem levar em conta e que remetem à própria espessura e

instabilidade do objeto e do saber que estão se tecendo no texto”. Nosso objeto, por ser vivo, “não para nunca de se mexer, a cada vez que dele se fala, assim como um caleidoscópio” (2002, p. 11.).

REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, S. **As últimas testemunhas: crianças na Segunda Guerra Mundial**. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AMORIM, Marília. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Organizado por Augusto Ponzio e Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGE/UFSCar. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BROOKS-DALTON, Lily. **O céu da meia-noite**. Trad. Ana Guadalupe. São Paulo: Morro Branco, 2021.

BUZZATI, Dino. **O deserto dos Tártaros**. Trad.: Aurora Forfoni Bernardini, Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

CALVINO, Italo. **As cidade invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CALVINO, Italo. **A trilha dos ninhos de aranha**. Trad.: Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 2004.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2010.

CHARTIER R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad.: R. de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

COUTO, Mia. **O outro pé da sereia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo**. 6a ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

DUARTE, Samuel. **As montanhas da lua**. Vitória: Edição do autor, 2004.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

KEROUAC, Jack. **On the Road. (Pé na Estrada)**. Tradução de Eduardo Bueno. Porto Alegre: L&PM, 2006.

LENINE. **É o que interessa**. Rio de Janeiro: Casa 9: 2008. CD (3:59).

LUCCHESI, Marco. **Nove cartas sobre A Divina Comédia**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. - **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MORAIS, J., BRAGANÇA, I., PRADO, G. Conhecimentos, experiências e afetos em narrativas (auto)biográficas compartilhadas em uma pesquisa formação. **Revista Cocar**, Belém, v. 15, n. 32, p. 1-20, 2021.

NIETZSCHE, Friedrich. **I Vol. 2**. Trad.: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PAMUK, Orhan. **A mulher ruiva**. Trad. Luciano Vieira Machado. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PONZIO, Augusto. **Procurando uma palavra outra**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; SERODIO, Liana Arrais; PROENÇA, Heloisa Helena D. M.; RODRIGUES, Nara Caetano. Metodologia narrativa de pesquisa em educação: uma perspectiva bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**.vol.1. Tradução Claudia Berliner. Revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SANTOS, Joaquim Ferreira. **As cem melhores crônicas brasileiras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SOUZA, S. J. ALBUQUERQUE, E. D. P. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura Bakhtiniana. **Bakhtiniana**, São Paulo, 7 (2): 109-122, Jul./Dez. 2012.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

VOLOCHÍNOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.



CAPÍTULO V

A ARTE DESVELA A CIDADE: PROSA POÉTICA, CINEMA E MÚSICA



Tem criança na cidade

Priscila de Souza Chisté

Em algum lugar da cidade vive uma criança de pé no chão que brinca na frente de casa com brinquedos que achou perdidos por aí. Faltam peças, mas ela não se importa. Sua imaginação é grande e quando ela brinca, completa o espaço que falta.

Sua escola é perto de casa, na esquina da rua. Ela gosta de estudar porque a professora diz que para arrumar emprego é preciso fazer dever de casa. A escola tem cheiro do perfume da professora, misturado com cheiro de merenda e de lápis de cera. A merenda da escola é boa. Pode até repetir. Diferente da comida de casa que é pouca e, às vezes, como diz sua mãe, “é farofa de nada”.



Fonte: acervo da autora.

Voltar para casa depois da escola é triste e, ao mesmo tempo, feliz. É legal reencontrar irmãos, primos, tios e mãe. Mas é triste ver a casa apertada, o colchão rasgado, o sofá velho, a geladeira com a porta aberta e com cheiro ruim. O guarda-roupa já era e as roupas se perdem no alvoroço.

Às vezes a casa é fria e mofada, às vezes é quente e abafada. Tem dias que a criança respira o frio e o mofo das paredes descascadas. Em outros, luta contra o ar quente que ocupa tudo e se recusa a sair.

A casa de cheiro triste muda sempre de lugar. A mãe diz que o aluguel é caro e que “ser moça da limpeza, na casa do povo de bem, não dá para pagar por uma casa melhor”. E assim, a casa fica cada vez mais longe. Longe das casas dos amigos e dos cheiros doces da vizinha boleira.



Fonte: acervo da autora.

A criança vive a liberdade da rua. Andar é o mesmo que ficar alegre. Correr para comprar pão na mercearia. Correr para fazer favor para a vizinha. Correr para dar recado. Correr e fazer a poeira levantar. Vento na cara e cheiro de aventura.



Fonte: acervo da autora.

Em outro lugar da cidade vive uma criança cercada de muros. Sua casa é alta. Tem um quarto só para colocar os brinquedos. Cheiro de brinquedo novo saindo da caixa, mas ela não se importa. De tanto brinquedo, nem dá vontade de brincar. Fica enjoada só de olhar.



Fonte: acervo da autora.

Ela tem aula de tudo: de nadar, de falar inglês, de jogar futebol e aula de escola. A escola é longe e de tão alta fica grande como a casa. As paredes são limpas, o banheiro tem cheiro de sabonete que ela usa para brincar de lavar a mão.

A cantina da escola é para comprar coisa gostosa do jeito que quiser. É só escolher. Tem cheiro de bala, chiclete e misto quente. Tem até excursão na escola para conhecer as coisas de perto. Ver nos museus é bem melhor do que olhar as imagens que a professora lhe mostra.



Fonte: acervo da autora.

Voltar para casa é legal, mas tem cheiro de ausência. Assistir TV, jogar vídeo game. A mãe e o pai pouco veem a criança. Eles trabalham demais. Correm o tempo todo. Afinal, é necessário dar um duro danado para arcar com todas as despesas. Acabam nem conversando entre si, só com os celulares falantes. Mas a criança encontra o sorriso de quem

mora longe da cidade e vem todos os dias trabalhar na sua casa. A moça que mora longe tem cheiro bom, cheiro de carinho.

A criança da casa alta e da escola alta queria um irmão e outros amigos imaginários. Queria ficar de papo para o ar, só olhando para o céu... quem sabe de luneta. Mas não dá, porque para ser importante, diz a mãe, é preciso aprender um monte de coisas desde cedo. Às vezes, a criança até pensa que a cabeça não vai caber tanta coisa. E se preocupa com a vida.



Fonte: acervo da autora

Andar pela rua fora do condomínio é quase impossível. Bate um medo porque a mãe sempre fala que rua é lugar do perigo, bala perdida, assalto e até sequestro. Os medos moram na rua. Paralisam a possibilidade de liberdade. Melhor ela ficar parada fazendo dever de casa. Tem dever que não acaba mais.

Ainda bem que do outro lado da pilha de livros está o sorriso da moça que mora longe, mas que tem cheiro de chocolate quente e mão quentinha para abraçar.

A criança de pé no chão e a criança cercada de muros ocupam dois lugares distantes entre si. Cada uma olha a cidade do seu jeito, mas a cidade também olha para elas e tenta impor um jeito de morar, brincar, estudar, andar, olhar e sentir. É porque as coisas também veem a gente. A escola olha a gente, a rua olha a gente... Será que veem como somos por dentro? São espelhos mágicos. São cidades espelhos. Refletindo a superfície e ocultando a possibilidade de mergulhos profundos. Mergulhos na cidade. Mergulhos com olhos de criança.

A IMAGEM DA PERIFERIA NOS FILMES *CIDADE DE DEUS E BANLIEUSARDS*

Érika Sabino de Macêdo

INTRODUÇÃO

O filósofo Mikhail Bakhtin, ao estudar o processo de criação e comunicação verbal, aborda a questão dos gêneros do discurso e afirma que qualquer atividade humana envolve uma diversidade importante de formas de utilização da língua:

Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...] cada esfera da utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Para o teórico, os gêneros do discurso são tipos de enunciados que apresentam uma relativa estabilidade do ponto de vista temático, composicional e estilístico. Em outras palavras, poderíamos dizer que essa estabilidade provisória deve ser analisada de acordo com o conteúdo do enunciado (temática), com os recursos escolhidos dentro da linguagem específica (estilo) e como foram utilizados esses recursos (construção composicional). Além disso, Bakhtin (2000) diferencia os gêneros em dois tipos: os primários que estão relacionados com a vida

cotidiana: um e-mail, uma mensagem nas redes sociais, uma ligação telefônica etc. E o secundário:

Os gêneros secundários pertencem à esfera da comunicação cultural mais elaborada, a jornalística, a jurídica, a religiosa, a política, a filosófica, a artística, a científica [...]. Os gêneros secundários absorvem e digerem os primários, transformando-os (FIORIN, 2019, p.77).

Para o filósofo, os dois tipos de gênero são interdependentes, pois um interfere no outro. Podemos encontrar um romance que usa a estrutura composicional de uma carta. Ou ainda, no exemplo apresentado por Fiorin (2019), no qual Nicolas Berr elabora um texto poético mantendo a estrutura composicional e o estilo do gênero receita, mas muda a temática. Ao invés de falar o passo a passo para a elaboração de um prato (gênero primário), o autor apresenta um texto poético (gênero secundário) de como fazer uma poesia.

O movimento oposto também ocorre, pois encontramos em uma conversa entre amigos (gênero primário) um debate que se aproxima de gêneros secundários como a poesia ou uma dissertação. Dessa forma, podemos entender que, de acordo com o filósofo russo, os gêneros não são estanques, se comunicam, se transformam e se relacionam com o contexto histórico no qual estão inseridos: “A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros do outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 282).

Essa introdução teórica é importante para apresentar a proposta dessa investigação: analisar os filmes *Cidade de Deus* (2002), dos diretores Fernando Meirelles e Kátia Lund, e a produção francesa *Banlieusards* (2019) dirigido pelo rapper Kerry James e Leila Sy. Os dois discursos artísticos integram o gênero cinematográfico, ambos trabalham com recursos expressivos (*estilo*) semelhantes encontrados dentro da linguagem fílmica e possuem o mesmo conteúdo do enunciado (*temática*), a periferia nos grandes centros urbanos. O objetivo dessa investigação é analisar a construção composicional dos filmes ao representarem a periferia. Bakhtin (2000) aponta que a compreensão da formação dos gêneros é importante para o entendimento do enunciado. Sendo assim, antes de avançarmos na análise proposta, iremos abordar um breve histórico do surgimento do cinema e do processo de formação de sua linguagem.

O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO GÊNERO CINEMATOGRAFICO

A descoberta da fotografia e do cinema no século XIX, mudou a forma de nos relacionarmos com as imagens. Inicialmente, o seu caráter técnico e sua objetividade favoreciam um entendimento equivocado dessas produções fotográficas e cinematográficas, conferindo às fotografias e aos filmes, um poder de credibilidade inexistente na pintura, na gravura ou na escultura. Desde o seu surgimento, o cinema sempre provocou nos teóricos da linguagem e da estética um interesse em sistematizar uma possível *gramática do cinema*. Di Camargo (2020) aponta esse aspecto ao analisar em sua obra os vários autores e as diferentes ideias que giravam em torno dessa instigante linguagem:

Para isso eles levaram em consideração parâmetros que podem ser muito similares aos das gramáticas convencionais da linguagem verbal. Dessa forma, surgiu grande questionamento acerca da maneira de se compreender, ler e interpretar as imagens e suas significações como texto e essas pesquisas tiveram grande relevância para os estudos que vieram *a posteriori* acerca do cinema (DI CAMARGO, 2020, p. 29).

O autor aponta que o processo de busca por uma linguagem específica para o cinema tinha o intuito de postular e explicitar os elementos singulares do cinema e suas diferentes construções composicionais para gerar efeitos de sentido diversos no espectador. Esses estudos iniciais ajudaram a entender que a sétima arte não poderia ser comparada ou analisada a partir de parâmetros literários ou cênicos, visto que ela é constituída “[...] como um sistema de significação com formas específicas de funcionamento, o que a torna muito diferente de outras linguagens como a verbal, a sonora, a visual e outras formas de expressão artística (DI CAMARGO, 2020, p. 35). Mas, sabemos que os primeiros filmes eram muito próximos da linguagem cênica.

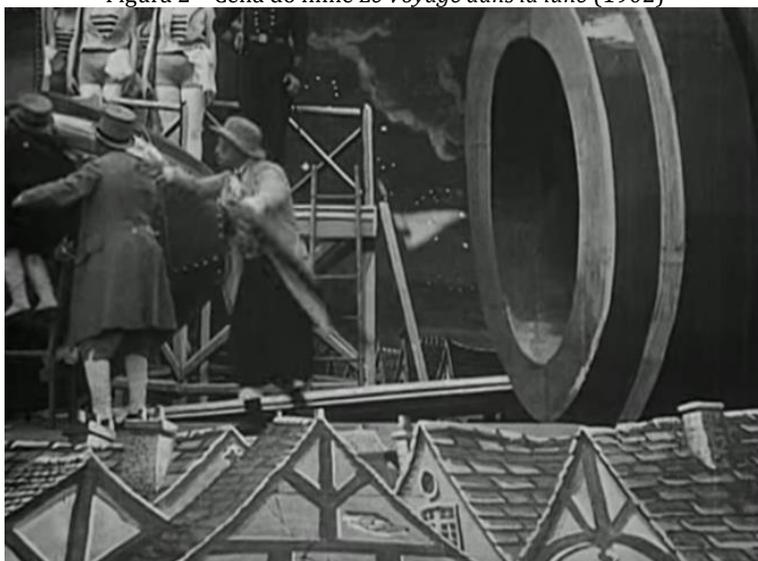
O cinematógrafo, descoberta científica promovida pelos irmãos Lumière em 1895, possibilitou o registro da realidade. Porém, foi George Méliès que utilizou essa descoberta de uma forma criativa e inovadora: jornadas fantásticas, efeitos de ilusão e uma narrativa contada de uma forma diferente da literatura, mas ainda semelhante ao teatro. No filme *Le Voyage dans la lune* (1902), Méliès apresenta uma produção semelhante a uma encenação teatral filmada.

Figura 1 – Cena do filme *Le Voyage dans la lune* (1902)



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZNAHcMMOHE8>.

Figura 2 – Cena do filme *Le Voyage dans la lune* (1902)



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZNAHcMMOHE8>.

Podemos notar, nas figuras 1 e 2, a presença de cenários semelhantes aos recursos cênicos utilizados no teatro como os telhados das casas, as colunas gregas, as escadas e as janelas. Mas, o desenvolvimento desse gênero permitiu que o cinema fosse se

diferenciando do teatro e de outras linguagens: “[...] o cinema é uma arte, uma arte que conquistou seus meios de expressão específicos e libertou-se plenamente da influência de outras artes (em particular o teatro) para fazer desabrochar suas possibilidades próprias com toda autonomia” (MARTIN, 2003, p.15).

Ao tratar desse aspecto, ou seja, o elemento que distingue o gênero fílmico dos outros gêneros artísticos, Martin (2003) afirma:

Mas o que distingue o cinema de todos os outros meios de expressão culturais é o poder excepcional que vem do fato de sua linguagem funcionar a partir da reprodução fotográfica da realidade. Com ele, de fato, são os seres e as próprias coisas que aparecem e falam, dirigem-se aos sentidos e a imaginação: à primeira vista, parece que toda representação (significante) coincide de maneira exata e unívoca com a informação conceitual que veicula (significado). Na realidade, a representação é sempre mediatizada pelo tratamento fílmico (MARTIN, 2003, p. 18).

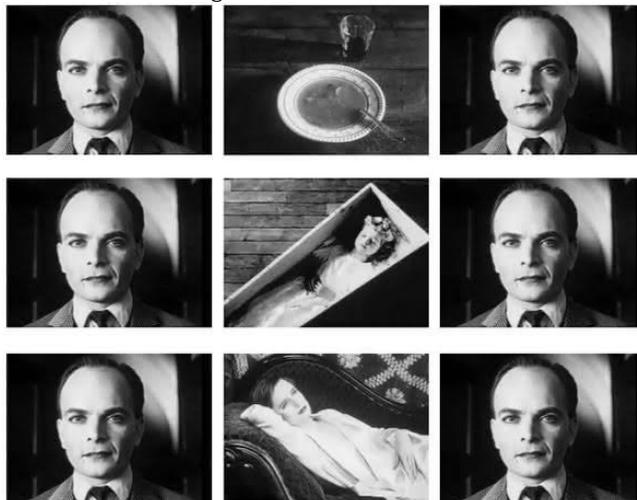
O teórico aponta em seu texto que, ao contrário do que se pensava inicialmente, a linguagem do gênero cinematográfico, apesar da presença de uma objetividade técnica em representar a realidade, possui recursos expressivos (*estilo*) específicos do gênero fílmico, que permitem aos criadores retirarem fragmentos *dos seres e das coisas* pertencentes ao mundo real e lhe atribuírem um novo significado. Nesse sentido, Martin (2003) aproxima o gênero cinematográfico da poesia: “Tal constatação faz aproximar a linguagem fílmica da linguagem poética, onde as palavras da linguagem prosaica se enriquecem de múltiplas significações potenciais” (MARTIN, 2003, p. 19). Essa afirmação se relaciona também com as ideias apontadas anteriormente por Bakhtin (2000) no que se refere à estreita relação entre gênero primário e secundário, ou seja, a esfera da vida alimenta a arte e a arte atribui novos significados aos elementos presentes na vida.

Além desse aspecto poético no registro das imagens, o gênero cinematográfico apresenta ainda um importante recurso expressivo: a montagem. Os pioneiros desse recurso foram os cineastas russos, que graças ao experimento de edição de Lev Kuleshov compreenderam que o cinema não é apenas a cena mostrada, mas a forma como as sequências dessas cenas é organizada na narrativa fílmica. O efeito Kuleshov é ilustrado na figura 3, na qual podemos observar que a mesma imagem de um homem com uma expressão facial neutra, quando colocada em sequência em diferentes situações, gera efeitos

diversos no espectador: se a imagem na sequência for um prato de comida, acharemos que o personagem tem fome, caso seja uma criança em um caixão, entenderemos que a expressão é de luto e, finalmente, se a imagem for de uma mulher sedutora, veremos uma expressão de desejo no rosto do personagem.

A descoberta desse recurso trouxe um maior dinamismo para o gênero cinematográfico. Esse aspecto era importante no contexto em que viviam os cineastas da Rússia do início do século XX: eram funcionários do governo comunista e seus filmes, panfletários e educativos, tinham como objetivo divulgar a ideologia do partido para uma plateia iletrada. Mas, esse importante recurso expressivo mudou o percurso histórico da formação do gênero cinematográfico ao ser assimilado pela linguagem cinematográfica no mundo.

Figura 3 – Efeito Kuleshov



Fonte: <https://www.cantodosclassicos.com/a-montagem-sovietica-no-cinema/>.

Compreendemos, assim, que o filme apresenta ao espectador uma sequência de imagens que cria efeitos de sentidos que não encontramos no gênero teatral. Ainda sobre esse aspecto, Di Camargo (2020, p.37) afirma:

Com a montagem vão ser criadas a organização e as relações entre os planos de um filme que conferirão uma sequência lógica à narrativa fílmica. Assim sendo, os efeitos das maneiras diferentes de moldar a sucessão dos planos foram amplamente estudados e experimentados [...].

O autor afirma que esse recurso, presente no estilo do gênero cinematográfico, possibilitou “[...] a elaboração de novas temporalidades e espacialidades na linguagem do cinema, diferentes daquelas que observamos no dia a dia, é considerada virtude da técnica da montagem” (DI CAMARGO, 2020, p.37). Por exemplo, se a cena de um filme mostra um personagem voltando do trabalho, entrando em um ônibus lotado e na cena seguinte o mesmo personagem está em sua casa, compreendemos que não é necessário mostrar o percurso do ônibus, a descida do ônibus, a caminhada até a sua rua e o personagem abrindo a porta da casa. Os espectadores entendem e imaginam todas essas ações intermediárias entre a saída do trabalho e a chegada em casa. É por esse motivo que o autor enfatizou a importância da montagem na relação espaço/tempo no gênero cinematográfico.

No entanto, é importante enfatizar que nos primórdios do cinema havia a presença do *explicador*:

Com uma cultura baseada em rica e vigorosa tradição oral, (os espectadores) não conseguiam se adaptar àquela sucessão de imagens silenciosas, o oposto absoluto daquilo a que estavam acostumados. Ficavam atordoados. [...] De pé, com um longo bastão, o homem apontava os personagens na tela e explicava o que estava fazendo. Era chamado *explicador* (CARRIÈRE, 2014, p. 13).

Dessa forma, compreendemos a importância do desenvolvimento da recepção dos espectadores nesse processo histórico de formação do gênero cinematográfico. O aumento da interação do público com os filmes, enriqueceu o acervo imagético das pessoas, facilitando assim a compreensão dos recursos expressivos desse gênero artístico, como a montagem, o posicionamento e movimento da câmera, a iluminação, os efeitos sonoros, visuais etc. Compreendemos, assim, que as diferentes possibilidades expressivas desse gênero, transformam o espetáculo do cotidiano em um discurso poético capaz de gerar efeitos de sentido diversos no espectador.

Corroborando essas ideias, o teórico russo Voloshinov (1976) nos auxilia a aprofundar essa questão. Ao analisar as relações entre o discurso da arte e o discurso da vida, o autor afirma:

Na poesia como na vida o discurso verbal é um cenário de um evento. A percepção artística competente representa-o de novo, sensivelmente inferindo, das palavras e das formas de sua organização, as interrelações vivas, específicas, do autor com que ele descreve, e entrando nessas interrelações com um terceiro participante (o papel do ouvinte) (VOLOSHINOV, 1976, p. 17).

Em outras palavras, a arte é uma representação (*apresenta-o de novo*) de um *evento* que captamos da realidade vivida e que por meio da organização poética das palavras e das formas feitas pelo autor, são capazes de se comunicar com o *ouvinte*. É importante enfatizar que o conceito de *ouvinte* não se refere às pessoas reais ou ao público do artista ou poeta, mas aquele interlocutor para o qual o autor pretende que o conteúdo da sua obra atinja de alguma maneira. Por exemplo, o *ouvinte* de um filme que aborde a questão da periferia urbana na contemporaneidade pode ser uma determinada sociedade que possui uma visão equivocada sobre essas regiões da cidade ou uma população que habita na periferia e nunca se viu sendo retratada nos filmes.

Nesse sentido, o discurso fílmico se apresenta como um novo ponto de vista sobre esse *evento/periferia*: “Todos os elementos do estilo de uma obra poética estão também impregnados da atitude avaliativa do autor com relação ao conteúdo e expressam sua posição social básica” (VOLOSHINOV, 1976, p. 18). Sendo assim, as escolhas feitas pelo autor da obra artística são impregnadas pelo seu posicionamento ideológico em relação ao tema. No entanto, o autor enfatiza que uma análise aprofundada desse aspecto ocorre quando é feita uma investigação das estruturas expressivas do discurso. Compreender que o conteúdo da periferia foi abordado por um filme, em um determinado contexto social, não é suficiente para entendermos o posicionamento ideológico daquele discurso cinematográfico. Para Voloshinov (1976) e o Círculo de Bakhtin é preciso elaborar uma *avaliação via forma*, ou seja, compreender como aquele conteúdo foi abordado no discurso, compreender a sua *construção composicional*:

Frisemos uma vez mais que aqui não nos referimos àquelas avaliações ideológicas que estão incorporadas no conteúdo de uma obra na forma de julgamentos e conclusões, mas àquela espécie mais entranhada, mais profunda de avaliação via forma que encontra expressão na própria maneira pela qual o material artístico é visto e disposto (VOLOSHINOV, 1976, p.18).

A partir da ideia de *avaliação via forma* postulada por Voloshinov (1976) iremos analisar as escolhas formais para a representação da periferia nas duas produções cinematográficas que são objeto de investigação desse texto. Dessa forma, buscaremos analisar os seguintes aspectos: 1) as relações de espaço e de tempo no filme; 2) os recursos e efeitos de sentido gerados pelas cenas de abertura do filme; 3) a representação da distância espacial e estética entre o centro e a

periferia; 4) a relação com a polícia; 5) as aproximações observadas entre os dois filmes.

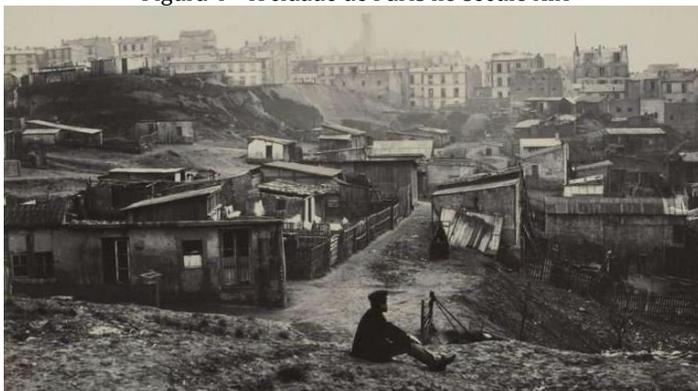
Antes de abordarmos essas questões principais, iremos apresentar, a seguir, um breve contexto histórico da formação das periferias nas respectivas cidades tratadas nos filmes analisados, buscando entender a realidade vivida nesses espaços.

CONTEXTO HISTÓRICO: A REALIDADE VIVIDA NA PERIFERIA NA FRANÇA E NO BRASIL

A intensificação da industrialização e da urbanização no século XIX geraram, de forma recorrente em nossa sociedade, um processo de exclusão social no espaço urbano dos grandes centros. Seja a cidade de Paris ou no Rio de Janeiro a dinâmica é a mesma: mecanização do campo, a população migra para os grandes centros em busca de trabalho, gerando mão de obra barata e baixa qualidade de vida. Em Paris, Haussmann, prefeito da cidade nomeado por Napoleão III, reformulou a capital francesa retirando seu aspecto medieval e inserindo uma estética moderna apoiada pela ciência, pela engenharia e pelo urbanismo. Os problemas eram muitos na Paris do século XIX: esgoto a céu aberto, moradias insalubres e epidemias. Logicamente, a classe proletária era a mais atingida por esses transtornos urbanos, como foi descrita na obra literária de Victor Hugo, *Os miseráveis*. Para Harvey (2012) essas reformas modificaram aspectos que vão além das obras na infraestrutura urbana, mas transformaram a imagem da cidade:

[...] não apenas a transformação da infraestrutura urbana, mas também a construção de uma nova maneira de vida pessoal e urbana. Paris se tornou “a cidade das luzes”, o grande centro de consumo, turismo e prazer, os cafés, as lojas de departamento, a indústria da moda e as grandes exposições mudaram o modo de vida para que pudesse absorver vastos excedentes através do consumismo. (HARVEY, 2012, p.76)

Figura 4 – A cidade de Paris no século XIX



Fonte: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/paris-seculo-19-haussmann-exposicao-fotografia-nova-york/>.

Após a reforma, os trabalhadores desapropriados que ocupavam as moradias insalubres demolidas pelas reformas de Haussmann, não foram realocados em novas casas na cidade de Paris. O prefeito urbanista criou para essa população um novo espaço urbano: a periferia da cidade. À essa população de baixa renda foram oferecidas moradias provisórias em locais distantes do centro, em regiões com ausência de serviços urbanos e culturais como educação, saúde, lazer e emprego. Nesse contexto, surgiram os primeiros *bidonvilles* (favelas) nos arredores de Paris, demolidos na década de 1960 com o general Charles de Gaulle e seu plano de eliminação de habitações insalubres. Os moradores foram realocados em barracos provisórios de metal e cimento que permaneceram por anos até serem direcionados para uma habitação social.

No início do século XX, esse espaço segregador, denominado *banlieue* em francês, se amplia e se modifica. O aumento da população e a grande demanda por habitação na cidade de Paris provocam um aumento no preço dos aluguéis. Os moradores das grandes cidades começavam a sofrer as consequências da urbanização acelerada. As habitações eram pequenas, desconfortáveis, ultrapassadas e com problemas estruturais. Além disso, o espaço urbano ganha velocidade e se torna caótico com a chegada dos automóveis. Dessa forma, na década de 1950/60, incentivados por ações governamentais e ideias inovadoras dos arquitetos modernistas, como Le Corbusier, a cidade de Paris e outros grandes centros do país iniciaram um processo de construção dos *grandes ensembles*, conjuntos de prédios com um

grande número de apartamentos, cujo principal objetivo era oferecer uma forma moderna e confortável de morar, longe do caos urbano e com grandes áreas verdes.

Figura 5 – Os grandes ensembles em Sarcelles, periferia de Paris, 1960



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=0osldxBGDqY>.

No documentário denominado *Filmer les grandes ensembles* (2016), a diretora Jeanne Menjoulet apresenta o trabalho da pesquisadora Camille Canteaux, que analisou como esses espaços construídos na periferia das grandes cidades são representados pelos filmes franceses da década 1960 a 1990. No documentário, a pesquisadora afirma que, em um primeiro momento, os *grandes ensembles* eram vistos pela sociedade francesa como a solução para todos os problemas das grandes cidades. Suas representações no cinema ou em reportagens da mídia eram sempre associadas a uma forma inovadora de morar: espaço interno confortável, novas estruturas de encanamento e com todas as inovações tecnológicas da época: geladeira e televisão. Esses aspectos contribuíram para a construção de uma imagem positiva desses espaços.

O documentário mostra também quem era o público interessado nesses imóveis nesse primeiro momento: as famílias da classe média que viviam confinadas com seus filhos em pequenos e precários imóveis no centro de Paris. No filme “Os Incompreendidos” (1959), do diretor François Truffaut, podemos observar o movimento e o charme da cidade de Paris e ao mesmo tempo o desconforto, a decadência dos locais habitados por essa classe média. O espaço do apartamento da família retratada é tão limitado que o protagonista, o filho adolescente,

dorme em um colchão improvisado na entrada da casa e na porta da minúscula cozinha.

Moradores como aqueles retratados no filme autobiográfico de Truffaut, buscavam moradias espaçosas e novas. O preço alto dos aluguéis e a distância do local de trabalho ainda eram considerados aspectos negativos dessa nova forma de morar, exigindo do morador a utilização de vários meios de transporte - trem, ônibus e metrô - para chegar ao centro da cidade. A monotonia visual desses locais e o crescimento dos filhos, foram as causas para que as famílias, inicialmente interessadas nessa nova forma de morar, se cansassem desse espaço geométrico, cimentado e planejado.

Ao mesmo tempo, a necessidade de mão de obra barata, levou o abrandamento da lei de imigração permitindo assim, a vinda de estrangeiros, principalmente originários de colônias francesas do continente africano. A desilusão com a moderna forma de morar proporcionada pelos *grandes ensembles* fez surgir a possibilidade desse tipo de habitação servir de locação para essa população. A distância espacial aumentou a distância social entre os franceses e os imigrantes, principalmente na década de 80, com a crise econômica mundial e o desemprego. Aumentando assim o preconceito e o estereótipo do morador imigrante da periferia. Se antes eles eram mão de obra bem-vinda no processo de industrialização e reconstrução do país no pós-guerra, agora, eram indesejados.

As reformas implementadas por Haussmann no século XIX na França e, no século seguinte, a construção de conjuntos habitacionais na periferia, serão imitadas por outras cidades que buscavam a estética da modernidade. O Rio de Janeiro, capital do País no início do século XX, irá buscar essa imagem de espaço urbano moderno, limpo e organizado com as reformas que tiveram início em 1902, implementadas por Pereira Passos e posteriormente por Carlos Sampaio. A industrialização, o crescimento populacional, a insalubridade dos locais e a preparação da cidade para o Centenário da Independência em 1922, foram as razões para o aumento das reformas com a construção de grandes avenidas e aterros e consequente desapropriação de locais de memória da população do Rio de Janeiro, como a Praça Onze, berço do samba e da mistura cultural e racial, características marcantes da população carioca que abrigava comércio, habitações operárias e indústrias.

De acordo com Golçalves e Bautés (2019) esse local representava na época um pluralismo étnico e multicultural que era exaltado por

viajantes, poetas e músicos que por ali passavam. O apagamento do local, com seus modos de vida e memórias, além de destruir o patrimônio material e imaterial da cidade, despejou 5 mil habitantes que habitavam na Praça Onze e seu entorno: “O urbanismo torna-se um instrumento eficaz utilizado pelo Estado para aniquilar os modos de vida que destoavam do modelo de civilização pretendido pelas classes dominantes” (GONÇALVES; BAUTÉS, 2019, p.132,133).

Figura 6 – Praça Onze. Rio de Janeiro, 1939



Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/passarelas-do-carnaval-22360417>.

Brum (2012) aborda em sua pesquisa o problema das remoções ocorridas na cidade durante a Ditadura Militar. De acordo com o autor, vários morros e favelas foram eliminados do cenário urbano da cidade, estimulados pela especulação imobiliária e por uma vontade política de “limpar” os bairros da cidade maravilhosa. Em 1969, o episódio do incêndio do Morro da Praia do Pinto no Leblon, demonstra a crueldade e a violência sofrida pelos moradores do local.

O incêndio da Praia do Pinto, cuja remoção foi apresentada como sinal do ímpeto remocionista das autoridades estaduais e federais do período, funcionou, paralelamente, como aviso para as outras favelas da cidade, particularmente as da orla da Lagoa, do grau de tolerância que haveria, a partir de então, com os reticentes à remoção, marcando, de maneira traumática, as relações que a cidade do Rio estabelecia com a parte de sua população que habitava as favelas (BRUM, 2012, p. 6).

Naquela época, o atual espaço nobre da cidade era um bairro operário, com pequenas indústrias e moradias de seus trabalhadores. O morro, localizado no atual conjunto de prédios Selva de Pedra, foi uma das remoções implementadas pelo Estado que diante da recusa de alguns moradores, provocou um incêndio criminoso no local, obrigando os mais resistentes a abandonar seus barracos. Em troca, esses antigos moradores da Praia do Pinto foram levados, em caminhões de lixo, para conjuntos habitacionais inacabados e distantes do centro. Um desses locais, na zona oeste da cidade, foi denominado Cidade de Deus. Dessa forma, percebemos ações que demonstram uma rejeição por parte do Estado e da cidade em relação a esses moradores: “O estigma de favelado e o fato de ser ‘indesejado’ na cidade tornaram-se uma situação real com atitudes concretas, levada às últimas consequências por parte das autoridades governamentais” (BRUM, 2012, p. 7).

Figura 7 – Jornal *Última Hora* sobre o processo de remoção da favela. Rio de Janeiro, 1969.



LAGOA SEM FAVELA EM MARÇO
 Começa a 15 de março o despejo da favela da Praia do Pinto. Na foto acima a grande área a ser desocupada está assinalada, juntamente com a Ilha dos Dragos, já desimpedida, e com o Marro do Baiano, onde cinquenta e quatro famílias residem em cinquenta barracos. A Catocumba também será despejada. (Agostinho Rito, na terceira página)

Fonte: <https://medium.com/fredsoares>.

Percebe-se, assim, uma semelhança no processo de urbanização, de remoção e de exclusão social nos dois contextos: Paris e Rio de

Janeiro. Pretende-se, a partir dessa análise inicial, destacar como a imagem da periferia é retratada em dois filmes: o brasileiro *Cidade de Deus* (2002), dos diretores Fernando Meirelles e Kátia Lund, e o francês *Banlieusards* (2019) dirigido pelo *rapper* Kerry James e Leila Sy. As duas tramas narrativas têm o mesmo pano de fundo: a criminalidade na periferia desses grandes centros urbanos e a briga entre gangues pelo domínio do tráfico. Visamos aqui compreender como foram utilizados os recursos expressivos do *estilo* cinematográfico, ou seja, analisar a construção composicional de cada filme na representação da periferia e os aspectos sociais ali encontrados.

O CINEMA E A PERIFERIA: UM BREVE PERCURSO ANALÍTICO

A representação da periferia no cinema francês: um breve percurso histórico

Antes de iniciarmos a análise dos filmes que são objetos investigativos deste estudo, apresentaremos um breve percurso histórico sobre como a representação da periferia no cinema francês.

No documentário *Filmer les grandes ensembles* (2016), a pesquisadora Camille Canteaux se propôs a analisar as representações da periferia nas produções audiovisuais da década de 1960 a 1990, na França. A teórica aponta que no final dos anos 1950, o cinema francês passa a representar, em suas narrativas, a periferia. O filme “Rue des Prairies” (1959) do diretor Denys de la Patelleière, apresenta um drama familiar que tem como pano de fundo a modernização da cidade de Paris com a construção dos *grandes ensembles*. Em “Melodie en sous-sol” (1963), de Henry Verneuil, esse mesmo processo de mudança do espaço urbano é representado. O filme conta a história de um personagem que sai da prisão e não reconhece a sua rua. Ele não sabe se deslocar em seu bairro, pois as novas construções e o desaparecimento das antigas criam uma configuração nova para aquele espaço periférico, antes familiar, e agora quase desconhecido.

Se essas primeiras produções mostravam o estranhamento da modernização e do início das construções dos *grandes ensembles* ocorridas entre os anos 1930 e 1950, os filmes do final da década de 1970 faziam uma crítica à forma de morar da periferia representando as consequências das transformações urbanas no cotidiano das

peessoas. Na comédia romântica “Elle court, elle court la banlieue”(1973), do diretor Gérard Pirés, é apresentada a história de um jovem casal de namorados que decidem se casar e buscam um local para morar. Após percorrer inúmeros apartamentos degradados, pequenos e caros no centro de Paris, local onde eles trabalham, o casal resolve sair do caos urbano da cidade e alugar um apartamento nos *grandes ensembles* da periferia parisiense. De forma bem humorada e leve, a narrativa mostra o processo de transformação e degradação da relação do amoroso casal provocado pelo ambiente da vida na periferia: o trânsito engarrafado na volta para casa, a distância dos amigos e familiares, o tempo de deslocamento nos meios de transporte (ônibus, trem e metrô), a falta de privacidade, a intromissão dos vizinhos, a monotonia do espaço, os roubos e a correria do cotidiano ritmada pela famosa expressão francesa *metrô, boulot, dodo*,¹ ou seja, a monotonia da vida urbana que se resume em três momentos: o deslocamento nos meios transporte, as funções no trabalho e o sono em casa.

Finalmente, o documentário *Filmer les grandes ensembles* (2016) aponta que a partir da década de 1980, esses espaços periféricos nos grandes centros urbanos da França sofreram um processo de degradação e precariedade. Como dito anteriormente, a necessidade de mão de obra provocou a vinda de imigrantes das colônias francesas do norte da África para o país. Essa população passou a ocupar as regiões periféricas, criando assim *guetos* culturais e étnicos nesses espaços. Ocorre, então, uma ruptura ainda maior entre o centro e a periferia e os filmes dessa época irão mostrar essas transformações.

Enquanto as produções das décadas anteriores abordavam as dificuldades das personagens em relação à modernidade da vida urbana, as narrativas fílmicas da década de 1980/90 mostram a decadência, a violência, a tensão e a ausência do Estado nesses espaços da cidade. O filme “Hexagone” (1994) do diretor Malik Chibane é considerado uma das obras fundamentais dos filmes que tratam da periferia. O diferencial dessa produção é que o diretor viveu em regiões periféricas em sua juventude e procurou mostrar um outro ponto de vista sobre a vida das pessoas nos *grandes ensembles*.

No ano seguinte, o diretor Mathieu Kassovitz produziu o famoso “La Haine” (1995) que apresenta o confronto e a tensão entre o centro e a periferia da cidade de Paris. O filme acompanha o cotidiano de três

¹ Embora a expressão seja uma gíria, a tradução literal seria “metrô, trabalho e dormir”.

jovens moradores dos *grandes ensembles* no decorrer de um dia. Na noite anterior ao início da narrativa, ocorreram na cidade graves e violentos confrontos entre a polícia e os moradores da periferia.

Essa produção representa o tédio e a falta de perspectiva dos três personagens. A periferia é representada com locais vazios e degradados onde as opções culturais, esportivas e sociais são improvisadas e criadas pelos próprios moradores: o porão do prédio é uma academia de boxe, o telhado dos prédios exerce a função de bar e restaurantes inexistentes no local. Essa falta de perspectiva dos jovens da periferia é apresentada de forma irônica em uma cena do filme em que os personagens estão sentados em uma área externa dos prédios e ao fundo temos a frase: “L’avenir c’est a nous”.²

Figura 8 – Cena do filme “La Haine” (1995)



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=NKppkmlB5HQ>.

² Em português significa “O futuro é nosso”.

Figura 9 – Cena do filme “La Haine” (1995)



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=NKppkmlB5HQ>.

Essa contradição entre a postura dos jovens e a frase parece querer chamar à atenção da sociedade francesa para a necessidade de enxergar esses jovens periféricos de uma outra maneira. A seguir, veremos como é o percurso da representação da periferia no cinema brasileiro antes do lançamento do filme *Cidade de Deus* (2002).

A representação da periferia no cinema brasileiro: um breve percurso histórico

No Brasil, a representação cinematográfica da periferia terá início depois da década de 1990. Barcellos (2007) aponta que no início as imagens das favelas e de regiões periféricas eram romantizadas, evitando assim apresentar as causas e os aspectos negativos da desigualdade social do país. Em seguida, o cinema brasileiro passa a mostrar essa periferia como local da ausência de garantias legais e de equipamentos e serviços públicos. O premiado filme “Pixote, a lei do mais fraco” (1981) do diretor Héctor Babenco irá mostrar a falência das instituições para atender a população periférica no espaço urbano ao mostrar a dura realidade de crianças abandonadas nos grandes centros urbanos. O início do filme apresenta uma linguagem de documentário, com a presença do diretor em uma favela de São Paulo, explicando a realidade daquele contexto social:

Existem aproximadamente nesse país, três milhões de crianças que não tem casa, que não tem lar e que não tem origem familiar definida. A situação das crianças é um tanto mais caótica quando se sabe que elas só são passíveis de condenação,

por algum delito, após 18 anos de idade. O que permite o aliciamento das crianças menores por parte de alguns adultos [...] elas não serão punidas, no máximo enviadas a um reformatório. [...] Esse bairro, por exemplo, se trata de um bairro de famílias de operários das fábricas vizinhas. O quadro é típico: o pai e a mãe vão trabalhar e as crianças ficam em casa. E quem toma conta é uma irmã mais velha ou alguma vizinha que é paga para isso. O Fernando, por exemplo, o personagem principal do filme, vive com a mãe e mais nove irmãos nessa casa. E o filme inteiro é representado por crianças dessa origem social.

Nessa abordagem inicial, o diretor não só explica o contexto abordado pelo filme, mas, atribui a obra um aspecto de realidade característicos dos documentários. O fato de trabalhar com crianças que pertencem ao contexto social retratado permite que o filme tenha um aspecto naturalista surpreendente, o que leva o espectador a acreditar que aqueles fatos existem na realidade. Esse era o objetivo do diretor Hector Babenco quando decidiu contar a história dessas crianças, após uma visita à Febem.

A primeira parte do filme se passa nessas instituições para menores infratores que ao invés de acolher as crianças, se apresenta como local de descaso, abandono e violência extrema. A segunda parte do filme ocorre após a fuga do grupo de crianças para a rua. Nesse espaço, os obstáculos não são menores: os criminosos exploram e enganam os meninos. A cena icônica dessa produção cinematográfica mostra a prostituta Sueli, vivida por Marília Pêra, amamentando o pequeno Pixote. Essa passagem mostra a carência de ambos os personagens: ela sem filho e fazendo abortos de forma recorrente e o menino abandonado pela mãe. E, tanto a prostituta quanto a criança são carentes de afeto, de cuidado e de perspectivas. No entanto, no final dessa cena essa conexão é rompida: Sueli rejeita o menino e o manda embora. Essa atitude da personagem representa de forma sintética e simbólica as inúmeras rejeições vividas por Pixote: rejeição dos pais, do Estado e dos amigos. O acolhimento e o cuidado são, novamente, negados ao personagem.

Figura 10 – Cena do final do filme *Pixote* com a participação de Marília Pêra

Fonte: <https://medium.com/@coletivo.bizu/a-vida-imita-a-arte-em-pixote-a-lei-do-mais-fraco-6c62967edbd8>.

A década de 1990 foi marcada pela retomada do cinema brasileiro, com a lei do audiovisual. Assim como na produção de Hector Babenco, o filme *Central do Brasil* (1998) de Walter Salles aborda a história de um menino abandonado em busca de sua família. No entanto, ao contar a história do menino Josué, o diretor trata da questão da periferia de uma maneira diferente: a criança retratada tem suas origens nas cidades e regiões periféricas do país, ao contrário do personagem *Pixote* que habitava as favelas dos grandes centros urbanos.

O menino retratado no filme de Salles não praticava crimes ou furtos, mas, perdeu sua mãe em um acidente na saída da Central do Brasil. Por esse motivo, passou a morar nesse espaço da cidade. A delinquência nesse filme é vivenciada pela personagem adulta: Dora, uma professora aposentada que ganha a vida como “escrevedora de cartas”, uma função importante para as inúmeras migrantes, geralmente analfabetos, que vieram de espaços urbanos periféricos do Brasil, em busca de uma vida melhor nas regiões centrais do país, como a cidade do Rio de Janeiro.

As cartas funcionam como a única ligação dessas pessoas com suas regiões de origem. No entanto, Dora não envia as cartas para essas regiões periféricas onde se encontram os familiares desses migrantes, deslocados de sua cultura e de suas raízes. Ela apenas ilude e explora a necessidade das pessoas de se comunicar com seus familiares, amigos e amores deixados para trás. Essa sua falha de caráter é ampliada

quando a personagem vivida por Fernanda Montenegro, em sua ânsia por ganhar dinheiro fácil e solucionar seus problemas imediatos do cotidiano, resolve vender o menino Josué para uma organização criminosa que fazia tráfico de crianças. Após uma conversa com a irmã, interpretada por Marília Pêra, a professora se arrepende e recupera a criança das mãos dos criminosos. Diante disso, a professora e o menino precisam sair da cidade e vão para o Nordeste, região de origem do menino encontrar o pai e os irmãos. A importância da imagem da periferia nessa produção, diz respeito a mudança da personagem Dora a medida que ela se afasta do centro e viaja para esses espaços periféricos do Brasil. A professora redescobre a importância das relações pessoais, das relações amorosas e reencontra sua autoestima. Ao sair do centro para a periferia, Dora passa a encontrar um sentido em sua vida, pois todos esses aspectos estavam anestesiados pelo duro e frio cotidiano no Rio de Janeiro. No final do filme, os protagonistas encontram os irmãos do menino. Eles moravam em regiões periféricas, em conjuntos habitacionais semelhantes aos encontrados no filme *Cidade de Deus* (2002) que iremos analisar posteriormente.

Figura 11 – Cena final do Filme Central do Brasil



Fonte: <https://www.acritica.net/editorias/cultura/central-do-brasil-e-um-filme-que-nao-envelhece/465711/>.

A periferia volta a ser retratada e os aspectos relacionados a criminalidade e a ilegalidade são os tópicos que dominam as narrativas dessa época: “As ‘favelas’ são vistas como um espaço à parte da cidade, com seus próprios códigos e leis onde tanto documentários quanto filmes de ficção tentavam mostrar a ausência do Estado” (BARCELLOS,

2007, p.6). Como exemplo dessa fase, a autora cita o filme *Tropa de Elite* (2007) do diretor José Padilha. O filme apresenta o ponto de vista do contraditório Capitão Nascimento sobre a luta do Batalhão de Operações Especiais da Polícia, o famoso Bope. Nessa produção, a periferia é retratada como um ambiente hostil, instável e violento. O foco do filme é no tráfico de drogas, na corrupção policial e na relação entre os traficantes e a polícia. Dessa forma, o espaço periférico é retratado somente como local de violência e contravenção.

Em 2009, o diretor Cacá Diegues inova na forma de representação da periferia ao promover oficinas técnicas de cinema para 229 jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro. Desse grupo inicial foram selecionados 84 participantes para integrarem a produção do filme *5x favela. Agora por nós mesmos* (2009). O trailer dessa produção já indica a proposta de mostrar a representação da periferia pelo ponto de vista dos próprios moradores: “Você já conhece a favela da polícia e dos bandidos. Agora você vai conhecer a favela dos moradores”. O filme mostra cinco histórias elaboradas pelos moradores selecionados em oficinas de roteiro promovidas pela produção do filme. Os episódios foram gravados na Cidade de Deus, no Vidigal, em Parada de Lucas e no Complexo da Maré. A narrativa apresenta os obstáculos, as superações e os dramas cotidianos dos moradores dessas regiões periféricas, mas com um tom cômico e debochado. O tráfico de drogas, as facções, a violência, a relação com a polícia são apresentados no filme, mas, outros aspectos são mostrados, como a amizade, os sonhos, as brincadeiras, as relações interpessoais e o humor. É um contraponto proposital aos filmes que retratam as favelas somente como local de violência e drogas. A visão sobre a periferia foi ampliada pelo olhar de pessoas que possuem uma vivência e uma identidade com esses espaços urbanos.

Importante ressaltar que a parte do título que diz: “Agora por nós mesmos” faz referência à uma produção do Cinema Novo: *5 vezes favela* (1962) dos diretores Marcos Farias, Miguel Borges, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman e o próprio Cacá Diegues. Cada diretor, estudantes universitários da classe média, ficou responsável por um episódio. A temática da primeira versão é mais densa e séria, mostrando a precariedade das moradias, a vida sofrida do favelado, sem perspectivas, sonhos e alegrias: a dificuldade de encontrar um emprego, a sobrevivência no lixão, a falta de opção que conduz ao crime, o problema da moradia e o trabalho infantil.

Figura 12 – Filme 5x Favela (2009) de Cacá Diegues



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>.

Após esse breve percurso sobre as produções cinematográficas brasileiras que representaram a periferia, analisaremos, a seguir, os dois filmes que nos propomos a investigar.

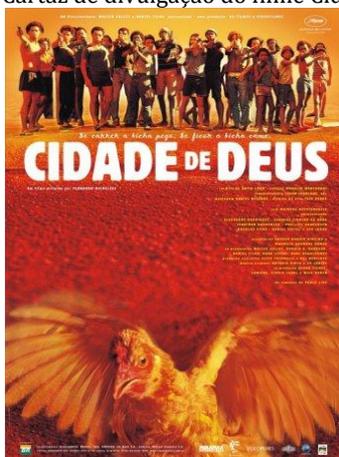
A construção composicional da periferia nos filmes Cidade de Deus e Banlieusards

Os dois filmes que analisaremos se relacionam com as produções cinematográficas que representam a periferia como um ambiente dominado pelo tráfico de drogas e pela criminalidade. No entanto, as produções apresentam o ponto de vista de moradores que não são policiais ou traficantes. Vejamos então, como é a construção composicional das produções de *Cidade de Deus* (2002) e *Banlieusards* (2019) desse espaço urbano complexo e diverso. Conforme dito anteriormente, analisaremos as produções a partir dos seguintes aspectos: 1) as relações de espaço e de tempo no filme; 2) os recursos e efeitos de sentido gerados pelas as cenas de abertura do filme; 3) a representação da distância espacial e estética entre o centro e a periferia; 4) a relação com a polícia; 5) as aproximações observadas entre os dois filmes. Antes do desenvolvimento dessa análise, apresentaremos uma síntese das duas produções cinematográficas.

A produção brasileira apresenta a história da remoção das famílias da Praia do Pinto para o novo e inacabado conjunto habitacional denominado Cidade de Deus, na década de 1960. Sob o

ponto de vista do protagonista Buscapé, que narra os fatos e as histórias, o espectador observa na narrativa do filme as transformações da criminalidade na região. Além disso, conta os obstáculos enfrentados para evitar o envolvimento com o tráfico de drogas. Apesar da falta de oportunidades, da pobreza, da proximidade com a criminalidade, o filme mostra a superação do protagonista. No entanto, o clímax da história nos mostra uma visão pessimista desse processo de criminalidade ocasionado pela ausência das instituições, pela falta de perspectivas nesse contexto no qual os personagens estão inseridos: um grupo de crianças mata o poderoso e cruel traficante da Cidade de Deus e passa a dominar e controlar o tráfico.

Figura 13 – Cartaz de divulgação do filme Cidade de Deus



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_de_Deus_\(filme\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_de_Deus_(filme)).

O filme francês conta a história de três irmãos, filhos de imigrantes muçulmanos que moram na periferia de Paris com a mãe. As questões sobre o morar periférico perpassam o foco principal da história: a relação familiar. A narrativa cinematográfica apresenta a oposição entre os dois irmãos mais velhos que optaram por caminhos diferentes: um é o poderoso traficante da região e o outro é um aplicado estudante de direito. Entre essas duas posturas, vive o irmão mais novo, um adolescente que faz pequenos roubos nos prédios onde mora, mas é estimulado pela mãe e pelo irmão estudioso a se dedicar à escola. Essas questões familiares se desenvolvem dentro do contexto dos *grandes ensembles*, com seus problemas sociais e as contradições que envolvem as relações entre o centro e a periferia.

Figura 14 – Cartaz de divulgação do filme Banlieusards



Fonte: <https://netflix.fandom.com/wiki/Banlieusards>.

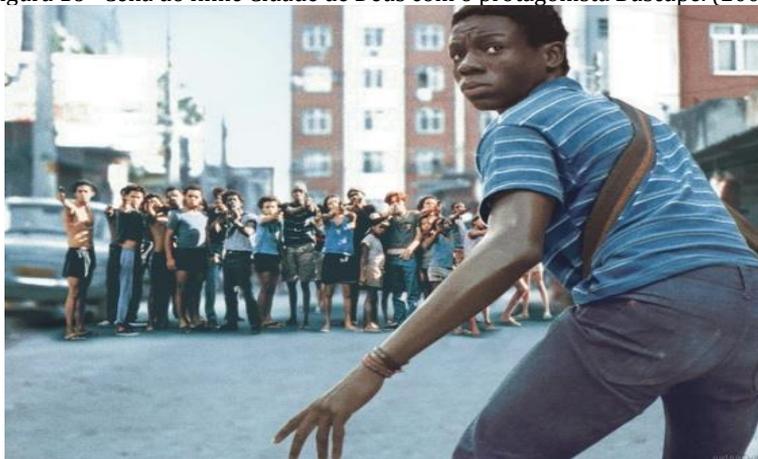
Em relação ao aspecto espaço-temporal, o filme brasileiro mostra uma passagem de tempo do final da década de 60, quando *Buscapé* (Alexandre Rodrigues), o personagem narrador, chega, ainda criança, no conjunto habitacional e nos apresenta os personagens que irão dar início a criminalidade no local, o *Trio ternura: Cabeleira, Alicate e Marreco*. A narrativa termina na década de 80, época em que o crime organizado no local ganha força e a geração posterior tem o poder. *Zé Pequeno* (Leandro Firmino) e *Bené* (Felipe Haagensen) dividem o espaço do tráfico de drogas com *Cenoura* (Matheus Nachtergaele) e *Mané Galinha* (Seu Jorge). A sede pelo poder de Zé Pequeno é que irá criar o conflito e conduzir a narrativa naquele contexto periférico de pobreza, criminalidade e ausência do Estado. O fato de apresentar esse recurso da passagem de tempo, o espaço retratado sofre importantes transformações. Como podemos observar na figura 15, a Cidade de Deus do começo do filme é representada pelos tons laranjas da terra batida e do espaço árido, planejado, repetitivo e inacabado do local. No processo da narrativa, esse espaço se modifica os tons de cinza azulado representam a passagem do tempo naquele local que se tornou caótico, desorganizado, conforme podemos observar na figura 16.

Figura 15 – Cena do filme *Cidade de Deus* que apresenta o Trio Ternura



Fonte: <https://observatoriodocinema.uol.com.br/>.

Figura 16– Cena do filme *Cidade de Deus* com o protagonista Buscapé. (2002)



Fonte: <https://www.virgula.com.br/tvecinema/>.

Ao contrário, em *Banlieusards* a narrativa dura apenas quinze dias, o tempo em um dos irmãos, o personagem que é estudante de direito, se prepara para uma prova oral na qual ele terá que defender a ideia de que o Estado não é responsável pelos problemas sociais da periferia. Enquanto sua colega, branca, rica e moradora do centro de Paris, terá que defender a ideia oposta. Como já citado anteriormente, no filme francês também é apresentado um trio: os irmãos Demba (Terry James), o traficante; Soulaymaan (Jammeh Diangana), o estudante de direito e Noumoukê (Bakary Diombera), o adolescente

rebelde. O mais velho, Demba, mantém um bar para lavar o dinheiro do crime e não é bem-vindo na casa da família, devido sua proximidade com o tráfico de drogas, enquanto o jovem Soulymaan busca conciliar seus estudos com a ajuda na educação do irmão caçula. Ao contrário de *Cidade de Deus*, nessa produção, o espaço retratado não sofre transformações éticas ou estéticas no tempo da narrativa.

Analisaremos, então, como foram utilizados os recursos do gênero cinematográfico nas cenas de abertura do filme de Fernando Meirelles. A cena inicial dessa produção já insere o espectador no ambiente da periférica *Cidade de Deus* dos anos 80: Com uma câmera móvel de movimentos abruptos, estamos no meio de uma roda de samba, com cerveja, música e a fuga da galinha que seria assada. A câmera acompanha o percurso dos traficantes do grupo de *Zé Pequeno* em busca do assustado animal e nos apresenta o cenário caótico de casas de madeira, ruas estreitas e desordem do local. A opção por essa câmera subjetiva que simula o olhar do personagem, insere, de uma forma intensa, o espectador no espaço urbano representado. A fuga da ave na abertura do filme é um indício da rivalidade que irá dominar a narrativa: *Zé Pequeno* e *Mané Galinha*.

Ao contrário, em *Banlieusards*, a cena inicial do filme é o interior do apartamento dos irmãos e mostra a mãe imigrante muçulmana, cumprindo seus rituais religiosos. Ao fundo uma música calma e tranquila é interrompida pelas notícias do rádio escutadas pela mãe. A cena se desenrola no cotidiano matinal da família e logo em seguida, na apresentação dos créditos, a imagem dos grandes conjuntos habitacionais da periferia são apresentados ao espectador. A câmera começa com uma panorâmica acima dos grandes edifícios e em um mergulho visual proporcionado por um *travelling/tilt*,³ ela desce pelos prédios até se aproximar das ruas esteticamente organizadas do *banlieue* parisiense, mas que escondem conflitos sociais e culturais que serão apresentados pela narrativa do filme.

Percebe-se em *Cidade de Deus* um cenário urbano como labirintos caóticos, sujos, desorganizados formados por barracos de madeira que funcionam como metáfora da ruína social daquele local. Ao contrário, os cenários verticais e limpos dos prédios franceses escondem os mesmos conflitos sociais e culturais apresentados em *Cidade de Deus*. No entanto, na periferia francesa a desordem moral e ética é camuflada pela arquitetura e pela na cena de abertura do filme.

³ Quando o movimento da câmera é feito de cima para baixo ou de baixo para cima.

Percebemos também que a cena inicial de *Banlieusards* aponta algumas pistas da narrativa do filme: mãe em oração nos indica que a narrativa irá tratar de relações familiares. Ao contrário, da abertura de *Cidade de Deus* com a corrida em busca da galinha fugitiva pelas ruas, aponta para o aspecto dominante do filme: a perseguição, seja de um grupo de traficantes em relação ao outro, seja entre a polícia e os traficantes ou pelos moradores que são perseguidos pelos traficantes e pelo complexo contexto social imposto naquele local.

Outro aspecto que analisaremos nesse texto diz respeito à distância entre a periferia e o centro. No filme de Terry James essa distância espacial é marcada pelas cenas de Soulaymaan dentro dos ônibus, trens ou nas estações que fazem a ligação entre o centro e a periferia. O estudante de Direito é o único que faz esse trajeto em direção ao centro, os outros personagens da periferia trabalham e estudam perto do local onde moram, sem necessidade de fazer esse deslocamento. Em relação aos aspectos estéticos, a periferia francesa é planejada, organizada, geométrica e repetitiva. Com exceção do momento da entrada e da saída das escolas, a periferia é vazia, quase sem vida. Ao contrário, as cenas no centro de Paris, são apresentadas como ambientes mais aconchegantes, movimentados, dinâmicos, com luzes em tons quentes e arquitetura com pouca monotonia.

Em *Cidade de Deus* essa oposição entre o centro e a periferia é representada no filme pelo contraste das cores. A periferia em tons de cinza e marrons e o centro ensolarado, colorido em tons de azul e amarelo. Além disso, existe o contraste entre as cenas dos becos apertados da periferia e as cenas panorâmicas das praias da Zona Sul, mostrando um cenário amplo e em perspectiva. Como podemos observar na figura 17, esse ponto de vista da câmera, ao representar as badaladas praias cariocas, funciona como metáfora daquele ambiente social privilegiado que oferece aos seus moradores possibilidades amplas de escolhas, podendo olhar a vida em perspectiva para pensar e sonhar com um futuro. Ao contrário dos moradores da Cidade de Deus que vivem em cenários enclausurados e com visão limitada do todo.

Figura 17 – Cena do filme Cidade de Deus (2002)



Fonte: <http://redeglobo.globo.com/>.

Apesar de todos os problemas apresentados pela narrativa do filme, a periferia francesa é exibida no filme de uma forma mais solar e iluminada, por exemplo, em uma cena em que Soulaymaan convida a sua colega de curso para conhecer o seu bairro. O personagem leva a amiga para o topo do prédio em que mora e a cena mostra o casal com o pôr do sol na periferia visto do alto como um pano de fundo panorâmico para o encontro. Percebemos também que, assim como no filme *La Haine*, a utilização improvisada do telhado dos edifícios como espaço social, suprindo assim a falta de espaços adequados para a socialização dos moradores.

Figura 18 – cena do filme *Banlieusards* (2019)

Fonte: <https://tldrmoviereviews.com>.

Figura 19– cena do filme *Banlieusards* (2019)

Fonte: <https://www.hollywoodreporter.com>.

Outro aspecto que diferencia a imagem da periferia entre os dois filmes é a relação com a polícia. Embora a ausência dos representantes da lei nos subúrbios dominados pela criminalidade seja desejada pelos personagens traficantes em ambos os filmes, o tipo de relação entre a periferia e a polícia é diferente. Em *Cidade de Deus* a presença da polícia e sua atuação é apresentada de forma recorrente na narrativa do filme, seja para receber suborno dos traficantes ou para matar criminosos e inocentes. A imagem negativa da polícia é apresentada como uma engrenagem importante na dinâmica do tráfico.

Em *Banlieusards*, a polícia tem uma relação mais distante em relação à periferia. Ela aparece esporadicamente e sua ausência contribui com a dinâmica do tráfico. No entanto, a imagem negativa dos policiais no filme envolve outros aspectos. Não temos mais o policial corrupto, em relações próximas com a criminalidade, mas temos o policial racista que acredita que todo morador negro da periferia é um criminoso. A cena que mostra esse aspecto começa com Soulaymaan atrasado para aula, correndo para pegar o trem. Os policiais que fazem uma ronda das imediações acham o jovem suspeito, fazem uma revista e não acham nada. No entanto, antes de irem embora, um dos policiais usa termos racistas e pejorativos para ofender Soulaymaan que se dirige ao único policial negro do grupo e pergunta se ele concordava com essas ofensas. O policial responde: “E você acha que nós dois somos iguais?”. Essa frase reforça ainda mais o aspecto preconceituoso em relação ao morador da periferia, ou seja, o negro que não mora no

banlieue possui um certo *status* social em relação ao morador da periferia.

Finalmente, concluímos que, apesar das oposições citadas, os dois filmes apresentam uma série de aspectos em comum: a ânsia dos personagens da periferia em consumir bens e produtos das classes mais ricas como tênis, roupas, motos, carros; a presença de uma personagem feminina e rica que se envolve emocionalmente com o morador da periferia, um Estado paralelo que controla aquele espaço urbano periférico, o movimento do tráfico que acontece no meio de uma população de trabalhadores; e a traição entre os traficantes. Kerry James em sua música *Lettre à la Republique* faz uma crítica à França e ao seu sangrento passado colonial dizendo: “Toda chegada tem seu ponto de partida”, ou seja, a situação social da periferia na atualidade é reflexo de um *ponto de partida* histórico. Nos dois filmes, esse ponto de partida relaciona-se com um aspecto importante em seus respectivos processos históricos: um projeto urbano segregador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ambos os filmes observamos um entendimento equivocado sobre a questão habitacional na modernidade: os *grandes ensembles* na França e os conjuntos habitacionais no Brasil contribuíram para a formação de uma cidade segregadora, na qual os interesses financeiros orientam e determinam quem e como os espaços urbanos devem ser ocupados. As narrativas dos filmes apontaram as consequências das políticas urbanas implementadas em seus respectivos contextos: a criminalidade, a ausência de perspectiva, a baixa qualidade de vida, a formação de guetos e o apagamento da memória de determinadas classes sociais.

De acordo com o teórico francês Henri Lefebvre (2001), é preciso agir no sentido de garantir que a cidade seja um patrimônio que permita o desenvolvimento da justiça social. Segundo o autor, a industrialização levou as cidades a um processo de suburbanização, criando espaços esvaziados de sentido e pertencimento, criando problemas de moradia tão imediatos e concretos que não foi permitido a essa classe social segregada compreender que a questão habitacional está inserida em uma problemática mais ampla:

Para a classe operária, vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana atual ou possível, apresenta-se um problema prático,

portanto político. Isso ainda que esse problema não tenha sido levantado de forma política e que a questão da moradia tenha ocultado até aqui, para essa classe e seus representantes, a problemática da cidade e do urbano (LEFEBVRE, 2001. p. 104).

Os protagonistas dos filmes analisados possuem um senso crítico que lhes permitem observar as contradições históricas e sociais impostas pela configuração urbana em seus respectivos contextos. No entanto, a mensagem final, em ambas as produções cinematográficas, nos mostra que a problemática da cidade e do urbano é complexa e exige luta dos movimentos sociais e políticas públicas urgentes para que a cidade seja um local do encontro, do movimento, do efêmero, do lúdico e da apropriação simbólica e significativa de seus usuários.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARCELLOS, Daniella Guimarães. **Periferia no Cinema: narrativas territoriais da periferia**. II Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações. GEOUSP Espaço e tempo. 2007.

BRUM, Mario Sérgio. **Memórias da remoção**: O incêndio da Praia do Pinto e a culpa do governo. In: I Encontro Nacional de História Oral – Memória, Democracia e Justiça, Rio de Janeiro: ABHO, 2012.

CARRIÈRE, Jean-Claude. **A linguagem secreta do cinema**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014

DI CAMARGO, Ivo. **Mikhail Bakhtin na linguagem cinematográfica**. São Paulo: Mentis Abertas, 2020

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2019.

GONÇALVES, Rafael S; BAUTÉS, Nicolas. Cidade Nova, Praça Onze e a abertura da avenida Presidente Vargas. In: **Transições metropolitanas e centralidades nas cidades brasileiras no breve século XX**. Annablume, 2019, p.119-154.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTIN, Marcel. **A linguagem Cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MENJOULET, Jeanne. **Filmer les grandes ensembles**. Documentário, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VDUBwVPNh0s>

OUVINDO “SAMPA NO WALKMAN” EM “CACHU”, NO SPOTIFY: A ARTE COMO FERRAMENTA DESVELADORA DAS CONTRADIÇÕES DA CIDADE

Marco Antônio Reis
Dilza Côco
Priscila de Souza Chisté

INTRODUÇÃO

O que vem de fora nos aculturando
Dizima a quebrada, maltrata meu mano
Não tem 17, na cinta, um cano
Porta Juliete, Fellini chapando
Censura no vinho, vinagre no pano
Seu Jorge e Waguiinho no filme do ano
Cinema Novo, Truffaut retrucando
O herói da quebrada tá morto ou matando
Antropofagia, hemorragia
Vaidade vicia, favela sangrando
(Criolo)

Este texto pretende evidenciar e defender a arte enquanto ferramenta de desalienação. Nos centraremos no potencial da música

para a compreensão dos conflitos e contradições da cidade, em específico no potencial das músicas *Sampa* de Caetano Veloso (1978), e *Sampa no Walkman* de Humberto Gessinger (1991) canções que, embora não falem da cidade de Cachoeiro de Itapemirim (nosso *locus* de pesquisa), se abstraídas de seus contextos originais aguçam o olhar para os problemas da pequena cidade do sul do Espírito Santo, como provavelmente fariam em relação a qualquer outra cidade do país, quicá do mundo.

ARTE E POLÍTICA

A compreensão da realidade não está estritamente condicionada à nossa experiência no mundo. Muitas vezes, devido às complexidade dos fenômenos contra intuitivos que compõem o tecido do real, a pura experiência produzida da relação entre sujeito e mundo limita-se à dimensão da aparência das coisas, ou seja, a uma percepção falsa do fenômeno real. É por conta das limitações da percepção humana e da dificuldade de apreender os movimentos da realidade que a humanidade desenvolve as “ciências”, como diz Marx: “[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas [...]” (MARX, 2008, p.1080).

Graças às inúmeras formas que a humanidade encontra para circulação do conhecimento historicamente produzido é possível enfrentar as limitações naturais de tempo, espaço e quaisquer outras que impossibilitem uma aproximação do real. A Matemática, a História, a Biologia, a Sociologia e até mesmo a Arte, todo saber humano possibilita que um passo seja dado em direção às engrenagens que movem o real.

No entanto, o que muitos otimistas em diferentes épocas se esqueceram, é que não basta construirmos as ferramentas de criação e propagação de conhecimento para que a humanidade esteja a salvo da violência, da miséria e de qualquer condição que produza profundos sofrimentos evitáveis; como disse Plauto na célebre frase popularizada por Hobbes “O homem é o lobo do homem” (PLAUTO, 2018, p. 17, tradução nossa).

A direção para onde as ferramentas da criação, do saber e da propagação do mesmo é apontada, está sujeita a toda sorte de manipulação política. Os conflitos sócio-políticos contemporâneos não nos permitem ignorar o poder da mentira, pois estamos diante das

provas mais cabais. E o que muitos ocultam, intencionalmente ou não, é que a arte, como ferramenta de conhecimento humano, também está sujeita aos conflitos políticos, como nos alerta o Dr. Eduardo Granja Coutinho:

Não é, portanto, apenas no campo das ideias, da razão, que se trava a luta política, mas também no campo da sensibilidade, das emoções, do afeto. É no plano estético dos sentimentos, da experiência corporal, que os diferentes grupos sociais irão encontrar o vínculo que une os homens em torno de uma ideia, de um projeto (COUTINHO, 2021, p. 172).

A arte é uma ferramenta de poder incomensurável quando se trata da propaganda política, justamente porque consegue passar despercebida pelas fronteiras da razão. Há, inclusive, a defesa política da arte não-política. Ideia que só atende aos que querem conservar a estrutura social tal como está, mas que acaba tendo ampla penetração entre as massas, o que faz dessa ideia uma das mais perigosas para os que querem modificar a infraestrutura econômica. Como diz Augusto Boal, um dos mais importantes teatrólogos brasileiros:

[...] todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas.
Os que pretendem separar o teatro da política, pretendem conduzir-nos ao erro - e essa é uma atitude política (BOAL, 1991, p. 13).

Discussão de tamanha importância não teria se iniciada recentemente, na verdade, remonta aos antigos, como disse o próprio Boal na obra *Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*:

A discussão sobre as relações entre o teatro e a política é tão velha como o teatro... ou como a política. Desde Aristóteles e desde muito antes, já se colocavam os mesmos temas e argumentos que ainda hoje se discutem. De um lado se afirma que a arte é pura contemplação e de outro que, pelo contrário, a arte apresenta sempre uma visão do mundo em transformação e, portanto, é inevitavelmente política, ao apresentar os meios de realizar essa transformação, ou de demorá-la. Deve a arte educar, informar, organizar, influenciar, incitar, atuar, ou deve ser simplesmente objeto de prazer e gozo? O poeta cômico *Aristófanes* pensava que “o comediógrafo não só oferece prazer como deve também ser um professor de moral e um conselheiro político”. *Erastótenes* pensava o contrário, afirmando que “a função do poeta é encantar os espíritos dos seus ouvintes, nunca instruí-los”. *Strabo* argumentava: “A

poesia é a primeira lição que o Estado deve ensinar à criança; a poesia é superior à filosofia porque esta se dirige a uma minoria enquanto que aquela se dirige às massas." *Platão*, pelo contrário, pensava que os poetas deviam ser expulsos de uma República perfeita, porque, "a poesia só tem sentido quando exalta as figuras e os fatos que devem servir de exemplo; o teatro imita as coisas do mundo, mas o mundo não é mais que uma simples imitação das ideias - assim, pois, o teatro vem a ser uma imitação de uma imitação" (BOAL, 1991, p. 17-18).

Como é possível perceber, pelo que nos apresenta Boal, a discussão a respeito da funcionalidade da arte continua no mesmo lugar que estava na época dos gregos antigos, justamente porque não se trata apenas de uma questão que se resolve com a ciência, é antes de tudo uma discussão política, e a política não respeita o real, mas assimila a verdade que mais convém, sobretudo na atual estrutura social. Boal chamará atenção para essa incômoda multiplicidade de visões artísticas:

Como se vê, cada um tem a sua opinião. Mas será isto possível? A relação da arte com o espectador é algo tão suscetível de ser diversamente interpretada, ou, pelo contrário, obedece rigorosamente a certas leis que fazem da arte um fenômeno puramente contemplativo ou um fenômeno estranhavelmente político? É suficiente que o poeta declare suas intenções para que sua realização siga o curso previsto por ele? (BOAL, 1991, p. 18).

Defendemos, junto ao próprio Boal, a visão de que a arte é um fenômeno político, intencionalmente utilizado para mobilização, como diz Coutinho:

[...] o controle da paixão dos homens é uma poderosa arma política. Não seria essa a função da ideologia, transformar as ideias de uma classe em paixão, mito, orientando os sentimentos das massas para um determinado projeto de poder? Quando se apoderam dos indivíduos, isto é, quando são capazes de mobilizar suas emoções, essas ideias tornam-se "crença", base de sua ação política. Daí a importância que assumiram ao longo da história as diferentes formas de controle das paixões humanas. As religiões, o nacionalismo burguês, as ideologias do mercado (a paixão pelo dinheiro) têm sido muito eficazes em utilizar os afetos populares para a conservação das relações de poder e propriedade (COUTINHO, 2021, p. 172).

Embora pareça evidente que a arte influencia a política, é massiva a negação dessa afirmativa, o que é esperado na disputa pelo poder. Mesmo as ciências “duras” que possuem mecanismos de falseabilidade evidentes estão sofrendo da crise da negação, com a ascensão dos fascistas contemporâneos que negam toda e qualquer evidência que minimamente arranhe a convicção religiosa estabelecida, quem dirá as ciências humanas. Possivelmente uma narrativa, verdadeira ou não, só se estabelecerá com a destruição de determinado grupo político, seja o que defende a verdade ou o que defende a mentira. Enquanto isso seguimos carregando o dilema da arte ser política ou não, e essa herança remonta ao filósofo grego ainda não comentado, Aristóteles:

Vejamos o caso de Aristóteles, por exemplo, para quem poesia e política são disciplinas completamente distintas, que devem ser estudadas à parte porque possuem leis particulares, porque servem a distintos propósitos e têm diferentes objetivos (BOAL, 1991,p.18).

No entanto, apesar da posição Aristotélica de, segundo Boal, “[...] independência da poesia (lírica, épica e dramática) em relação à política” (1991, p. 18), o sistema que ele desenvolveu ou registrou em *A Poética* é:

[...] o primeiro sistema poderosíssimo poético-político de intimidação do espectador, de eliminação das “más” tendências ou tendências “ilegais” do público espectador. Este sistema é amplamente utilizado até o dia de hoje, não somente no teatro convencional como também nos dramalhões em série da TV e nos filmes de *far west*: cinema, teatro e TV, aristotelicamente unidos para reprimir o povo (BOAL, 1991, p. 18).

O que Boal percebe e aponta na poesia e nas artes dramáticas, é estendido às múltiplas formas de arte por Coutinho, dentre elas, nosso principal objeto neste texto, a música:

Não são poucos os instrumentos de controle dos afetos de que dispõem as classes dominantes para infiltrar-se na maneira de sentir de seus subordinados e construir sua hegemonia. Na cultura contemporânea, o futebol, as novelas, os seriados, os reality shows, a imprensa sensacionalista são formas extremamente eficazes em canalizar a emoção popular para o projeto hegemônico. Dentre essas formas, há uma que se destaca pela sua força, pelo seu enraizamento na tradição, pela sua capacidade de atuar sobre a sensibilidade das massas no sentido

de suscitar emoções e produzir uma determinada vontade coletiva: a música (COUTINHO, 2021, p. 173).

PARA ALÉM DA INDÚSTRIA CULTURAL: O SUJEITO COMO AGENTE ATIVO DA PRÓPRIA ALIENAÇÃO

Antes de nos determos à música, cabe aprofundar a compreensão da dominação cultural, pois o processo de alienação social parece se agravar na velocidade da *lei de Moore*. Embora reconheçamos que comparar o desenvolvimento da alienação social ao desenvolvimento tecnológico é um recurso mais poético que científico, é inegável que na medida que desenvolvermos tecnologias mais sofisticadas, mais sofisticados serão os processos de alienação, a ponto de não haver mais fronteira entre real e artificial. Embora a indústria cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) tenha construído uma forte base para a proliferação da ideologia dominante, através das artes dominadas pela lógica liberal, agora nós somos protagonistas da própria alienação. Nunca foi tão evidente a trágica constatação de Debord de que vivemos na sociedade do espetáculo:

O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à *ocupação total* da vida social. Tudo isso é perfeitamente visível com relação à mercadoria, pois nada mais se vê senão ela: o mundo visível é o seu mundo. A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente. Até mesmo nos lugares menos industrializados, o seu reino já se faz presente com algumas mercadorias-vedetas, com a dominação imperialista comandando o desenvolvimento da produtividade. Nestas zonas avançadas, o espaço social é invadido por uma sobreposição contínua de camadas geológicas de mercadorias. Neste ponto da “segunda revolução industrial”, o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada (DEBORD, 2003, p. 32-33).

As ironicamente chamadas *redes sociais* são redes de mercadoria onde vende-se de tudo, atualmente o *Whatsapp* permite que enviemos pagamentos através do aplicativo de conversas; o *Instagram* tem um botão para compras, atualização do aplicativo que ocorreu em paralelo a precarização que vivemos do trabalho, em que todos podemos ser microempreendedores de nossa própria miséria. E há ainda, os espaços

onde literalmente nós somos as mercadorias, os *digital influencers*, que espetacularizam as próprias vidas, transformando a falsa felicidade na mercadoria, que tem seu sucesso medido pela inveja causada. Toda forma de *hobbie*, hábito ou característica é um recurso passível de monetização. Graças a ascensão econômica de alguns, há a sensação de que o sucesso nunca esteve tão próximo, fenômeno próximo ao que ocorre com loterias como a Mega-Sena. Somado ao prazer *behaviorista* produzido pelos cliques e *likes*, isso faz com que a própria classe dominada se torne uma defensora ferrenha do sistema, construindo um ideal de felicidade que é atingida a partir do prazer rápido, alienado e banal. A cópia no *Tiktok* é estimulada e os algoritmos contribuem para a manutenção de cada sujeito dentro dos seus próprios prazeres. Toda essa estrutura constrói uma muralha ideológica que impede a penetração de qualquer divergência que, quando aparece, estará sujeita a retaliação. Já não há fronteira entre arte, vida e mercadoria, tudo é uma pasta da mesma coisa, com o mesmo gosto, servida em um pires.

É relevante compreender como os mecanismos de alienação constituem aquilo que o sujeito chamaria de individualidade, pois é justamente pela simbiose entre o espetáculo e o sujeito, que este vai defender a manutenção do sistema. É através desse processo que ocorre a domesticação da esquerda, formando a contraditória “esquerda *light*” que fisgada pelo prazer *Huxleyano* sente-se incluída na estrutura e devido ao germe do liberalismo inserido em todo sujeito nascido no pós-guerra-fria, defende com unhas e dentes o direito da colonização das nossas mentes pelos imperialistas, através do que acreditam ser “nossa cultura”; chamando as reações a esse processo de elitistas. Confundem relativismo cultural liberal com uma luta contra a hegemonia imperialista. Não sabem que a principal característica do liberalismo é relativizar a cultura, já que “gosto não se discute” ou “o cliente tem sempre razão”. Conforme define o historiador Yuval Noah Harari:

Se você é um liberal, tenderá a dizer que as experiências do professor de música, do jovem motorista e do caçador congolês são igualmente valiosas, e todas devem ser igualmente apreciadas. Toda experiência humana contribui com algo que lhe é único e enriquece o mundo com um novo significado. Algumas pessoas gostam de música clássica, outras gostam de rock’n’roll, e outras ainda preferem os cantos tradicionais africanos. Estudantes de música deveriam ouvir o espectro mais amplo possível de gêneros e, ao final do dia, cada um iria à loja do iTunes, introduziria seu cartão de crédito e compraria aquilo de que gosta. A

beleza está nos ouvidos do ouvinte, e o cliente sempre tem razão (HARARI, 2015, p. 281).

A DISPUTA POLÍTICA NA MÚSICA

Voltemos a Eduardo Granja Coutinho para compreender como o processo da arte alienada e desalienada ocorre na música brasileira, nosso principal objeto. Podemos dizer que ao longo de toda história, a música, assim como o teatro, e toda a forma de arte é um mecanismo de propagação de ideias, que podem ser verdadeiras ou falsas, e servirem a diferentes propósitos. O autor nos traz uma série de exemplos de como a música foi operacionalizada para fins políticos em diferentes momentos da história:

Por seu apelo direto aos instintos e às paixões subjetivas, a música tem sido ao longo da história instrumentalizada pelos grupos dominantes, prestando-se à estetização da política. Pense-se, por exemplo, na importância da música sacra na liturgia cristã, na força ideológica dos hinos ou, ainda, no significado da música folclórica no contexto de ascensão do nacionalismo europeu no século XIX. Naquele momento, a publicação de canções populares, então "descobertas", constituiu um importante instrumento forjador da mitologia nacionalista indispensável à construção dos Estados modernos. Tais "tradições inventadas" foram capazes de evocar um sentimento de solidariedade numa população dispersa, privada de instituições nacionais tradicionais. Elas conferiam às nações em formação o necessário sentido de transcendência, responsável pelo patriotismo e pela imaginação nacionalista. Nesse movimento, a emoção popular presente nas canções folclóricas, que encarnavam, supostamente, o "espírito do povo", foi incorporada como fundamento da identidade nacional. Como observa o musicólogo nacionalista Mozart de Araújo, quaisquer que sejam os processos ou tipos de formação de uma música nacional erudita, o que está na base dela é o elemento folclórico, pois, se é verdade que a música popular não desperta, como a música erudita, o interesse estético puro, por outro lado, "a música erudita jamais expressaria como momento, a publicação de canções populares, então "descobertas", constituiu um importante instrumento forjador da mitologia nacionalista indispensável à construção dos Estados modernos. Tais "tradições inventadas" foram capazes de evocar um sentimento de solidariedade numa população dispersa, privada de instituições nacionais tradicionais. Elas conferiam às nações em formação o necessário sentido de transcendência, responsável pelo patriotismo e pela imaginação

nacionalista. Nesse movimento, a emoção popular presente nas canções folclóricas, que encarnavam, supostamente, o "espírito do povo", foi incorporada como fundamento da identidade nacional (COUTINHO, 2021, p. 173).

O que é preciso ser percebido por parte significativa da esquerda, é que a relação arte e política não se faz de maneira estática e absoluta, a defesa de uma cultura que não sirva a nossa colonização não se faz com a defesa do ritmo *samba* em abstrato, ou do *funk*. O ritmo, devido a sua abstração em termos de linguagem possibilita ser veiculado a qualquer discurso, e não a um discurso necessariamente benéfico ao emissor. Os ritmos, quanto mais populares, mais suscetíveis estarão a dominação ideológica do capital, por um processo estratégico de disputa da hegemonia. Coutinho traz um fato da história brasileira para elucidar isso:

No Brasil, o regime de Vargas promoveu, intencionalmente, o *pathos* nacionalista da música popular como parte de sua estratégia de controle sobre a sociedade: estimulou o canto orfeônico, que conjugava disciplina, civismo e educação musical; oficializou o Carnaval e incentivou o samba de exaltação nacionalista. Herdeiro da tradição ufanista e em sintonia com o Hino Nacional Brasileiro, o samba de exaltação veicula o mito verde-amarelo, as fábulas do Brasil "gigante", "heróico", "risonho", "florido" e abençoado por Deus. Esse mito é expresso, emblematicamente, no primeiro e mais famoso samba do gênero, encomendado, por sinal, pelo próprio Vargas: o "Aquarela do Brasil" (1939), de Ari Barroso (COUTINHO, 2021, p. 173).

Ironicamente o deus pelo qual nossas terras foram abençoadas sequer existia para qualquer humano nativo de Pindorama 500 anos antes. Conforme segue Coutinho, o próprio compositor Ari Barroso vai descrever o processo de falsificação da realidade bem como do samba. Contraditoriamente é possível ouvir a mesma letra na voz de Gilberto Gil e do próprio Caetano:

É o próprio compositor [Ari Barroso] quem se refere à sua intenção de conferir ao samba uma emoção nacionalista:

Senti, então, iluminar-me uma ideia: a de libertar o samba das tragédias da vida [...]. Fui sentindo toda a grandeza, o valor e a opulência da nossa terra, 'gigante pela própria natureza'. Revivi, com orgulho, a tradição dos painéis nacionais e lancei os primeiros acordes, vibrantes, aliás. [...] De dentro de minh'alma, extravasara um samba que

eu há muito desejara, um samba que, em sonoridades brilhantes e fortes, desenhasse a grandeza, a exuberância da terra promissora, **da gente boa**, laboriosa e **pacífica**, povo que ama a terra onde nasceu. Esse samba divinizava, numa apoteose sonora, esse Brasil glorioso (apud CABRAL, s/d, p. 179). Ao incorporar o samba, submetendo a fala histórica dos grupos subalternos ao ideário nacionalista, **Vargas se apropria de uma linguagem popular, que suscitava uma certa emoção. Mas esvazia essa fala de seu conteúdo histórico, atribuindo-lhe uma nova significação**, um novo *pathos*. Parafraseando Roland Barthes, pode se dizer que o *pathos* do samba de exaltação é uma emoção roubada e ressignificada na perspectiva ideológica dominante. A fala malandra e marginal dos grupos proletários, com a sua emoção característica, é como que distorcida pela fala mítica nacionalista. Nesse processo, a sensibilidade popular se desvincula de uma consciência histórica potencialmente contra-hegemônica. (COUTINHO, 2021, p. 174-175, grifo nosso).

Fenômeno semelhante ocorre de forma intensa no *funk*, movendo todo um movimento denominado *funk ostentação*, em que os artistas se limitam a cantar sobre as mercadorias que possuem, claro conteúdo colonizado pela ideologia neoliberal, que estimula a qualquer custo o consumo pelas classes menos abastadas, fazendo da ostentação necessidade para a felicidade, conforme podemos verificar na letra a seguir, do *Mc Dudu*, intitulada “*Funk Da Mega Ultra Ostentação*”

[...] Se liga aí muleke
 Você não manja nada
 Tu compra camarote e eu compro toda a balada
 Na rima nós é doido
 Os mulekes têm o dom
 Comprei o polo norte pra gelar o meu Chandon
 Eu to que tô
 Eu tô na pista
 Eu tô ostentando mais do que o Eike Batista [...] (2014).

Independente da razão, quando a esquerda impede a crítica ao conteúdo desse tipo de arte brasileira, em defesa do suposto pensamento brasileiro em detrimento do pensamento eurocêntrico, estão eles mesmos defendendo a ideologia neoliberal enraizada no *funk ostentação*, por exemplo. Estes, acreditando estarem enfrentando o colonialismo, recorrem a conceitos pós-estruturalistas grosseiros como “pensamento abissal” (2007) de Boaventura de Sousa Santos -

que ironicamente é europeu¹ - para defender que os ritmos culturais dos quais nos apropriamos, recriamos ou inventamos sejam usados como propaganda de empresários e multinacionais.

Boaventura é um adepto do que é comumente denominado “relativismo cultural”, uma ideia, bem popular nas novas esquerdas de que toda forma de conhecer o mundo é igualmente válida. O que em prática propõe relativizar o conhecimento. Segundo Boaventura, a ciência é uma produção que só ocorre na parte norte do mundo e que nós escolhemos atribuir a ela o poder sob a verdade:

No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso à ciência, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia (SANTOS, 2007, p. 72).

Não bastando considerar que só existe produção científica do lado norte da fronteira, o europeu Boaventura parece esquecer que existem critérios para a produção de conhecimento e para a compreensão do real. Não é concebível um pensador contemporâneo que tenta equalizar a teologia com ciência. A esse pensamento antiquado respondo com a antropofagia, já antropofagizada novamente para a correção das imperfeições oswaldianas. Essa sim é uma forma mais coerente, embora imperfeita, de reação ao colonialismo, liderada pelo poeta e dramaturgo brasileiro:

Contra todas as catequeses. [...] Contra todos os importadores de consciência enlatada. [...] Contra a verdade dos povos missionários, definida pela sagacidade de um antropófago, o Visconde de Cairu: — É a mentira muitas vezes repetida (ANDRADE, 2017, p. 39-44).

A relativização do saber defendida por Boaventura acaba fazendo a esquerda defender contraditoriamente o uso de nossa cultura pelos imperialistas, blindando-a da crítica. É preciso compreender que a crítica ao *funk ostentação* não é uma condenação do ritmo, ou a negação da cultura brasileira, ou mesmo preconceito contra os pobres ou racismo contra os favelados. A crítica reside justamente no conteúdo

¹ A ironia do fato de Boaventura ser europeu não reside na ideia abstrata de uma recusa do pensamento eurocêntrico. Recusar essa forma de conhecimento seria evidentemente um erro crasso. A ironia está no fato de Boaventura nos propor isso, pois ele mesmo é eurocêntrico, o que deixa toda sua proposição contraditória.

que neutraliza as potencialidades positivas dessa expressão. Essas, que aparecem quando o músico Edu Krieger desenvolve a música “*Resposta ao Funk ostentação*”:

Você ostenta o que não tem
 Pra tentar parecer mais feliz
 Mas não sabe que pra ser alguém
 Tem que agir ao contrário do que você diz
 Você pensa que tem liberdade
 Exibindo riqueza e poder
 Mas não vê que na realidade
 O sistema é que lucra usando você
 E o sistema tem a cor
 Do racismo e da escravidão
 Cada vez que você dá valor
 À roupinha de marca e à ostentação
 A elite burguesa e branca
 Que é dona das lojas de grife
 Se dá bem, pois você bota banca
 Mas é o sistema que aumenta o cacife [...] (2018).

Krieger utiliza do próprio ritmo do *funk* para elaborar uma resposta a essa cultura mercadológica, propondo uma visão desalienadora da própria cultura do *funk ostentação* enquanto reflete sobre as consequências sociais dessa forma de expressão.

Se a argumentação quanto aos ritmos periféricos e pretos parasse por aqui, haveria brecha para que os pós-estruturalistas levantassem a acusação do “pensamento abissal”, ou mesmo de elitismo ou racismo. Por isso, cito trecho da música “*Vila Rica*”, de “*Don L*”. Embora “*L*” seja conhecido como rapper, suas músicas possuem um hibridismo de ritmos, dentre eles, a presença do funk. No entanto, todas as suas músicas tratam do realismo político:

[...] Depois do massacre ergueram catedrais
 Uma capela em cada povoado
 Como se a questão fosse guerra ou paz
 Mas sempre foi guerra ou ser devorado
 Devoto catequizado
 Crucificar em nome do crucificado
 Seu Deus é o tal metal, é o capital
 É terra banhada a sangue escravizado [...] (2021).

Até mesmo em músicas cuja temática central é o erotismo, podemos verificar elementos políticos conscientemente inseridos: “Só o quadro do Lenin testemunha” (DON L, 2021). Detalhe esse que faz lembrar a filmografia de Kleber Mendonça Filho, que diferente do “realismo hollywoodiano”, expõe as contradições da luta de classes a todo instante em cena, mesmo as cenas tratando de assuntos dos mais diversos, os conflitos de classe estão presentes, seus “heróis” ou “heroínas” pequeno-burgueses nunca se veem livres da própria hipocrisia. Dessa maneira, tanto Don L quanto Mendonça Filho não se submetem a qualquer sentimentalismo barato ou entretenimento fácil. Sentimentalismo esse que Coutinho vai criticar na música do cachoeirense Roberto Carlos:

O uso político dos afetos se dá de diversas maneiras. Na indústria da canção, **a emoção se reduz, frequentemente, ao mero sentimentalismo romântico**, que coloca o sentir das massas à disposição de ideias e valores dominantes. Abordando os temas do amor e da paixão numa perspectiva idealizante e fatalista, a canção de consumo atua politicamente no sentido de obscurecer ou impedir uma consciência crítica da questão social, realizando aquilo que Lukács chamou de “**apologia indireta do existente**”. Pense-se nas canções sentimentais de Custódio Mesquita nos anos 1930/40 **ou nas de Roberto Carlos durante a ditadura**. Apaziguadoras, sedantes, consoladoras, essas canções não instalam qualquer contradição: aplainam os sentimentos e põem seu ouvinte em suave sintonia com o mundo capitalista. Reproduzindo o modelo de comportamento, aspirações e ideais hegemônicos (consumismo, individualismo e exaltação da vida privada), a música romântica de evasão subjetivista é a resposta mais efetiva da indústria cultural à canção que vem de baixo, carregada de emoções, ameaçando o sistema simbólico dominante. (COUTINHO, 2021, p. 175, grifo nosso).

A partir dessa crítica direta ao cachoeirense Roberto Carlos, podemos enfim chegar à relação da música com a cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

MEU PEQUENO CACHOEIRO TEM MAIS CARA DE SÃO PAULO

A música mais famosa sobre Cachoeiro de Itapemirim ganhou fama na voz do cantor mais famoso da cidade, o próprio Roberto Carlos.

Escrita por Raul Sampaio, a canção intitulada “Meu Pequeno Cachoeiro” faz jus às composições serenas dos tempos de ditadura.

Mas te confesso na saudade
As dores que arranjei pra mim
Pois todo o pranto destas mágoas
Ainda irei juntar nas águas
Do teu itapemirim
Meu pequeno cachoeiro
Vivo só pensando em ti
Ai que saudade dessas terras
Entre as serras
Doce terra onde eu nasci! [...]
Recordo a casa onde eu morava
O muro alto, o laranjal
Meu flambuaiã na primavera
Que bonito que ele era
Dando sombra no quintal
A minha escola, a minha rua
Os meus primeiros madrigais
Ai como o pensamento voa
Ao lembrar a terra boa
Coisas que não voltam mais! (SAMPAIO, 1970).

A música citada traz exatamente o sentimentalismo romântico subjetivista. Pode-se notar que o autor está tomado por nostalgia, de uma vida pequeno-burguesa que levou na cidade. Desconhece, ou faz desconhecer todos os problemas citadinos, nos alienando da revolta e injustiça oculta nas entranhas da cidade. Desconhece as poucas árvores e conseqüentemente pouca sombra em uma das cidades mais quentes do estado. Ou mesmo as trágicas enchentes que já destruíram o teatro da cidade, casas e lojas, tudo agravado por ações políticas inconseqüentes.

Quem ouve falar da doce terra entre as serras, não sabe a dificuldade do pedestre da cidade que habita o topo dessas “serras”, algumas onde não passam ônibus. Esses moradores, mais afastados do centro e do direito ao fácil acesso ao transporte coletivo, são os mesmos que apresentam maiores dificuldades econômicas para manter um automóvel. E o suor do pedestre que vai ao centro a pé, num dia de sol o constrange mediante as outras pessoas perfumadas. E esse cenário faz invenções humanas das mais banais como escadas rolantes, elevadores e salas de cinemas serem totalmente estranhas às crianças

e aos adolescentes que vivem em uma cidade em que elevadores, escadas rolantes e salas de cinemas são coisas normais. Essa é uma forma de alienar um direito do sujeito, sem que sequer ele perceba o que ocorre. Já que a cidade, gigante e complexa parece eterna e imutável:

Segregado pela cidade fragmentada, o sujeito é apartado do espaço. Lefebvre (2008) chama esse processo de “alienação urbana”, ou seja, o sujeito é separado dos bens que foram produzidos por meio de seu trabalho e que trouxeram benefícios para a cidade. Ele não participa da centralidade urbana, não tem direito a ela. Está segregado em relação ao conjunto social da cidade. A cidade passa a ser estranha a ele e, por conseguinte, o sujeito sente-se perdido geograficamente, não se encontra e nem se reconhece como parte do meio urbano (CHISTÉ, 2021, p. 46).

A música “Meu pequeno Cachoeiro” oculta qualquer contradição e problema da cidade. Em função de fazer homenagem a um ente abstrato, a cidade, esquece daquilo que faz a cidade, as pessoas.

OUVINDO SAMPA NO WALKMAN NO CELULAR

Caetano Veloso, por outro lado, quando se depara com São Paulo e escreve “*Sampa*” (1978) não se furta a crítica, mesmo quando se depara com o belo “Da força da grana que ergue e destrói coisas belas”. Os princípios da dialética marxista permeiam toda a música:

[...] E foste um difícil começo
 Afasta o que não conheço
 E quem vem de outro sonho feliz de cidade
 Aprende depressa a chamar-te de realidade
 Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso
 Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
 Da força da grana que ergue e destrói coisas belas
 Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas
 Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços
 Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva [...] (VELOSO, 1978).

E é com seu *walkman* tocando *Sampa* que Humberto Gessinger conhece São Paulo (ou ao menos ficcionaliza esse processo), compondo *Sampa no Walkman* em 1991, onde reafirma as contradições de São

Paulo tão características da pequena Cachoeiro e talvez de qualquer cidade. A partir dessa experiência, Gessinger mostra como a criticidade numa obra artística, produz mais criticidade, e desenvolve um conhecimento que ao menos supera o primeiro véu das aparências vendáveis. Assim como nos versos de Caetano, Gessinger enfatiza as contradições da cidade numa conversa muda com a música *Sampa*:

[...] É a verdade
 A-ver-a-cidade
 Alguma coisa acontece no meu coração
 Estas são elas
 Tuas meninas
 (nordestinas, erundinas)
 Tua mais completa contradição
 Esta São paulo
 São tantas cidades
 Nunca tantas quantas gostaria de ser
 Ouvindo sampa no walkman
 (vidro, concreto & metal) [...] (GESSINGER, 1991).

Na letra de Gessinger o termo *contradição*, muito empregado no vocabulário marxista, aparece explicitamente como expressão reveladora. O autor segue para um dos versos mais emblemáticos: Ouvindo sampa no walkman/ **Duvido de qualquer cartão postal** (GESSINGER, 1991, grifo nosso). Aqui a condição contraditória da cidade de São Paulo é universalizada a toda e qualquer cidade, em poucas palavras o autor questiona de forma assertiva a lógica mercadológica pela qual as cidades se vendem aos turistas (Velooso é baiano e Gessinger gaúcho), tocando poeticamente no ponto que Henri Lefebvre coloca em sua obra, *O direito à cidade*:

Não é mais que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, “o urbano” persiste, no estado da atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade (LEFEBVRE, 2008, p. 106).

É como a cidade de Vila Velha, no Espírito Santo, o marco zero do estado, que tem o Convento da Penha e sua bela vista como cartão postal, por onde passam inúmeros turistas, que não veem ou não percebem, ou mesmo não se importam, que a cidade de vista tão bela,

tem grande parte de seus moradores morando lado a lado com esgoto a céu aberto.

Gessinger ainda ressalta, novamente em versos simples e assertivos a grande contradição da organização dos espaços citadinos e de toda a sociedade:

FIESP, favelas

Ouro & ferro velho

Surfista ferroviário

(o contrário do contrário do contrário do)

Esta São Paulo

São tantas cidades

Nessas cidades eu vejo a canção (GESSINGER, 1991, grifo nosso).

A desigualdade dilacerante está à vista de qualquer olhar atento em qualquer cidade, pessoas que têm direito a coisas melhores que outras pessoas. Parafraseando Orwell, como o próprio Gessinger fez, “as pessoas são iguais, umas mais iguais que as outras”. Lefebvre fala a respeito desse processo que só vem se agravando:

A experiência prática mostra que pode haver crescimento sem desenvolvimento social (crescimento quantitativo, sem desenvolvimento qualitativo). Nessas condições, as transformações na sociedade são mais aparentes do que reais. O fetichismo e a ideologia da transformação (por outras palavras: a ideologia da modernidade) ocultam a estagnação das relações sociais essenciais. O desenvolvimento da sociedade só pode ser concebido na vida urbana, pela realização da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2008, p. 137).

A desigualdade global se torna cada vez mais brutal, o planejamento da vida urbana nunca foi direito, é privilégio. Resta saber até quando socialmente suportaremos essa tensão crescente, o que se sabe é que “não caberemos todos em Miami” (GESSINGER, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disputa contra a cultura hegemônica não pode ser deixada de lado, precisa ser feita atentamente, pois nós mesmos somos parte do sistema. Portanto, carregamos as contradições naquilo que chamamos de consciência, individualidade, personalidade ou gosto. No entanto, não devemos nos furtar à crítica devido às sensibilidades,

precisamos fazer o conflito mesmo contra os nossos, e nos habituar a essa maneira de disputa. Submeter nossas convicções e crenças à prova, mantermo-nos verdadeiramente abertos à mudança, por mais difícil que seja. Só estando sujeitos à mais profunda crítica e aprendizado poderemos driblar os desafios do mundo contemporâneo que nos produz como pessoas com as “[...] faculdades críticas em decadência, incapazes de distinguir entre o que nos dá prazer e o que é verdade” (SAGAN, 1992, p.40).

A perspectiva de Gessinger calcada na visão de Veloso demonstra a possibilidade da boa música (segundo os critérios que defendemos no texto), ser uma ferramenta de educação, de formação humana, de desalienação. Gessinger experienciou uma viagem formativa informal, ao ter o olhar guiado pelos ouvidos, e pelas palavras que o fizeram ver a cidade, a veracidade do avesso, do avesso, do avesso.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDRADE, Oswald. **Manifesto antropófago e outros textos** (Grandes Ideias). Penguin-Companhia. Edição do Kindle, 2007.

BOAL, A. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

CABRAL, Sérgio. **No tempo de Ari Barroso**. Rio de Janeiro: Lumiar, s/d.

CARLOS, R. **Meu Pequeno Cachoeiro**. Amigo Records: Roberto Carlos, 2005
Disponível em: Meu Pequeno Cachoeiro Acesso em: 15 de jan. 2022.

CHISTÉ, P. S. **Entre o direito à literatura e o direito à cidade**: Mediações das “Cidades Invisíveis” para a formação do leitor responsivo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

COUTINHO, E. G. **Música popular, emoção e política**: a batalha dos afetos. PUC Rio. O Social em Questão - Ano XXIV - nº 51 - Set a Dez/2021 10. ISSN: 2238-9091 (Online) Disponível em: 10.17771/PUC Rio.OS.54033 Acesso em: 15 de jan. 2022.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Versão para eBook. eBooksBrasil.com, 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf> Acesso em: 15 de jan. 2022.

DON L. **Enquanto Recomeça**. Altafonte Network S.L.:Roteiro Pra Aïnouz, Vol. 2, 2021 Disponível em: 05. Don L - enquanto recomeça - Roteiro Pra Aïnouz, Vol. 2 Acesso em: 15 de jan. 2021

DON L. Vila Rica. **Altafonte Network S.L.**:Roteiro Pra Aïnouz, Vol. 2, 2021 Disponível em: 02. Don L - vila rica (part. Mateus Fazeno Rock) - Roteiro Pra Aïnouz, Vol. 2 Acesso em: 15 de jan. 2021

GESSINGER, H. **Chuva de Containers**. BMG Brasil Ltda: Gessinger, Licks E Maltz , 1992 Disponível em: Chuva De Containers Acesso em: 15 de jan. 2022

GESSINGER, H. **Sampa no Walkman**. BMG Brasil Ltda: Várias Variáveis, 1991 Disponível em: Sampa No Walkman Acesso em: 15 de jan. 2022

HARARI, Y. 21 **Lições para o século XXI**. Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2018.

KRIEGER, E. **Resposta ao Funk Ostentação**. ONErpm: Resposta ao Funk Ostentação, 2018 Disponível em: Resposta ao Funk Ostentação - Edu Krieger Acesso em: 15 de jan. 2022

MARX, K. **O Capital** – crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

MC DUDU. **Funk da Mega Ultra Ostentação**. ONErpm: Vem com nós, 2014 Disponível em: Mc Dudu - Funk Da Mega Ultra Ostentação. Acesso em: 15 de jan. 2022

PLAUTO, T.M. **Asinaria I** - La Comedia de los asnos - Trad. Mercedes González-Haba . Editorial Gredos, 2018. Disponível em: <https://losapuntesdefilosofia.files.wordpress.com/2018/05/plauto-tito-macio-asinaria-bilingue.pdf> Acesso em : 15 de jan. 2022.

SAGAN, C. **O Mundo Assombrado Pelos Demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. Trad.: Rosaura Eichemburg - 1ª ed. - São Paulo: Companhia dasLetras, 1992.

SANTOS, B. S. **Para Além do Pensamento Abissal**. Novos Estudos CEBRAP 79, novembro 2007 pp. 71-94 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004> Acesso em 15 de jan. 2022

VELOSO, C. **Sampa**. Universal Music International: Caetanear, 1978 Disponível em: Sampa Acesso em: 15 de jan. 2022



AUTORES E AUTORAS



Alexsandra Loss Franzin – Graduada em Pedagogia e Mestre em Ensino em Humanidades, atuante como servidora pública nos anos iniciais do município de Cariacica e Serra/ES.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4083-095X>

meutecedu@gmail.com

André Luiz Neves Jacintho – Mestre em Ensino de Humanidades, pelo Instituto Federal da Espírito Santo e professor na rede pública estadual do ES.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6020-7634>

andretcho@gmail.com

Cynara Ramos Siqueira – Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Serra/ES, atua na gestão escolar da EMEF Olivina Siqueira e mestranda em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Integra o grupo de pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação na Cidade e Humanidades (Gepech).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0197-1138>

cynararamossiqueira@gmail.com

Dilza Côco – Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES (2014). Integra o grupo de pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação na Cidade e Humanidades (Gepech) e do Grupo de Pesquisas em Práticas Pedagógicas de Matemática (Grupem).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8371-8517>

dilzacoco@gmail.com;

Eliana Kuster – Arquiteta, Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas e Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Professora titular do Ifes.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5039-949X>

eliana@ifes.edu.br

Érika Sabino de Macêdo – Possui graduação em Educação Artística pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES -2002), mestrado em Estudos Literários (2005) e doutorado em Educação e Linguagem (2015). Iniciou sua carreira docente como professora de História da Arte, Fotografia e Semiótica no ensino privado superior. Atualmente é professora de Arte no Instituto Federal de Educação do Espírito Santo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6647-7176>

erika.macedo@ifes.edu.br

João Nolasco Ribeiro – Professor de Geografia da rede Pública Estadual, Mestre em Ensino de Humanidades (IFES); Especialista em Educação do Campo (UFES); Licenciado em Geografia (UFES); integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech-Ifes).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-538-2397>

profjoaonolasco@gmail.com

Letícia Queiroz de Carvalho – Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2012); Mestre em Estudos Literários pela UFES (2004) e Licenciada em Letras-Português pela UFES (1999). Integra o grupo de pesquisadores do Grupo de Pesquisas Culturas, Parcerias e Educação do Campo (UFES) e Grupo de Estudos Bakhtinianos (GEBAKH - UFES). Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), com lotação no campus Vitória e atuação na Área de Letras e Educação, na graduação presencial e a distância em Letras-Português e nos Programas de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH) e Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), em disciplinas cuja discussão central seja a Literatura e a Educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0519-6746>

leticia.carvalho@ifes.edu.br

Luciano Ribeiro – Educador Social, sendo um dos fundadores do Projeto SER (Solidariedade Educação e Responsabilidade Social). Especialista em PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), pelo Instituto Federal do Espírito Santo-IFES. Licenciado em Geografia e História. Mestrando em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santos-IFES), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech-Ifes) e Professor de Geografia e História na Educação Básica e em Curso Preparatórios na Rede Pública, Privada e em Organizações

Não Governamentais nos Municípios do Norte do Espírito Santo e na Grande Vitória.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3579-2223>

prof_ted@gmail.com

Marco Antônio Reis – Ator, dramaturgo, contador de histórias, mediador de leitura, produtor cultural, diretor e professor de teatro. Mestrando em Ensino de Humanidades (IFES-ES). Graduado em Licenciatura em Artes Cênicas (UVV-ES), onde desenvolveu três pesquisas de Iniciação científica. Sua primeira formação foi na Escola de Teatro Darlene Glória. Faz parte da Cia. NÓS de Teatro desde 2014, onde participou de diversos projetos e espetáculos, estando em cartaz atualmente com “Poesia Pra Quê?”, espetáculo em que está como co-diretor, dramaturgo, produtor e ator. Tem trabalhado como produtor da Cia. Nós com projetos realizados de forma independente e outros com apoio de leis de incentivo à cultura. Participou de diversas oficinas e workshops com Hugo Rodas(DF), Lindolfo Amaral(SE), Charles Fricks (RJ), Rosi Andrade (França), Gabriel Miziara (SP), Maria Alice Vergueiro(SP), Raul Barreto (SP), Coletivo Comum (SP) dentre outros. Também trabalha com cinema, tendo atuado em três curtas-metragens, uma web-série e o longa-metragem de Rodrigo Aragão, “A Mata Negra (2018)”.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6749-1658>

marco.a.reis20@gmail.com

Maria Raquel Ardisson Passos – Musicista, Licenciatura em Educação Artística e em Música, pós-graduada em Educação Musical e Mestre em Ensino de Humanidades, professora das Redes Municipais de Educação de Cariacica e Vitória/ ES.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4577-6211>

raquelpassosmusica@gmail.com

Priscila de Souza Chisté Leite – Licenciada em Educação Artística (2002) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestre (2007) e doutora em Educação (2013) pela UFES. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Campus Vitória) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Humanidades (Gepech).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2689-4180>

pchiste@ifes.edu.br

Sandra Soares Della Fonte – Graduada em: Filosofia/UFES; Educação Física/UFES. Mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Doutorado em: Educação pela UFSC; Filosofia UFMG. Professora efetiva da Ufes e atua como docente no PPGE/Ufes e colaboradora do Mestrado em Ensino de Humanidades do Ifes (campus Vitória).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9514-7202s>
dellafonte@gmail.com

Samira Sanches – Mestre em Ensino de Humanidades e professora de Geografia na rede pública estadual do ES.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8898-3555>
sanchessamira@gmail.com

Swami Cordeiro Bérnago – Mestre em Ensino de Humanidades (IFES). Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo (SEDU - ES) / Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Graça Aranha”.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3393-7687>
swmich@yahoo.com.br

Tamiris Carvalho Marchiori – Licenciada em História (Centro Universitário São Camilo-ES), bacharel em Direito (Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim-FDCI). Mestre em Ensino de Humanidades (Instituto Federal do Espírito Santo-IFES), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Cidade e Humanidades (Gepech-Ifes) e professora de História na Rede Estadual de Ensino em Cachoeiro de Itapemirim-ES.

tamiris_marchiori@hotmail.com

A tarefa pedagógica da cidade é o assunto predominante das pesquisas e publicações do Gepech. O grupo busca em suas investigações teóricas, em suas análises de produções artísticas, na elaboração de seus materiais educativos e em suas viagens formativas ensinar a cidade de maneira aprofundada e reflexiva. Visando compartilhar essas investigações e ações do grupo, foram elaboradas e editadas publicações das pesquisas produzidas por este coletivo e apresentadas neste livro.

